



Universidade de Brasília

**Faculdade de Ciência da Informação - FCI
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - PPGCINF**

**DIRETRIZES PARA O DEPÓSITO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA
EM REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS**

Marília Augusta de Freitas

**Brasília
2015**



Universidade de Brasília

**Faculdade de Ciência da Informação - FCI
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - PPGCINF**

DIRETRIZES PARA O DEPÓSITO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS

Marília Augusta de Freitas

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília (UnB) como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação.

Orientador: Prof. Dr. Fernando César Lima Leite

Brasília

2015

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

F866d Freitas, Marília Augusta de
Diretrizes para o depósito da produção científica em
repositórios institucionais / Marília Augusta de
Freitas; orientador Leite Fernando César Lima. --
Brasília, 2015.
214 p.

Tese (Doutorado - Doutorado em Ciência da
Informação) -- Universidade de Brasília, 2015.

1. repositórios institucionais. 2. acesso aberto.
3. autorquívonto. 4. depósito mediado. 5.
informação científica. I. Fernando César Lima, Leite,
orient. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: "DIRETRIZES PARA O DEPÓSITO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS".

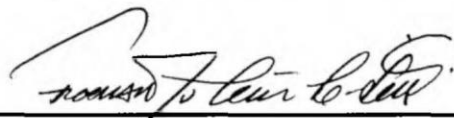
Autor (a): Marília Augusta de Freitas

Área de concentração: Gestão da Informação

Linha de pesquisa: Organização da informação.

Tese submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Faculdade em Ciência da Informação da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de **Doutor** em Ciência da Informação.

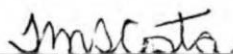
Tese aprovada em: 24 de novembro de 2015.



Prof. Dr. Fernando César Lima Leite
Presidente (UnB/PPGCINF)




Prof.ª Dr.ª Lillian Maria Araújo Rezende Álvares
Membro Interno (UnB/PPGCINF)



Prof.ª Dr.ª Sely Maria de Souza Costa
Membro Interno (UnB/PPGCINF)



Prof.ª Dr.ª Patrícia Rocha Bello Bertin
Membro Externo (EMBRAPA)



Prof.ª Dr.ª Bianca Amaro de Mello
Membro Externo (IBICT)

Prof.ª Dr.ª Fernanda Passini Moreno
Suplente (UnB/PPGCINF)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço à minha família, em especial aos meus pais, Magda e Maurílio, pelo apoio, sempre.

Ao meu marido, Fernando, por ser sempre um grande companheiro. Amo você!

Ao professor Fernando Leite, pela orientação e amizade.

À Professora Sely Costa, pelo incentivo, inspiração e aprendizado.

À Dra. Patrícia Bertin, pela valiosa contribuição para o aprimoramento desta tese.

À Dra. Bianca Amaro e professora Lillian Alvares pelas sugestões e participação em banca.

Aos amigos Raphael Cavalcante e Raquel Viana por toda a ajuda para a conclusão deste trabalho.

Aos amigos de BCE, Luanna Maia, Patrícia Nunes, Jacqueline Guimarães, Janne Nasser, Tânia Malheiros e Neide Gomes por todo apoio e incentivo.

Às minhas queridas amigas, Thaís Reis, Bruna de Paula e Renata Tupinambá, pela compreensão, paciência e pela grande amizade.

Às minhas grandes companheiras, Paçoquinha, Anabel e Futriquinha por estarem sempre ao meu lado, em qualquer circunstância.

A todos aqueles que me ajudaram direta ou indiretamente, em especial, Ricardo, Silvano, Fábio e Luísa.

RESUMO

Repositórios Institucionais de acesso aberto à informação científica (RIs) surgiram com o propósito de gerenciar e proporcionar maior visibilidade a produção científica de universidades e instituições de pesquisa. Um dos desafios do funcionamento de RIs é o seu povoamento, cuja estratégia mais recorrente é o depósito da produção científica realizado de forma mediada, majoritariamente pelas bibliotecas, ou pelo próprio autor (pesquisador). A decisão sobre o depósito da produção científica por parte do pesquisador sofre influência de diferentes lateralidades, entre as quais os atores do sistema de comunicação científica (pesquisadores, bibliotecas, editores científicos, gestores das instituições e agências de fomento). Considera-se, portanto, que a o estabelecimento de estratégias de depósito da produção científica em RIs deve levar em consideração as percepções que os diferentes atores do sistema de comunicação científica têm a respeito dessa questão. Neste contexto, a investigação relatada teve como objetivo propor diretrizes para o depósito da produção científica em RIs com base na percepção dos distintos atores que participam do sistema de comunicação científica. Do ponto de vista metodológico, trata-se de estudo de abordagem qualitativa e de propósito descritivo. O universo da pesquisa foi constituído por atores que compõem o sistema de comunicação científica. A amostra foi intencional não probabilística, baseada em critérios que específicos para cada grupo de atores. O método adotado foi o levantamento. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas, guiadas por roteiros específicos para cada grupo de atores e, em seguida, submetidos à análise textual. Entre os resultados da investigação, foi possível identificar aspectos que estimulam e que inibem o depósito da produção científica em repositórios institucionais a partir dos quais foram extraídos elementos fundamentais e derivadas treze diretrizes, inteiramente baseadas nas percepções dos atores.

Palavras-chave: repositório institucional; acesso aberto; autoarquivamento; depósito mediado; informação científica.

ABSTRACT

Open Access Institutional Repositories (IR) emerged in order to provide greater visibility and preservation of scientific production of universities and research institutions. One of the challenges of the IRs is operating its settlement, whose most frequent strategy is the storehouse of scientific literature conducted in a mediated way, mostly by libraries, or by the author (researcher). The decision on the deposit of scientific literature by the researcher is influenced by different laterality, which actors of the scholarly communication system (researchers, libraries, scientific publishers, managers of institutions and funding agencies). It is considered therefore that the establishment of filing strategies of scientific literature in IRs must take into account the perceptions that different actors in the scholarly communication system has on this issue. In this context, the reported investigation aimed to propose guidelines for the deposit of scientific literature in IRs based on the perception of the different actors participating in the scholarly communication system. From a methodological point of view, this is a study of qualitative approach and descriptive purpose. The research universe consisted of actors in the scholarly communication system. The sample was non-probabilistic intentional, based on criteria specific to each group of actors. The method used was survey. Data were collected through semi structured interviews, guided by specific scripts for each group of actors and then subjected to textual analysis. Among the results of the investigation, it was possible to identify aspects that stimulate and inhibit the deposit of scientific production in institutional repositories from which key elements were extracted and derived thirteen guidelines, based entirely on the perceptions of the actors.

Keywords: institutional repository; open access; self-archiving; mediated archiving; scientific information.

LISTA DE FIGURAS

<i>Figura 1 - Realização da pesquisa</i>	9
<i>Figura 2 – Sistema de comunicação científica</i>	11
<i>Figura 3 – Produção do conhecimento em universidades</i>	23
<i>Figura 4 – Funções dos atores que participam do sistema de comunicação científica</i>	25
<i>Figura 5 - Modelo de comunicação científica de Garvey e Griffith modernizado</i>	28
<i>Figura 6 - Comunicação Científica - um modelo para 2020</i>	29
<i>Figura 7 - Comunicação científica no mundo digital</i>	30
<i>Figura 8 - Modelo dos fatores que afetam o comportamento para o autoarquivamento</i>	47
<i>Figura 9 - Modelo conceitual da pesquisa</i>	54
<i>Figura 10 - Etapas da análise de dados</i>	64
<i>Figura 11 - Representação gráfica das preocupações, dos fatores que motivam e dos fatores que inibem, do ponto de vista dos bibliotecários</i>	70
<i>Figura 12 - Representação gráfica das preocupações, fatores que motivam e fatores que inibem o depósito do ponto de vista dos gestores institucionais</i>	82
<i>Figura 13 - Representação gráfica das preocupações, fatores que motivam e que inibem o depósito em repositórios institucionais, do ponto de vista das agências de fomento</i>	93
<i>Figura 14 - Representação gráfica das preocupações, fatores que motivam e fatores que inibem o depósito em repositórios institucionais do ponto de vista dos editores</i>	104
<i>Figura 15 - Representação gráfica dos fatores que motivam e fatores que inibem o depósito em repositórios institucionais do ponto de vista dos pesquisadores</i>	117
<i>Figura 16 - Representação gráfica da interação I</i>	117
<i>Figura 17 - Representação gráfica da interação II</i>	117
<i>Figura 18 - Diretrizes propostas</i>	160

LISTA DE QUADROS

<i>Quadro 1 – Amostra da pesquisa</i>	56
<i>Quadro 2 – Relação entre objetivos específicos, método, universo, amostra, fontes dos dados e técnica de coleta</i>	60
<i>Quadro 3 - Influências positivas e negativas dos demais atores do sistema de comunicação científica no depósito da produção científica em repositórios institucionais por parte dos pesquisadores</i>	123
<i>Quadro 4 - Descrição dos elementos básicos que compõem as figuras da interação I e II</i>	134
<i>Quadro 5 - Sintetização dos fatores que estimulam e inibem o depósito da produção científica em repositórios institucionais através do ponto de vista dos atores entrevistados</i>	139
<i>Quadro 6 - Elementos norteadores</i>	151
<i>Quadro 7 - Diretrizes propostas</i>	152

LISTA DE SIGLAS

BOAI	Budapest Open Access Initiative
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONFAP	Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa
DOI	Digital Object Identifier
DPP	Decanato de Pós-Graduação
FAP	Fundação de Amparo à Pesquisa
FAP-DF	Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal
FAPEMIG	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
FAPERJ	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do São Paulo
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
Ibict	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
NESTA	National Endowment for Science, Technology and the Arts
OA	Open Access
OAI	Open Access Initiative
OpenDoar	Directory of Open Access Repositories
RI	Repositório Institucional
RIN	Research Information Network

RIs	Repositórios Institucionais
ROAR	Registry of Open Access Repositories
ROARMAP	Registry of Open Access Repositories Mandatory Archiving Policies
RoMEO	Rights Metadata for Open Archiving
SciELO	Scientific Electronic Library Online
SEER	Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas
SHERPA	Securing a Hybrid Environment for Research Preservation and Access
SPARC	Scholarly Publishing e Academic Resources Coalition
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UnB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
1.1 Objetivos	4
1.1.1 Objetivo geral	4
1.1.2 Objetivos específicos	4
1.2 Justificativa	5
2. REVISÃO DE LITERATURA	7
2.1 A Comunidade Científica como Sistema Social	7
2.1.1 Autores-pesquisadores	9
2.1.2 Editoras	12
2.1.3 Bibliotecas universitárias/bibliotecários	16
2.1.4 Agências de fomento.....	18
2.1.5 Universidades.....	22
2.1.6 Conclusão	25
2.2 Comunicação Científica	26
2.3 Acesso Aberto	32
2.4 Repositórios Institucionais de Acesso Aberto	37
2.4.1 Benefícios dos repositórios institucionais de acesso aberto	39
2.4.2 Depósito da produção científica em repositórios institucionais de acesso aberto	40
2.4.3 Vantagens do depósito da produção científica em repositórios institucionais	43
2.4.4 Tomada de decisão e depósito da produção científica em repositórios institucionais de acesso aberto	46
2.5 Políticas e Diretrizes	49
3. METODOLOGIA	52
3.1 Modelo Conceitual da Pesquisa	53
3.2 Desenho da Pesquisa	55
3.2.1 Universo e amostra da pesquisa de campo	56
3.2.1 Métodos, técnicas para coleta e análise de dados	57

3.2.3 Estudo-piloto	62
4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS.....	64
4.1 Bibliotecários	64
4.1.1 Percepções a respeito do acesso aberto	65
4.1.2 Depósito da produção científica em repositórios institucionais de acesso aberto	65
4.1.3 Fatores que estimulam e inibem o depósito da produção científica em repositórios institucionais de acesso aberto	67
4.1.4 Estratégias para promover o depósito da produção científica em repositórios institucionais de acesso aberto	70
4.2 Gestores Institucionais	71
4.2.1 Percepções a respeito do acesso aberto	72
4.2.2 Depósito da produção científica em repositórios institucionais de acesso aberto	73
4.2.3 Postura da instituição e comportamento dos pesquisadores em relação à prática do depósito da produção científica.....	76
4.2.4 Fatores que estimulam e inibem o depósito da produção científica em repositórios institucionais de acesso aberto	78
4.2.5 Estratégias para promover o depósito da produção científica em repositórios institucionais de acesso aberto	82
4.3 Agências de Fomento.....	84
4.3.1 Conceito de acesso aberto.....	84
4.3.2 Depósito da produção científica em repositórios institucionais de acesso aberto	86
4.3.3 Alto custo dos periódicos científicos.....	87
4.3.4 Fatores que estimulam e inibem o depósito da produção científica em repositórios institucionais de acesso aberto	89
4.3.5 Influência das agências de fomento no depósito da produção científica em repositórios institucionais de acesso aberto	93
4.3.6 Agências de fomento e depósito obrigatório da produção científica em repositórios institucionais de acesso aberto	95
4.4 Editores de periódicos científicos.....	97
4.4.1 Percepções a respeito do acesso aberto	97
4.4.2 Depósito da produção científica em repositórios institucionais de acesso aberto	98

4.4.3 Fatores que estimulam e inibem o depósito da produção científica em repositórios institucionais de acesso aberto	100
4.4.4 Razões para permitir ou negar que o pesquisador deposite sua produção em um repositório institucional de acesso aberto	104
4.4.5 Editores X barreira para o depósito da produção científica	105
4.5 Pesquisadores	107
4.5.1 Percepções a respeito do acesso aberto	107
4.5.2 Produção depositada em repositórios institucionais de acesso aberto e motivação para o depósito	109
4.5.3 Fatores que estimulam e inibem o depósito da produção científica em repositórios institucionais de acesso aberto	112
4.5.4 Política de depósito compulsório em repositórios institucionais de acesso aberto	117
4.5.5 Autoarquivamento ou depósito mediado	120
4.5.6 Influências positivas e negativas dos demais atores do sistema de comunicação científica	122
4.6 Representação gráfica da análise de dados	133
4.6.1 Interação I	134
4.6.2 Interação II	148
5. PROPOSTAS DE DIRETRIZES	151
5.1 Elaborar um plano de marketing para o repositório institucional.....	153
5.2 Oferecer opções alternativas de depósito da produção científica.....	153
5.3 Realizar eventos periódicos para promoção do acesso aberto	153
5.4 Instruir os coordenadores de pós-graduação sobre os repositórios institucionais e orientá-los a solicitar aos docentes do programa que depositem sua produção no repositório de sua instituição	154
5.5 Educar e incentivar pesquisadores a fim de criar uma cultura de depósito na instituição.....	155
5.6 Associar avaliação da produção científica do pesquisador (para progressão funcional) à sua disponibilidade no repositório institucional	156
5.7 Integrar repositório institucional a outros sistemas	156
5.8 Criar mecanismos de valorização das publicações de acesso aberto no Brasil	156
5.9 Adotar modelos de negócios centrados no acesso aberto e na democratização da ciência	157

5.10 Capacitar equipes de bibliotecários para atuarem como mediadores entre o pesquisador e o repositório, com conhecimento de direitos autorais e licenças permissivas	157
5.11 Criar grupos motivacionais que possam agir como disseminadores do repositório	158
5.12 Desenvolver e implantar uma política institucional de depósito compulsório	158
5.13 Implementar uma política nacional de acesso aberto	158
6. CONCLUSÕES	161
6.1 Identificar aspectos que estimulam o depósito da produção científica em repositórios institucionais	161
6.2 Identificar aspectos que inibem o depósito da produção científica em repositórios institucionais	162
6.3 Identificar elementos que norteiem a elaboração de diretrizes para povoamento de repositórios institucionais de acesso.....	163
6.4 Sugestões para estudos futuros	164
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	165
APÊNDICE A – Roteiro das Entrevistas	183
ANEXO A – Dez anos da Iniciativa de Budapeste em Acesso Aberto: a abertura como caminho a seguir.....	188

1. INTRODUÇÃO

O sistema de comunicação científica foi estruturado ao longo do tempo por meio da adoção de vários processos que, em razão de diversos fatores de ordem social, tecnológica e econômica, sofreram e continuam a sofrer grandes mudanças. Nesse contexto, o periódico científico tornou-se o principal veículo de comunicação entre os pesquisadores.

A despeito de todo o progresso alcançado, o *modus operandi* do modelo tradicional de publicação científica, entendido aqui como um subsistema do sistema de comunicação científica, tem motivado muitos debates entre a comunidade científica em consequência de certa insatisfação por parte dos atores envolvidos. É o caso de pesquisadores que, na condição de usuários contumazes da informação, não têm obtido acesso irrestrito à literatura científica, em decorrência de barreiras impostas por editores comerciais.

Não é outro o pensamento de Johnson (2002), ao constatar que

esse sistema de comunicação limita mais do que expande a disponibilidade e o alcance de maior parte da pesquisa científica. O custo de assinatura desses periódicos é alto, sendo financiado, muitas vezes, apenas por bibliotecas de instituições de pesquisa, limitando o acesso à comunidade acadêmica.

Para fazer frente a esse tradicional modelo de publicação, surgiu o Movimento de Acesso Aberto à Informação Científica, que visa tornar a literatura científica, na internet, acessível a qualquer pessoa, gratuita e irrestritamente. É um modelo que, conquanto atenda ao pressuposto de dar visibilidade à informação e rapidez na troca de informações, ainda enfrenta alguns percalços.

O acesso aberto pode se dar por meio de duas vias: a dourada e a verde. A primeira refere-se à publicação de periódicos eletrônicos com acesso aberto a seus conteúdos, enquanto a segunda diz respeito ao depósito de publicações científicas em repositórios digitais.

Os repositórios institucionais de acesso aberto pela via verde, largamente difundidos pelo mundo, são poderosos canais de comunicação científica graças às vantagens apresentadas, como visibilidade, gestão e controle da produção científica por parte de uma instituição. Segundo Lynch (2003),

um repositório institucional é um conjunto de serviços que a universidade oferece aos membros de sua comunidade, visando o gerenciamento e disseminação dos conteúdos digitais criados pela instituição e pelos membros de sua comunidade.

Com efeito, os repositórios institucionais oferecem um conjunto de serviços que permitem a reunião, o armazenamento, a organização e o controle, a preservação, a recuperação e, sobretudo, uma ampla disseminação da informação científica produzida na instituição.

A implementação de um repositório institucional traz benefícios às universidades, evidenciados pelo amplo acesso que esse serviço proporciona. Não é por outra razão que pesquisadores de qualquer parte do mundo conseguem ter acesso a uma produção que, possivelmente, ficaria restrita a determinados grupos, se não fosse divulgada em acesso aberto. Leite (2011, p. 5) ratifica essas palavras, ao ressaltar que:

o acesso aberto constitui uma reação da comunidade científica à lógica do sistema de comunicação tradicional de comunicação da ciência, especialmente ao sistema de publicações. Seus pressupostos e estratégias compatibilizam esforços que contribuem para reestruturar/reformar o sistema de comunicação científica de modo que sejam removidas as barreiras presentes no fluxo da informação científica, como aquelas relacionadas com tecnologias, custos e direitos autorais. A principal intenção é fazer com que resultados de pesquisa científica estejam pública e permanentemente acessíveis e sem custo a quem possa interessar.

O desenvolvimento de repositórios institucionais tem se expandido nas universidades como uma nova e eficiente estratégia de acesso à informação científica. As estatísticas já confirmam bons resultados: de acordo com o Directory of Open Access Repositories – OpenDoar¹, em 2010, o Brasil tinha 26 repositórios institucionais registrados, dos quais apenas 10 pertenciam às universidades. Em 2015, já foram

¹ OpenDOAR é um diretório oficial de repositórios de acesso aberto, acadêmicos. Cada repositório cadastrado foi acessado por funcionários do diretório para verificar as informações que são registradas. Fonte: <http://www.opendoar.org/>

cadastrados 26 repositórios institucionais de universidades brasileiras, perfazendo, assim, um aumento de 260%.

Nos repositórios institucionais criados no âmbito das universidades, a prática mais utilizada tem sido a do depósito mediado, conforme a qual o depósito de documentos é efetuado por terceiros. O depósito mediado se deve, em grande parte, à iniciativa do bibliotecário de disponibilizar a produção científica. São poucos os casos em que o pesquisador é quem toma a iniciativa de solicitar à biblioteca as providências cabíveis para a disponibilização da sua produção.

Xia (2011) confirma esse juízo, nos seguintes termos: “o depósito mediado e as políticas e mandatos foram introduzidos para promover o acesso aberto”. Nesse sentido, o depósito mediado, como método de povoamento de repositórios institucionais, pode servir como um meio para sensibilizar autores e membros da comunidade acadêmica sobre os benefícios dos repositórios institucionais e as vantagens de eles próprios processarem o autoarquivamento.

Diante do exposto, esta tese discute o depósito da produção científica em repositórios institucionais de acesso aberto, com a proposta de identificar os fatores que influenciam a prática de depósito da produção científica a partir do ponto de vista dos distintos atores que participam do processo da comunicação científica. O objetivo principal desta pesquisa consiste, também, na definição de propostas de diretrizes para potencializar o depósito da produção científica em repositórios de acesso aberto. Portanto, esta pesquisa buscou responder à seguinte pergunta:

Considerando a percepção de diferentes atores do sistema de comunicação científica, quais aspectos devem ser levados em consideração para potencializar o depósito da produção científica em repositórios institucionais de acesso aberto?

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo geral

Propor diretrizes para o depósito da produção científica em repositórios institucionais de acesso aberto com base na percepção dos distintos atores que participam do sistema de comunicação científica.

1.1.2 Objetivos específicos

São três os objetivos específicos, a saber:

1. identificar aspectos que estimulam o depósito da produção científica em repositórios institucionais;
2. identificar aspectos que inibem o depósito da produção científica em repositórios institucionais;
3. identificar elementos que ofereçam subsídios para a elaboração de diretrizes para o povoamento de repositórios institucionais de acesso aberto.

1.2 Justificativa

A pesquisa de doutorado aqui relatada pretendeu investigar que fatores podem potencializar o depósito da produção científica em repositórios institucionais de acesso aberto, conforme a percepção dos diferentes atores do sistema de comunicação científica. A busca de resposta para esse problema de pesquisa se justificou por razões de ordem teórica e de ordem prática.

Do ponto de vista teórico, a pesquisa justifica-se por vários motivos. O primeiro deles deriva da constatação de muitas lacunas de conhecimento científico sobre o tópico. O conjunto de conhecimentos sobre as razões que influenciam o depósito da produção científica em repositórios institucionais de acesso aberto está fortemente concentrado na perspectiva dos pesquisadores, ou seja, as pesquisas realizadas costumam partir da ótica dos atores que são responsáveis pela condução da atividade de produção do conhecimento. Apesar do protagonismo dos pesquisadores no cenário da comunicação científica, a decisão sobre o depósito da produção científica é intensamente influenciada por outros atores, a saber, editores, bibliotecários, agências de fomento e gestores institucionais. Analisando o corpo de conhecimentos que investigam os fatores que influenciam o depósito da produção científica em repositórios institucionais de acesso aberto, percebe-se a carência de perspectivas a esse respeito, por parte dos demais atores. Esta pesquisa de doutorado se propõe também a preencher tal lacuna.

Decorrente do primeiro, o segundo motivo é relacionado com a originalidade da abordagem conceitual proposta, cuja teoria embutida considera que o comportamento de pesquisadores em relação ao depósito da produção científica em repositórios institucionais de acesso aberto é influenciado pela percepção do que os demais atores têm acerca desse processo. Por seu turno, a percepção de cada um deles sobre o depósito é condicionada pelas funções que exercem no sistema de comunicação científica.

Por fim, o terceiro motivo que justificou a investigação realizada diz respeito aos acréscimos de conhecimentos aos estudos de comunicação e mediação da informação, da comunicação científica e do acesso aberto.

Do ponto de vista prático, a pesquisa se justificou em razão da possibilidade de que tanto suas descobertas – especialmente aquelas relacionadas com fatores que inibem ou estimulam o depósito da produção científica – quanto as propostas de diretrizes sugeridas se prestem a nortear a elaboração de políticas e o estabelecimento de estratégias de povoamento. Essa é uma potencial contribuição para o fortalecimento e o desenvolvimento de repositórios institucionais de acesso aberto de universidades.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 A Comunidade Científica como Sistema Social

A comunidade científica caracteriza-se por interesses e práticas em comum, que direcionam os indivíduos no estudo de um determinado problema, sendo fundamental a concepção da ciência aceita pelo grupo. Kuhn (2005, p. 222) já ensinava:

Uma comunidade científica é formada por praticantes de uma especialidade científica. Estes foram submetidos a uma iniciação profissional e a uma educação similar, numa extensão sem paralelos em relação à maioria das outras disciplinas. Nesse processo, os pesquisadores absorveram a mesma literatura técnica e dela retiraram muitas vezes as mesmas lições. Normalmente as fronteiras dessa literatura-padrão marcam os limites de um objeto de estudo científico e, em geral, cada comunidade possui um objeto de estudo próprio. (KUHN, 2005, p. 222).

No sentido sugerido por Kuhn (2005, p. 222), comunidade científica pode ser entendida como um sistema social que, segundo Storer (1966, p. 29), é definido como

qualquer associação de elementos dinâmicos, reconhecidamente delimitada, os quais são, de alguma forma, interconectados e interdependentes. Mais que isso, continuam a operar juntos de acordo com certas leis e de maneira que produzam algumas características de total efeito.

O trabalho desenvolvido pelas comunidades científicas é regido por um sistema que envolve interesses múltiplos, além do interesse individual de cada pesquisador. Fourez (1995, p. 93) confirma que “a comunidade científica não só goza de reconhecimento interno, como também externo, ou seja: não apenas dentro do próprio grupo, mas também de fora”.

Le Coadic (2004, p. 33) conceitua comunidades científicas como “redes de organizações e relações sociais formais e informais que desempenham várias funções”, para as quais a comunicação é uma das funções predominantes.

Percebe-se, portanto, que a noção de comunidade científica embute a noção de comunicação científica. Ou seja, a existência e a dinâmica das comunidades científicas

são viabilizadas, entre outros aspectos, por práticas de comunicação. Sobre essa questão, Mueller (2000, p. 22) entende que

todo trabalho intelectual de estudiosos e pesquisadores depende de um intrincado sistema de comunicação, que compreende canais formais e informais, utilizados por cientistas tanto para comunicar os resultados que obtêm quanto para se informar dos resultados alcançados por outros pesquisadores.

De fato, toda atividade de pesquisa envolve práticas de comunicação, como pontuado pela autora. Nesse sentido, em sua dimensão formal, a comunicação resulta em publicações científicas, responsáveis pela materialização de fluxos de informação científica. Leite e Costa (2007, p. 93) define bem essa situação:

O pesquisador, como um dos atores do processo de comunicação, faz uso do sistema de comunicação em diversos momentos, uma vez que, à medida que produz conhecimento, ele necessariamente também o consome. Logo, no início da criação de um novo conhecimento, o esforço de um pesquisador parte daquilo que foi construído anteriormente por outros pesquisadores. Ou seja, no princípio e durante o processo de criação, o pesquisador recorre à literatura de sua especialidade e aos seus pares. Ao fim, divulga os resultados de sua pesquisa por meio dos veículos de comunicação apropriados à sua área de conhecimento. Torna-se evidente, portanto, que um pesquisador utiliza os canais de comunicação em todo o ciclo do conhecimento – desde a sua criação até a sua divulgação –, o que permite afirmar que existe um complexo sistema de comunicação científica que permeia as comunidades científicas e instituições acadêmicas.

Como foi possível perceber, as comunidades científicas são constituídas por diversos elementos e processos, entre os quais seus atores e respectivas funções e atividades. Tais atores, funções e atividades conformam um sistema de comunicação científica, entendido nesta tese como:

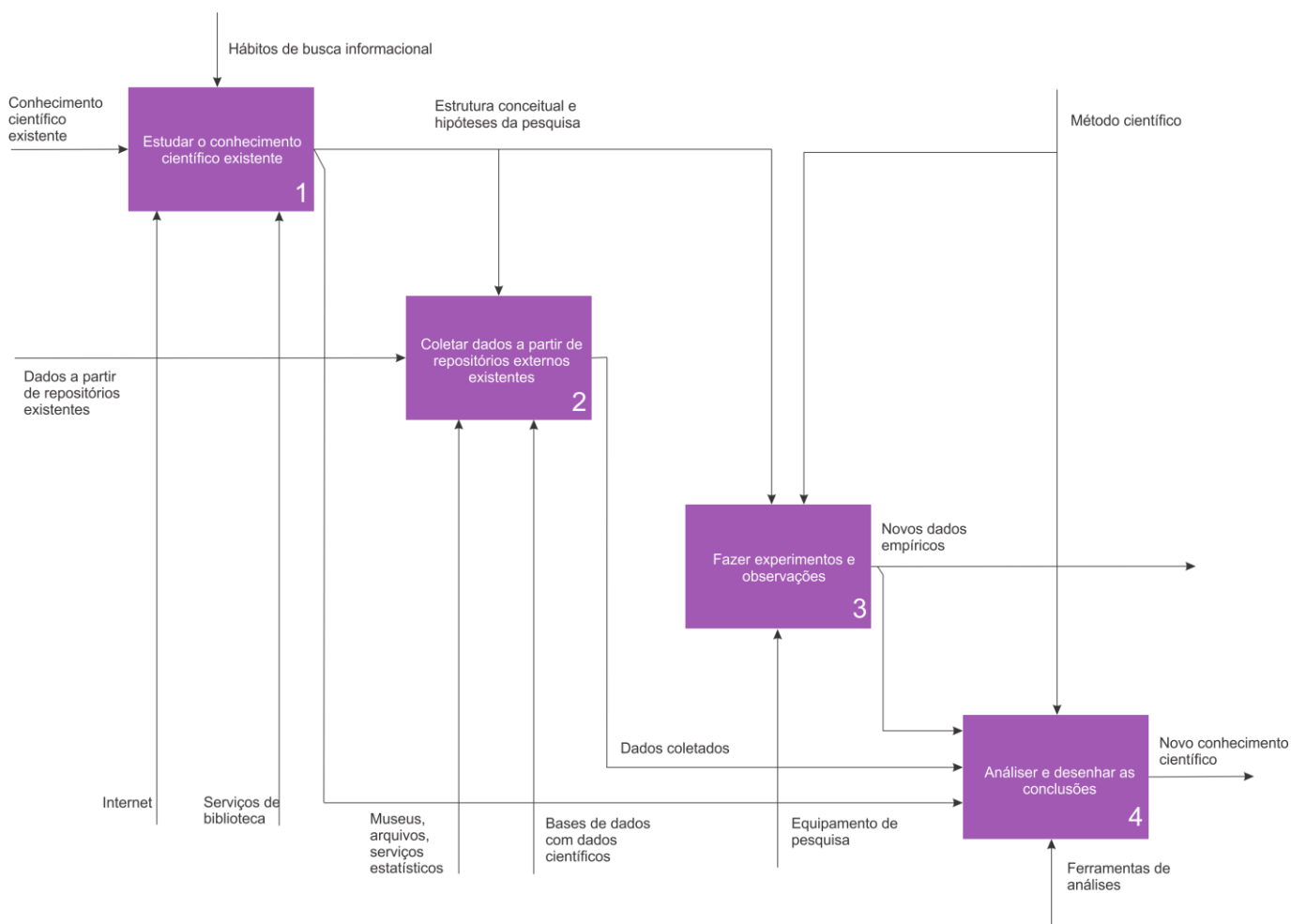
[...] mecanismo complexo – e em muitos aspectos não compreendido – constituído de uma variedade de canais que são intimamente ligados e que interagem uns com os outros. Portanto, o sistema deve ser estudado em sua totalidade. As diferentes partes que compõem o sistema de comunicação científica exercem várias funções e suportam cargas desiguais. Porém, todos eles são importantes para o funcionamento normal do sistema e a nenhuma parte deve ser dada preferência sobre as outras. (MIKHAILOV *et al.*, 1984, p. 387).

Considera-se que pesquisadores, editoras, bibliotecas, agências de fomento e universidades, apresentados na seção seguinte, são os atores que mais se relacionam e exercem influência sobre as atividades de produção, distribuição e uso da informação científica.

2.1.1 Autores-pesquisadores

São os autores-pesquisadores que iniciam o ciclo da comunicação científica, no momento que produzem e registram o conhecimento gerado. Nesse ciclo, os autores-pesquisadores realizam a pesquisa, escrevem as publicações e atuam como colaboradores (BJÖRK, 2007). O processo de condução da pesquisa envolve diversas etapas, como é descrito de forma simplificada por Björk (2007), na Figura 1.

Figura 1 - Realização da pesquisa



Fonte: adaptado de Björk (2007, tradução nossa).

De acordo com o Björk, as etapas consecutivas não implicam uma ordem rígida. Assim, o estudo do conhecimento científico existente (atividade 1) pode continuar após o início da segunda e terceira atividades, embora seja sempre a primeira atividade na realização de uma pesquisa (BJÖRK, 2007). Sendo assim, o pesquisador, ao mesmo tempo que produz conhecimento, também o consome, estando a etapa de consumo do conhecimento presente em todas as atividades que envolvem a pesquisa.

Leite e Costa (2007) ensinam que

no início da criação de um novo conhecimento, o esforço de um pesquisador parte daquilo que foi construído anteriormente por outros pesquisadores. Ou seja, o pesquisador nunca parte do marco inicial, pois, no princípio e durante o processo de criação, recorre à literatura de sua especialidade e aos seus pares.

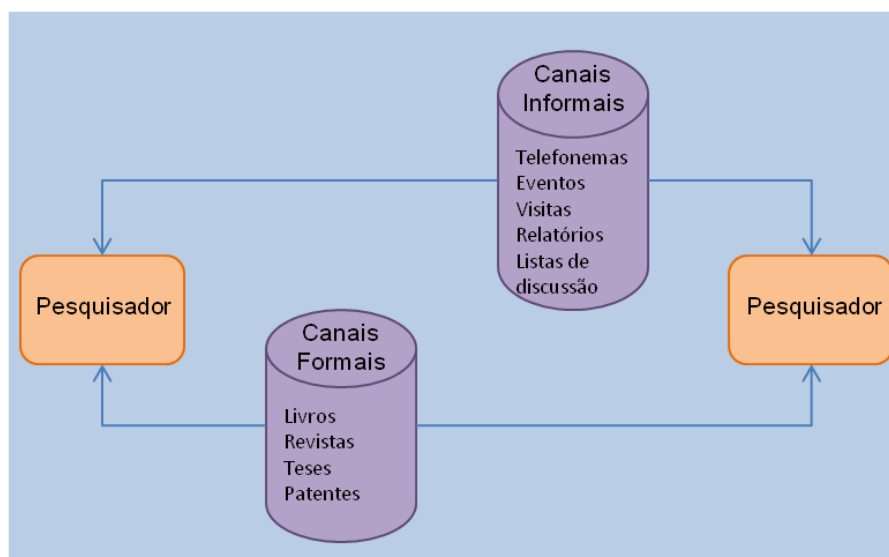
Nesse sentido, o diagrama proposto por Björk (2007) (Figura 1) mostra como os pesquisadores conduzem suas pesquisas para a produção de novos conhecimentos científicos. Esses novos conhecimentos gerados constituem uma segunda etapa do processo de comunicação científica, constituída pela comunicação dos resultados. Essa comunicação é essencial para que outros pesquisadores façam uso desses resultados nos próprios projetos de pesquisa.

Para comunicar seus resultados de pesquisa, pesquisadores utilizam canais formais e informais. Meadows (1999, p. 25) explica que:

Os meios formais são acessíveis de forma fixa por um longo período, e sua aquisição não requer, normalmente, contato com o autor. Livros e periódicos apresentam-se como exemplos típicos deste meio de comunicação. Os canais formais constituem-se de meios de comunicação escritos, quais sejam: livros, periódicos, relatórios, boletins, índices, *abstracts*.

Os meios formais de comunicação representam as fontes de informação registradas, ou seja, as publicações científicas. Além dos canais formais, existem as fontes não registradas, representadas pelos canais informais. Ambos os canais são utilizados pelos pesquisadores para comunicar suas descobertas (SOUTO, 2003, p. 19), conforme mostra a Figura 2.

Figura 2 – Sistema de comunicação científica



Fonte: Souto (2003, p.19)

Nesse contexto, o advento das tecnologias proporcionou a criação de modelos alternativos para a comunicação científica, mas a divisão entre canais formais e informais, conforme citado acima, continua pertinente. De acordo com Leite e Costa (2007), “embora, hoje, o desenvolvimento e aplicação de tecnologias no processo de comunicação na ciência tenha tornado o limite entre o formal e o informal cada vez mais nebuloso, essa divisão parece ainda ser pertinente”.

A mudança mais significativa ocorre nos meios de disseminação, dentro dos canais formais e informais que sofreram mudanças decorrentes do uso das tecnologias, e com a consolidação da internet. Araújo e Freire (1996) reafirmam que,

na perspectiva dos canais de comunicação da informação, a internet tem dupla função: permite a ligação entre pessoas, de forma livre ou em relação a temas de interesse, ao mesmo tempo em que oferece acesso a documentos, como um serviço de informação ou uma biblioteca fariam.

Nesse cenário, inserem-se os repositórios institucionais de acesso aberto, que figuram como serviços de informação científica que utilizam a internet para disponibilizar acesso à produção científica de uma instituição. Sendo assim, os autores-pesquisadores, enquanto produtores e consumidores do conhecimento científico, exercem um papel

primordial para o desenvolvimento do acesso aberto no contexto atual, na medida em que possuem o poder de decidir sobre a forma de disponibilização de seus trabalhos.

A Bethesda Statement on Open Access Publishing (2003) – uma das principais declarações de acesso aberto – constata que “a publicação eletrônica dos resultados de investigação oferece a oportunidade e a obrigação de compartilhar resultados de pesquisas, ideias e descobertas livremente com a comunidade científica e com o público em geral”. Aquela declaração confirma, como convicção, que o pesquisador tem grande interesse em assegurar que os resultados de suas investigações sejam divulgados de imediato, de forma ampla e eficaz.

Os pesquisadores têm, nos repositórios digitais de acesso aberto, um veículo propício para a disseminação de seus resultados de pesquisa e, assim, podem contribuir para a disseminação da informação. Tais resultados dizem respeito principalmente aos artigos publicados em periódicos arbitrados, mas também se aplicam a qualquer pré-publicação não revisada que se pretenda disponibilizar on-line para comentar ou alertar colegas sobre importantes achados de pesquisa.

Especificamente no contexto dos repositórios institucionais, os pesquisadores desempenham um papel fundamental na tomada de decisão pelo depósito de sua produção científica, pois, além de contribuir para a preservação da produção intelectual da instituição, o depósito de trabalhos científicos amplia as chances de os trabalhos depositados serem lidos e citados, promovendo, assim, maior visibilidade e o impacto da pesquisa.

2.1.2 Editoras

O papel das editoras científicas é organizar e coordenar todo o processo editorial, que envolve a avaliação e a aprovação do original submetido pelo autor, o contrato, a editoração e a diagramação dos textos, bem como a impressão (nos casos das publicações impressas) ou a disponibilização em meio digital. Tais atividades, em uma análise mais ampla, estão diretamente relacionadas com a condução de processos que culminam com a produção e a qualificação da informação científica.

Meadows (1999, p. 127), debruçando-se sobre as funções das editoras no sistema de comunicação científica, constata que “a atribuição das editoras é receber as obras dos autores, organizá-las de forma que sejam aceitáveis para os leitores e, em seguida, divulgá-las”. Para Meadows, as editoras envolvidas na produção de livros e periódicos científicos normalmente são as editoras comerciais, as editoras universitárias e outras editoras institucionais, além das sociedades e associações científicas e profissionais.

De modo similar a Meadows (1999, p. 127), relatório da The Wellcome Trust (2004, p.7), uma das maiores fundações dedicadas à pesquisa biomédica do mundo, subdivide as editoras de periódicos acadêmicos em três grupos:

- editoras comerciais, que buscam maximizar o lucro por meio da publicação;
- editoras universitárias, que procuram publicar trabalhos de alta qualidade e, assim, obter lucro simultâneo;
- sociedades científicas, que são instituições sem fins lucrativos, cujos objetivos são geralmente ligados à promoção dos interesses de sua pesquisa ou áreas disciplinares.

Em suma, editores são responsáveis por contribuir tanto para a produção e a qualificação da informação científica quanto para a sua distribuição e circulação nas comunidades científicas, por meio da comercialização de produtos de informação (venda de livros, assinatura de periódicos científicos ou bases de dados), disseminação na modalidade “acesso aberto” e respectivas variações de modelos de negócios.

As atividades relacionadas às editoras abarcam: a organização das publicações, a negociação para subscrições, o planejamento do periódico (envolvendo questões essenciais, como a definição do conselho científico), o marketing geral e a definição de preços de assinaturas (BJÖRK, 2007). Essas atividades, bem como a criação e a manutenção de infraestruturas tecnológicas (especialmente no caso de periódicos digitais), geram despesas, que ficam embutidas nos valores cobrados pelas assinaturas. Björk (2007) lembra, porém, que o custo do periódico impresso é maior do que o do eletrônico, visto que o primeiro envolve as atividades de impressão e distribuição. Ainda de acordo com esse autor, a diferença entre o formato em papel e o eletrônico é que a

publicação impressa implica um modelo de assinaturas ou *pay-per-view*, enquanto a eletrônica pode fazer uso de uma variedade maior de modelos que gerem receita.

Editoras do mundo inteiro, cientes da importância da difusão do acesso aberto e da adesão crescente da comunidade científica a esse sistema, tentam se adequar a esse novo contexto por meio da adoção, entre outros recursos, de novos modelos de negócios. Foi sob essa influência que surgiu o Article Processing Charge (APC), que vem a ser uma taxa de publicação cobrada aos autores a título de pagamento pela publicação em um periódico acadêmico. Essa taxa costuma ser paga pela instituição ou pelo financiador da pesquisa de um autor. Tratando do APC, Solomon e Björk (2012, p. 1485) explicam:

O modelo APC muda fundamentalmente as relações entre autores, editores e leitores, transferindo a função de financiar a publicação dos assinantes, mais frequentemente bibliotecas universitárias, para os autores, seus financiadores, ou empregadores. O custo de APCs acrescenta uma nova dimensão para as decisões dos autores quanto ao local para tentar publicar seus manuscritos. Também muda o foco dos esforços de marketing dos editores, em que os seus clientes, pelo menos no sentido financeiro, são agora os autores, em vez dos assinantes. Além disso, o papel tradicional das bibliotecas acadêmicas como uma intermediária entre os leitores e editores desaparece, porém, em alguns casos, eles assumiram um novo papel de gerenciar o pagamento dos APCs para os autores em suas universidades.

Com a adoção do modelo APC, o pesquisador fica livre para fazer o uso que lhe aprouver de seu artigo, sendo, por exemplo, possível disponibilizá-lo no repositório de sua instituição ou até mesmo em seu site pessoal. Um estudo de 2015 (SCHIMMER, GESCHUHN e VOGLER, 2015) mostra que a transformação de grande escala do modelo de assinaturas para publicação de acesso aberto é possível e sem despesas adicionais. O estudo foi realizado tendo como base os dados sobre APC da Alemanha, do Reino Unido e da França.

O modelo APC tem sido, porém, criticado porque seus gestores costumam negligenciar o padrão de qualidade das publicações. De acordo com Bell (2012, p. 179),

atualmente, há periódicos dispostos a aceitar quase todos os artigos, desde que o autor esteja disposto a pagar a taxa. Autores, em vez das bibliotecas, são os

clientes das editoras de acesso aberto, sendo assim um poderoso incentivo para manter a qualidade foi perdido.

Esses editores são conhecidos como “editores predatórios”, conforme adverte Nassi-Caló (2015):

[...] causam um enorme dano à imagem de periódicos de Acesso Aberto que cobram APC, devido principalmente a artigos sensacionalistas publicados na literatura científica, alegando que Acesso Aberto é sinônimo de publicações de baixa qualidade, metodologia discutível e sem avaliação por pares. Consequentemente, muitos autores relutam em enviar seus artigos a periódicos de acesso aberto, e faz com que seu ingresso em bases renomadas como o Web of Science seja gravemente dificultado.

Björk e Solomon (2014, p. 22) equilibram, porém, a questão quando lembram que periódicos editados por “editores predatórios” dificilmente serão indexados em bases referenciais conceituadas, como a Scopus²:

esses periódicos são, portanto, pouco prováveis de serem escolhidos como fonte de publicação por autores que recebem financiamento do governo ou de agências de fomento, pelo menos em países com liderança acadêmica, como o Reino Unido.

Discussões à parte, esse modelo tem se apresentado como uma forma sustentável para os periódicos científicos no cenário do acesso aberto. De acordo com Björk (2013, p. 13), “o modelo de negócios baseado na APC para a publicação de periódicos de acesso aberto provou a sua sustentabilidade, pelo menos nas publicações da área biomédica”.

Nesse sentido, os repositórios institucionais beneficiam-se desses modelos na medida em que podem disponibilizar, coletar e organizar essa produção institucional disponível em acesso aberto.

² Scopus é um banco de dados de resumos e citações de artigos de periódicos acadêmicos. Possui em torno de 19 mil títulos, de cerca de 5 mil editoras. É de propriedade da Elsevier e está disponível na internet, mediante assinatura.

2.1.3 Bibliotecas universitárias/bibliotecários

Outrora, o papel da biblioteca universitária restringia-se a adquirir informações por meio da aquisição de livros e periódicos, e torná-los disponíveis e acessíveis aos usuários. De acordo com Cunha (2000, p. 73):

[...] através dos séculos, o ponto focal da universidade tem sido a biblioteca, com o seu acervo de obras impressas preservando o conhecimento da civilização. Atualmente, esse conhecimento existe sob muitas formas: texto, gráfico, som, algoritmo e simulação da realidade virtual e, ao mesmo, ele existe literalmente no éter, isto é, distribuído em redes mundiais, em representações digitais, acessíveis a qualquer indivíduo e, com certeza, não mais uma prerrogativa de poucos privilegiados da academia.

No contexto da comunicação científica, as bibliotecas universitárias assumem o papel de facilitadoras da disseminação e da recuperação da informação. Para Meadows (1999, p. 127), “bibliotecários são responsáveis por codificar e armazenar o material oriundo das editoras de modo a torná-lo acessível aos leitores”. Sendo assim, o papel da biblioteca universitária é gerir a informação, contribuindo substancialmente para a produção do conhecimento.

A biblioteca universitária, em especial, tem como principal missão garantir e promover o acesso à informação científica, contemplando as atividades de ensino, pesquisa e extensão. De acordo com Ohira (1998):

Para a biblioteca universitária, o apoio acadêmico já é tradicional e seu papel vem sendo cumprido, ainda que às custas (sic) de esforços, considerando as condições por que passa a maioria das bibliotecas universitárias brasileiras. No apoio à pesquisa, vem se firmando e cada vez mais ocupando lugar de destaque nas universidades, necessitando ainda de estruturas informacionais adequadamente capazes de atender, de forma satisfatória às necessidades dos pesquisadores e gerar informações indispensáveis ao fomento das atividades de pesquisa.

A forma como, no passado, as bibliotecas universitárias garantiam e promoviam o acesso à informação científica sofreu mudanças significativas com os avanços tecnológicos, obrigando os bibliotecários a se adaptar a elas. O uso das tecnologias de

informação passou a constituir elemento essencial na oferta de serviços de informação nas bibliotecas universitárias a fim de garantir a ampliação do acesso à informação.

Nesse cenário de tecnologias, em que a internet constitui um dos instrumentos de maior impacto no acesso à informação científica, bibliotecas universitárias têm se valido de duas estratégias: fornecer acesso por meio do acesso aberto – na forma de manuscritos ou cópias de publicações formais em periódicos, disponibilizadas em repositórios digitais de acesso aberto – ou por meio de assinatura de bases de dados. No caso das bases de dados, o acesso é dado por fornecedores que vendem seus serviços de informação às bibliotecas, cujo objetivo é centralizar o processo de busca e recuperação dessa informação (BJÖRK, 2007).

No caso específico do acesso aberto, de acordo com Costa (2005, p.176-177), em relação às transformações sofridas na maneira como se compartilham informações dentro da comunidade científica,

[...] os repositórios institucionais provocam a entrada das bibliotecas em cena. Todos certamente centrados na preocupação com a acessibilidade ampla e irrestrita à informação, resultado do movimento recente em direção à filosofia aberta para os arquivos em que os conteúdos gerados por pesquisadores estão disponíveis.

Nesse sentido, os bibliotecários assumem um papel de disseminadores da produção científica de instituições acadêmicas, porque são eles, na maioria dos casos, os responsáveis pela gestão dos repositórios institucionais.

Leite (2009, p. 38) mostra que “os processos envolvidos nas rotinas de um repositório institucional possuem natureza muito próxima e similar aos trabalhos desenvolvidos em ambientes digitais por bibliotecas e bibliotecários”. Segundo o autor, são os bibliotecários que possuem *expertise* para a elaboração de políticas de formação, desenvolvimento e gestão de coleções, além de serem as bibliotecas a instância organizacional mais ligada às questões de comunicação e gestão da informação científica.

É função do bibliotecário, na condição de mediador entre o pesquisador e os leitores, gerenciar os repositórios institucionais e o desenvolvimento de suas coleções.

Esse desenvolvimento pode se dar por meio do depósito mediado, no qual o próprio bibliotecário se responsabiliza pela inclusão de itens ou pelo autoarquivamento. Esse segundo procedimento, por mais que seja realizado e incentivado por parte das universidades, não dispensa o papel do bibliotecário na gestão e na manutenção dos repositórios institucionais.

A Bethesda Statement on Open Access Publishing (2003) propõe que bibliotecários e bibliotecas assumam peremptoriamente o papel de desenvolver e apoiar mecanismos para a transição das publicações para o acesso aberto, e divulgar esses mecanismos para a comunidade. Ademais, também cabe à biblioteca ensinar aos usuários os benefícios da publicação em acesso aberto, além de destacar as revistas disponíveis nessa modalidade.

Segundo Antelman (2004, p. 374), os bibliotecários que optarem por implementar repositórios institucionais

devem ser capazes de convencer os professores, muitos dos quais são, por várias razões, relutantes em compartilhar sua produção de pesquisa principal. Dados mostram, no entanto, que artigos disponíveis gratuitamente, pela maior facilidade de uso, são mais propensos a serem citados, o que é uma poderosa evidência do valor dos repositórios, bem como de outros canais de acesso aberto.

Confirma-se aqui, mais uma vez, a importância da atuação de bibliotecários e bibliotecas na viabilização do acesso aberto, principalmente os profissionais das universidades, local onde é, aliás, desenvolvida a maior parte das pesquisas científicas (Baptista *et al.*, 2007). Sua atuação é fundamental tanto para decidir sobre questões gerenciais associadas ao acesso aberto, quanto políticas ligadas à inclusão de conteúdos.

2.1.4 Agências de fomento

Em todo o mundo, boa parte da ciência e dos projetos de pesquisa é financiada por agências governamentais de fomento. No Brasil, como grande parte das pesquisas científicas é desenvolvida no âmbito da Pós-Graduação *stricto sensu* em universidades públicas, pode-se dizer que as agências de fomento são também as principais responsáveis pelo financiamento, uma vez que os programas de pós-graduação são financiados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Silva e Ferro (2010, p.2) recordam que

desde a implantação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil até o momento atual de expansão de tais programas, existe a necessidade não apenas de políticas educacionais para proporcionar a implantação, consolidação e expansão da pós-graduação *stricto sensu*, mas também do aporte de recursos financeiros a serem utilizados para oferecer estes programas com qualidade à sociedade brasileira. Os recursos financeiros contribuem para proporcionar a excelência dos programas de pós-graduação, sendo em grande medida provenientes das agências de fomento.

Para fomentar a pesquisa científica no âmbito de universidades e instituições de pesquisa, o governo brasileiro mantém o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Capes e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), entre outras agências federais, além das Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) estaduais, que estão presentes em 21 das 27 unidades federativas.

Essas agências influenciam sobremaneira o processo de comunicação científica, no sentido atribuído por Garvey (1979), que considera que o processo de comunicação tem a ver com a produção, a distribuição e o uso da informação. As agências atuam na produção, porquanto financiam a atividade de pesquisa; na distribuição, já que, para concederem financiamento, precisam avaliar o pesquisador por meio de sua produção científica; e no uso, considerando que a maior ou menor valorização de determinados canais de comunicação influencia no maior ou no menor uso deles por parte de outros pesquisadores.

As agências de fomento, segundo Souza (2013, p. 53), dispõem – configurados como objetivos, missões ou dispositivos institucionais quanto ao seu papel na difusão científica – de um cabedal de: a) políticas, planos ou programas voltados à garantia e à ampliação do acesso à informação, tanto sobre pesquisas financiadas quanto sobre seus resultados; b) produção de diversas publicações, disponibilizadas na internet, para auxiliar na sensibilização e no desenvolvimento de interesses e habilidades em comunicação científica; e c) ações voltadas para o contato ou o intercâmbio de informações das agências com diversos setores (universidades, pesquisadores, empresas, setores do governo, entre outros).

Ainda de acordo com a autora, no Brasil, as agências, além de responderem pelo forte crescimento das pesquisas científicas nacionais e pela consolidação da pós-graduação *stricto sensu*, desempenham importante papel na comunicação das informações científicas, com a finalidade de veicular as pesquisas apoiadas (SOUZA, 2013).

Nesse sentido, às agências de fomento cabe grande parte do crédito pelo avanço do acesso aberto e pelo desenvolvimento de repositórios institucionais em universidades e instituições de pesquisa, na medida em que os repositórios podem ser utilizados como mecanismo para a disseminação de produção científica.

O Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica (Ibict, 2005) lembra, por sua vez, que é necessário que as agências de fomento reconheçam a publicação científica em repositórios de acesso aberto para efeito de avaliação da produção científica dos pesquisadores e para a concessão de auxílio e financiamento para a pesquisa, além de recomendar que os pesquisadores que recebam auxílio depositem seus trabalhos nesses repositórios. Ademais, o manifesto incentiva essas agências a promover e a apoiar a construção e a manutenção de repositórios institucionais e temáticos, bem como a dar suporte prioritariamente à edição de publicações científicas eletrônicas de acesso aberto.

Esse manifesto (Ibict, 2005) segue a mesma linha de conduta da Bethesda Statement on Open Access Publishing (2003), ao sugerir que as agências de fomento incentivem pesquisadores a depositar seus trabalhos de acordo com os princípios do acesso aberto, maximizando, desse modo, o acesso e beneficiando outros cientistas, estudiosos e o público em geral.

Um dos primeiros resultados da regulamentação daqueles propósitos nasceu com a política adotada pela National Institutes of Health (NIH), nos Estados Unidos, em fevereiro de 2005, que se tornou efetiva em maio do mesmo ano. Essa política incentiva os pesquisadores que fazem uso de bolsas de estudo a depositar suas publicações no PubMed Central (PMC), no prazo de 12 meses, a contar da data de publicação. Em 2008, essa política foi revista, tendo substituído o incentivo ao depósito por obrigação de depósito.

Seguindo o mesmo modelo, a Wellcome Trust modificou suas condições de concessão e tornou obrigatório, a partir de outubro de 2006, que seus trabalhos financiados estivessem em acesso aberto via PMC, no prazo máximo de seis meses da publicação.

No Reino Unido, as agências de fomento criaram políticas de acesso aberto para pesquisas financiadas com dinheiro público. De acordo com Pinfield (2010, p. 40), “a maior parte dos conselhos de pesquisa adotou políticas de acesso aberto em 2006, como parte de uma iniciativa de articulação dos Reserach Councils UK (RCUK)”. Os conselhos remanescentes adotaram essas políticas posteriormente: Arts and Humanities Research Council (AHRC), em setembro de 2007, e Engineering and Physical Sciences Research Council (EPSRC), em janeiro de 2009.

Outros países, a exemplo da Austrália, da Áustria, da Bélgica, do Canadá, da França, da Alemanha, da Irlanda, da Itália, da Espanha e da Suíça, também adotaram políticas semelhantes à do Reino Unido, determinando que pesquisas financiadas pelo governo fossem disponibilizadas em acesso aberto.

No Brasil, não foi identificada, na literatura, nenhuma política de acesso aberto formulada por agências de fomento, nos moldes das citadas. Uma pesquisa elaborada por Costa (2014, p.177-178) demonstrou que certas agências de fomento, como a Fapesp e Fapemig, possuem, em suas bibliotecas virtuais, informações e/ou relatórios de seus projetos financiados; entretanto, esse sistema não se configura como um repositório no contexto do acesso aberto, pois apresenta apenas informações referenciais das pesquisas, não disponibilizando, por exemplo, o texto completo, ou seja, aquilo que foi aceito pelos pares.

Segundo Costa (2014, p. 180),

a América Latina não parece acompanhar a tendência de algumas regiões como a Europa e América do Norte que têm se mobilizado em discussões sobre como tornar efetiva as políticas de suas agências para a promoção do acesso do conhecimento científico produzido com seus recursos.

2.1.5 Universidades

Considerando a produção, a distribuição e o uso da informação como processos do sistema de comunicação científica, definidos por Garvey (1979), as universidades atuam diretamente nos três processos citados. De acordo com Leite e Costa (2007),

[...] as universidades, como comunidades acadêmicas, constituem elementos do sistema científico. São consideradas ainda como o cerne da produção do conhecimento, e os processos de comunicação científica permeiam boa parte de suas atividades, o que permite tanto as trocas internas de conhecimento quanto externas, em interação com comunidades científicas.

As universidades públicas constituem o principal suporte institucional para a pesquisa e para a formação de pesquisadores no Brasil (DURHAM, 1998). Assim, no âmbito do sistema de comunicação científica, as universidades são responsáveis pelas infraestruturas organizacional, tecnológica e política, no que concerne às atividades de pesquisa, bem como pelo compartilhamento do conhecimento e das experiências resultantes das pesquisas científicas.

No contexto da comunicação científica, Leite (2006, p. 216) entende que

as universidades influenciam os processos de criação e compartilhamento do conhecimento, na medida em que subsidiam a participação em eventos científicos e oferecem infraestrutura tanto para a pesquisa quanto para o ensino.

A produção do conhecimento em universidades está representada na Figura 3.

Figura 3 – Produção do conhecimento em universidades



Fonte: Leite (2014)

Analisando a Figura 3, é possível concluir que o compartilhamento de conhecimentos e experiências é o elemento condutor da pesquisa e do ensino, assim como é uma das funções do sistema de comunicação científica global (BJÖRK, 2007). Esse compartilhamento está relacionado diretamente à gestão da informação, que, no cenário atual, tem, nos repositórios institucionais de acesso aberto, eficientes canais e poderosas ferramentas para a gestão do conhecimento. No âmbito das universidades, porém, para que a prática do acesso aberto seja viabilizada, é essencial que elas definam políticas que norteiem as ações de pesquisadores, bibliotecários e de suas editoras.

O Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica (Ibict, 2005) recomenda que as universidades encorajem os pesquisadores a publicar seus resultados de pesquisa em periódicos de acesso aberto, e a depositar seus trabalhos no repositório institucional de suas instituições. Para que isso se concretize, as instituições acadêmicas devem valorizar a publicação em ambiente de acesso aberto no sistema de avaliação de mérito e progressão salarial.

A disponibilização da produção científica em acesso aberto é vantajosa para a instituição acadêmica, na medida em que promove e maximiza a disseminação da sua produção científica. Um estudo de Antelman (2004) mostra que artigos em acesso aberto têm um impacto bem maior sobre uma variedade de áreas do conhecimento científico do que aqueles que não estão disponíveis gratuitamente.

Além dos estudos de Antelman (2004), outros demonstram que publicações disponíveis em acesso aberto tendem a ser mais citadas e, por consequência, podem trazer maior visibilidade para o pesquisador e sua instituição (Lawrence, 2001; Harnad e Brody, 2004; Kurtz *et al.*, 2004; Brody *et al.*, 2004; Ebrahim *et al.*, 2014).

Em suma, universidades devem fomentar políticas que viabilizem a disseminação de suas produções científicas em acesso aberto. A adoção de uma política de depósito compulsório da produção científica em um repositório institucional de acesso aberto é uma medida que pode ser adotada pelas instituições para maximizar o impacto dos resultados de pesquisas.

Gargouri *et al.* (2012) confirmam que “políticas de depósito compulsório em repositórios institucionais de acesso aberto têm um grande efeito, e quanto mais forte o mandato, mais forte será o efeito”. A título de exemplo, cita-se a política adotada pela Universidade de Liège (na Bélgica)³, que atrela a progressão na carreira às publicações que seus pesquisadores têm no repositório institucional. No Brasil, a falta de estrutura é uma das principais limitações para a consolidação dos repositórios institucionais. De acordo com Weitzel e Machado (2010, p.6),

nem todas as instituições de ensino e pesquisa no Brasil possuem condições técnicas, operacionais, humanas e materiais para instalar um software (para criação de repositórios digitais) em um servidor e desenvolver um repositório digital.

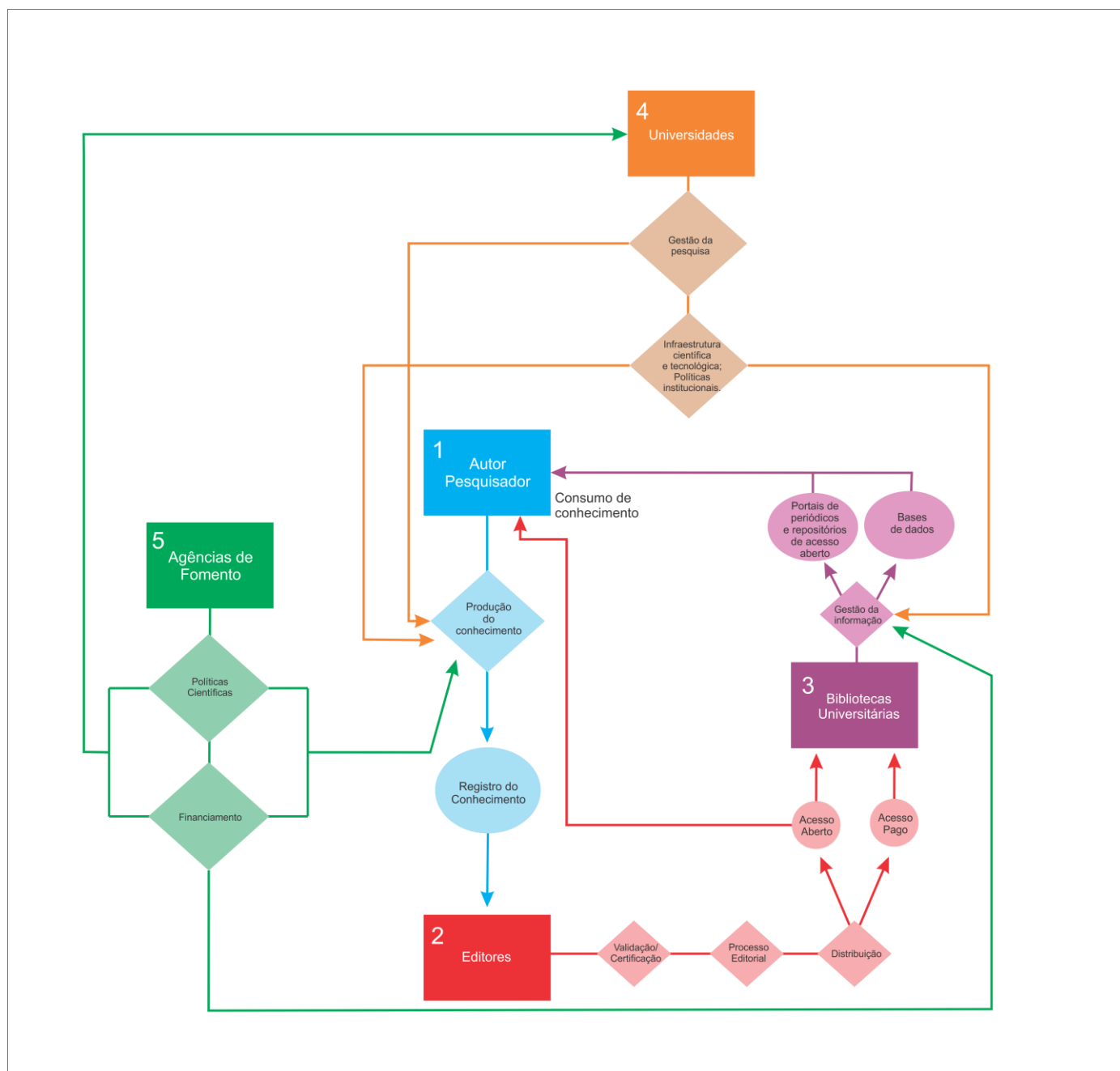
Com efeito, o desenvolvimento de repositórios institucionais depende de um trabalho conjunto por parte da comunidade acadêmica, visando garantir o acesso à produção científica da instituição.

³ <http://recteur.blogs.ulg.ac.be/?p=103>

2.1.6 Conclusão

As funções dos atores que participam do sistema de comunicação científica estão representadas resumidamente, conforme exposição feita, na Figura 4.

Figura 4 – Funções dos atores que participam do sistema de comunicação científica



Fonte: Elaboração própria.

- 1. Autores-pesquisadores:** são responsáveis pela produção, pelo registro e pelo consumo de conhecimento. Sofrem influências de todos os demais atores no processo de condução da pesquisa.
- 2. Editores:** são responsáveis pela validação, pela certificação, pela publicação e pela distribuição da pesquisa. Esta última pode se dar por meio do acesso aberto ou do acesso pago. Os principais clientes do acesso pago são as bibliotecas universitárias, responsáveis pelas assinaturas. Já para o acesso aberto, o principal cliente é o usuário final, ou seja, o próprio autor-pesquisador.
- 3. Bibliotecas universitárias:** são responsáveis pela gestão da informação. Essas bibliotecas provêm serviços de informação com a finalidade de garantir acesso à informação científica para a condução de pesquisas. Esse acesso pode ser feito por meio de bases de dados, de portais de periódicos de acesso restrito e acesso aberto, e também por meio de repositórios digitais.
- 4. Universidades:** são responsáveis por garantir infraestrutura científica e tecnológica para a realização de pesquisas, por gerirem pesquisas científicas realizadas no âmbito da instituição e por estabelecerem políticas institucionais.
- 5. Agências de fomento:** responsáveis pelo financiamento de pesquisas científicas, também interferem diretamente na gestão da informação, na medida em que financiam o acesso a periódicos pagos. Por consequência, interferem diretamente na produção e no consumo do conhecimento. São também responsáveis pelas políticas científicas, que regulamentam os cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* em universidades públicas, onde é produzida grande parte das pesquisas científicas.

2.2 Comunicação Científica

Diversos autores, envolvidos com a definição de comunicação científica, destacam seu protagonismo no desenvolvimento da ciência e na geração de conhecimento. Segundo Meadows (1999),

a comunicação situa-se no próprio coração da ciência. É para ela tão vital quanto a própria pesquisa, pois a esta não cabe reivindicar com legitimidade este nome enquanto não houver sido analisada e aceita pelos pares. Isso exige, necessariamente, que seja comunicada. Ademais, o apoio às atividades científicas é dispendioso, e os recursos financeiros que lhes são alocados serão desperdiçados a menos que os resultados das pesquisas sejam mostrados aos públicos pertinentes. Qualquer que seja o ângulo pelo qual a examinemos, a comunicação eficiente e eficaz constitui parte essencial do processo de investigação científica.

Borgman (1990) conceitua comunicação científica como

estudo de como os estudiosos em qualquer campo (biológicos, sociais e comportamentais, por exemplo, ciências físicas, ciências humanas, tecnologia) usam e divulgam informações através de canais formais e informais. O estudo da comunicação científica inclui o crescimento de informações acadêmicas, as relações entre as áreas de pesquisa e disciplinas, as necessidades de informação e uso de grupos de usuários, e a relações entre métodos formais e informais de comunicação.

A comunicação científica representa as diferentes formas como a ciência é divulgada. De acordo com Garvey (1979, p. 11), “a informação deve ser devidamente comunicada (segundo a tradição) para a comunidade científica. O artigo de periódico científico é o principal meio de comunicação”.

Garvey e Griffith (1979) elaboraram um modelo de comunicação científica que descreve o processo tradicional; em linhas gerais, o pesquisador publica em um determinado periódico, e seu trabalho é indexado em índices abstracts⁴. Esse modelo é específico de periódicos impressos e, apesar de não representar os paradigmas atuais, ainda é um dos mais disseminados no campo da comunicação científica.

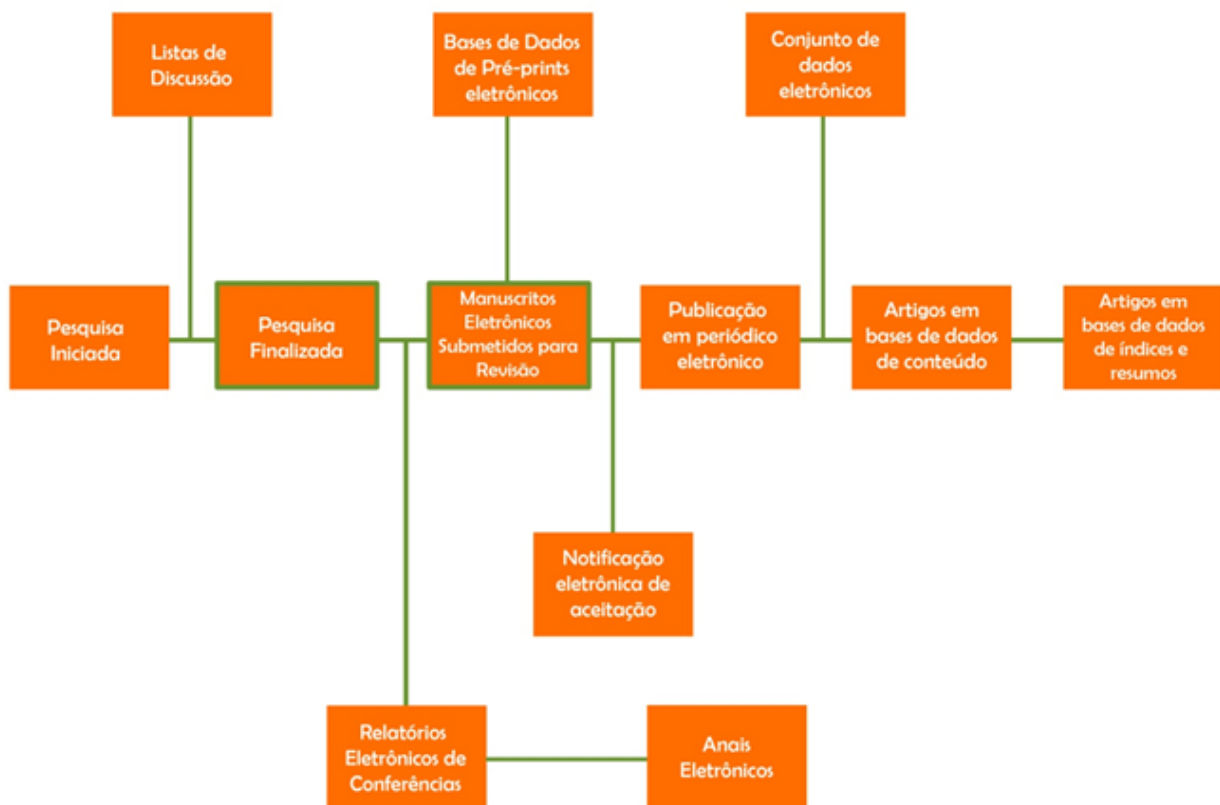
Embora seja um modelo bastante difundido, o modelo tradicional cria barreiras de acesso, conforme afirma Pinfield (2004):

⁴ Índice de conteúdo de um grupo de documentos especializados, em geral artigos de periódicos. Fonte: BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. Sociedade da Informação. Glossário de biblioteconomia e documentação. Rio de Janeiro, 2002.

[...] as restrições impostas por editores para que a distribuição de arquivos científicos seja paga, a fim de gerar renda, limitam o impacto em potencial de um artigo. As 'barreiras de acesso' criadas afetam os investigadores na sua qualidade de leitores da literatura acadêmica. Os leitores querem um acesso fácil a todas as publicações em seu campo.

Com o advento das tecnologias de informação, vários modelos foram criados com base no trabalho de Garvey e Griffith (1979). Esses modelos procuraram aplicar as tecnologias em alguns processos que fazem parte do sistema de comunicação científica. Hurd (1996) publicou um modelo de comunicação científica, derivado do trabalho de Garvey e Griffith (1979), no qual procurou examinar o papel das tecnologias de informação no campo da comunicação científica, na área da psicologia, que, de acordo com a autora, também pode ser aplicado às ciências sociais. (Figura 5).

Figura 5 - Modelo de comunicação científica de Garvey e Griffith modernizado

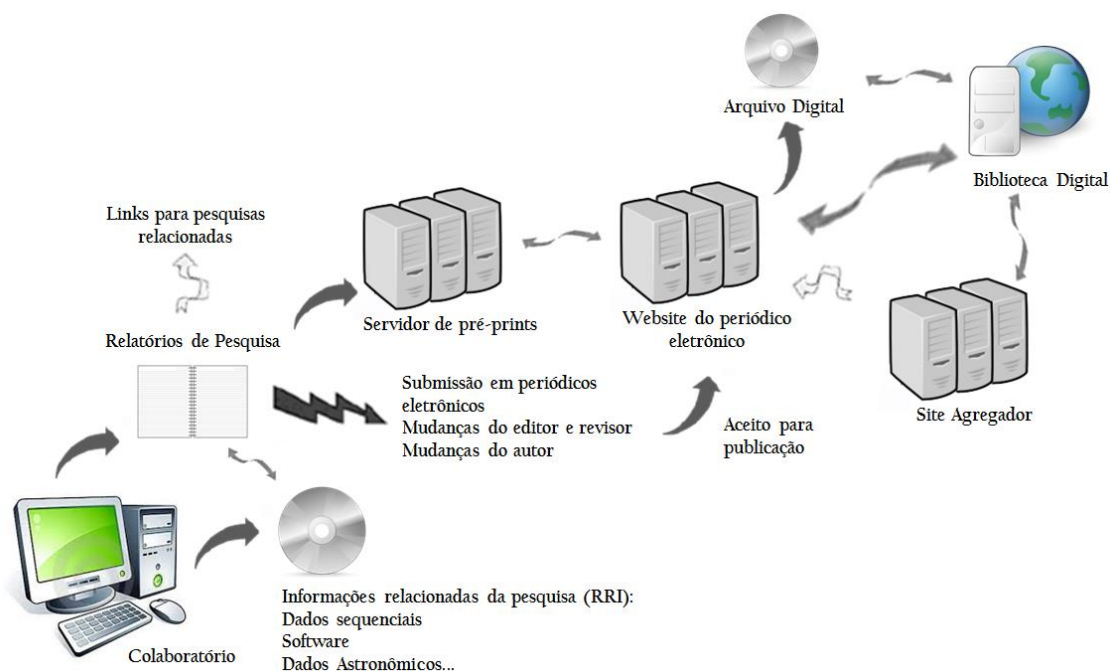


Fonte: Adaptado de Hurd (1996, p. 22)

De acordo com Leite (2011), Hurd chamou a atenção para o fato de que o modelo modernizado retém os elementos básicos de um sistema tradicional em papel, constituído com base em periódicos revisados por pares, como unidade de distribuição da pesquisa. A diferença é que, no processo digital, a comunicação e a disseminação das descobertas científicas se dão de forma acelerada, em todos os estágios do fluxo da comunicação.

No ano 2000, Hurd publicou um novo modelo de comunicação científica no qual previa um sistema para 2020 (Figura 6). Nesse modelo, Hurd apresenta todo o processo de comunicação científica centrado no uso de tecnologias. De acordo com a autora, a revisão por pares será uma característica de qualquer sistema de comunicação novo, embora os mecanismos para garantir a qualidade possam diferir da submissão digital e do processo de avaliação.

Figura 6 - Comunicação Científica - um modelo para 2020

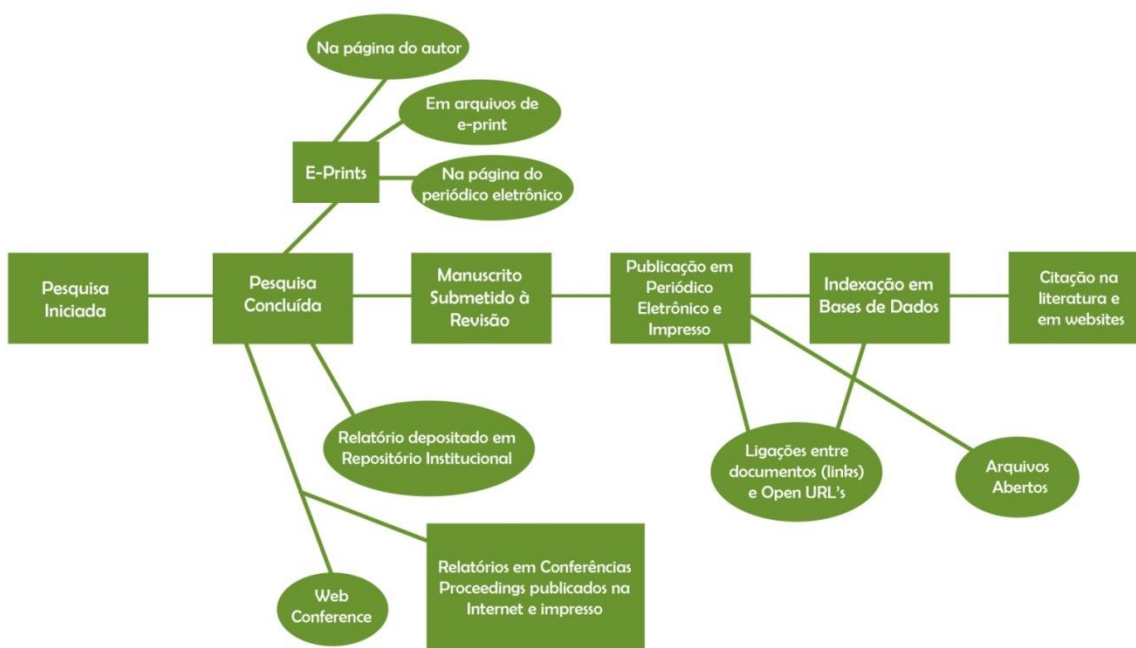


Fonte: Adaptado de Hurd (2000)

O modelo proposto por Hurd apresenta a publicação em periódicos eletrônicos, com seus conteúdos totalmente armazenados em arquivos digitais. Esse modelo também apresenta o acesso a essas informações não somente nos sites dos periódicos, mas também em bibliotecas digitais.

Hurd publicou, em 2004, outro modelo, ao qual chamou de Modelo de Comunicação Científica no Mundo Digital (Figura 7). Nesse modelo, ainda que não tenha sido mencionado explicitamente pela autora, percebe-se a presença de repositórios temáticos e institucionais. Tal modelo de comunicação científica examina a troca de conhecimento por meio de canais de comunicação. Os repositórios nada mais são do que uma parte desse processo de compartilhamento de conhecimento.

Figura 7 - Comunicação científica no mundo digital



Fonte: Adaptado de Hurd (2004)

Com o uso das tecnologias, a internet tornou-se um poderoso canal da comunicação científica, partindo de um canal predominantemente informal para um canal formal, de forma significativa (Søndergaard, Andersen e Hjørland, 2003). Ademais, os autores pontuam que

as mais significativas unidades formais de documentos na internet são: periódicos eletrônicos, documentos pré-prints e a literatura cinzenta ou não publicada, que engloba teses, dissertações, relatórios, etc.

Essas três unidades podem ser incorporadas pelos repositórios institucionais.

O desenvolvimento de repositórios e a difusão do acesso aberto trazem novos desafios ao sistema de comunicação científica. De acordo com Antelman (2004), “artigos disponíveis gratuitamente são mais propensos a ser citados, evidência poderosa do valor dos repositórios, bem como de outros canais de acesso aberto”. O tradicional modelo de comunicação científica não traduz mais as necessidades dos pesquisadores, pois, segundo Prosser (2003), “as tecnologias (em particular o advento da internet), permitem-nos rever ou reinventar a comunicação científica”. O mesmo autor lembra que se assiste também a um processo de conscientização de pesquisadores e de organismos de financiamento sobre a importância e a necessidade de divulgar pesquisas em acesso aberto.

Com tal propósito, instituições de ensino têm criado políticas que preconizam que pesquisas financiadas com recursos públicos devam estar disponíveis em acesso aberto nos seus repositórios institucionais. De acordo com o Registry of Open Access Repositories Mandatory Archiving Policies (Roarmap), diretório internacional que registra os mandatos ou políticas de repositórios de acesso aberto, adotados por universidades, em 2015, 738 políticas foram cadastradas. O Brasil possui 17 cadastros, sendo 13 atrelados à disponibilização da produção científica de universidades públicas nos respectivos repositórios. Para Chan (2004),

a tecnologia é um impulso para o crescimento recente dos repositórios institucionais, com a disponibilidade de aplicações de software de código aberto para a criação de repositórios, assim como o desenvolvimento de ‘padrões de interoperabilidade’ que visavam facilitar a disseminação eficiente e a descoberta de conteúdo digital.

Essa é, aliás, uma das premissas do acesso aberto, assunto tratado na próxima seção.

2.3 Acesso Aberto

Acesso aberto⁵ é um movimento de âmbito mundial que visa promover o acesso gratuito e irrestrito à literatura científica, respeitando, porém, os direitos do autor e preservando a integridade da sua obra e respectivo crédito.

O movimento surgiu no final dos anos 1990 e foi discutido na Budapest Open Access Initiative (Boai) em 2002. Esse evento que o acesso aberto visa remover as barreiras enfrentadas pelos pesquisadores no modelo tradicional de comunicação científica, conforme se lê a seguir:

Uma antiga tradição e uma nova tecnologia convergiram para tornar possível um avanço histórico. A antiga tradição é a disposição de cientistas e acadêmicos em publicar o fruto de suas pesquisas sem remuneração, em nome da transparência e democratização do conhecimento. A nova tecnologia é a internet. O avanço histórico que eles possibilitam é a distribuição da literatura acadêmica arbitrada por toda a extensão do globo e o acesso totalmente irrestrito e gratuito por parte de qualquer cientista, acadêmico, professor, estudante ou outro interessado. Desfazer as barreiras que impedem o acesso a esta literatura irá acelerar a pesquisa, fortalecer a educação e difundir o conhecimento de maneira geral, tirando dela seu máximo proveito e assentando as bases para a união da humanidade em uma ampla e inédita conversação intelectual comum em sua marcha pelo conhecimento. (BOAI, 2002).

Eventos similares seguiram-se à Boai, como a Declaração de Bethesda e a Declaração de Berlim, ambas ocorridas em 2003, as quais influenciaram consideravelmente o desenvolvimento do acesso aberto em âmbito mundial. Segundo a Bethesda Statement on Open Access Publishing (2003), publicações de acesso aberto são aquelas que atendem a duas condições:

- o(s) autor(es) e titular(es) dos direitos de autor(s) concedem a todos os utilizadores o acesso livre, irrevogável, mundial e perpétuo, e uma licença para copiar, usar, distribuir, transmitir e exibir o trabalho publicamente, assim como a

⁵ A expressão em inglês *open access* é traduzida, para o português, para duas palavras: acesso aberto e acesso livre. Por questão de padronização, o termo utilizado neste trabalho será sempre “acesso aberto”.

elaboração de trabalhos derivados, em qualquer meio digital, para qualquer propósito responsável, sujeito à correta atribuição da autoria, bem como o direito de fazer um pequeno número de cópias impressas para seu uso pessoal;

- uma versão completa da obra e de todos os materiais suplementares, incluindo uma cópia da licença, conforme escrito acima, em um formato eletrônico adequado, é depositada imediatamente após a publicação inicial, em pelo menos um repositório on-line, que é apoiado por uma instituição acadêmica, uma sociedade acadêmica, uma agência governamental ou outra organização bem estabelecida, que visa permitir o acesso aberto, a distribuição irrestrita, a interoperabilidade e o arquivamento por longo prazo.

Enquanto a Boai (2002) concentrava-se na abordagem de áreas genéricas, a Bethesda Statement on Open Access Publishing (2003) mantinha o debate circunscrito à comunidade de pesquisa biomédica, com a finalidade de garantir que os cientistas que geram os resultados da investigação, e que os editores que facilitam a revisão por parte dos pares e a distribuição dos resultados da pesquisa, além dos pesquisadores, bibliotecários e outros que dependem de acesso a esse conhecimento, possam promover a transição rápida e eficiente para publicações em acesso aberto.

A Declaração de Berlim (2003), por sua vez, abrangeu as áreas de ciências e humanidades, e prevê as mesmas condições que a Bethesda Statement on Open Access Publishing (2003) para que uma publicação seja considerada de acesso aberto. Fez apenas uma restrição: excluiu o termo “perpétuo” no que concerne ao acesso a essas obras.

Como o desenvolvimento das tecnologias de informação, o desenvolvimento de repositórios temáticos e institucionais foi amplamente difundido, e sua construção se deu sob a filosofia dos arquivos abertos (Open Archives).

O modelo Open Archives (OA) estabelece um conjunto de padrões com o objetivo de promover a interoperabilidade entre repositórios. Esse modelo foi desenvolvido pelo Laboratório Nacional de Los Alamos, no Novo México (EUA). O laboratório implementou, em 1991, um repositório de artigos não revisados pelos pares, nas áreas de física, ciência

da computação, matemática e ciências não lineares – o arXIV. De acordo com Kuramoto (2006),

esse repositório foi criado experimentalmente ante as dificuldades encontradas no sistema de comunicação científica, principalmente com relação ao acesso à informação científica, uma vez que os custos de assinatura dos periódicos científicos haviam crescido de forma exorbitante e, em consequência, tinham dificuldades em ter acesso a essas publicações.

A iniciativa propiciou o desenvolvimento de outros repositórios digitais.

Em julho de 1999, foi realizada uma reunião exploratória com a finalidade de reunir os responsáveis por repositórios de *e-prints* acadêmicos. Essa reunião – formalmente conhecida como Convenção de Santa Fé – foi realizada em Santa Fé, Argentina, convocada por Paul Ginsparg, Rick Luce e Herbert Van de Sompel. Por essa convenção estabeleceu-se a criação de uma iniciativa de arquivos abertos, a Open Archives Initiative (OAI). O objetivo da OAI é contribuir de forma efetiva para a transformação da comunicação científica, sendo sua função capital desenvolver e promover padrões de interoperabilidade que facilitem a disseminação eficiente de conteúdo.

A partir da criação da Open Archives Initiative (OAI) e, conseqüentemente, do modelo Open Archives, diversos pacotes de software foram desenvolvidos com a adoção desse modelo. Da mesma forma, diversas iniciativas de construção de repositórios e bibliotecas digitais foram desenvolvidas, dentre as quais se destacam as bibliotecas digitais de teses e dissertações em todo o mundo e as diversas publicações periódicas eletrônicas que foram implantadas na Web. (Kuramoto, 2006).

O termo “acesso aberto” vem sendo amplamente discutido no âmbito acadêmico. Suber (2004) define acesso aberto como

a literatura digital, on-line, de forma gratuita e livre, da maioria das restrições de direitos autorais e licenciamento, sendo a internet e o consentimento do autor ou titular de direitos de autor que torna isso possível.

Costa (2008) entende que a expressão “acesso aberto”, no sentido que lhe dá Suber (2004), é um recurso que deve remover tanto as barreiras de preço quanto as de permissão de uso. Para Harnad (2012),

o Acesso Aberto significa acesso on-line às pesquisas revisadas pelos pares, livre para todos. Assinaturas restringem o acesso à pesquisa aos usuários em instituições que podem pagar pela assinatura do periódico em que a pesquisa foi publicada. O Acesso Aberto torna acessível a todos os usuários em potencial. Isso maximiza a absorção de pesquisa, uso, aplicações e progresso, para o benefício do pesquisador.

O relatório da Research Information Network (2010, p.10) elenca alguns benefícios oferecidos pelo acesso aberto:

- aumentar a eficácia da investigação, evitando a duplicação de esforços, fazendo instrumentos de pesquisa, protocolos e exemplos de boas práticas mais facilmente disponíveis, reduzindo os custos da coleta de dados e promovendo a adoção de padrões abertos;
- promover o rigor acadêmico e melhorias para a qualidade da pesquisa ao tornar a informação sobre métodos de trabalho, protocolos e dados mais prontamente disponível para revisão e análise; e aumentar o alcance da qualidade do material publicado no registro acadêmico, incluindo resultados negativos;
- melhorar a visibilidade e o alcance, criando oportunidades para compromissos mais amplos, em toda a comunidade de pesquisa, incluindo novas possibilidades para a ciência cidadã e para o envolvimento público com os processos e os resultados de pesquisa;
- possibilitar aos pesquisadores a elaboração de novas pesquisas para tratar de questões de maneiras variadas, por meio da reutilização de dados e materiais criados por outros investigadores, que apoiam o desenvolvimento de uso intensivo de dados para a ciência, considerando a capacidade de agregar e reutilizar os dados a partir de uma grande variedade de fontes; reforçar a colaboração e a construção da comunidade ao fornecer novas oportunidades para a colaboração por intermédio das fronteiras institucionais, nacionais e disciplinares, e para a partilha de conhecimentos e competências;
- aumentar o impacto econômico e social da investigação e da inovação nos negócios e serviços públicos, bem como incentivar o retorno do investimento

público em pesquisas, ao permitir que indivíduos e organizações fora da comunidade científica possam ter acesso a um vasto leque de recursos e materiais de pesquisa.

Ainda sobre os benefícios do acesso aberto, Prosser (2003) confere que

o modelo acelera pesquisas, enriquece a educação e fomenta ações de aprendizagem entre as nações ricas e pobres. Este último ponto tem sido descrito como um benefício lateral, mas é um poderoso avanço para a sociedade.

Ademais, o acesso aberto também amplia o retorno feito em investimento em pesquisa, pois, em vez de pagar pelo acesso, se paga pela disseminação da informação.

Com base no uso de arquivos abertos, conforme definido pela OAI, a Budapest Open Access Initiative (2002) recomendou duas estratégias para que se efetivasse o acesso aberto à literatura científica e acadêmica: a via verde e a via dourada. Elas sempre estarão ao alcance do próprio pesquisador, que poderá utilizá-las independentemente de qualquer mudança trazida pelo mercado ou pela legislação.

- Via verde: antes de tudo, os pesquisadores precisam de ferramentas e assistência para depositar seus artigos, revisados pelos pares, em arquivos eletrônicos de acesso aberto, uma prática comumente chamada de autoarquivamento. Quando esses arquivos estiverem em conformidade com as normas criadas pelo OAI, então, os motores de busca e outras ferramentas poderão tratar os arquivos separados como se fossem um só.
- Via dourada: os pesquisadores precisam de meios para lançar uma nova geração de periódicos, comprometidos com o acesso aberto, e viabilizar a transição dos periódicos que optarem pelo novo modelo, pois os artigos de periódicos devem ser divulgados o mais amplamente possível. Esses novos periódicos deixarão de restringir o acesso e a utilização do material que publicam em virtude de direitos autorais. Em vez disso, usarão os direitos autorais e outras ferramentas para garantir o acesso aberto permanente a todos os artigos que publicam. Considerando que o preço é uma barreira para o acesso, esses novos periódicos não cobrarão taxas de assinatura ou de acesso, e se valerão de outros métodos para cobrir suas despesas.

O depósito da produção científica em repositórios institucionais (via verde) é uma maneira de tornar o acesso aberto uma realidade, considerando que os pesquisadores podem publicar seus artigos em periódicos de acesso fechado e, posteriormente, podem depositar esses trabalhos nos repositório de suas instituições. Uma grande parte das universidades possui repositórios institucionais de acesso aberto, maximizando, assim, o acesso à produção científica e, conseqüentemente, o desenvolvimento de pesquisas.

Decorrida mais de uma década da publicação da Boai (2002), os conceitos adotados pela declaração continuam atuais. Em um documento elaborado em 2012, com novas recomendações para os próximos 10 anos (BOAI 10, 2012), (ver Anexo A), é definida especificamente a nova meta de, durante os próximos 10 anos, o acesso aberto passar a ser o método mais comum e padrão para distribuir os novos resultados de pesquisa com revisão por pares, em todos os domínios científicos e em todos os países.

Swan (2013, p.38) classifica em três categorias as estratégias para promover o acesso aberto: políticas, promoção e desenvolvimento de infraestrutura. Segundo a autora, a implementação de políticas em âmbito institucional, nacional e internacional serve para promover os objetivos do acesso aberto.

Paralelamente à adoção de políticas de apoio ao acesso aberto, Swan (2013) recomenda que

as instituições desenvolvam serviços que viabilizem o Acesso Aberto, promovam e evidenciem os benefícios desse modelo de disseminação científica. Os serviços devem ser dirigidos aos gestores políticos, pesquisadores e, paulatinamente, aos estudantes, que cada vez mais estão abertos a desenvolver melhores formas de comunicar a ciência, preparando-se como os cientistas do futuro.

Um dos principais serviços adotados pelas instituições de ensino para viabilizar o acesso aberto é o repositório institucional, assunto tratado na próxima seção.

2.4 Repositórios Institucionais de Acesso Aberto

Os repositórios institucionais visam à gestão, à organização e à coleta, à disseminação e à preservação da produção científica e acadêmica de uma instituição. De acordo com Lynch (2003),

trata-se essencialmente de um compromisso organizacional para a administração desses materiais digitais, incluindo a preservação a longo prazo quando apropriado, assim como de acesso e organização ou distribuição.

Embora a responsabilidade operacional por esses serviços possa ser atribuída a variadas unidades organizacionais, em diversas universidades, um repositório institucional eficaz representa uma colaboração entre bibliotecários, analistas da informação, arquivistas e gestores de registros, professores e administradores da universidade e formuladores de políticas.

Ao longo de sua evolução, em determinado ponto no tempo, um repositório institucional será apoiado por um conjunto de tecnologias de informação, sendo fundamental que tenha o suporte de um serviço de gestão de mudanças tecnológicas e migração de conteúdo digital, como parte de um compromisso da organização com a prestação de serviços. Um repositório institucional não corresponde simplesmente a um conjunto fixo de software e hardware.

Segundo Crow (2002),

repositórios institucionais são coleções digitais de captura e preservação da produção intelectual de uma única universidade ou uma comunidade de universidades. Eles fornecem respostas convincentes para duas questões estratégicas enfrentadas pelas instituições acadêmicas.

Com efeito, os repositórios institucionais representam um componente crítico na reforma da comunicação científica – que amplia o acesso à pesquisa, reafirma controle sobre bolsas de estudo acadêmicas, aumenta a concorrência e reduz o poder de monopólio das revistas, além de trazer alívio econômico e elevada relevância para as instituições e bibliotecas que os mantiverem. Ademais, têm o potencial de servir como indicadores tangíveis da qualidade de uma universidade, ao demonstrarem a relevância científica, social e econômica de suas atividades de pesquisa, aumentando, assim, a visibilidade da instituição, seus status e valor público.

Barton e Waters (2004) descrevem repositórios institucionais como um banco de dados, com um conjunto de serviços para capturar, armazenar, indexar, preservar e redistribuir a pesquisa acadêmica da universidade em formatos digitais.

No sentido atribuído por Lynch (2003), Crow (2002) e Barton e Waters (2004), os repositórios institucionais de acesso aberto representam poderosos canais de comunicação científica. As funções por eles desempenhadas parecem ser consenso entre esses autores. Que também convergem no juízo de que a organização e a coleta oferecem elementos para o monitoramento da produção científica de uma instituição, bem como promovem o acesso e aumentam a visibilidade, além de preservarem a produção científica da instituição.

De acordo com Johnson (2002),

ao mesmo tempo em que os repositórios institucionais centralizam, preservam e tornam acessível o capital intelectual da instituição, eles fazem parte de um sistema global de distribuição entre repositórios interoperáveis que fornecem a base para uma novo modelo desagregado de publicação acadêmica.

As tecnologias de informação permitem que as instituições acadêmicas possam explorar um modelo que beneficia autores, pesquisadores e a comunidade científica em geral. A interoperabilidade citada por Johnson (2002) permite que se promova o acesso simultâneo aos trabalhos armazenados em diferentes repositórios, com a finalidade de maximizar buscas. Sendo assim, o repositório institucional estará acessível dentro e fora da instituição, contribuindo para a remoção das barreiras de acesso.

No cenário do acesso aberto, a remoção das barreiras de acesso, a disseminação e a garantia de visibilidade dada às universidades e a seu corpo docente são alguns dos fatores que conduziram o estabelecimento dos repositórios institucionais, sendo o pesquisador um dos grandes beneficiados pela implementação desses repositórios.

2.4.1 Benefícios dos repositórios institucionais de acesso aberto

Os repositórios institucionais auxiliam no que as comunidades científicas já estão acostumadas a fazer, ou seja: compartilhar e divulgar o seu conhecimento. Sua participação especial está em utilizar uma tecnologia de ponta para esse fim. Os repositórios apresentam uma série de benefícios, pois, por meio do uso das tecnologias, permite que os resultados de pesquisa estejam disponíveis amplamente.

Champeswar e Dora (2010) afirmam que “o repositório institucional desempenha um forte papel para as instituições no cenário do acesso aberto”. Foster e Gibbons (2005) listam, por sua vez, alguns benefícios dos repositórios institucionais:

- tornam o trabalho de fácil acesso aos consulentes da web, por meio de pesquisas no Google e em buscas dentro do próprio repositório;
- preservam itens digitais para o futuro, prevenindo perdas ou danos;
- fornecem links para o trabalho, de modo que os usuários não têm de gastar tempo tentando encontrar os arquivos para, depois, enviá-los como anexos de e-mail;
- conservam a posse do próprio trabalho e controlam o acesso a ele.

Ponderando os benefícios listados, é possível perceber que o pesquisador é um dos principais beneficiados pela implementação de repositórios institucionais.

Björk *et al.* (2014, p. 248) afirmam, em contrapartida, que,

apesar dos benefícios para os autores – em termos de aumento da divulgação e das citações – fatores como a pressão dos colegas e a cultura institucional, sistemas de recompensa acadêmica, a disponibilidade de repositórios apropriados e a falta de consciência e tempo, inibem o povoamento e a estruturação da via verde.

O pesquisador deve, então, exercer um papel de articulador, empenhando-se em convencer a instituição da qual farte parte sobre a importância de um repositório institucional, e buscando, ademais, estabelecer nela a cultura do depósito.

2.4.2 Depósito da produção científica em repositórios institucionais de acesso aberto

O depósito da produção científica em repositórios institucionais de acesso aberto pode ser feito de duas maneiras: o autoarquivamento, quando o próprio autor deposita seu trabalho no repositório; e o depósito mediado, quando terceiros fazem esse depósito, terceiros esses que são, frequentemente, os bibliotecários.

A Boai (2002) define autoarquivamento, em seu sentido amplo, como o depósito de um documento digital em um site de acesso público, preferencialmente compatível com

arquivos abertos. Alguns autores, como Coleman e Roback (2005) e Xia (2008), consideram que o autoarquivamento se dá quando um autor deposita seu trabalho em repositórios de acesso aberto, sejam eles institucionais, sejam temáticos. Outros (SWAN; BROWN, 2005) declaram que o autoarquivamento pode ser realizado em sites na internet: pessoais, institucionais ou de grupos de pesquisa.

Para Coleman e Roback (2005), autoarquivamento é “a prática de depositar cópias de documentos ou outros trabalhos acadêmicos em um repositório de acesso aberto”. Xia (2008), por sua vez, declara:

o autoarquivamento é a prática de depositar um documento pelo próprio autor e a principal forma de agregar conteúdo aos repositórios institucionais, prática esta herdada dos repositórios temáticos, que há muitos anos incorporaram a prática dos próprios pesquisadores depositarem seus resultados de pesquisa, enquanto os repositórios institucionais datam dos anos 2000.

Swan e Brown (2005) definem autoarquivamento como “um complemento às publicações em periódicos eletrônicos, em que o autor publica em qualquer periódico a sua escolha e depois simplesmente autoarquiva uma cópia”.

Curiosa a atenção que os autores dão à ideia de complementaridade dos processos, ou seja, aos periódicos cabe a prerrogativa da ação de publicação, a qual, do ponto de vista formal, assegura, entre outros, a avaliação por pares e o estabelecimento de autoria. Ao autoarquivamento, por seu turno, cabe a criação de vias alternativas para a ampla distribuição daquilo que foi publicado, ou aceito para publicação. Na prática, a ideia de autoarquivamento de Swan e Brown (2005) significa depositar o trabalho, que geralmente é a versão final do artigo após a revisão por pares, em acesso aberto.

Ainda de acordo com esses autores, há três maneiras de os pesquisadores autoarquivarem seus artigos: “eles podem depositá-los em um site pessoal ou institucional, em um repositório institucional de acesso aberto ou, ainda, em um repositório temático”.

Além dos conceitos apresentados de autoarquivamento, é possível encontrar, na literatura que trata sobre o tema, o conceito de “depósito mediado”. Muthu, Rao e Awasthi (2006) realizaram uma pesquisa tendo o Repositório Institucional do Instituto Nacional de

Tecnologia de Roukela, na Índia, como ambiente de estudo. O instituto adota uma política que obriga os pesquisadores a depositar seus trabalhos, ou a enviá-los à biblioteca, para que ela se responsabilize pelo depósito. Segundo suas descobertas, “os pesquisadores preferem que o depósito seja feito pela biblioteca. Uma das razões pode ser o fato de que os bibliotecários servem como mediadores e ajudam com as questões relacionadas aos direitos autorais”.

A ideia de Cooke (2007) vem ao encontro dos achados de Muthu, Rao e Awasthi (2006). Cooke informa que, “apesar dos repositórios terem sido construídos para que o próprio autor autoarquivasse seus trabalhos, o mais usual é o depósito mediado”. Joint (2006), por sua vez, entende que “quanto mais as bibliotecas tornarem-se mediadoras do depósito, mais chances há de qualidade de padrões de metadados e de preservação digital”. Ou seja, o depósito mediado parece consistir em processo fundamental para o povoamento de repositórios institucionais de acesso aberto.

O povoamento é o principal desafio dos repositórios institucionais. As duas práticas de povoamento que têm se mostrado mais eficazes, segundo os autores discutidos anteriormente (COLEMAN; ROBACK; SWAN; BROWN, 2005; MUTHU; RAO; AWASTHI; JOINT, 2006; COOKE, 2007; XIA, 2008), é o autoarquivamento e o depósito mediado por bibliotecários. Entretanto, embora seja mais fácil para o pesquisador que a biblioteca assuma esse trabalho, a biblioteca acabaria por pagar um ônus por isso, pois que ela carece de investimentos para fazê-lo. Por isso, esse investimento deve ser necessariamente considerado no planejamento da criação de repositórios institucionais. Um repositório institucional não pode, então, ser pensado baseando-se somente na disposição dos pesquisadores em alimentá-lo. Investimentos é condição inarredável para que bibliotecários e bibliotecas tenham condições de fazer um trabalho de qualidade, na sua condição de intermediários do depósito da produção científica. Não é ocioso lembrar, então, que

Bibliotecas e bibliotecários estão lá para serem acionados, mas eles precisam de recursos decentes para fazer qualquer coisa bem feita; dar-lhes recursos extras para promover o depósito em repositórios institucionais é estar alinhando com as necessidades desta forma particular de construção de coleções de Acesso Aberto. Ao envolvê-los desta forma, as perspectivas oferecidas pelo movimento de repositórios institucionais têm melhores chances de serem cumpridas – algo que

pesquisadores, bibliotecários e leitores de artigos de pesquisa desejam ver acontecer. (JOINT, 2006).

Confirma-se, pois, mais uma vez, a convicção de que o papel das universidades na consolidação dos repositórios institucionais é fundamental. A elas cabe o dever de garantir adequadas condições de trabalho para bibliotecários e bibliotecas, e encorajar pesquisadores a depositar sua produção científica no repositório. Esse encorajamento, para ser bem-sucedido, deve apontar os benefícios dessa ação, bem como as vantagens de se realizar o depósito da produção científica em repositórios institucionais, assunto esse tratado com mais detalhe no capítulo seguinte.

2.4.3 Vantagens do depósito da produção científica em repositórios institucionais

As instituições precisam estar convictas do fato de que o depósito da produção científica em repositórios institucionais de acesso aberto costuma trazer benefícios tanto para as instituições e quanto para os pesquisadores, principalmente se se partir do pressuposto de que os autores de artigos científicos não visam a lucros, mas, sim, aos resultados do impacto provocado por sua investigação.

São esclarecedoras as palavras de Harnad (2001a), quando assevera que

o pesquisador que realiza autoarquivamento, primeiramente, maximiza a visibilidade e o impacto da sua própria produção científica. Em segundo lugar, por simetria, maximiza o acesso dos pesquisadores para a produção de pesquisas revisadas pelos pares de todas as outras instituições. Em terceiro lugar, as próprias instituições podem acelerar a transição para o autoarquivamento e assim reduzir mais rapidamente os gastos anuais em assinaturas de sua respectiva biblioteca.

O conceito da via verde é comumente interpretado como sinônimo do conceito de autoarquivamento. Para Björk (2014, p. 238), porém, via verde é mais do que autoarquivamento: é o depósito da produção científica em repositórios institucionais, incluindo o autoarquivamento e o depósito mediado por bibliotecários ou terceiros.

Nesse sentido, os benefícios do autoarquivamento se assemelham aos do depósito mediado, pois que ambos são métodos de povoamento dos repositórios institucionais. O autoarquivamento, possivelmente, tornaria o depósito mais rápido, já que não recorre a

intermediários. Em contrapartida, o depósito mediado tende a proporcionar qualidade no que concerne à padronização e ao preenchimento dos metadados.

Kling e McKim (1999) identificaram três dimensões segundo as quais a eficácia de um livro ou artigo científico pode ser mensurada: a acessibilidade, a publicidade e a confiabilidade. Acessibilidade de um documento seria, conforme entendem aqueles autores, um benefício que permite que os leitores acessem documentos, independentemente do autor, de uma maneira estável, ao longo do tempo. Publicidade seria a forma como o documento é anunciado, de modo que o público-alvo e o público em potencial possam tomar conhecimento da sua existência – por exemplo, por meio de assinaturas, relatórios, bases de dados de resumos, publicações e citações. Por fim, confiabilidade deriva do ato da revisão pelos pares, o que garante que o documento foi analisado seguindo alguns processos sociais, que asseguram aos leitores a confiabilidade do seu conteúdo.

Considerando o contexto dos repositórios institucionais, Kim (2008) fez uma avaliação dos benefícios do autoarquivamento baseada nas três dimensões da publicação científica sugeridas por Kling e McKim. Kim (2008) desenvolveu o estudo baseado no autoarquivamento; entretanto, os resultados podem ser estendidos ao depósito mediado, considerando que os benefícios são os mesmos.

Em sua avaliação, Kim (2008) destaca as vantagens do autoarquivamento em repositórios de acesso aberto interoperáveis e cita a recuperação, com o uso de motores de busca, como um importante fator em prol do autoarquivamento.

Seguindo ainda as três dimensões propostas por Kling e McKim (1999), Kim (2008) analisa as vantagens da publicidade para o autoarquivamento. O autor cita estudos que confirmam maiores taxas de citação para os documentos disponíveis em acesso aberto. Segundo Kim, estudos de Lawrence (2001), Antelman (2004) e Harnad e Brody (2004) indicaram que todos os artigos em acesso aberto analisados continham mais citações do que os que não estavam em acesso aberto. Isso demonstra o impacto causado pelo autoarquivamento, que, além das vantagens de acessibilidade citadas, permite que os documentos sejam facilmente recuperados.

De acordo com Kim (2008), no contexto do autoarquivamento, a confiabilidade no âmbito dos repositórios institucionais tem sido constatada na medida em que a tendência de arquivar documentos *post-prints*, já aceitos para publicação, é maior. Isso permite que a confiabilidade seja mantida, já que o sistema de comunicação científica tem, na revisão por pares, seu pilar de sustentação.

Em suma, as três dimensões apresentadas por Kling e McKim (1999) se aplicam ao depósito da produção científica em repositórios institucionais, que, por serem interoperáveis, facilitam a recuperação da informação, proporcionando acessibilidade à produção científica, e tornando-a pública.

Para Harnad (2001b), a queda das barreiras de acesso está nas mãos dos pesquisadores. Por isso, espera-se que a prática de autoarquivamento se amplie e, mais do que isso, se acelere, tendo as bibliotecas como aliadas, pois, segundo o autor, são elas, as bibliotecas, as aliadas naturais dos pesquisadores no processo de autoarquivamento.

Sendo assim, aos bibliotecários incumbe o importante papel de promover o repositório no âmbito da instituição, bem como de coletar e organizar a informação científica nesse repositório institucional. Nesse ponto, alguns fatores precisam ser levados em consideração, como colaborações disciplinares, prioridades dos departamentos, apoio disponível, idade, sexo, nível na carreira e conhecimento tecnológico, já que influenciam a prática do depósito (COVEY, 2008).

Como citado anteriormente, o depósito mediado é o mais utilizado (MUTHU; RAO; AWASTHI; JOINT, 2006; COOKE, 2007); entretanto, o autoarquivamento pode ser incorporado, gradualmente, às rotinas da instituição. É necessário, pois, que se crie uma cultura nesse sentido, por meio da promoção do repositório com dados estatísticos dos documentos já submetidos, para que se comprove, definitivamente, que o repositório institucional aumenta a visibilidade e proporciona maior impacto.

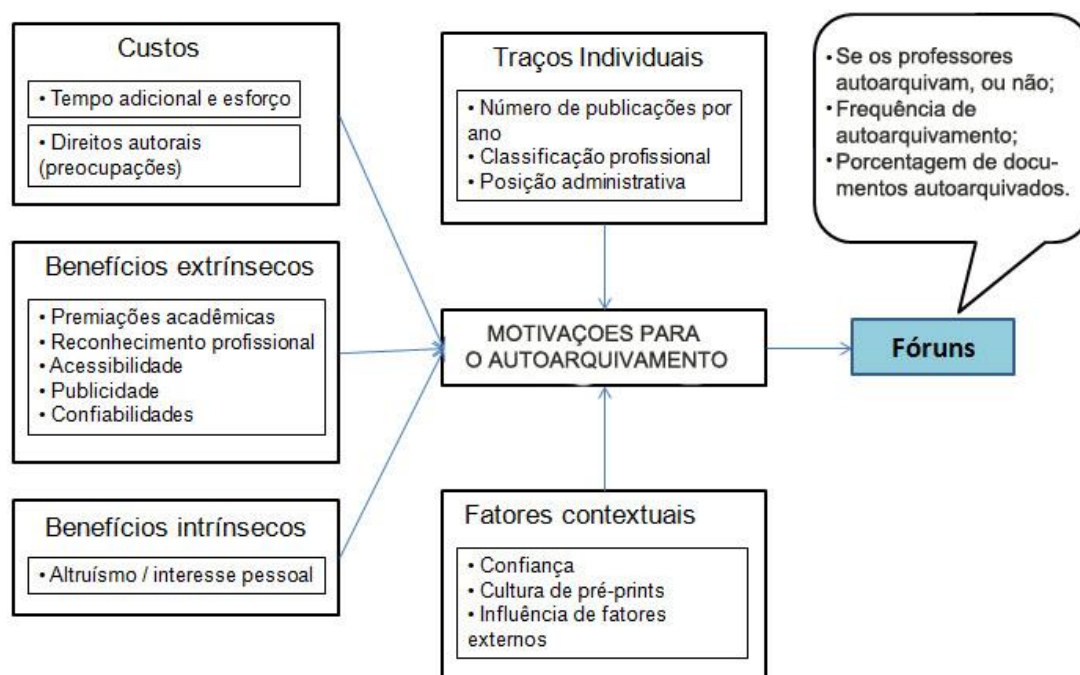
2.4.4 Tomada de decisão e depósito da produção científica em repositórios institucionais de acesso aberto

Independentemente do método utilizado para depositar a produção científica em um repositório de acesso aberto – autoarquivamento ou depósito mediado –, a decisão de fazê-lo cabe ao pesquisador. Essa tomada de decisão sofre, entretanto, influência de diferentes lateralidades, advindas sobretudo dos outros atores do sistema de comunicação científica. Além disso, outras questões relacionadas com diferenças disciplinares influenciam a decisão de fazer, ou não, o depósito. Foster e Gibbons (2005) lembram, a propósito, que certos docentes-pesquisadores de universidades se ressentem da obrigação de executar tarefas que extrapolam a pesquisa, como leituras, redação de artigos, projetos e relatórios, participação em fóruns de discussão, entre outras. Ou seja, ao ser considerada uma atividade alheia às atividades típicas da pesquisa, o depósito da produção científica pode, talvez, ficar negligenciado.

Em estudo que envolveu professores de 17 universidades dos Estados Unidos que possuíam repositórios institucionais, Kim (2008) analisou o impacto de características individuais do pesquisador sobre as motivações que tinha para realizar o autoarquivamento. Segundo o autor, o número de publicações, a posição profissional e o cargo que um pesquisador ocupa na instituição são fatores que influenciam decididamente a tomada de decisão. Entre os resultados de sua pesquisa, Kim chegou a propor um modelo que apresenta as principais variáveis que afetam as decisões dos pesquisadores no que concerne ao autoarquivamento (Figura 8).

No modelo de Kim (2008), fatores relacionados ao custo influenciam negativamente a decisão de autoarquivamento, enquanto os relacionados aos benefícios gerados influenciam positivamente essa prática. O modelo presume que a confiança e a cultura de autoarquivamento como fatores contextuais, em conjunto com o número de publicações como um traço individual, estão positivamente relacionadas à decisão pelo autoarquivamento.

Figura 8 - Modelo dos fatores que afetam o comportamento para o autoarquivamento



Fonte: Kim (2008, p. 23, tradução nossa).

Kim (2008) baseou seu trabalho em um modelo produzido por Kankanhalli *et al.* (2005), que tinha por objetivo explicar o uso de repositórios eletrônicos pelos “contribuidores” do conhecimento, os quais incorporam construções da teoria da troca social e da teoria do capital social. A esse modelo Kim (2008) agregou os traços individuais de cada pesquisador que podiam afetar determinantemente sua motivação para o autoarquivamento. O autor concluiu que os professores raramente optam por inovações (modificações nas práticas da comunicação científica) na hora de publicar suas pesquisas, pois que o sistema de comunicação científica em vigor está profundamente enraizado nos valores acadêmicos.

Além de ser influenciada pelos traços individuais de cada pesquisador, a tomada de decisão em realizar o depósito da produção científica sofre forte influência da dimensão tecnológica. Para facilitar e acelerar o processo de depósito da produção científica, a integração do repositório com outros sistemas informatizados, também utilizados pelos pesquisadores, tem se mostrado um valioso estímulo. Martins, Nolasco e Silva (2013) reforçam esse pensamento quando declaram que:

a possibilidade de carregar automaticamente os dados bibliográficos de bases de dados Web, ou sistemas de gestão bibliográficas, no momento do depósito no repositório institucional, resulta, de uma forma muito efetiva, em um enriquecimento do registro bibliográfico com o preenchimento automático de campos descritivos, o que agrega valor para o sistema de informação, além de simplificar o processo de depósito.

Sendo assim, mais do que enriquecer o registro de metadados, a integração de sistemas atua como fator de estímulo ao depósito, na medida em que facilita tanto o autoarquivamento propriamente dito quanto o depósito mediado. Nesse sentido, a integração de sistemas é um esforço necessário para facilitar o depósito e reduzir o tempo necessário despendido na submissão de itens pelos pesquisadores e na descrição de itens depositados por parte do gestor do repositório. Ainda de acordo com Martins, Nolasco e Silva (2013), no contexto universitário, é essencial uma gestão integrada da informação científica no que concerne à avaliação, ao acesso, à visibilidade, à preservação, à integração e à interoperabilidade.

Outra dimensão crucial relacionada com o depósito da produção científica é a que diz respeito aos direitos autorais. A questão legal exerce inegável influência sobre a tomada de decisão em relação ao depósito da produção científica em repositórios institucionais. Com o intuito de colaborar com a viabilidade do autoarquivamento sem infringir os direitos autorais das publicações, surgiram diretórios, como o Sherpa Romeo⁶, da Universidade de Nottingham, no Reino Unido, e o Diadorim⁷, uma iniciativa brasileira, coordenada pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict). Ambos os diretórios têm como objetivo fornecer informações relacionadas às políticas de armazenamento de artigos em repositórios institucionais. A questão dos direitos autorais ainda gera muitas dúvidas entre os pesquisadores, em razão da complexidade dos aspectos envolvidos.

Antelman (2006) demonstrou preocupação com a relação entre a prática do autoarquivamento e o respeito aos direitos autorais. Segundo a autora, a maioria dos contratos de direitos autorais não menciona, ou, então, é ambígua no que concerne aos direitos de depósito em repositórios institucionais e à versão que pode ser depositada.

⁶ <http://www.sherpa.ac.uk/romeo/index.php?la=pt>

⁷ <http://diadorim.ibict.br/>

Mesmo quando se está de acordo com o depósito, são utilizados termos imprecisos para descrever as versões (por exemplo, “o trabalho”, “o *paper*”, “a contribuição”), que não habilitam o autor a decidir em que versão deverá autoarquivar. Além disso, a maioria dos editores exige uma cessão de direitos patrimoniais em diferentes pontos do processo de avaliação, a depender do periódico. Ademais, muitos autores sequer têm ciência dos termos de seus contratos de direitos autorais; e outros acreditam que são eles os únicos detentores dos direitos patrimoniais dos próprios trabalhos. Some-se a isso o fato de que, mesmo entre autores que exibem um bom conhecimento sobre direitos autorais, ou estão cientes das exigências dos editores, são muitos os que os negligenciam.

No Brasil, como a prática do autoarquivamento ainda não está difundida e, por isso mesmo, não é adotada por boa parte dos pesquisadores das instituições de ensino superior, essa atribuição acaba, necessariamente, recaindo sobre as bibliotecas e os bibliotecários, que, por isso mesmo, assumem a condição de principais responsáveis pela implementação e pela manutenção de repositórios. Infelizmente, não se conta com uma literatura específica de análise das práticas adotadas pelas bibliotecas em relação ao autoarquivamento e a questões outras, referentes a direitos autorais e autorizações concedidas pelas editoras.

2.5 Políticas e Diretrizes

Considerando o objetivo geral desta tese, que é propor diretrizes para o depósito da produção científica em repositórios institucionais de acesso aberto, e tendo em vista a percepção de diferentes atores sobre o sistema de comunicação científica, faz-se necessária uma breve discussão acerca dos conceitos de políticas institucionais e diretrizes.

Políticas institucionais norteiam os objetivos e as atividades desenvolvidas em uma instituição. São importantes instrumentos que estabelecem o funcionamento dos processos gerenciais. Segundo Strassmann (1994), uma política de informação abrange os objetivos, as diretrizes, as práticas e as intenções organizacionais que servem para fortalecer as decisões locais. Assim, a política não é apenas o caminho para exercer a autoridade, mas é também um caminho para alcançar o consenso corporativo.

No âmbito dos repositórios institucionais, o estabelecimento de uma política é necessário para encorajar o depósito da produção científica. Essa política deve estabelecer como será feito o depósito e o que será depositado no repositório. Os termos dessa política é que garantirão a qualidade do conteúdo disponibilizado e estabelecerão o modo como fazer o depósito, qual seja, por autoarquivamento, por depósito mediado, ou pelas duas formas.

A política que requer o depósito compulsório de teses e dissertações em formato digital e acesso aberto, estabelecida pela Capes, em 2006, é um exemplo de política nacional em prol do acesso aberto à informação científica. O depósito desses trabalhos em formato digital representa um avanço para a comunicação científica, visto que as bibliotecas digitais de teses e dissertações tornaram-se a fonte primária desse tipo de informação, antes restrita às estantes das bibliotecas.

A exemplo dessa ação estabelecida pela Capes, as instituições acadêmicas e as agências de fomento podem estabelecer políticas que garantam o depósito compulsório, em repositórios institucionais, das produções científicas. Xia *et al.* (2012) confirmam que a adoção de políticas tem resultado numa taxa crescente de submissão de conteúdo nos repositórios. Esses autores lembram, porém, que tal efeito mandatário é imprevisível, pois se desconhece a reação da comunidade acadêmica à adoção de uma política desse tipo.

Como o depósito da produção científica é uma ação da iniciativa do pesquisador, muitos fatores interferem nessa tomada de decisão. Conhecer esses fatores é imprescindível para identificar as práticas utilizadas para o depósito da produção científica e criar novas estratégias para a operação dos repositórios e para o desenvolvimento de políticas de arquivamento (XIA e SUN, 2007).

Nesse sentido, a proposta de um conjunto de diretrizes baseadas nas percepções que os diferentes atores do sistema de comunicação científica têm a respeito da prática do depósito da produção científica em repositórios institucionais poderá fomentar o estabelecimento de políticas para o pleno funcionamento dos repositórios.

De acordo com Nurcan *et al.* (1999), diretriz é um conjunto de indicações sobre como proceder para alcançar uma intenção. O corpo de uma diretriz propõe um conjunto de atividades a serem realizadas para alcançar uma meta.

3. METODOLOGIA

Este estudo se propôs a formular diretrizes que contribuam para sedimentar e potencializar o depósito da produção científica em repositórios institucionais. Tais diretrizes levaram em consideração tanto os fatores que estimulam quanto os que inibem o depósito da produção científica em repositórios institucionais, segundo depoimento tomado dos diferentes atores que atuam no campo da comunicação científica.

São cinco os atores considerados nesta tese. O primeiro é o pesquisador, autor da produção científica depositada em repositórios institucionais de instituições acadêmicas. O segundo é o editor, responsável pela publicação dos trabalhos produzidos pelos pesquisadores. O terceiro são as agências de fomento, que financiam pesquisas científicas. O quarto ator são os bibliotecários, que são responsáveis, em sua maioria, pela gestão e pela manutenção dos repositórios institucionais. Finalmente, o quinto ator são os gestores institucionais, responsáveis pelo ambiente institucional onde o conhecimento científico é produzido e gerenciado.

A análise das interações entre as percepções dos atores estudados foi excluída do escopo desta pesquisa porque extrapola os objetivos traçados para esta tese. Dessa forma, foi analisado somente o ponto de vista de cada ator, tomado individualmente, e as questões centrais a respeito do depósito da produção científica em repositórios institucionais, com a finalidade de identificar elementos que possam subsidiar a construção de diretrizes para o povoamento de repositórios institucionais de acesso aberto.

Com base na revisão de literatura, construiu-se um modelo conceitual que norteou a perspectiva aplicada ao problema de pesquisa. É nesse modelo conceitual que estão consubstanciados os conceitos relevantes adotados para a pesquisa, assim como a relação entre eles. Trata-se de um recurso teórico-metodológico que orientou tanto a coleta quanto a análise e a discussão dos dados. Na seção seguinte, é apresentado o modelo conceitual desta pesquisa de doutorado.

3.1 Modelo Conceitual da Pesquisa

Partindo do pressuposto de que a comunicação científica constitui um sistema, é possível colocar em perspectiva seus elementos e as relações entre eles. Entre os elementos, têm destaque os atores, suas funções e os processos que realizam, cujos resultados asseguram, ou deveriam assegurar, o alcance dos objetivos da comunicação na ciência. Os atores, suas funções e processos de comunicação científica não só estão inter-relacionados como exercem influência uns sobre os outros. A noção de sistema, portanto, fundamenta o pressuposto de que a prática de depósito da produção científica em repositórios institucionais é influenciada por fatores decorrentes da percepção de diferentes atores desse mesmo sistema.

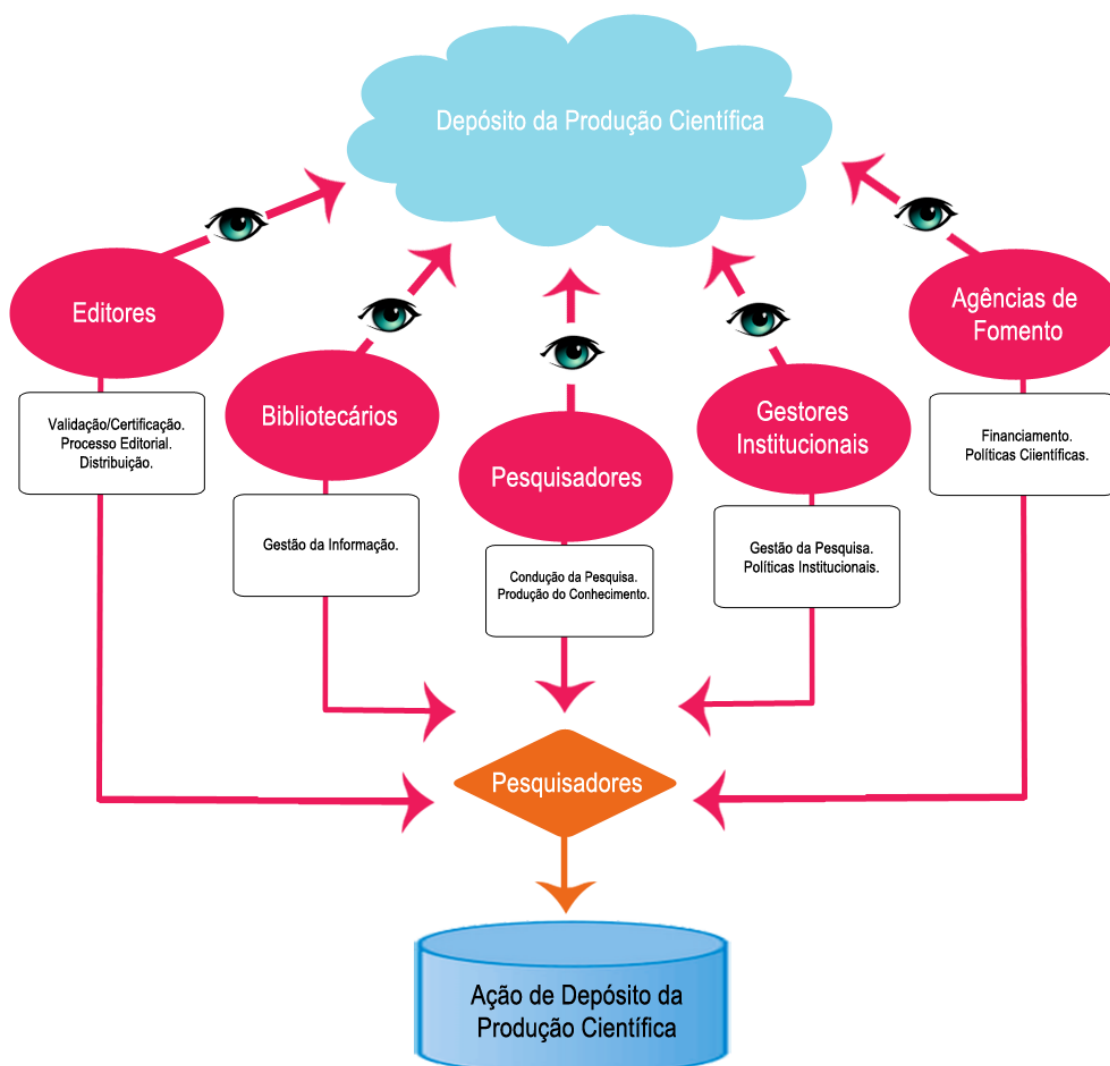
O modelo conceitual elaborado para o norteamento desta investigação considera que as percepções de cada ator do processo de comunicação científica resultam das funções que esses atores exercem no sistema (Figura 9). E são essas percepções que definem os fatores que influenciam positiva ou negativamente a tomada de decisão dos pesquisadores em realizar o depósito de sua produção científica em repositórios institucionais de acesso aberto. As funções desses atores podem ser assim resumidas:

- **Editores:** condução do processo editorial; condução da avaliação por pares para certificar/validar resultados de pesquisa; distribuição de resultados de pesquisa; concessão de certificados.
- **Bibliotecários:** gestão da informação e dos sistemas de informação, envolvendo os processos de reunião, organização, armazenamento, preservação, recuperação, disseminação e promoção do uso da informação.
- **Pesquisadores:** condução da pesquisa e da produção do conhecimento; decisão sobre onde e como disseminar os resultados de pesquisa.
- **Gestores institucionais:** gerenciamento da pesquisa; proposição e implementação de políticas institucionais.
- **Agências de fomento:** financiamento da pesquisa científica; proposição e implementação de políticas científicas; avaliação da produção científica.

A teoria embutida no modelo conceitual da pesquisa considera, portanto, que a percepção que os diferentes atores do sistema de comunicação científica têm do depósito da produção científica decorre da função que ele exerce e, ao mesmo tempo, influencia a decisão do pesquisador sobre o depósito da produção científica em repositórios institucionais de acesso aberto.

Com base no modelo conceitual da pesquisa, entendido como recurso metodológico que explicita a abordagem teórica proposta por esta pesquisa de doutorado, o estudo foi planejado, os dados foram coletados, analisados e discutidos.

Figura 9 - Modelo conceitual da pesquisa



Fonte: Elaboração própria.

3.2 Desenho da Pesquisa

Para alcançar o objetivo estabelecido nesta pesquisa, foi adotada uma abordagem metodológica qualitativa, visto que a proposição das diretrizes teve por base as percepções dos atores envolvidos e a forma como elas influenciam a decisão do pesquisador em depositar sua produção científica em repositórios institucionais de acesso aberto. A pesquisa qualitativa foi a que se mostrou mais apropriada ao problema de pesquisa desta tese, pois, segundo afirma Flick (2009, p.16),

é o tipo de investigação que envolve uma postura interpretativa e naturalística diante do mundo, o que significa que os pesquisadores estudam as coisas em seus contextos naturais, tentando entender ou interpretar os fenômenos em termos dos sentidos que as pessoas lhes atribuem.

Do mesmo modo, a abordagem qualitativa sustenta-se na caracterização feita por Godoy (1995, p. 62-63):

- O ambiente natural é a fonte direta dos dados. O pesquisador atua como instrumento fundamental: a pesquisa é realizada por meio do contato direto entre o pesquisador e o ambiente a ser estudado, que são os atores que participam do processo de comunicação científica.
- A pesquisa é descritiva: os dados coletados apresentam-se em forma de transcrição das entrevistas. O interesse é investigar os fatores que influenciam o depósito da produção científica.
- A pesquisa é realizada tendo como objetivo entender o fenômeno do ponto de vista dos participantes.

Assim, no que concerne ao seu propósito, esta pesquisa é descritiva, pois teve como finalidade descrever e analisar o fenômeno de interesse, qual seja, a percepção sobre o depósito da produção científica e o modo como ela influencia a ação de depositar, por meio da análise dos dados obtidos. As características da pesquisa descritiva elencadas por Sekaran (2000) ilustram a investigação descritiva:

- dispõe-se a verificar e é capaz de descrever as características de variáveis de interesse em um dado fenômeno;

- descreve, em profundidade, indivíduos, situações, grupos, organizações, tribos, subculturas, interações ou objeto social;
- abstém-se de estabelecer relacionamentos de causa/efeito entre os eventos;
- abstém-se de determinar o que causa um comportamento específico ou ocorrência;
- propõe que o pesquisador observe e em seguida descreva o que foi observado.

3.2.1 Universo e amostra da pesquisa de campo

Para responder ao problema motivador da pesquisa e alcançar o objetivo proposto, foi necessário coletar dados entre os atores que participam do sistema de comunicação científica, os quais constituíram o universo da pesquisa.

A definição da amostra a ser estudada, segundo Flick (1999, p. 44), pode seguir lógicas distintas. A estratégia de ter amostragens pode seguir critérios previamente definidos ou mais flexíveis, com foco nas necessidades que aparecerão durante a realização da pesquisa. A definição da amostra desta pesquisa de doutorado foi feita de maneira estratificada, ou seja, para cada ator do processo de comunicação científica foram definidos critérios específicos a partir dos quais os sujeitos da pesquisa foram selecionados. Optou-se, então, pela amostragem intencional não probabilística.

A definição da amostra foi realizada de acordo com cada grupo do universo a ser estudado e conforme os critérios abaixo indicados (Quadro 1):

Quadro 1 – Amostra da pesquisa

Ator	Amostra	Critérios para a seleção
Pesquisadores	<p>Oito pesquisadores representantes de cada uma das grandes áreas do conhecimento:</p> <ul style="list-style-type: none"> - ciências (física, ciências da saúde e biologia); - ciências sociais e humanas (sociologia, antropologia e administração); - artes e humanidades (história e geografia). 	<ul style="list-style-type: none"> - Representação de divisões do conhecimento e disciplinas; - Currículo Lattes atualizado no último ano; - Doutores; - Vinculação com programa de pós-graduação; - Produção significativa para padrões da área (de acordo com Documentos de Áreas da Capes).

Bibliotecários	<ul style="list-style-type: none"> - Universidade de São Paulo (USP); - Universidade de Brasília (UnB); - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); - Universidade Federal do Rio Grande (Furg); - Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop); - Universidade Federal de Sergipe (UFS); - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); - Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). 	- Condição: ser bibliotecário e gestor de um repositório institucional de instituição que estabeleceu política de acesso aberto no Brasil, de acordo com dados fornecidos pelo Roarmap.
Editores científicos	<ul style="list-style-type: none"> - Um editor científico de periódico comercial; - Um editor científico de periódico de Acesso Aberto; - Um editor de periódico comercial e de acesso aberto. 	- Representação de diferentes modelos de negócios praticados
Agência de fomento	<ul style="list-style-type: none"> - Capes (agência vinculada ao MEC); - CNPq (agência vinculada ao MCTI); - FAP-DF (regional). 	- Agências inseridas nos três contextos do desenvolvimento científico e tecnológico do País: educação (reguladora e financiadora de programas de pós-graduação), C&TI (financiadora de atividades de CT&I em âmbito nacional) e C&TI (financiadora de atividades de CT&I em âmbito regional).
Gestores de instituições acadêmicas	<ul style="list-style-type: none"> - Um decano de pesquisa e pós-graduação; Um diretor de pós-graduação; - Dois coordenadores de programa de pós-graduação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Gestores de nível estratégico, tático e operacional; - Coordenadores de pós-graduação com nota, no mínimo, quatro na avaliação da Capes.

3.2.1 Métodos, técnicas para coleta e análise de dados

Esta pesquisa empregou uma investigação correspondente à pesquisa de campo. O método adotado foi o levantamento (*survey*). Babbie (1999) relata que o levantamento de dados permite a formulação de enunciados descritivos sobre alguma população, isto é, permite descobrir a distribuição de certas características e atributos. Como o objetivo geral da pesquisa é propor diretrizes para o depósito da produção científica em repositórios institucionais por meio da identificação de fatores que influenciam o depósito

da produção científica nesses repositórios, julgou-se que o levantamento permitiria conhecer o comportamento dos atores da comunicação científica.

Fowler (2011) considera que a principal forma de coletar dados em estudos que se valem do método de levantamento é fazer perguntas aos entrevistados. Portanto, a técnica para a coleta de dados adotada nesta pesquisa foi a entrevista semiestruturada.

Segundo Kvale (1996, p. 10), abordar as questões metodológicas da realização de uma entrevista leva à formulação de questões teóricas – concepções dos temas específicos investigados –, bem como à investigação da natureza do mundo social. O modo de entendimento implícito na pesquisa qualitativa envolve concepções alternativas de conhecimento social, de significado, da realidade e da verdade na pesquisa em ciências sociais. O objetivo não é a quantificação de dados, mas as relações significativas a serem interpretadas.

As entrevistas semiestruturadas partiram de um roteiro que permitiu criar uma estrutura de comparação das respostas obtidas. Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram roteiros de entrevistas para cada um dos atores selecionados para o estudo. As entrevistas foram realizadas em locais definidos pelos próprios sujeitos e registradas por meio de gravador de voz. Foram observadas as recomendações sugeridas por Kvale (1996, p. 125) de que o entrevistador (a autora desta tese) deve estabelecer uma atmosfera tal que permita que o sujeito se sinta seguro e confiante para falar livre e espontaneamente sobre suas experiências e sentimentos, pois se trata de manter um delicado equilíbrio entre a busca de conhecimento cognitivo e os aspectos éticos da emocional interação humana. Embora incentive as manifestações pessoais e emoções associadas, o entrevistador deve evitar que o processo se transforme em uma situação terapêutica.

Os roteiros das entrevistas foram elaborados seguindo alguns critérios propostos por Kvale (1996):

- o quê: a obtenção de um pré-conhecimento do assunto a ser investigado;
- porquê: esclarecer o propósito do estudo;

- como: aquisição de um conhecimento de diferentes técnicas de entrevista e análise para decidir qual aplicar para obter o conhecimento pretendido.

O Quadro 2 ilustra a relação entre os objetivos específicos, o universo, a amostra, as fontes dos dados, o método e a técnica de coleta.

Quadro 2 – Relação entre objetivos específicos, método, universo, amostra, fontes dos dados e técnica de coleta.

Objetivo específico	Método	Universo	Amostra	Fonte	Técnica de coleta
Identificar aspectos que estimulam o depósito da produção científica em repositórios institucionais.	Levantamento.	Atores do sistema de comunicação científica: editores, bibliotecários, pesquisadores, agências de fomento e gestores institucionais.	Amostras definidas com critérios estabelecidos para cada um dos atores especificamente, segundo capítulo 3.2.1 desta tese.	<p>Editores científicos, comerciais e de acesso aberto.</p> <p>Bibliotecários gestores de RIs.</p> <p>Pesquisadores de cada uma das grandes áreas do conhecimento: ciências exatas; ciências sociais e humanas; artes e humanidades.</p> <p>Agências de fomento em âmbito nacional e regional.</p> <p>Gestores institucionais de nível estratégico e operacional.</p>	Entrevista semiestruturada.
Identificar aspectos que inibem o depósito da produção científica em repositórios institucionais.	Levantamento.	Atores do sistema de comunicação científica: editores, bibliotecários, pesquisadores, agências de fomento e gestores institucionais.	Amostras definidas com critérios estabelecidos para cada um dos atores especificamente, segundo capítulo 3.2.1 desta tese.	<p>Editores científicos, comerciais e de acesso aberto.</p> <p>Bibliotecários gestores de RIs.</p> <p>Pesquisadores de cada uma das grandes áreas do conhecimento: ciências exatas; ciências sociais e humanas; artes e</p>	Entrevista semiestruturada.

				<p>humanidades.</p> <p>Agências de fomento em âmbito nacional e regional.</p> <p>Gestores institucionais de nível estratégico e operacional.</p>	
<p>Identificar elementos que subsidiem a elaboração de diretrizes para povoamento de repositórios institucionais de acesso aberto.</p>	<p>Levantamento.</p>	<p>Atores do sistema de comunicação científica: editores, bibliotecários, pesquisadores, agências de fomento e gestores institucionais.</p>	<p>Amostras definidas com critérios estabelecidos para cada um dos atores especificamente, segundo capítulo 3.2.1 desta tese.</p>	<p>Editores científicos, comerciais e de acesso aberto.</p> <p>Bibliotecários gestores de RIs.</p> <p>Pesquisadores de cada uma das grandes áreas do conhecimento: ciências exatas; ciências sociais e humanas; artes e humanidades.</p> <p>Agências de fomento em âmbito nacional e regional.</p> <p>Gestores institucionais de nível estratégico e operacional.</p>	<p>Entrevista semiestruturada.</p>

3.2.3 Estudo-piloto

Foram elaborados testes com a finalidade de pôr à prova os instrumentos e a técnica de coleta de dados. O pré-teste foi aplicado a três atores do sistema de comunicação científica, escolhidos entre os cinco estudados na pesquisa: um bibliotecário, um pesquisador e um editor de periódicos.

O pré-teste evidenciou alguns problemas no roteiro de entrevista original; por exemplo, algumas questões não estavam suficientemente claras e precisavam, por isso mesmo, ser reelaboradas, como a que se refere à opinião dos diferentes atores sobre o depósito da produção científica em RIs por parte dos pesquisadores. Outras questões, que suscitavam mais de uma interpretação (dúbias), foram alteradas, a exemplo daquela sobre o tipo de estímulo que os pesquisadores devem receber para realizar o depósito de sua produção científica. Também foi alterada a ordem das perguntas em todos os roteiros testados, no propósito de dar mais fluidez à entrevista. Optou-se por deslocar para o início da entrevista aquelas perguntas genéricas, como as que requeriam definições pessoais sobre o que se entendia por acesso aberto, e também as que cobravam opiniões sobre o depósito da produção científica em RIs. Assim, ficaram por último as questões específicas, ou seja, aquelas que pediam a opinião dos entrevistados em relação aos fatores que poderiam incentivar ou inibir o depósito da produção científica em RIs.

As entrevistas foram registradas com gravador de voz e, posteriormente, foram transcritas. A análise das três entrevistas do estudo-piloto foi feita com a utilização do software NVIVO. Para cada item da entrevista, foram criadas categorias, nas quais os textos foram agrupados. As categorias foram criadas de acordo com a temática de cada pergunta do roteiro, as quais refletem o modelo conceitual da pesquisa. Nessa etapa da análise dos dados do estudo-piloto, surgiu o primeiro problema do roteiro adotado: os roteiros ficaram discrepantes porque as perguntas eram muito específicas a cada um dos atores, o que dificultava a categorização dos dados. Sendo assim, os roteiros precisavam ser alterados de forma a manter a maior semelhança possível entre si.

Pela análise dos dados do estudo-piloto, constatou-se que essas influências foram mais bem abordadas pelo editor do que pelo bibliotecário entrevistado. Como ambos exercem um papel fundamental para a viabilização do depósito da produção científica dos

pesquisadores em repositórios institucionais, a abordagem deveria ser praticamente a mesma para ambos, tornando, assim, possível conhecer a influência que cada ator exerce sobre o pesquisador. Por esse motivo, os roteiros da entrevista dos bibliotecários e dos editores também foram modificados, de forma a manterem estruturas e temas similares, atendendo, dessa forma, plenamente os objetivos desta pesquisa. Os roteiros testados nortearam a elaboração dos roteiros que foram utilizados nas entrevistas dos gestores institucionais e das agências de fomento.

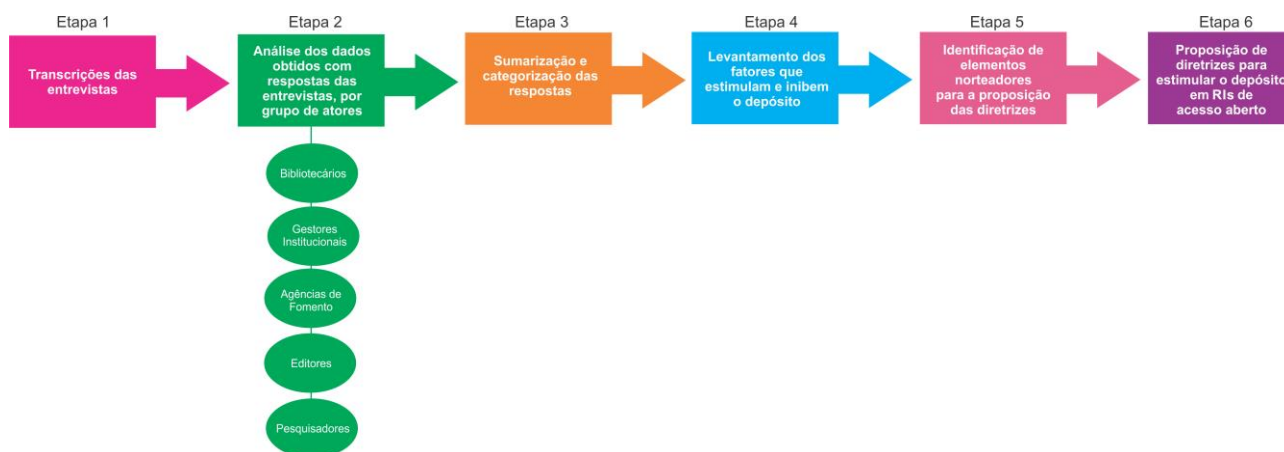
A análise dos dados mostrou alguns problemas no que concerne ao roteiro de entrevista utilizado para os pesquisadores. Um dos grandes propósitos do roteiro foi estimular o pesquisador a identificar quais fatores inibiam ou estimulavam a decisão de depositar sua produção em RIs. Entretanto, esse propósito não foi plenamente alcançado porque o pesquisador teve dificuldades em identificar tais fatores.

Os três roteiros de entrevista testados sofreram alterações após a análise dos dados coletados. Os roteiros dos gestores institucionais e das agências de fomento tomaram, como base e referência, os roteiros dos editores e dos bibliotecários já modificados. O roteiro para as entrevistas com os pesquisadores serviu como base norteadora do roteiro definitivo. Os dados coletados por meio do pré-teste não foram incluídos no estudo.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS

Este capítulo apresenta os resultados da pesquisa realizada. Ao mesmo tempo em que os dados são analisados também são discutidos à luz da literatura. A partir dos dados analisados e discutidos, foi derivado o conjunto de diretrizes para estimular o depósito da produção científica em repositórios institucionais. A dinâmica da análise, discussão e proposição encontra-se ilustrada na Figura 10. Os resultados estão dispostos na sequência de atores entrevistados. As entrevistas foram realizadas no período de maio de 2015 a outubro de 2015 e foram gravadas com o auxílio de um gravador. As respostas foram transcritas e adaptadas, para melhor entendimento do texto.

Figura 10 - Etapas da análise de dados



Fonte: Elaboração própria.

4.1 Bibliotecários

O primeiro conjunto de dados analisados corresponde à entrevista com os bibliotecários. Nesta pesquisa, foram entrevistados oito bibliotecários de universidades públicas brasileiras que possuem repositórios institucionais, regidos por políticas já aprovadas.

4.1.1 Percepções a respeito do acesso aberto

Ao serem inquiridos acerca de suas percepções sobre o acesso aberto, os bibliotecários mostraram, nas respostas, consistência com os paradigmas preconizados no relatório da Research Information Network (2010), sobre alguns dos benefícios do acesso aberto, como: promoção do rigor acadêmico e melhorias para a qualidade da pesquisa, maior visibilidade e alcance, colaboração e construção de comunidades entre instituições e aumento do impacto econômico e social da investigação.

Os respondentes demonstraram percepções positivas a respeito do acesso aberto à informação científica, como pode ser percebido nas transcrições (adaptadas), a seguir.

“Eu acho que o acesso aberto é fundamental para a sociedade atual. Não dá pra gente pensar em informação científica sem pensar em acesso aberto. Não dá, por exemplo, pra aceitar que as editoras controlem tudo, aquela coisa clássica do século XX. Eu acho que hoje em dia é muito importante a gente democratizar a informação, principalmente a informação científica”. (Bibliotecário 1)

“Eu acho de fundamental importância, porque é a partir desse acesso aberto que você vai promover o desenvolvimento do conhecimento científico. Então, é uma forma de você auxiliar na comunicação científica”. (Bibliotecário 2)

“Eu acho o acesso aberto de grande importância, tanto para a construção do desenvolvimento científico e tecnológico do País, quanto para a organização da informação científica dentro das universidades”. (Bibliotecário 6)

Como se vê, os bibliotecários alimentam o discurso de defensores do acesso aberto, convergente com os de Brody e Hanard (2004) e Suber (2004), que afirmam que o acesso aberto quebra barreiras e torna a literatura científica acessível, sendo, assim, um meio de acelerar as pesquisas e, conseqüentemente, de desenvolver o conhecimento científico.

4.1.2 Depósito da produção científica em repositórios institucionais de acesso aberto

Os bibliotecários desempenham um papel importante na ação de depósito da produção científica em repositórios institucionais. Na maioria dos casos, são eles os

principais responsáveis pela gestão da produção científica armazenada nesses repositórios.

Quando instigados a expressar sua opinião sobre o depósito da produção científica em repositórios institucionais de acesso aberto, na resposta dada ficou nítida a preocupação com a forma como esse conteúdo é depositado. Questões concernentes ao depósito mediado *versus* o autoarquivamento surgiram em quase todas as respostas. As transcrições das respostas, a seguir, mostram que, no caso dos repositórios que participaram da pesquisa, o depósito mediado foi a opção adotada.

“Na instituição em que trabalho, nós fazemos apenas o depósito mediado, e acredito que essa decisão esteja embasada no fator cultural. Então, o nosso entendimento é de que o autoarquivamento não seria possível na nossa realidade. Nós fazemos o depósito mediado em razão da relevância da manutenção dessa produção científica em uma plataforma institucional. Então, a manutenção dessa produção, enquanto conhecimento institucional, é uma necessidade. É importante que isso seja feito pensando no retorno que pode trazer para a sociedade, isto é, no retorno dos investimentos que são feitos em pesquisa, pelo governo e por agências de fomento”. (Bibliotecário 5)

“Nossa instituição vivenciou uma experiência que nos fez concluir que, se nós tivéssemos optado pelo autoarquivamento, o repositório nunca teria funcionado. Nós não trabalhamos com autoarquivamento – mas nada impede que outros o façam; porém, entre nós, ninguém tomou essa iniciativa. Nós trabalhamos com a pesquisa, com a busca e o depósito, e, do jeito como nós fazemos, está funcionando bem”. (Bibliotecário 8)

Apesar de ser uma estratégia recomendada para o desenvolvimento da via verde, o autoarquivamento não é uma prática corriqueira nos repositórios institucionais. Pesquisas confirmam que os pesquisadores preferem que os bibliotecários façam o depósito de sua produção científica, sendo, aliás, a forma de depósito mais praticada (MUTHU; RAO; AWASTHI; JOINT, 2006; COOKE, 2007).

Independentemente do método utilizado para o depósito da produção científica, os repositórios institucionais são poderosos canais para a gestão e a disseminação da informação científica em acesso aberto (CROW, 2002; LYNCH, 2003; CHAMPESWAR; DORA, 2010). Os bibliotecários têm, aliás, conhecimento do grau de importância dos RIs para o acesso aberto, conforme corroboram as citações a seguir:

“Eu acho que colocar nos repositórios institucionais é a melhor forma de atualizar a produção científica, porque repositório institucional é uma plataforma que quase todas as universidades estão usando. Dessa forma, ela também passa a ser conhecida pelos pesquisadores. Então, eu acho que depositar no repositório é uma forma bem interessante de democratizar a informação e, principalmente, o acesso aberto”. (Bibliotecário 1)

“Pra mim, depositar no repositório é uma forma de gerenciar a produção científica, assim como de preservar a memória da instituição. Se a instituição conseguir implantar um repositório e conseguir mantê-lo [...] com um povoamento sempre contínuo, isso trará muitos benefícios, como a visibilidade. Ademais, ajuda a organizar toda a produção científica que está dispersa e também a preservar essa memória, ou seja, a memória da produção científica da universidade”. (Bibliotecário 6)

As respostas obtidas mostram que os bibliotecários têm consciência de seu papel no cenário em que a internet constitui um dos principais meios de acesso à informação científica, valendo-se dos repositórios institucionais como um meio de fornecer acesso à informação para a comunidade científica.

4.1.3 Fatores que estimulam e inibem o depósito da produção científica em repositórios institucionais de acesso aberto

Os bibliotecários exercem um papel crucial no sucesso de um repositório institucional. São atores relevantes para a disseminação em acesso aberto da produção científica nas universidades. Entretanto, alguns fatores relacionados às atividades que desempenham podem servir como estímulo ou inibição para a tomada de decisão do pesquisador em depositar sua produção científica em repositórios institucionais de acesso aberto.

As opiniões transcritas a seguir mostram que há um consenso quanto à responsabilidade das bibliotecas com a divulgação dos repositórios.

“Na minha opinião, um fator importante é a divulgação, é tornar o repositório conhecido para o pesquisador e mostrar para o que ele serve, de que forma ele pode auxiliar, tanto no gerenciamento quanto na disseminação do conhecimento produzido na universidade, ou nas instituições científicas”. (Bibliotecário 2)

“Eu acho que eles poderiam divulgar mais, não só a ferramenta, mas também os benefícios, o repositório em si [...]. Acho que deveria ser feito um trabalho a esse respeito, favorecendo a proximidade com docentes e pós-graduandos. Talvez isso tenha de ser feito pelas próprias bibliotecas, para difundir mais os repositórios”. (Bibliotecário 3)

“Eu acredito que falta maior divulgação, sob a forma de palestras, por exemplo, a respeito de tudo que diz respeito a acesso aberto, a repositório, a depósito. Por exemplo, palestras que versassem sobre ciências da informação, sobre visibilidade de conteúdos. E também é preciso manter continuamente atualizada essa divulgação, usando, para tanto, todos os meios de divulgação de que as universidades dispõem, como rádio, tv, encontros de docentes, reuniões de centro”. (Bibliotecário 4)

“A primeira coisa que a gente tenta fazer [...], mas não faz exatamente como gostaria, é o marketing do repositório, mostrando, por exemplo, as vantagens, a importância de socializar esse conhecimento, apresentando as estatísticas de uso, as estatísticas de download, enfim, mostrando como tudo isso está sendo usado, como isso aumenta a visibilidade do pesquisador, da sua produção, quando o documento está no repositório. Então, os bibliotecários deveriam fazer isso, deveriam fazer uma promoção do repositório, mostrar isso nos programas de pós-graduação, fazer reuniões com determinadas áreas do conhecimento para divulgar esse tema”. (Bibliotecário 7)

Os bibliotecários entrevistados foram instados a responder sobre quais fatores relacionados com as suas atividades poderiam estimular o depósito da produção científica em repositórios institucionais de acesso aberto. Para os bibliotecários, a divulgação é o principal fator relacionado às suas atividades para estimular o depósito da produção científica em repositórios institucionais. Esse resultado ratifica a ideia de que os bibliotecários que implementam repositórios institucionais devem ser capazes de convencer os professores que relutam em disponibilizar sua produção em repositórios institucionais (ANTELMAN, 2004).

O processo de convencimento passa por um trabalho intensivo de divulgação do serviço. O papel da biblioteca é mostrar aos usuários os benefícios das publicações disponibilizadas em acesso aberto.

Além da questão da divulgação, outro fator que estimula o depósito em repositórios, segundo uma das respostas obtidas, é a integração de sistemas:

“Então eu acho que outra melhoria, que pode ser estimulada pela biblioteca, pelo bibliotecário, é a integração dos sistemas. Isso ajuda, isso facilita muito o processo. Confirma aquela velha história de que o próprio pesquisador deve inserir os dados em vários sistemas”. (Bibliotecário 4)

A preocupação com a integração de sistemas é válida na medida em que a possibilidade de carregamento automático de dados no momento do depósito resulta em um valor agregado para o sistema de informação, simplificando, assim, o processo de depósito (MARTINS, NOLASCO e SILVA, 2013, p. 207).

Ademais, insistindo ainda na questão da integração de sistemas, o fator divulgação é o principal estímulo que um bibliotecário pode promover para o sucesso do depósito de produções científicas em repositórios institucionais de acesso aberto. Da mesma forma que podem estimular, os bibliotecários também podem inibir o depósito, a depender de vários motivos.

Quando indagados a respeito dos fatores relacionados às atividades das bibliotecas que poderiam inibir o depósito da produção científica em repositórios institucionais por parte dos pesquisadores, as respostas apontaram os seguintes aspectos: a inércia dos bibliotecários, sua falta de engajamento, a falta de diálogo com os pesquisadores, a falta de divulgação do repositório, a falta de treinamento e problemas de usabilidade nas ferramentas para repositórios.

“Ficar mais na inércia [...] é exatamente o contrário dessa divulgação. De não trabalhar no sentido de divulgar. Porque eu acho que uma coisa que inibe essa divulgação é justamente o desconhecimento do pesquisador de que existe esse serviço e de que ele pode utilizá-lo para aumentar a visibilidade, o impacto do conhecimento produzido”. (Bibliotecário 2)

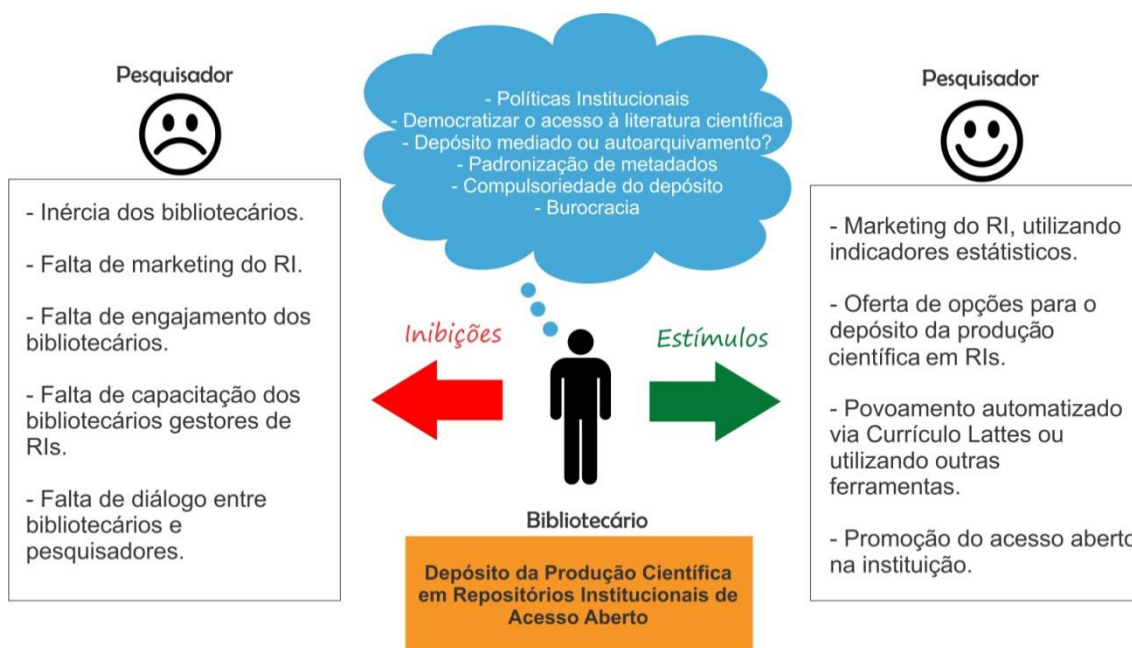
“Eu acredito que sejam problemas decorrentes da própria ferramenta, problemas de usabilidade, problemas que estão relacionados ao próprio preenchimento. Com relação ao bibliotecário, não vejo essa questão da inibição quanto ao depósito, não. Vejo a origem dos problemas mais no fato de existirem vários sistemas para preenchimento, e, aí, não é culpa do bibliotecário, mas de um contexto geral. Eu acho que o que inibe o depósito é o professor-pesquisador ter que depositar a informação em vários sistemas”. (Bibliotecário 4)

“[...] às vezes, ele [o bibliotecário] não tem o treinamento apropriado, ou o conhecimento apropriado para conseguir argumentar sobre isso [...]. Porque ele acabou de sair da faculdade, onde nem sempre recebe esse conhecimento, e também porque ele não teve tempo de estudar isso. No dia a dia, ele está sempre envolvido com atividades do momento, ‘apagando incêndios’. E também porque ele tem ‘n’ coisas a fazer. E, por fim, porque a instituição não dá muito apoio a isso” (Bibliotecário 7)

“Eu acho que falta mais diálogo do profissional, do repositório, do bibliotecário, com a comunidade de pesquisadores. Falta esclarecer que isso tem um retorno, que vai beneficiar o próprio pesquisador. E, por desconhecer esse valioso recurso, eles, os pesquisadores, acabam desistindo”. (Bibliotecário 8)

A Figura 11 sumariza os aspectos que estimulam e inibem o depósito, assim como as questões centrais nas percepções dos bibliotecários a respeito do depósito da produção científica em repositórios institucionais, conforme o objetivo específico 1 desta tese.

Figura 11 - Representação gráfica das preocupações, dos fatores que motivam e dos fatores que inibem, do ponto de vista dos bibliotecários



Fonte: Elaboração própria.

4.1.4 Estratégias para promover o depósito da produção científica em repositórios institucionais de acesso aberto

As principais estratégias que bibliotecas e bibliotecários poderiam adotar para promover o acesso aberto foi o último tema abordado nas entrevistas. As citações a seguir resumem os pontos mais relevantes das respostas obtidas.

“Eu acho que um caminho, que é muito bom e deve ser feito, é essa história de a gente visitar os departamentos, de divulgar o serviço do repositório através de e-mails, oferecendo serviços para os professores e também espalhar cartazes com as estatísticas – porque as estatísticas trazem uma visibilidade boa do quê e como os itens que estão disponíveis estão sendo visualizados e baixados. Então, eu penso que isso acaba melhorando o uso do repositório”. (Bibliotecário 2)

“O marketing e a integração dos sistemas – acho que isso é o mais forte. A gente tem que favorecer essa integração. Não tem como fugir disso. Nós temos o Lattes, nós temos o sistema próprio da instituição, nós temos o sistema dos repositórios. Então, de alguma forma, tem que haver a integração dos sistemas. Acho que a maior estratégia para a biblioteca é promover, criar uma forma de integrar os sistemas acadêmicos, fazer a divulgação e trabalhar o marketing”. (Bibliotecário 4)

“Uma questão que eu acredito que seja bastante relevante é o processo que pode ser adotado de povoamento automatizado. Eu acho que essas discussões ainda são muito incipientes, mas acredito que toda a comunidade de bibliotecas, de repositórios, poderá ser beneficiada com isso. Então, talvez o melhor fosse desenvolver ferramentas que possibilitem a automação, via currículo Lattes, ou nas próprias bases, para que a gente tenha um trabalho menor de inserção, de depósito, seja com o autoarquivamento, seja com o arquivamento mediado”. (Bibliotecário 5)

“É se inteirar, cada vez mais, com o que está acontecendo, com a forma como esse movimento está se dando no Brasil, e principalmente fora do Brasil. É abrir o repositório para vários provedores de serviço, porque isso amplia muito a visibilidade. Então, quando ele [bibliotecário] for mostrar o repositório, as estatísticas vão estar muito altas. E aí vai poder dizer: ‘olha aí, gente, nós alimentamos o repositório aqui, mas olha só onde ele atinge: vai lá para o RCAAP, lá em Portugal, para o OASISBR [...]. As teses e dissertações vão para a BDTD do Ibict, vão também pra NDLTD’. Então, todo mundo vai ver o que nós estamos fazendo, e isso também é uma forma de fazer marketing, mostrando onde o repositório está sendo pesquisado e quem pode pesquisar. Outra coisa que nós fizemos aqui foi estimular – não em relação aos artigos de periódicos, que isso já se faz – os autores de teses, dissertações e TCC a colocar o resumo e as palavras-chave em inglês e, se possível, em espanhol também. Porque isso atinge mais pessoas”. (Bibliotecário 7)

Como é possível perceber, a divulgação e o marketing do repositório são as principais estratégias citadas pelos bibliotecários para promover o depósito da produção científica em repositórios institucionais. Um segundo aspecto levantado é a questão da integração de sistemas, principalmente com o Currículo Lattes. Alguns bibliotecários acreditam que o depósito seria feito de maneira sistemática caso houvesse integração entre o repositório e a plataforma Lattes.

4.2 Gestores Institucionais

O papel dos gestores é crucial para o desenvolvimento do acesso aberto em âmbito institucional. São eles os responsáveis pela elaboração e pela implementação de políticas, as quais envolvem toda a comunidade científica. Nesse sentido, o segundo conjunto de dados foi obtido a partir de entrevistas com quatro gestores institucionais, de acordo com a amostra selecionada (item 3.2.1). Os dados são analisados e discutidos a seguir.

4.2.1 Percepções a respeito do acesso aberto

Os gestores institucionais entrevistados também detinham percepções favoráveis ao acesso aberto. Entretanto, em algumas entrevistas, foi possível perceber certo desconhecimento por parte deles a respeito dos benefícios do acesso aberto para a comunicação científica. Certamente, o papel dos repositórios institucionais fica prejudicado se as pessoas que elaboram e implementam as políticas institucionais desconhecem as vantagens de manter a produção de suas instituições em acesso aberto.

As transcrições a seguir mostram as percepções desses gestores em relação ao acesso aberto:

“Eu acho que toda informação científica deve ser disponibilizada, ainda que existam editoras científicas que insistam em cobrar para divulgá-la. Então, os pesquisadores têm mesmo é que publicar e cobrar o direito autoral. Como, para o progresso da ciência, é fundamental você ter acesso à informação científica, então, eu sou totalmente a favor de que praticamente tudo seja disponibilizado. É assim que você consegue aumentar o progresso da ciência. Hoje em dia, você tem tudo disponível no seu computador. Então, isso fez uma diferença enorme no desenvolvimento do mundo inteiro. Antigamente, só progredia quem tinha muito dinheiro e, graças a isso, podia ter ao alcance da mão todas as publicações científicas e tudo o mais. Hoje, não é mais assim. O conhecimento democratizou-se e, assim, todo mundo ficou praticamente nivelado em termos de acesso ao conhecimento. Faltam só mais recursos para conseguir acompanhar o passo dos países desenvolvidos.” (Diretor de Pós-Graduação)

“Eu acho bastante interessante. Vamos fazer uma brincadeira aqui: imagine que eu queira fazer uma consulta rápida sobre um assunto para alguma atividade da empresa que eu tenha que resolver imediatamente. Se esse acesso está liberado e a informação está fácil, eu consigo uma boa resposta para aquilo que eu quero, rapidamente. Se aquilo está muito travado, se você está preso em um site, está ligado a uma série de burocracias, isso vai complicar um pouco. Então, respondendo genericamente, em um primeiro momento, eu acho interessante. Na minha área, eu sinto um pouco essa dificuldade de que acabei de falar. Às vezes, você quer fazer uma consulta rápida, você quer ter acesso a um artigo naquele exato momento, para te ajudar a tomar uma decisão, mas você não tem onde conseguir isso.” (Pró-Reitor de Pesquisa)

“Bom, eu acho que o acesso aberto à informação científica é fundamental para o desenvolvimento da ciência. Infelizmente, para ter acesso a muitas revistas científicas, é preciso pagar. Maravilhosa a iniciativa da Capes, com esse processo de assinar uma grande quantidade de revistas. Assim, agora, através da Web of Science, você pode assinar, você pode ter acesso a um monte de informações. Só lamento que

muitas revistas continuem caras. Acho que o ideal é persistir no sistema universal aberto.” (Coordenador de Curso de Pós-Graduação 1)

“Não tenho muito conhecimento sobre o tema, mas, pelo que eu sei, acho muito importante.” (Coordenador de Curso de Pós-Graduação 2).

As universidades desempenham um papel fundamental no acesso à ciência, e se seus gestores possuem uma visão favorável ao acesso aberto, isso é um grande avanço. A adoção de políticas de apoio ao acesso aberto precisa ser feita no âmbito da instituição, assim como recomenda Swan (2013), sendo necessário que essas universidades se comprometam a fornecer infraestrutura para garantir que o acesso aberto seja viabilizado.

Nesse sentido, a análise dos dados oferecidos pelos gestores institucionais permite concluir que existe um conhecimento da importância do acesso aberto, mas falta investir em um trabalho de conscientização sobre a importância do acesso aberto à informação científica e discutir as estratégias de gestão e disseminação dessa informação, entre elas, os repositórios institucionais.

4.2.2 Depósito da produção científica em repositórios institucionais de acesso aberto

Identificar a percepção de gestores institucionais a respeito do depósito da produção científica em repositórios institucionais de acesso aberto é fundamental, visto que, se tais gestores possuem opiniões favoráveis ao depósito, aumenta a probabilidade de um repositório ser implementado e de se estabelecerem políticas de gestão que regulamentem e viabilizem o trabalho desse repositório.

Os gestores entrevistados nesta pesquisa se colocaram favoráveis ao depósito da produção científica em repositórios institucionais de acesso aberto; entretanto, apontaram algumas dificuldades para a efetivação do depósito, como a questão dos direitos autorais e a alimentação de vários sistemas por parte dos pesquisadores. Um dos entrevistados destacou-se por sugerir que o depósito fosse automatizado, conforme transcrito a seguir.

“Eu acho que isso deveria acontecer. Hoje em dia, com a Plataforma Sucupira – por meio da qual você consegue os dados da produção científica de todos os programas de pós-graduação do Brasil –, isso poderia ser algo automático. Por exemplo, nesse programa, você daria o identificador eletrônico do artigo,

que é o DOI, e, a partir daí, seria possível depositar esse identificador eletrônico nas bibliotecas.” (Diretor de Pós-Graduação)

Os gestores compartilham o mesmo interesse dos bibliotecários de que o processo de submissão seja automático. Conforme relato do Diretor de Pesquisa e Pós-Graduação, um dos entrevistados, a Plataforma Sucupira – ferramenta para coletar informações, realizar análises e avaliações, que funciona como base de referência do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) – deveria ser utilizada como referencial para a importação dos metadados das publicações científicas, visto que os cursos de pós-graduação são obrigados a alimentar, anualmente, essa plataforma com os dados referenciais de suas publicações.

Essa preocupação com a integração visa simplificar o processo de depósito e corrobora a ideia apresentada por Martins, Nolasco e Silva (2013, p. 210), de que uma gestão integrada da informação relativa à produção científica da instituição é essencial, no que concerne à avaliação, ao acesso, à visibilidade, à preservação, à integração e à interoperabilidade.

Além da questão da integração abordada nos parágrafos anteriores, outro empecilho ao depósito em acesso aberto se configura, conforme os gestores entrevistados, na crucial questão dos direitos autorais, que poderia inibir, em princípio, o depósito da produção científica em repositório de acesso aberto. O exemplo dado, a seguir, por um coordenador de curso de pós-graduação é emblemático:

“O que acontece é o seguinte: os artigos, em geral, são publicados em revistas, as quais passam a ter, conseqüentemente, a posse do copyright. Então, uma vez que a revista tem esse direito, a gente não pode fazer mais nada, entendeu? [...] Tem, digo e reafirmo, esse problema do copyright: a gente faz o trabalho, publica o trabalho, mas passa o copyright para a revista. Mas, em relação àquilo sobre o qual se tem permissão de publicação, estou de pleno acordo. Acho que poderia ser mais um meio de divulgar a pesquisa.” (Coordenador de Curso de Pós-Graduação 1)

Investigando esse assunto, Antelman (2006, p. 87) recorda que muitos, se não a maioria dos contratos de direitos autorais, não mencionam ou são ambíguos em relação aos direitos de autoarquivamento e também sobre a questão da versão que pode ser autoarquivada.

A participação de bibliotecários capacitados nesse tema candente poderia ser, a propósito, de grande valia para os pesquisadores, na medida em que aqueles pudessem sanar dúvidas referentes a direitos autorais e, complementarmente, auxiliar os pesquisadores em todo o processo de depósito da produção científica no repositório da instituição.

Percebeu-se também, nas respostas dadas pelos entrevistados, que existe uma certa confusão entre o papel dos repositórios institucionais e o dos periódicos de acesso aberto. Conquanto ambos tenham um objetivo em comum, que é dar acesso amplo e irrestrito à informação científica, guardam diferença entre si.

A semelhança entre os dois é apontada por Costa (2008), quando explica que

tanto os repositórios institucionais quanto os periódicos eletrônicos de Acesso Aberto provêm, sem sombra de dúvida, acesso mais amplo e irrestrito à informação (literatura formal) ou ao conhecimento (intercâmbio informal, que pode levar ao registro formal) do que o sistema tradicional de comunicação científica.

Cumprido, porém, acrescentar que, enquanto os periódicos têm a função restrita de publicar os resultados de pesquisa, os repositórios institucionais são ferramentas para gestão, disseminação e preservação da produção científica de uma instituição.

As próximas transcrições mostram o desconhecimento, por parte de gestores, do papel dos repositórios institucionais.

“A gente pode dividir em dois grandes grupos: aquele grupo do pesquisador que acha que o trabalho dele tem condição de ser publicado em uma grande revista, e aquele grupo que acha que o trabalho não tem condição. Infelizmente, esse segundo grupo é o que acaba usando o repositório. O primeiro grupo vai tentar divulgar seu trabalho em todas as revistas grandes e de impacto. E, eventualmente, pode acontecer de essas revistas não permitirem que seus artigos sejam disponibilizados de forma gratuita. Isso acaba complicando bastante o acesso a esses artigos publicados, por causa dessa burocracia, desse tipo de regra. Então, acaba ficando no repositório exatamente quem não vai publicar naquele tipo de revista.” (Pró-Reitor de Pesquisa)

“Então, eu acho muito bom. Recentemente, um colega da USP fez um livro digital, divulgou para a gente. Era um tema da mesma área minha, que utilizo nas aulas, e tem me ajudado muito. Isso é muito importante porque traz informações, acesso aos nossos alunos, tanto de graduação quanto de pós-graduação.” (Coordenador de Curso de Pós-Graduação 2)

É importante ressaltar que os repositórios institucionais não são mecanismos de publicação da produção científica. Um dos seus objetivos é reunir a produção científica da instituição e oferecer, aos membros de sua comunidade, a gestão e a disseminação de materiais digitais criados pela instituição e seus membros (LYNCH, 2003).

Em suma, entre os gestores institucionais entrevistados, predomina a percepção favorável ao depósito, embora se constate, de acordo com os dados analisados, que existe bastante desconhecimento sobre o papel dos repositórios institucionais e seus benefícios para a instituição. Considerando que o papel das instituições acadêmicas no processo de comunicação científica para o desenvolvimento do movimento de acesso aberto é crucial, enquanto não houver conscientização sobre os benefícios do acesso aberto para a instituição, bem como da necessidade de se manterem repositórios institucionais, dificilmente haverá políticas que tornem obrigatório o depósito de produtos no repositório da instituição.

4.2.3 Postura da instituição e comportamento dos pesquisadores em relação à prática do depósito da produção científica

Como a postura da instituição, no papel de seus gestores, influencia o comportamento dos pesquisadores em relação à prática do depósito da produção científica em repositórios institucionais, certamente a opinião desses gestores em relação àqueles pesquisadores que depositam ou deixam de depositar sua produção é relevante para fomentar diretrizes para incentivar esse depósito.

Há um consenso de que só depositam aqueles pesquisadores que sofreram algum tipo de provocação. Conforme os dados obtidos com as entrevistas, o desconhecimento dos repositórios institucionais é a principal causa para a não realização do depósito da produção científica:

“Os que depositam só o fazem porque eles foram provocados a depositar. Se não houver provocação, eles vão se acomodando, não vão depositar. Os que não depositam muitas vezes não o fazem por desconhecimento. Ou, então, porque acreditam erroneamente que o trabalho deles, se for publicado no repositório aberto, ele, o autor, não vai mais poder publicar. E ele teme que, se ele não tiver publicado ainda um trabalho que ele fez (só está nos dados), ou, então, que ele tenha os dados pré-publicados ou um resumo qualquer –, que ele, por causa disso, não possa mais publicar em uma revista de impacto, que já

esteja disponível. E há ainda o caso do patenteamento. Uma crença que ele tem é que, se ele disponibilizar o trabalho, isso poderá comprometer o desenvolvimento e o patenteamento do seu produto. Mas eu acho que o grande problema é o desconhecimento mesmo e a falta de cobrança. Então, as pessoas têm que ser cobradas, têm de ser incentivadas a fazer esse depósito. O pensamento do pesquisador costuma ser: 'se não forem eles, eu é que não vou fazer isso mesmo.' (Diretor de Pós-Graduação)

"Hoje a gente não tem essa política da obrigatoriedade. Fica exclusivamente a critério do coordenador do curso ou do programa estimular seus professores a fazer a disponibilização de seu material no repositório. Então, o fato de não ter uma regra prejudica o processo. Você vê que alguns cursos disponibilizam, naturalmente, muito material, enquanto outros não. A gente observa essas discrepâncias entre cursos e programas: uns com muitos, outros com quase nada disponível. Aí você vê que isso está ligado justamente à postura do gestor. Normalmente, costuma ser um gestor que não explica o que é um repositório, não fala o que é. Mas eu acho que depositar é positivo. Isso é uma coisa que nós temos de mexer e vamos estimular cada vez mais. Eu gosto que as pessoas procurem as fontes e, para isso, elas têm de estar disponíveis. Eu gosto que o estudante leia o livro, que ele leia o artigo, que ele leia a pesquisa, que ele vá procurar direto na fonte. Se ele tem dificuldade para acessar essa fonte, aí nós vamos dar condições, vamos ajudar." (Pró-Reitor de Pesquisa)

"Eu acho que a maioria dos pesquisadores não sabe; aliás, eu mesmo não sabia que tinha esse sistema. Se o sistema for divulgado, os pesquisadores vão depositar lá. É preciso saber se pode fazer isso pela internet, se pode entrar no site e colocar. Algo assim! Existem algumas coisas do Research Gate que fazem isso. Eu não sei se as bibliotecas teriam algo desse tipo, mas seria interessante que tivessem, além do mecanismo de divulgação. Agora o que eu vejo é o seguinte: esses mecanismos mais localizados têm pouco poder de alcance em comparação com as redes sociais. Elas têm bem mais chance de conseguir as coisas. É mais um mecanismo que pode dar certo! Seria importante também que as universidades brasileiras, de um modo ou de outro, se conectassem entre si." (Coordenador de Curso de Pós-Graduação 1)

As percepções dos gestores entrevistados vão de encontro ao que afirma Harnad (2001b): "a libertação das barreiras de acesso e impacto está nas mãos dos pesquisadores". Enquanto esses não forem provocados e incentivados a depositar em repositórios institucionais de acesso aberto, dificilmente esse depósito tornar-se-á uma cultura.

4.2.4 Fatores que estimulam e inibem o depósito da produção científica em repositórios institucionais de acesso aberto

Há um consenso entre os gestores institucionais entrevistados de que somente realizam o depósito da produção científica aqueles pesquisadores que sofrem algum tipo de provocação para tal.

Nesse sentido, é importante avaliar quais fatores relacionados às funções de gestor institucional poderiam estimular o depósito da produção científica em repositórios institucionais de acesso aberto.

O principal fator citado é a divulgação:

“Bom, a primeira coisa é divulgar o próprio repositório institucional. Que ele existe, a quem ele serve, pra quê, o quanto ele é visitado, o que as pessoas observam. O repositório aqui até me impressiona. Tem países que eu nunca imaginei que visitariam... Rússia... Tem umas coisas que eu falo assim: ‘Pô, o que o cara vai entender? Então, isso é importante comunicar.’ A primeira coisa seria explicar a finalidade daquilo. A segunda seria criar algumas políticas e diretrizes: que tipo de trabalho da instituição a gente gostaria que estivesse no repositório pra que todos pudessem ver. E qual é o critério de qualidade. Seria interessante deixar bem discriminado a partir de que momento, fica a critério da pessoa disponibilizar ou não. Porque como eu te falei aqui, uma das coisas que acho importante é a gente estimular não só as dissertações e teses, mas qualquer produção acadêmica interessante/relevante que seja digna de disponibilizar para que os outros procurem.” (Pró-Reitor de Pesquisa)

“Eu acho que, à medida que eles começassem a ver que aquilo ali tem uma certa divulgação, eles começariam a fazer. Por exemplo, o Research Gate, que eu passei para vários professores aqui, alguns se interessaram, outros não. Você nunca tem 100%. As pessoas só vão se movimentar se elas acharem que a vale a pena perder 10 minutos pra colocar lá, senão as pessoas vão fazer outra coisa.” (Coordenador de Curso de Pós-Graduação 1)

“Divulgação. Mostrar o que tem. Então, eu acho que uma forma de influenciar pra colocar no repositório é por meio das oportunidades, como reuniões. A gente tem feito reuniões de conselho ampliado, dos dois programas. Esse semestre nós fizemos também uma palestra, duas pequenas palestras, três – da diretora, dos coordenadores de programa, de boas-vindas. Convidamos todo mundo, o auditório estava lotado. Nesse momento, nós também divulgamos alguma coisa da nossa página. Então a gente poderia incluir aí também, colocar o acesso à produção pessoal de cada um.” (Coordenador de Curso de Pós-Graduação 2)

“Poderia instruir os coordenadores a solicitar aos orientadores que depositem os seus trabalhos no repositório, ou que preencham o Currículo Lattes corretamente, com todos os dados, identificadores”

eletrônicos e tudo mais. Então, o papel do Diretor aqui é de orientar e gerenciar as pós-graduações. Como a parte de publicação é uma das mais importantes no relatório da Capes, é quase que desnecessário o decanato falar sobre o preenchimento correto da Plataforma Sucupira e do Currículo Lattes, entretanto nós temos que fazer isso, senão os programas vão perder nota na Capes por não informar quais são os trabalhos que foram desenvolvidos na melhor maneira. Então o papel da instituição é muito importante em lembrar, em educar, em incentivar que os professores façam isso. Eu posso até dizer: será que eu posso obrigar? Posso, poderíamos até tentar fazer algo obrigatório, mas não sei se iria funcionar baixar uma norma: 'é obrigatório senão você não passa, não tem progressão funcional'. Aí de repente isso poderia funcionar. Poderia até funcionar se fosse necessária a progressão funcional, mas, por exemplo, quem está no topo da carreira? Ele não precisa! Então não é fácil fazer assim." (Diretor de Pós-Graduação)

O trabalho de divulgação dos repositórios institucionais precisa ser realizado em conjunto por bibliotecários e gestores. É por meio da divulgação, preferencialmente apresentando dados estatísticos, que se pode criar um estímulo para que o pesquisador deposite seu trabalho no repositório de sua instituição.

Estudos comprovam que artigos em acesso aberto são mais citados do que os que não estão em acesso aberto (LAWRENCE, 2001; ANTELMAN, 2004; HARNAD E BRODY, 2004). É importante que o pesquisador tenha conhecimento do impacto causado pelo acesso aberto e compreenda que os repositórios institucionais constituem um meio que viabiliza esse acesso.

O papel da instituição, no entanto, vai muito além do trabalho de divulgação. A instituição precisa fomentar políticas para garantir o sucesso de seu repositório institucional. Essas políticas precisam promover questões de estímulo para os pesquisadores, conforme declara o Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica (Ibict, 2005): as instituições acadêmicas "precisam estimular os pesquisadores, por meio do reconhecimento da publicação em ambiente de Acesso Aberto para efeito de avaliação e progressão acadêmica".

A instituição pode tornar o depósito obrigatório, pois ela possui poderes para tal. Entretanto, até que ponto essa obrigatoriedade é um estímulo para que o pesquisador deposite seu trabalho no repositório institucional? Essa questão será discutida na seção 4.5, a qual se refere aos dados obtidos com os pesquisadores.

Neste contexto, o trabalho da instituição, no papel de seus gestores, deve ser centrado em uma forma de criar mecanismos para que o pesquisador sintá-se estimulado a realizar o depósito no repositório da instituição.

Da mesma forma que os gestores institucionais, de acordo com suas funções, podem estimular o depósito da produção científica em repositórios institucionais, dependendo da postura que adotam, eles podem também inibir esse depósito.

Quando o gestor desconhece os benefícios do acesso aberto, bem como o papel dos repositórios institucionais no contexto da comunicação científica, dificilmente ele poderá criar mecanismos de estímulo. A transcrição a seguir mostra a opinião de um dos entrevistados a respeito disso:

“Acho que um fator seria o desconhecimento. Então você não estimula porque não conhece. Eu acho que, quando a gente conhece um pouco melhor, a gente pode ajudar na divulgação interna e convidar a biblioteca a vir aqui e até pensar em alguma maneira de incentivar os professores [...] é uma pergunta que eu vou fazer agora para os meus colegas, pra gente ver uma forma de incentivar todo mundo a depositar. Eu achei fantástico, porque, por exemplo, eu tenho um artigo de 98 que eu não tinha, eu só tinha em papel. Recentemente achei na internet disponível. A minha dissertação de mestrado, que é de 93, eu encontrei, porque lá no observatório nacional eles digitalizaram, mas a minha tese de doutorado eu não tenho a digital. Então é super bacana ter isso.” (Coordenador de Curso de Pós-Graduação 2)

Além da questão do desconhecimento dos gestores, outro fator abordado pelos entrevistados é a questão da burocracia, assim como a falta de integração entre os sistemas.

“O excesso de burocracia sempre é um problema. Se nós não agilizarmos o processo de entrega de documentos, de análise de processo de pedido, tudo isso inibe esse fluxo de informação. Então a universidade pode atrapalhar se aumentar a burocracia e não aumentar a eficiência com relação aos processos e procedimentos que ela trata junto às pós-graduações. Então, quanto mais eficiente é o órgão, melhor eu acho que será a resposta da comunidade. Então nós ainda somos muito burocráticos, especialmente porque tudo funciona no papel ainda. Nós deveríamos ter já há muito tempo os processos eletrônicos. E isso inibe tudo, não só especificamente o repositório, mas todo tipo de pedido. Às vezes, por exemplo, eu tenho professores, coordenadores que se esquecem de fazer uma solicitação de credenciamento de orientação porque acham muito burocrático. E aí a pessoa simplesmente coorienta, mas não está oficializado, porque ela acha que isso é muito burocrático. Fazer o pedido, ir lá, obter aprovação e aí no final a pessoa que coorienta não tem um documento oficial que comprove que ele fez realmente

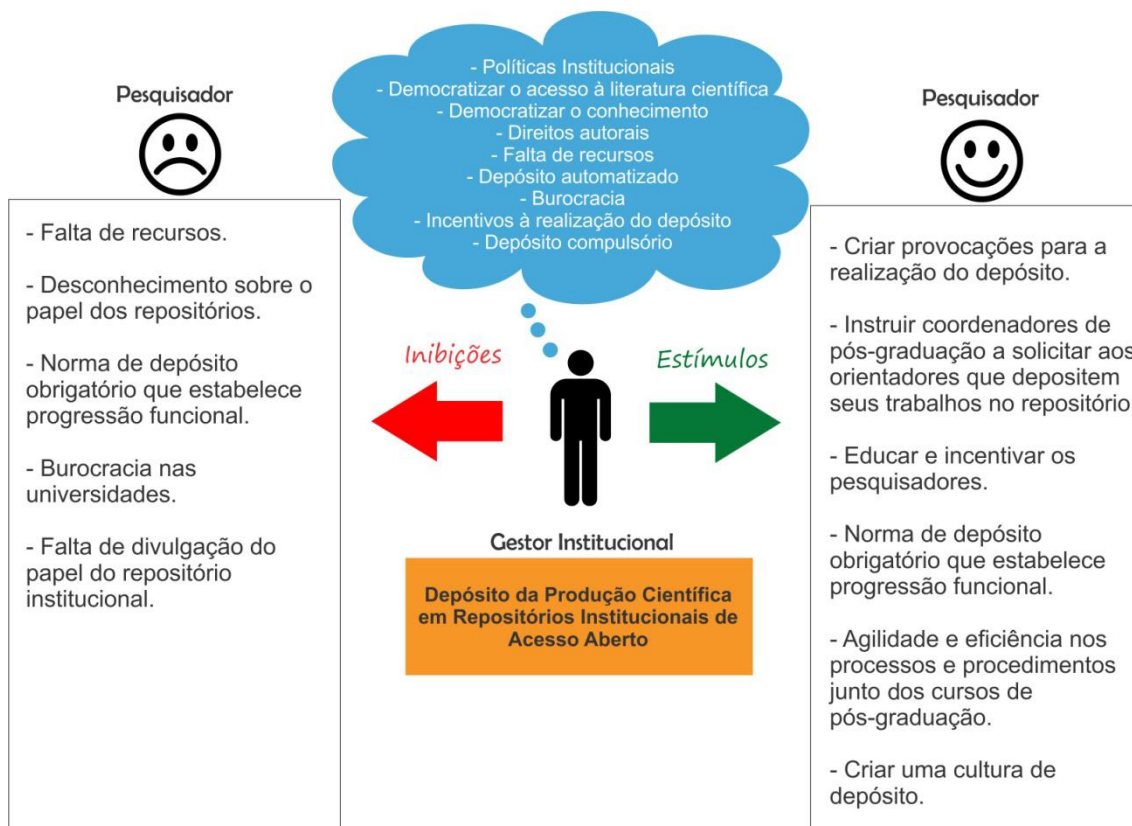
aquele trabalho; mas ele fez. Mas não tem por quê? Por causa da burocracia que é um grande defeito nosso, do serviço público. A burocracia eu acho que atrapalha.” (Diretor de Pós-Graduação)

“Eu acho que eu posso conversar com eles até para fazer. Eu posso passar para os professores. Quantos deles vão fazer? São poucos. Com o passar do tempo, se o pessoal vir que é vantagem, aí vão fazendo. Muita coisa ainda, embora já esteja na época eletrônica, um e-mail desses, por exemplo, serve para atingir todo mundo. É o que eu digo, vem de alto a baixo, mas quando as coisas começam a circular internamente entre as pessoas é que o negócio funcionou. O cara diz para um aluno dele: “bota lá”, aí os colegas começam a divulgar isso aí. Não teria uma maneira, por exemplo, de a gente ter esse Research Gate, tudo o que eu vou fazendo eu vou colocando lá. Não tem jeito de puxar de lá? Do Research Gate? Uma coisa automática?” (Coordenador de Curso de Pós-Graduação 1)

Assim como foi observado nas entrevistas com os bibliotecários, a questão da integração de sistemas é uma preocupação também dos gestores institucionais. Quanto maior for a quantidade de sistemas que o pesquisador precisa preencher e quanto mais burocracia ele encontrar nos mecanismos para divulgar sua produção científica, mais difícil será de criar uma cultura de depósito em repositórios institucionais.

A Figura 12 apresenta, em detalhes, a partir das respostas obtidas nas entrevistas com os gestores institucionais, os aspectos categorizados que estimulam e inibem o depósito, assim como as questões centrais nas percepções dos gestores a respeito do depósito da produção científica em repositórios institucionais, conforme o objetivo específico 1 desta tese.

Figura 12 - Representação gráfica das preocupações, fatores que motivam e fatores que inibem o depósito do ponto de vista dos gestores institucionais



Fonte: Elaboração própria.

4.2.5 Estratégias para promover o depósito da produção científica em repositórios institucionais de acesso aberto

Os gestores foram indagados a listar algumas estratégias que as universidades poderiam adotar para promover o depósito em seus repositórios institucionais (RIs).

A sumarização das respostas, transcritas a seguir, mostra que a principal estratégia citada é a divulgação. Divulgação essa que precisa permear todos os campos da universidade, desde a graduação.

“Eu acho que é aumentar a comunicação com os programas de pós-graduação, insistir periodicamente que é necessário, e mostrar qual a importância do repositório. O que fazer para melhorar? Mostrar a importância disso nos rankings da universidade. Então a estratégia é assim: informação. Deixar os orientadores informados, pois isso é uma maneira contínua. Por exemplo, e especialmente na hora dos Relatórios

Sucupira, toda hora eu envio mensagem falando que o relatório está aberto, que o relatório está fechado, que todo mundo precisa atualizar o Currículo Lattes. Eu tenho que formar os dados da produção científica e solicitar que as produções científicas sejam depositadas no repositório. Então eu acho que essa comunicação entre a universidade e as coordenações pode aumentar, então por enquanto não sei se é possível fazer algo obrigatório, mas, pelo menos de informação e solicitação, a gente pode com certeza aumentar isso. (Diretor de Pós-Graduação)

“Fazer uma ação com os estudantes, principalmente com aqueles que estão entrando, pra visitar a biblioteca, passar lá um dia, mexer nas coisas. Esse tipo de visita, logo no começo, já deixa o estudante ciente que aquilo existe. Ele tem toda a sua graduação para acessar, isso é uma coisa que eu acho que é válida. A outra coisa, ao longo do curso, os professores estimularem que ele olhe lá, citem o repositório como uma fonte de procura. Acho que os grandes pesquisadores, os programas mais bem avaliados, eles têm um pouco de receio, eles não se preocupam muito com isso. Como se fosse segunda opção. A gente tem que desmistificar essas coisas também.” (Pró-Reitor de Pesquisa)

“Estabelecer uma divulgação na universidade. Exemplo: se for docente, vai ter que depositar no repositório. Tais editores permitem versão do autor, então vocês vão ter que guardar essa versão para depois depositar, então talvez as pessoas guardassem. É mais ou menos como no ArXiv, hoje as revistas já pegam dele para publicar, mas no começo não era assim. Então, estabelecemos uma cultura ali. O pessoal da Física, da Matemática e de outras áreas que depositam lá começaram a usar bastante, depositar bastante e os editores admitiram: ‘Não, a gente não pode mais boicotar aquilo ali, a gente tem que se aliar a eles’. Então a mesma coisa ocorre com os repositórios institucionais.” (Coordenador de Pós-Graduação 1)

“O principal é a divulgação. Um trabalho em conjunto com o Decanato de Pós-Graduação, pois é até muito mais fácil pra gente. Imagine, cada programa de pós-graduação ter alguma coisa. Se o DPP vem e traz alguma sugestão, alguma coisa, facilita muito o nosso trabalho. Então, acho essa ideia muito boa, ao invés de só localmente.” (Coordenador de Pós-Graduação 2)

Como as universidades influenciam o processo de criação e compartilhamento do conhecimento (LEITE, 2006), essas instituições precisam assumir o compromisso de realizar um trabalho para estimular seus pesquisadores a disponibilizarem sua produção científica no repositório institucional. A gestão política, no que concerne às atividades que envolvem a pesquisa, é de responsabilidade da universidade.

De acordo com as transcrições, na visão dos gestores institucionais, a divulgação do serviço é a principal forma de incentivar o depósito em repositórios institucionais. Entretanto, para que isso ocorra de fato, é necessário que se estabeleça um trabalho conjunto entre pró-reitores, diretores e coordenadores de cursos de pós-graduação.

A divulgação foi a principal estratégia citada pelos gestores, embora a adoção de uma política de depósito compulsório possa ter um grande efeito, principalmente as que possuem um efeito significativo, como a da Universidade de Liege, que atrela a progressão funcional às publicações disponibilizadas no repositório da instituição (GARGOURI et al., 2012).

4.3 Agências de Fomento

As agências de fomento são as principais financiadoras de pesquisas científicas no Brasil, além de serem responsáveis pela elaboração de políticas voltadas para a ampliação do acesso à informação, tanto sobre pesquisas financiadas quanto de seus resultados.

Nesse sentido, as agências de fomento desempenham um importante papel no cenário do acesso aberto. Entretanto, será que essas agências estão trabalhando no intuito de disponibilizar a produção científica brasileira em acesso aberto? Qual é a visão dessas agências a respeito dos repositórios institucionais?

Com a finalidade de responder essas perguntas, realizou-se uma entrevista com um dos gestores de cada uma das três agências definidas na amostra: Capes, CNPq e FAP-DF.

4.3.1 Conceito de acesso aberto

Todos os entrevistados mostraram-se cientes do que representa o Movimento de Acesso Aberto. Entretanto, a Capes e o CNPq demonstram preocupações que são relatadas a seguir. É possível perceber que a Capes se preocupa com a qualidade dos periódicos de acesso aberto, uma vez que os modelos de negócios estão mudando, e atualmente muitos editores cobram para publicar. Já o CNPq demonstra uma preocupação em relação às questões ligadas à propriedade intelectual.

“Esse é um dos temas que nos últimos anos tem recebido uma atenção muito grande, não só por parte de quem produz conhecimento, mas pelas agências de fomento. O que a gente tem observado é que nós estamos num período de transição, em que o cenário no longo prazo é o acesso aberto. Isso dito pelas principais editoras do mundo, em conversas aqui no Brasil e no exterior. O processo começou há tempos atrás, primeiro com material impresso. Depois esse material impresso é substituído pelo eletrônico, em

seguida se cria um conjunto de revistas híbridas, nas quais você pode disponibilizar aquele artigo, aquele conteúdo, pagando até um conjunto de revistas que tem o acesso aberto. A grande questão é a qualidade. Hoje no mundo, 8% a 10% dos periódicos já são de acesso aberto, eu diria que de 1,5% a 2% têm qualidade, tem um processo de avaliação por pares, um processo sério. Mas a grande questão no momento é separar o joio do trigo. Como virou também um instrumento de arrecadação, até mesmo as grandes editoras já têm parte de seu conteúdo de acesso aberto, uma vez que você pague para publicar. Então inúmeras revistas viraram instrumentos comerciais, sem nenhum padrão ou com um padrão muito baixo de qualidade". (Capes)

"Quanto ao acesso aberto, a gente precisa pensar um pouquinho, porque hoje há várias iniciativas que concorrem para isso. Porque dentro do acesso aberto há toda uma concepção a respeito, inclusive da própria propriedade intelectual. Mas o CNPq não instituiu uma política clara, definida, para acesso aberto de dados, informações, etc. Embora existam algumas ações que possibilitem a você ter acesso aberto, livre, a dados e ações do CNPq". (CNPq)

A preocupação da Capes, no que concerne à cobrança para publicação por parte dos editores, é relevante, pois o modelo APC tem sofrido críticas. Alguns periódicos aceitam qualquer artigo, desde que a taxa seja paga. Isso faz com que a qualidade desses periódicos seja duvidosa (BELL, 2012, p. 179). Entretanto, há de se considerar que as agências de fomento têm um papel importante nessa questão, uma vez que muitos artigos publicados por meio do modelo APC são financiados por essas agências. É fundamental que haja uma avaliação criteriosa desses periódicos, com a finalidade de conceder financiamento somente a publicações em periódicos que detenham rigor científico. É importante considerar, no entanto, que a questão da qualidade dos periódicos não possui uma relação com o fato de ser ou não de acesso aberto.

As preocupações relativas à propriedade intelectual também são relevantes, na medida em que a maioria dos contratos editoriais não informa os direitos relativos ao depósito da produção científica em repositórios institucionais. O pesquisador, em muitos casos, não tem a preocupação de checar essas informações, ou mesmo desconhece os termos de seus contratos de direitos autorais nos periódicos em que publicaram seus artigos (ANTELMAN, 2006). Nesse sentido, nota-se a importância de um mediador, que possa ajudar os pesquisadores, dentro da instituição, a entender o que pode ou não ser disponibilizado em acesso aberto.

É importante ressaltar que a opinião dos gestores, que ocupam cargos estratégicos dentro das agências de fomento, sobre o acesso aberto, é extremamente relevante para que se possa incentivar o depósito da produção científica em repositórios institucionais. As preocupações levantadas nos dados obtidos precisam ser consideradas, pois decorrem de toda a problemática que envolve o acesso aberto (modelos de negócio, direitos autorais, propriedade intelectual).

Embora, haja preocupações e questionamentos, quanto mais favoráveis forem esses gestores, maiores serão as chances de serem adotados meios de incentivar as universidades brasileiras a disponibilizarem sua produção em acesso aberto.

4.3.2 Depósito da produção científica em repositórios institucionais de acesso aberto

Os entrevistados das agências de fomento consideram os repositórios importantes e até necessários. Entretanto, existe uma preocupação com os aspectos práticos da implementação e gestão desses repositórios, principalmente por parte da Capes.

“Penso que é uma excelente forma de você facilitar o acesso, porque muitas das instituições privadas hoje, conta com alunos que não têm condições de usufruir de uma assinatura, ou ter acesso a grandes bibliotecas para periódicos de ponta. Então eu acho que essa situação realmente favorece muito o acesso de todos”. (FAP-DF)

“Eu acho interessante essa centralização, pois ela também permite a peculiaridade, mas eu acho que ao mesmo tempo mantém um padrão”. (CNPq)

“Olha, isso nós já temos em pauta, em todas as renovações dos nossos contratos aqui na Agência. Isso é uma exigência legal, então a Controladoria-Geral da União nos mostra essa importância. Nós temos discutido com as editoras como tornar isso possível. Evidentemente isso requer estrutura. Será que nós temos que fazer isso para todas as instituições brasileiras? Elas têm condições de hospedar essa produção? Será que talvez a gente não poderia concentrar num órgão público, na Capes, por exemplo, dentro do portal de periódicos? Porque esse ponto é importante. Vamos supor que se criasse uma lei nesse sentido: você teria que colocar condições de infraestrutura para cada instituição que recebe recurso público pra financiar as pesquisas. Nós estamos negociando com as editoras, não é um negócio trivial isso, porque algumas delas colocam um período de embargo, que é o Green Open Access, e depois elas abrem. Aí é o seguinte, adianta você ter acesso a uma versão que não é a versão final, enorme, com um número de paginação de quando você submete o artigo, com espaço duplo e tal? Não faz muito sentido. O que nós estamos negociando muito então é dentro do Green Open Access, onde as editoras vão listar pra gente o

período de embargo e depois disso. No caso do portal, isso não é tão importante (no aspecto interno), porque essas instituições já têm acesso. O que nós estamos falando é em disponibilizar esse conteúdo pra fora. Mas, de qualquer forma, isso faz parte hoje de nossa pauta de negociação na renovação dos contratos. Nós estamos falando que nós temos que disponibilizar. Algumas já estão fazendo isso, na submissão do artigo, às vezes você encontra isso: você é financiado pela Capes, do Brasil, aí o autor clica e isso já vai para um banco de dados. Outra situação é a seguinte: o endereço tem que estar na filiação, quer dizer, ainda há uma série de etapas que a gente precisa acertar com as editoras, mas todas elas estão cientes disso, porque isso é uma posição legal, então nós temos que ter esse repositório. O que nós estamos tentando fazer é facilitar isso via Capes para as instituições”. (Capes)

Nos dados obtidos, é possível notar que as três agências de fomento são favoráveis ao depósito em repositórios institucionais, entretanto a principal questão levantada diz respeito à estrutura das universidades para cumprir sistematicamente essa tarefa. Embora o Ibict tenha trabalhado no intuito de divulgar as vantagens e benefícios dos repositórios institucionais, bem como tem prestado suporte tecnológico às universidades que implementaram repositórios, estas, em muitos casos, não possuem condições técnicas, operacionais e humanas para manter um repositório institucional (WEITZEL; MACHADO, 2010).

Nesse sentido, as agências de fomento, especialmente a Capes, possuem ressalvas no que se refere à implementação de qualquer tipo de política que estabeleça o depósito obrigatório da produção científica em repositórios institucionais por parte das universidades brasileiras.

4.3.3 Alto custo dos periódicos científicos

Os gestores das agências de fomento entrevistados foram indagados em relação ao alto custo dos periódicos científicos, visto que grande parte das pesquisas realizadas no país é financiada com dinheiro público. As respostas obtidas estão transcritas a seguir:

“Então, infelizmente eu acho que é a forma de elas sobreviverem. Como a gente pode ficar sem essas editoras? Quem assumiria isso? Eu acho que tem sim que abrir a situação dos trabalhos científicos, mas tem que ver essa parte também, de como seria a sobrevivência dessas editoras. A abertura seria excelente, mas tem também esse outro lado, que visa à parte comercial, da sobrevivência enquanto empresa”. (FAP-DF)

“Isso é negócio. Então as grandes editoras, e agora mais recentemente, nós temos visto crescer o Open Access, e a razão principal desse crescimento exponencial é o ganho financeiro com isso, como negócio. Nós temos começado a discutir com os autores uma maneira de cofinanciar essas produções. Nós já temos conversas adiantadas com algumas editoras. Estamos vendo que, em longo prazo, nós vamos ter uma proporção maior de Open Access do que de conteúdo fechado, bem maior provavelmente. O que a gente quer fazer é usar esse recurso numa negociação com as editoras para a Capes poder cofinanciar esses trabalhos. Se não tiver recursos de pesquisa pra financiar ou então se uma agência entrar cofinanciando, nós estamos negociando com algumas editoras uma redução nesse valor. Além disso, dessa redução, nós vamos querer cofinanciar pra diminuir mais ainda a necessidade do apoio do pesquisador. Porque para aqueles que têm recurso, do projeto, bolsa de produtividade do CNPq, a gente consegue pagar a publicação, os custos decorrentes do Open Access, pois várias revistas cobram muito caro. A gente consegue, mas nós precisamos tornar isso uma coisa mais difundida dentro da comunidade. Acho que aí as agências tem um papel importante, nós já estamos fazendo a nossa parte, que é negociar com as editoras uma redução nos custos do Open Access. A gente espera que, em curto e médio prazo, a gente já tenha uma política estabelecida, porque o que eles estão fazendo é o seguinte, eles têm negociado com algumas instituições. E nós queremos mais do que elas estão dando para as instituições. Além disso, a gente pode vir com a complementação de parte dos recursos que a gente investe no Portal [de Periódicos da Capes], e a gente poderia direcionar, por exemplo, essa espécie de cofinanciamento”. (Capes)

Segundo opinião dos entrevistados o alto custo dos periódicos científicos se deve a um modelo de negócios que visa à sobrevivência das editoras desses periódicos, visto que a publicação de um periódico não está isenta de custos.

Nas respostas obtidas, é possível perceber que, cientes do alto custo dos periódicos, as agências de fomento, em especial a Capes, têm buscado meios de democratizar o acesso à literatura científica. Um dos principais exemplos disso é o Portal de Periódicos, por meio do qual a Capes garante o acesso a cerca de 40 mil títulos, em texto completo, para instituições de ensino e pesquisa. Entretanto, é relevante destacar que a despeito da importância dessa iniciativa, não se trata de esforço relacionado com o acesso aberto. Além disso, a Capes tem discutido com pesquisadores formas de financiar publicações de pesquisa em acesso aberto.

Com o crescimento do movimento de acesso aberto e com a adoção de políticas de acesso aberto para publicações financiadas com dinheiro público, por parte das agências financiadoras, em especial nos países europeus e nos Estados Unidos (PINFIELD, 2010), parte das grandes editoras comerciais possui atualmente um segmento de periódicos de acesso aberto. Dentro desse segmento, essas editoras

adotam o modelo APC, por meio do qual transferem os custos para os autores, seus financiadores ou empregadores. Esse modelo muda fundamentalmente a relação entre autores, editores e leitores, uma vez que o custo referente à publicação passa a ser financiado pelas instituições de pesquisa: universidades e agências de fomento (SOLOMON; BJÖRK, 2012).

Nesse sentido, a Capes tem feito um trabalho importante no que diz respeito à negociação dos preços do APC, buscando reduzir os custos para a publicação. A vantagem é que o artigo é publicado em acesso aberto, o que permite ao pesquisador depositar uma cópia no repositório de sua instituição. Sendo assim, o acesso fica livre de barreiras, e isso aumenta a visibilidade e maximiza o impacto dessa produção científica (HARNAD, 2001b).

4.3.4 Fatores que estimulam e inibem o depósito da produção científica em repositórios institucionais de acesso aberto

Alguns fatores relacionados com as funções das agências de fomento podem estimular ou inibir o depósito da produção científica em repositórios de acesso aberto por parte dos pesquisadores. As transcrições a seguir mostram como as agências de fomento enxergam essa questão do depósito e como, na percepção de seus gestores, podem gerar estímulos.

“Acho que, assim, esse é um aspecto que a gente pode estimular e acho que a Capes tem instrumentos pra convencer as pessoas e tudo. Mas eu vejo isso mais como uma política institucional, quer dizer, a gente pode até estimular, fazer eventos em que se coloque isso. No caso, por exemplo, do Portal de Periódicos, estimular que os artigos sejam disponibilizados de maneira a ter uma base. Nós estamos caminhando pra isso, como te falei, no intuito de hospedar na Capes esse conteúdo. Mas, nas instituições, o que a gente pode ter é uma parceria a fim de estimular que elas desenvolvam essa área. Porque o problema é o seguinte: tem que ter infraestrutura. E o pesquisador, o docente, o aluno de pós-graduação precisam entender que o depósito ali é importante para a instituição. Então, se isso não for feito, não adianta a Capes ficar falando, se a UnB, a UFRJ, a USP não quiserem fazer isso, vai ter pouca valia. Mas acho que a gente precisava trabalhar de forma mais integrada com as instituições, recomendando que elas façam isso [...]. Eu acho que se você conseguir colocar isso num local, lá no Portal de Periódicos, onde quer que seja, isso seria um ganho importante pra comunidade, porque você pode acessar e buscar esse conteúdo.” (Capes)

“O CNPq e as agências de fomento têm a percepção do que é feito aqui. Há um rebatimento muito grande em outras instituições e fundações. [...] as pessoas ficam atentas quando o CNPq desenvolve política nova ou até mesmo quando se coloca uma aba de publicação da ciência ou uma aba de propriedade intelectual para as pessoas de fora. Isso já é uma indicação de que aquilo vai passar a ser uma coisa mais valorizada pelo CNPq. [...] Então as agências de fomento têm essa responsabilidade muito grande, porque realmente, no momento em que o CNPq ou a CAPES valorizarem mais as publicações nesses periódicos de acesso aberto, todo mundo vai passar a caminhar naquela direção. Houve uma reunião em 2005 do Conselho deliberativo em que isso foi falado. O CNPq declarou claramente que iria desenvolver uma política de estímulo ao acesso aberto, mas isso nunca foi feito de fato. O que podem ser identificados são episódios, lampejos, digamos assim, em editais, em programas de uma abertura pro-open access, mas nunca uma política enfática da instituição. O que a gente conseguiu recentemente, de um modo muito informal, a partir de leituras a respeito desse assunto, foi que, naquele texto comum de todos os editais, fosse colocada a frase indicando que o CNPq estimula ou recomenda que seja publicado em acesso aberto, mas não como uma obrigatoriedade nem imposição.” (CNPq)

“Olha, eu penso em primeiro lugar que a gente deveria ter uma instrução, uma portaria, algum aspecto legal, por meio do qual a gente pudesse fazer esse tipo de solicitação. Porque até então a FAP não tem nenhum mecanismo pra fazer esse incentivo, e nunca chegou até a gente uma necessidade como essa que você está colocando. Eu acho que você está trazendo um ponto importante, que pode ser motivo nosso de reflexão interna, mas até o momento essa situação ainda não se apresentou. E mesmo em nível federal, que é uma coisa que seguimos juntos, porque as FAPs têm o conselho, que se chama Confap, onde se articula muito da forma homogênea das fundações de apoio, de amparo à pesquisa, trabalharem. E eu posso garantir pra você que esse assunto ainda não foi levantado pra ser discutido dentro desse conselho. Acho uma coisa importante, mas ainda não foi debatido, não foi questionado como deveria ser. E tudo depende sempre de uma primeira abordagem, de uma primeira provocação. O que você está colocando é um ponto que eu, até o momento, não tenho visto na mídia pra ser um ponto, assim, que se coloque pra debate. Eu acho que nós repassamos grande parte dos recursos pra universidade e é um ponto que tem que ser muito discutido, porque os pesquisadores, que são na realidade os autores do trabalho, têm que ser partícipes da construção de alguma política, de alguma norma, de alguma instrução que vise a essa maior abertura dos trabalhos científicos.” (FAP-DF)

Fica claro, nas três falas, que as agências têm feito muito pouco para estimular o depósito de produção científica em acesso aberto. Tanto a Capes quanto o CNPq estão mais avançados nessa questão, pois o tema, de algum modo, é debatido internamente. A Capes levanta a questão de que poderiam tornar esse depósito obrigatório, entretanto o gestor entrevistado acredita que isso tem de ser uma política da própria universidade, e eles poderiam trabalhar em parceria com essas universidades oferecendo um espaço para aquelas que não possuem infraestrutura.

O CNPq reconhece a responsabilidade que as agências de fomento possuem em relação ao acesso aberto, chegando até mesmo a declarar o desenvolvimento de uma política de estímulo para isso. Entretanto, esse trabalho não seguiu adiante, e atualmente o CNPq possui uma recomendação em todos os editais lançados pela agência.

De acordo com os trechos transcritos, é possível perceber que, atualmente, não há nada de concreto que estimule o depósito da produção científica em repositórios institucionais de acesso aberto por parte das agências de fomento, embora haja reconhecimento da necessidade e importância de se promoverem esses estímulos. Em conformidade com essa constatação, Costa (2014) afirma que as agências de fomento da América Latina parecem não acompanhar a tendência da Europa e América do Norte em relação à implementação de políticas para a promoção do acesso aberto ao conhecimento científico produzido com financiamento de recursos públicos.

Ao serem indagados sobre quais fatores relacionados às atividades das agências de fomento poderiam inibir o depósito da produção científica em repositórios institucionais de acesso aberto, os entrevistados do CNPq e da FAP-DF não souberam responder. No entanto, o gestor da Capes afirmou que essa agência tem trabalhado no intuito de estimular tudo que se relacione ao acesso aberto, e não inibir.

“Inibir, não. De maneira alguma! Nós estamos trabalhando no sentido inverso. No intuito de criar condições aqui no país para que possamos ter estrutura aqui na Capes. Como falei, nós estamos colocando, em nossos contratos com as editoras, como disponibilizar esse acesso aberto. Inicialmente está sendo no Green Open Access, mas você tem que criar um mecanismo pelo qual, na hora da submissão, seja possível informar que aquele artigo é financiado, foi financiado com recurso público.” (Capes)

“O que entendo é que, hoje, do jeito que as coisas estão configuradas, com o histórico que a gente tem, o pesquisador, em tese, estaria livre para fazer as publicações dele. Só que, na verdade, ele fica rendido por uma esquemática, por uma estrutura de publicações ou de uma lógica de mercado das revistas, que é um o negócio muito circunscrito.” (CNPq)

“A gente não pode simplesmente exigir que nossos pesquisadores financiados façam essa atividade. E se existir alguma forma de tornar isso legal, eu acho que é muitíssimo de nosso interesse. Precisa ter alguma coisa que seja normatizada.” (FAP-DF)

É possível notar que, assim como os gestores institucionais entrevistados, as agências de fomento também desconhecem o principal papel desempenhado por um

repositório institucional. Quando se fala em acesso aberto, leva-se em consideração somente a via dourada, ou seja, os periódicos de acesso aberto. A via verde, no caso os repositórios institucionais, é desconsiderada.

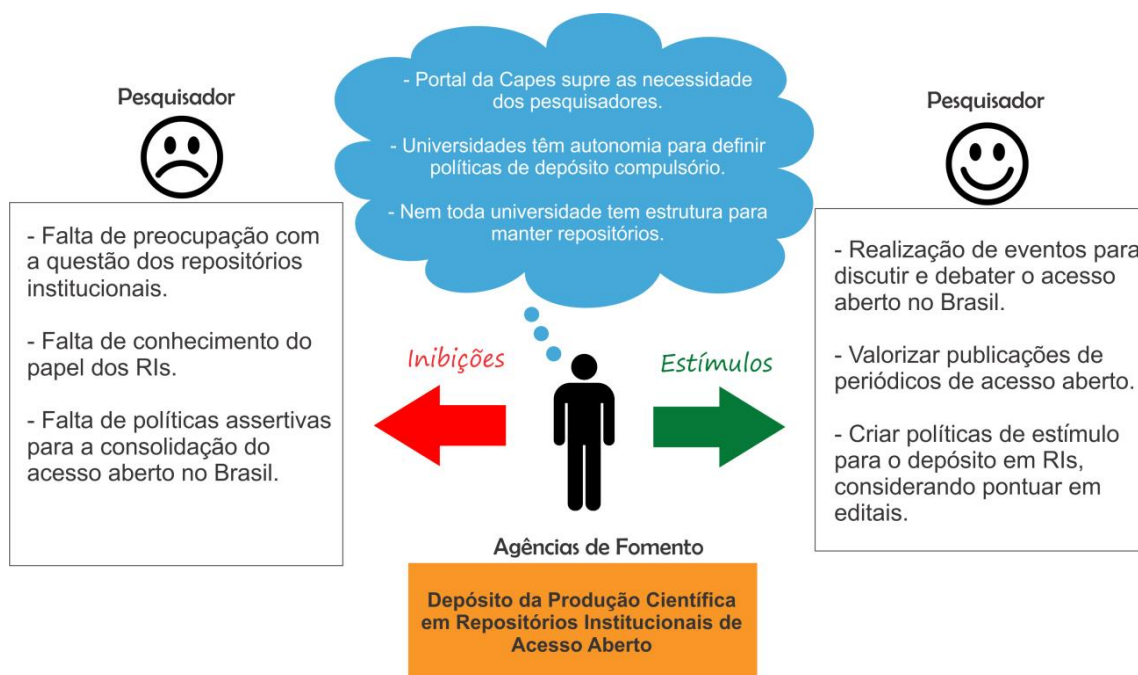
Entretanto, há de se pensar que não é suficiente esperar que todos os periódicos convertam-se para a via dourada. É necessário que a comunidade científica se preocupe em assumir seus próprios riscos (HARNAD, 2004). Nesse sentido, é importante ressaltar que os repositórios institucionais possuem objetivos distintos dos periódicos de acesso aberto. Ambos são meios complementares de viabilizar o acesso aberto, e o repositório é utilizado com o objetivo de armazenar, organizar, disseminar e preservar a produção científica de uma instituição.

Sendo assim, as universidades têm autonomia para criar suas próprias políticas de gestão da informação em repositórios institucionais; entretanto, se houver uma participação efetiva das agências de fomento neste trabalho de desenvolvimento dos repositórios nas universidades públicas brasileiras, a efetividade e eficácia desses serviços serão maiores.

Os dados obtidos com as respostas mostram que as agências participantes desta pesquisa confirmam os dados obtidos por Costa (2014), em que não há nenhuma política de acesso aberto por parte das agências de fomento brasileiras, a exemplo das citadas por Pinfield (2010) na Europa e nos Estados Unidos.

A Figura 13 apresenta, a partir das respostas obtidas nas entrevistas com as agências de fomento, os aspectos categorizados que estimulam e inibem o depósito, assim como as questões centrais nas percepções desses atores a respeito do depósito da produção científica em repositórios institucionais.

Figura 13 - Representação gráfica das preocupações, fatores que motivam e que inibem o depósito em repositórios institucionais, do ponto de vista das agências de fomento



Fonte: Elaboração própria.

4.3.5 Influência das agências de fomento no depósito da produção científica em repositórios institucionais de acesso aberto

A postura adotada pelas agências de fomento pode ser um fator que influencia os pesquisadores a realizarem o depósito da sua produção científica em repositórios institucionais. Os entrevistados, ao serem indagados a respeito dessa questão, concordam que as agências de fomento podem influenciar de alguma forma o depósito da produção científica em repositórios institucionais, conforme as transcrições a seguir.

“Eu acho que isso é um processo educativo. Hoje, eu diria que há uma necessidade relativamente pequena do pesquisador de depositar o conteúdo naquela instituição. Ele diz: ‘Pra que eu preciso disso se lá no Portal (da Capes) está disponível?’ [...] Então eu acho que tem esse aspecto cultural mesmo. Se não houver uma sinalização muito forte de se você não colocar o seu artigo lá você vai ser impedido de progredir na carreira universitária, ou você vai ter mais dificuldade na distribuição de verba, por exemplo, eu quero saber o número de publicações de um departamento, aí eu olho lá no repositório não tem nenhum, é ‘zero’, então não vou repassar”. (Capes)

“Eu acho que sim, porque se os julgamentos impusessem ou fossem mais estritos em relação a isso, se publicar em acesso aberto contasse pontos, digamos assim, nessas avaliações em relação a publicar em periódicos fechados, obviamente isso seria um estímulo para que eles publicassem nesses lugares. O que eu percebo é, assim, não é um trabalho, uma decisão que o CNPq tenha que tomar sozinho, porque a Capes está neste barco também e as revistas, o Qualis, são eles que rastreiam e certificam. Então, assim, talvez dialogar com a Capes para criar uma política seja um bom caminho, até para ampliar o Qualis e colocar mais revistas de acesso aberto lá”. (CNPq)

“Dentro do que você está falando, o que vejo é que existem formas de as agências de fomento incentivarem isso. Mas eu te digo que, nas minhas pesquisas em sites das outras agências de fomento estaduais, eu ainda não me deparei com nenhum edital que tratasse de uma forma de pontuação. Porque as agências, quando lançam o edital, têm todo o mecanismo de avaliação baseado em nota. E eu não vi nenhum ranqueamento até agora que considerasse esse ponto que você está falando como um item de valor. Então eu penso que o edital pode incentivar os que tiverem disponibilização desses repertórios abertos, a fim de que tenham x por cento sobre a pontuação.” (FAP-DF)

Com base nas entrevistas, depreende-se que há a consciência de que, de certa forma, as agências de fomento podem influenciar o depósito da produção científica nos repositórios institucionais. Entretanto, parece haver um desconhecimento, como já percebido nas questões anteriores, do papel dos repositórios institucionais.

De acordo com a BOAI (2002), as agências de fomento podem colaborar com o acesso aberto, à medida que:

- Proporcionem fundos para as universidades para ajudar a criar o repositório de arquivos e ofereçam o suporte técnico e logístico necessário para mantê-lo.
- Requeiram que os bolsistas concordem com o autoarquivamento de seus trabalhos ou publiquem num periódico de acesso aberto.
- Proporcionem suporte aos autores de instituições e nações pobres para cobrir os custos, se houver, referentes à publicação de seus trabalhos nos periódicos e arquivos de acesso aberto.

Entretanto, nos dados obtidos a partir das entrevistas com as agências de fomento, é possível notar que somente a terceira das recomendações da BOAI (2002) citadas

anteriormente é uma preocupação atual. A Capes tem negociado para aumentar o número de financiamentos de publicações em periódicos de acesso aberto que cobram uma taxa do autor. Nesse sentido, nota-se que o objetivo principal é garantir o acesso às fontes primárias de informação, mantendo o portal da Capes e investindo em financiamento para publicações em periódicos de acesso aberto.

Tanto o CNPq quanto a FAP-DF acreditam que essa decisão deva ser tomada em conjunto. O CNPq concorda que publicar em acesso aberto deveria contar pontos nos editais lançados pela casa, mas acredita que é um trabalho que precisa ser feito em conjunto com a Capes. A FAP-DF segue o modelo adotado em outras FAPs do Brasil e, como já foi citado anteriormente, nenhuma dessas agências possui políticas de acesso aberto. Entretanto, a FAP-DF reconhece que a pontuação em editais para publicações em acesso aberto pode influenciar o depósito em repositórios institucionais.

4.3.6 Agências de fomento e depósito obrigatório da produção científica em repositórios institucionais de acesso aberto

Os entrevistados foram indagados sobre qual seria sua opinião a respeito da afirmativa de que agências de fomento podem tornar obrigatório o depósito da produção científica dos pesquisadores em repositórios institucionais de acesso aberto. As respostas estão transcritas a seguir.

“A gente pode obrigar até um tempo, porque estaríamos interferindo em uma coisa que a universidade tem, que a constituição dá pra elas, que é a autonomia. Não podemos falar pra UnB: ‘vocês têm que guardar isso aí do pesquisador’. Se a UnB falar que não precisa, eles têm autonomia pra dizer. As teses, mesmo algumas, enviam só o resumo, não é 100%, porque tem instituição que não consegue fazer isso. Tem que ter uma estrutura digital pra poder transformar aqueles arquivos em uma forma de armazenar e elas não fazem, elas mandam o título e o resumo. Isso que estou falando, não pode querer criar uma estrutura que seja perfeita e nós vamos ver que algumas instituições poderiam atender isso, mas uma parte importante não ia ter condição. Então, assim, eu acho que esses repositórios são uma colocação das agências de controle, então dificilmente nós vamos ter condição de sair disso, nós estamos tentando negociar qual a melhor forma de fazer isso. Mas eu acho que é um processo. Há 10 anos atrás, pouquíssima discussão era centrada nessa área, mas acho que hoje cada vez mais há essa preocupação de tornar o acesso aberto. Há universidades, por exemplo, lá nos Estados Unidos, que não aceitam que os pesquisadores publiquem em determinadas revistas científicas que cobram, que têm período de embargo. Então a instituição tem que financiar, considerar trabalhos em revistas que são pagas, por exemplo. Mas todos nós queremos que seja

em acesso aberto. Então acho que estamos em um período meio de transição. Faz sentido você ter um repositório se tudo for open access? Pra quê, se o acesso é Gold? Justifica, se tudo for acesso aberto, você ter um repositório na sua instituição? Não sei. E como seria no mundo ideal que é para onde eu acho que estamos caminhando? No mundo real, onde a maior parte das publicações seja Gold, que é o full open access, então pra que você precisa ter uma estrutura de armazenamento se aquilo ali é aberto? (Capes)

“Eu acho que estabelecer um tempo é possível. De repente a gente pode fazer essa discussão na casa. Dizer, por exemplo, que dois anos depois de publicado tem que ser colocado em acesso aberto em um repositório X. Isso pode trazer mais transparência para o processo, para a produção científica. Se depois daquele tempo esgotou o interesse da editora naquela publicação e a ala já usufruiu de seus lucros, ou o que seja daquilo ali, é justo que possa ser colocado em acesso aberto. (CNPq)

“Vejo que seria possível uma pontuação em cima desses projetos, que se comprometessem com essa disponibilização. Mas eu te falo que, até o momento, eu não vi em nenhuma das agências que eu busquei, ou nas nossas reuniões de conselho, de FAPs, alguma coisa nesse sentido. Em relação a esses temas polêmicos, a gente tem algumas FAPs que, por tradição, já possuem dentro do país uma situação de destaque em relação às demais, como é o caso da Fapesp, da Fapemig, da Faperj.” (FAP-DF)

O CNPq e a FAP-DF mostraram que estão abertos a iniciar um debate em relação à questão dos repositórios institucionais.

A Capes assume a postura de que as universidades possuem autonomia para definir a questão. Existe uma visão de que o investimento precisa ser feito na via dourada, ou seja, nos periódicos de acesso aberto, por meio de negociações relacionadas ao financiamento de pesquisadores, para que publiquem em periódicos que cobrem uma taxa para disponibilizar em acesso aberto. De acordo com os dados obtidos na resposta da Capes, se toda a produção estiver disponível em periódicos de acesso aberto, não faria muito sentido manter os repositórios institucionais.

Entretanto, o acesso aberto pressupõe que os periódicos de acesso aberto (via dourada) caminhem junto com os repositórios institucionais (via verde). Um não inviabiliza o papel do outro, pois os repositórios institucionais, ao mesmo tempo em que centralizam, preservam e tornam acessível o capital intelectual da instituição, fazem parte de um sistema global de distribuição entre repositórios interoperáveis que fornecem a base para um novo modelo desagregado de publicação acadêmica (JOHNSON, 2002).

Nesse sentido, é importante considerar o papel dos repositórios para preservação e reunião da produção científica da instituição, bem como a interoperabilidade que eles proporcionam.

4.4 Editores de periódicos científicos

Os editores de periódicos científicos desempenham um papel importante no cerne da temática do acesso aberto. São eles os mediadores entre o autor e o leitor.

As percepções dos editores influenciam a ação do depósito da produção científica por parte dos pesquisadores. E devem ser consideradas no delineamento de diretrizes de estímulo para o depósito em repositórios institucionais.

Nesta pesquisa, foram entrevistados três editores de periódicos científicos: um de acesso aberto, um de periódico científico comercial e um de ambos os tipos de periódicos (acesso aberto e comercial).

4.4.1 Percepções a respeito do acesso aberto

Os editores entrevistados demonstraram conhecimento sobre o movimento do acesso aberto e emitiram opiniões favoráveis a esse respeito, como confirmam as citações abaixo:

“A primeira questão é o acesso ao conhecimento. Então eu acredito que todo mundo tem direito a ter acesso ao conhecimento, todo mundo tem direito a conhecer o que está sendo produzido, o que está sendo pesquisado sobre determinado assunto, mas, por outro lado, também vejo que as editoras precisam de uma forma de subsistência, porque o processo de produção, o processo de editoração de uma revista tem custos. Hoje a gente está abandonando um pouco o papel, a revista em papel, e tendo a revista em PDF, mas mesmo assim as editoras têm custos de pessoal, têm cursos de manutenção do site, eles têm o custo de manutenção de acesso à internet. Eles têm uma série de custos. Então se houver uma forma de sustentabilidade para as editoras, para que elas possam fazer esse trabalho de disponibilizar, eu acho que seria o melhor dos mundos, mas eu acredito que hoje ainda não temos essa realidade”. (Editor 1)

“Eu acho que foi um avanço e democratização da ciência. Acho uma iniciativa importante, porque foi uma forma de democratizar o acesso não só a estudantes, pesquisadores e professores, mas também à comunidade de uma maneira geral, para as pessoas terem acesso ao que é feito no âmbito das universidades, enfim, e como as universidades são financiadas com recursos públicos, mesmo as privadas, porque há muitas bolsas e dinheiro governamental, é importante que a população tenha acesso a esses

dados. Assim como facilitou, e muito, nos últimos anos a pesquisa, em qualquer parte do mundo, de dados e informações, a encontrar resultados. Por outro lado, nos últimos 2-3 anos, uma coisa que vem me preocupando é que, ao mesmo tempo em que ocorrem essas pesquisas, vem caindo também em alguns aspectos a qualidade da produção científica. Muitos artigos se repetem, a exigência das agências que regulam educação por uma produção quantitativa e temática às vezes é prejudicial em algumas áreas, como ciências humanas, por exemplo, que os resultados de pesquisa são mais demorados. Não se publica tão rapidamente quanto nas exatas. Uma outra ressalva que eu faço também é que algumas revistas científicas passaram a cobrar. Cobrar pra publicar e cobrar pra ter acesso". (Editor 2)

"Com relação ao acesso aberto em geral, eu sou totalmente favorável, 100%, sou um entusiasta da publicação em acesso aberto. Mesmo antes de se ter falado em acesso aberto, de ter se transformado em um movimento global, nas revistas nas quais eu trabalhava, assim que surgiu a internet, digamos assim, e que as instituições começaram a manter websites, isso aí por volta de 95, 94, já publicávamos os arquivos em nossa revista, assim que eles eram publicados". (Editor 3)

Percebe-se nas falas dos entrevistados que mesmo os editores de periódicos científicos comerciais são favoráveis ao acesso aberto. Apesar disso, existe a preocupação com relação ao modo como os periódicos poderiam se manter, visto que as publicações implicam custos.

Certamente, o fato de esses editores serem também pesquisadores interfere na percepção que eles têm do acesso aberto. Como pesquisadores, há a consciência de que o acesso aberto aumenta a divulgação e a visibilidade da produção científica, entretanto como editores há a preocupação com a questão da manutenção dos periódicos, bem como com a adoção de novos modelos de negócio que visem à sustentabilidade desses periódicos.

4.4.2 Depósito da produção científica em repositórios institucionais de acesso aberto

A percepção que o editor de um periódico científico tem sobre os repositórios institucionais de acesso aberto pode impactar diretamente sua postura no que se refere a autorizar ou não que o pesquisador deposite sua produção científica em repositórios de acesso aberto.

É importante esclarecer que o repositório institucional não representa uma ameaça ao periódico. Nas transcrições a seguir, é possível notar que ambos os tipos de editores

(de periódicos comerciais e de periódicos de acesso aberto) possuem uma visão favorável aos repositórios, sugerindo, até mesmo, que deveria haver mais políticas de estímulo aos pesquisadores para depositarem sua produção científica por parte das universidades e agências de fomento.

“Eu acho que seria uma boa solução, porque, por exemplo, o caso da Capes, periódicos da Capes, na minha área, ele é muito bom. Ele me dá acesso a 95% dos melhores periódicos do mundo. Os outros que eu preciso acessar, que seriam os periódicos da Academy of Management Review e Journal, que são periódicos top da área, eu consigo sendo associado ao Academy. Isso é importante, porque eu tenho interesse nisso. Então os periódicos da Capes vêm tentando resolver. Eles estão abertos a sugestões, novas assinaturas. Então eu acho que seria excelente e a comunidade acadêmica deveria de alguma forma, ajudar para que isso acontecesse porque os beneficiários somos nós. Hoje você faz pesquisa de uma tese de doutorado, de artigo científico sem pisar o pé na biblioteca, você tem tudo dentro do teu computador e a gente sabe que o conhecimento mais atualizado é o conhecimento que está nos jornais. Os livros, eles perderam muita credibilidade, porque muitas pessoas começaram a escrever livros sobre tudo sem profundidade nenhuma. E a gente sabe que o processo de avaliação de um livro é diferente de um processo de uma revista. As revistas têm um cuidado muito maior com a avaliação, com o conteúdo, com o critério, com questões ou aspectos epistemológicos, enquanto o livro está sendo publicado sem nenhum tipo de cuidado.” (Editor 1)

“Acho que o repositório institucional também facilitou a vida ao agrupar um conjunto de produção dentro da universidade. Quando aluno do mestrado, em 2000, 2001, eu pude acompanhar parte dessa evolução. Era muito mais trabalhoso você fazer pesquisa há 15 anos, 16 anos atrás, na própria biblioteca, eu ainda peguei o período que você tinha que consultar as fichas de papel. Hoje da minha casa eu tenho acesso a dado aberto, uma dissertação, um trabalho de conclusão de curso, um artigo. Enfim, aquilo que a biblioteca organizou. Eu acesso facilmente, da minha própria casa. Aquilo que não está disponibilizado on-line, em acesso de maneira muito rápida, eu sei, eu consigo fazer a reserva, eu sei onde está. Acho que isso facilitou muito a pesquisa. Uma grande contribuição à pesquisa. Acho que o repositório é um grande salto em termos de facilitar a qualidade e facilitar a pesquisa. Acho isso muito importante. Eu como professor, também como orientador, acho que isso elimina uma certa preguiça acadêmica. Porque que eu chamo isso. É uma tentação forte entre os alunos e até entre os pesquisadores de usar apuds, em obras. Hoje é impensável, na ciência do século XXI, um pesquisador com esse nome, colocar apud em seus textos. Porque pela quantidade de repositórios que existem, pela quantidade de acesso aberto, não há nenhuma justificativa para que você faça isso. Praticamente é possível ter acesso a todas as obras na sua versão original. Talvez tenha a dificuldade da língua, essas questões, mas do ponto de vista de se ter acesso ou não, acho que isso hoje em dia não é justificativa.” (Editor 2)

“Acho fundamental. As instituições deveriam ter políticas mais assertivas com relação a isso. Estipular de um modo muito claro, que professores, pesquisadores, bases de dados, compilações de imagens e tudo,

tudo que fosse publicado na universidade, que fosse fruto dos grupos de pesquisa da universidade, fossem publicados no repositório institucional. Eu acho que o que pode facilitar muito isso é, se no futuro, o CNPq e a Capes forcingem isso, como aconteceu em outras agências de fomento no exterior.” (Editor 3)

Embora favoráveis ao acesso aberto e aos repositórios, ainda há um discurso equivocado, que não é exclusividade dos editores, mas de praticamente todos os grupos entrevistados: a visão de que o Portal da Capes, por estar acessível a todos os pesquisadores vinculados a instituições de pesquisa no Brasil, é uma iniciativa de apoio ao acesso aberto.

O acesso ao Portal da Capes é livre dentro das instituições participantes. Docentes, alunos de graduação e pós-graduação, servidores técnicos e qualquer pessoa com acesso a rede dessas instituições pode usufruir dos periódicos disponíveis no Portal. Entretanto, não é acesso aberto, pois o pressuposto para tal é que o acesso seja livre de qualquer cobrança de taxa ou necessidade de assinatura. O Portal da Capes é pago e financiado pelo governo brasileiro.

4.4.3 Fatores que estimulam e inibem o depósito da produção científica em repositórios institucionais de acesso aberto

Os editores foram indagados a respeito dos fatores que, de acordo com o papel que desempenham, poderiam estimular ou inibir o depósito da produção científica em repositórios institucionais de acesso aberto.

De acordo com as transcrições a seguir, é possível perceber que a divulgação é a única forma vista como possível para que o editor estimule o depósito em repositórios institucionais. Nota-se que, nas respostas dos editores de revistas de acesso aberto, é possível estimular e criar meios de divulgar os repositórios por intermédio do próprio periódico, como citado pelo Editor 3, que decidiu incluir uma mensagem pós-publicação aos autores, recomendando que seu artigo seja disponibilizado no repositório da instituição com o intuito de potencializar a exposição do artigo.

Entretanto, percebe-se o caminho inverso nos periódicos comerciais. É possível notar que, na fala do Editor 1, existe a visão de que o acesso aberto deprecia o periódico. Existe uma ideia errônea de que os periódicos de acesso aberto não têm qualidade, o que

leva os pesquisadores a não optar por esse tipo de periódico como sua primeira opção para publicar.

A afirmação de que os periódicos em acesso aberto não possuem qualidade pode estar relacionada ao surgimento do modelo APC. Como atualmente muitos periódicos estão dispostos a aceitar quase tudo o que é produzido em troca das altas taxas cobradas, a qualidade dessa produção não é prioridade (BELL, 2012). Ressalta-se que esta relação está diretamente ligada ao surgimento dos editores predatórios, que conforme afirma Nassi-Caló (2015) “causam um enorme dano à imagem de periódicos de acesso aberto que cobram APC, devido principalmente a artigos sensacionalistas publicados na literatura científica, alegando que Acesso Aberto é sinônimo de publicações de baixa qualidade”.

As respostas transcritas a seguir mostram a opinião dos entrevistados a respeito dos fatores que estimulariam o depósito da produção científica em repositórios institucionais, a partir das funções que esses editores exercem no sistema de comunicação científica.

“Foi debatida a questão do acesso aberto há uns 3 anos atrás, e a defesa que o editor fez é que não vale a pena, porque eles querem criar um certo status para o jornal. Para não ser assim um jornal acessível a todo mundo, para poder as pessoas terem interesse em participar pelo menos do congresso [quem assina o periódico deste editor tem direito a participar gratuitamente de um congresso muito concorrido na área]. Então você vê um artigo bom publicado naquele jornal, você tenta entrar, não consegue, aí você, de alguma forma, tenta se aproximar. Agora o que eu vejo é que quem quer ter acesso hoje tem. Quem está usando essa informação são pesquisadores, professores de cursos pós-graduação, pesquisadores de universidades federais, alunos, eles têm acesso, por exemplo, mesmos os meus alunos de graduação, eu os incentivo a começarem a pesquisar, a usarem as bases da universidade, porque em qualquer ponto dentro do campus o menino acessa o computador dele usando o WI-FI da universidade. Ele vai ter acesso a esses periódicos, então você já vê alunos de graduação trazendo na monografia deles, nos trabalhos, o acesso.” (Editor 1)

“O que a gente sempre exige é um termo de cessão dos direitos autorais, essa questão, que é uma forma de incentivar. A nossa revista só admite a publicação mediante a cessão dos direitos e a permissão ao acesso aberto. Senão não publica. Inclusive os números anteriores, antes de ela ir pra plataforma SEER, nem todos estão disponíveis, porque ou a gente perdeu o contato com alguns autores ou eles não responderam aos pedidos, então não estão disponíveis esses exemplares. Mas aí a gente fez uma longa campanha para tentar que os números anteriores, os artigos, migrem para o interior da plataforma, né? Mas

isso não foi possível. Mas a gente incentiva de maneira permanente, a sempre fazer isso, a ceder, inclusive a forma, a pré-condição para a publicação na revista. Eu, quando assumi a coordenação da pós, encerrei a revista física. Porque é muito difícil conseguir patrocínio pra revista. Mesmo na plataforma aberta hoje, ela tem um custo. Você tem um custo da revisão, um custo da edição, da tradução pro inglês, ou seja, você tem uma série de custos e tem um baixíssimo apoio dentro da universidade pra isso. Isso é uma dificuldade que a gente enfrenta.” (Editor 2)

“Eu acho que, como editor, a gente pode divulgar isso. Os editores hoje em dia têm feito um trabalho muito importante, não só de selecionar, de realizar reviews, enfim, a gente tem trabalhado muito na divulgação, eu pelo menos das duas revistas. Uma coisa muito interessante que é uma função que eu jamais imaginaria que fosse fazer. Nas mídias sociais, redes sociais, na página do veículo na internet, do instituto que publica as duas publicações. Eu acho que o editor, que qualquer editor, pra estimular isso, deve conversar com os autores e explicar para eles que, quando a revista é publicada em acesso aberto, quando eles encaminham a produção pros seus repositórios institucionais, na verdade eles estão potencializando a exposição do trabalho deles. Eu vou até incluir isso em uma mensagem pós-publicação pros nossos autores. Se a sua instituição mantém um repositório institucional, no modo como os bancos de dados dos repositórios são montados, você percebe que vai pro repositório institucional e poucos dias depois ele já está indexado no Google Scholar, está nos primeiros lugares nos mecanismos de busca, tanto os especializados quanto os comerciais. A função do editor pode ser muita essa: ‘quer potencializar a exposição do seu artigo, quer que os seus leitores leiam e citem o seu trabalho, então encaminhe aí pro repositório institucional da sua universidade’.” (Editor 3)

Outro ponto abordado pelo Editor 1 é o de que atualmente o acesso é amplamente facilitado. Assim como abordado no item 4.4.2, existe uma concepção equivocada de que as bases de dados e o Portal da Capes são de acesso aberto, por estarem amplamente acessíveis dentro das universidades. Nesse ponto, percebe-se que existe um desconhecimento dos pressupostos do acesso aberto, e isso vem ao encontro do que foi falado pelos outros grupos de entrevistados, que o tema acesso aberto precisa ser divulgado no âmbito das universidades.

Com relação aos fatores que poderiam inibir o depósito da produção científica em repositórios institucionais de acesso aberto, é possível notar nas falas dos entrevistados as diferentes percepções dos editores de um periódico comercial e dos editores de periódicos de acesso aberto.

“Será que a gente deveria ter acesso a todo esse conhecimento para todo mundo? Olha, eu até acho que deveria, mas eu não sei se as pessoas iriam usar, porque você começa a ver o seguinte: eu trabalho com transparência e participação no serviço público. Se você quiser saber meu salário, o seu salário, enquanto

servidora pública, está lá no portal da transparência. Agora será que as pessoas vão lá e veem? E se veem, será que alguém tem curiosidade de ir lá e vê quanto é que ganha a Dilma, por exemplo? Será que a nossa sociedade está preparada para ter acesso a esse tipo de informação? Eu não sei, eu acho que ainda estamos caminhando, ainda tem um caminhozinho aí bem longo a ser percorrido.” (Editor 1)

“Olha, nesse aspecto de não incentivar depósito em repositórios, não vejo nenhuma forma específica de inibição.” (Editor 2)

“As revistas que não estão em acesso aberto evidentemente têm uma ação assertiva com relação a isso. As revistas que não são publicadas em acesso aberto são muito claras com relação a isso. Não é pra você publicar, acabou. Não é pra você encaminhar pros repositórios institucionais. Eu publicava um artigo na revista científica comercial e não podia pegar esse arquivo e publicar na minha página, em uma rede social dessa e muito menos em um repositório institucional da minha universidade. Acho que os editores, mais do que os editores, os publishers, limitam. Os editores são normalmente pesquisadores convencidos de que o acesso aberto é uma coisa boa. Os publishers, as casas editoriais, limitam muito, por questões pragmáticas relacionadas ao financiamento, ao fomento, ao pagamento de assinaturas. De como o modelo de negócio se estrutura.” (Editor 3)

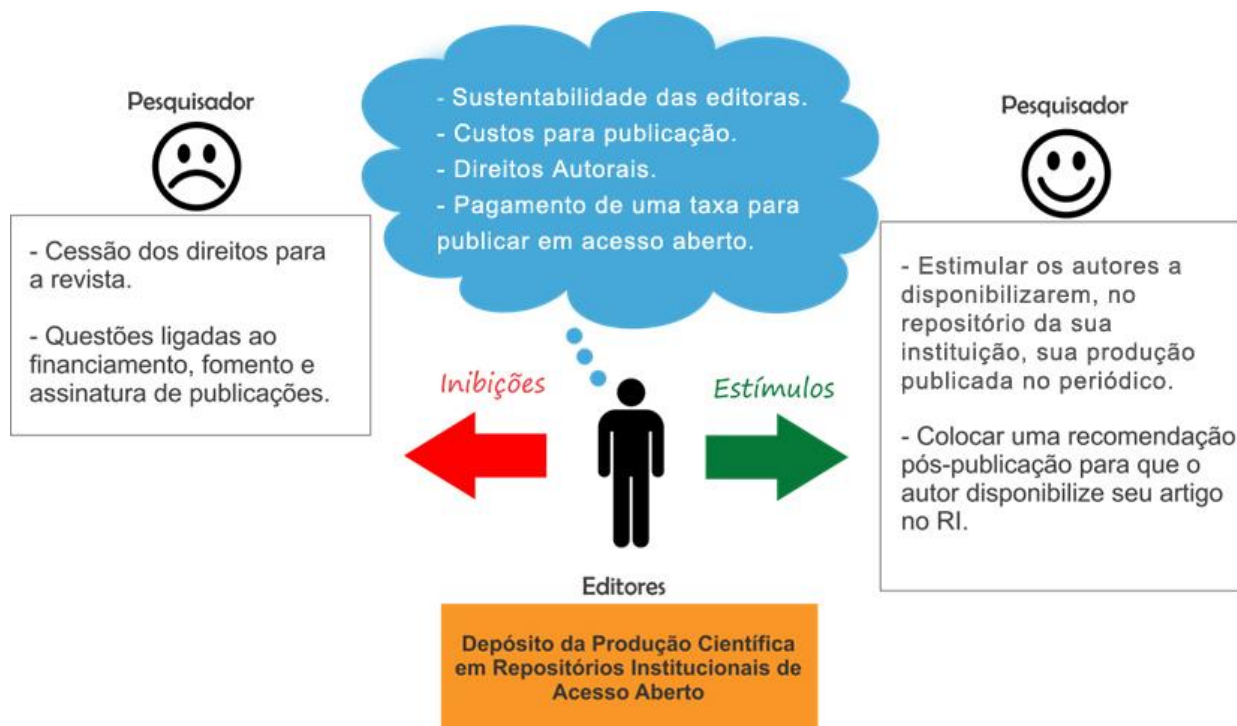
O editor de periódico comercial (Editor 1) questiona se todo o conhecimento disponível nas produções científicas realmente deveria ser de acesso aberto. O Editor 2, por ser um editor de um periódico de acesso aberto, acredita que não há inibições por parte dele. Por sua vez, o Editor 3, que possui as duas visões, afirma que a principal inibição é o modelo de negócio atual, no qual as casas editoriais visam ao lucro, limitando o acesso aberto a suas publicações na intenção de obrigar que o usuário pague para ter acesso àquilo que foi publicado.

A fala dos editores de periódicos comerciais confirma que as atividades relacionadas aos editores são, em muitos casos, dispendiosas e os valores gastos são cobrados por meio das assinaturas (BJÖRK, 2007). Nesse sentido, por haver muitos custos, esses valores precisam ser repassados, o que torna inviável o acesso aberto. Entretanto, apesar de não ser uma tarefa fácil para os editores comerciais se adaptarem ao novo contexto do acesso aberto, estudos como o de Gumieiro (2009) mostram que existem alternativas que possam ser benéficas tanto para o usuário final, quanto para o editor.

A Figura 14 representa, a partir das respostas obtidas nas entrevistas com os editores, os aspectos categorizados que estimulam e inibem o depósito, assim como as

questões centrais nas percepções dos editores a respeito do depósito da produção científica em repositórios institucionais.

Figura 14 - Representação gráfica das preocupações, fatores que motivam e fatores que inibem o depósito em repositórios institucionais do ponto de vista dos editores



Fonte: Elaboração própria.

4.4.4 Razões para permitir ou negar que o pesquisador deposite sua produção em um repositório institucional de acesso aberto

Os editores foram indagados a respeito da razão pela qual permitiriam ou negariam a solicitação de um pesquisador para depositar sua produção científica em um repositório institucional.

Todos os editores entrevistados afirmaram que não negariam, pois só veem vantagens nessa divulgação nos repositórios. Entretanto, as questões ligadas à exploração comercial dos periódicos é o principal limitador para a divulgação de seus artigos em repositórios de acesso aberto.

“Olha, eu não negaria não. Eu não negaria, eu vejo só razões e motivos para permitir. Primeiro, quando você disponibiliza o jornal em acesso aberto, você está levando o nome de revista, você está dizendo para

a pessoa que, naquela revista ali, há artigos bons, artigos nos quais ele pode buscar o conhecimento, buscar as referências que ele precisa para a pesquisa dele. E eu acho, eu sempre usei dessa forma. Conhecimento é público.” (Editor 1)

“Se é um periódico comercial, que não deveria existir, mas existe, você poderia ter uma inibição comercial, ou seja, não vou disponibilizar ainda em acesso aberto, porque eu quero que as pessoas comprem a revista. Como eu edito uma revista aberta, eu não vejo nenhum problema, daria toda a autorização de divulgar o artigo/pesquisa.” (Editor 2)

“Eu não negaria absolutamente, não teria razões pra negar. Não negaria, sou fã deles, então não.” (Editor 3)

Como os editores entrevistados são também pesquisadores, as restrições impostas à disponibilização da produção publicada em seus periódicos seriam devidas apenas às questões comerciais, ou seja, às razões relacionadas ao lucro visado pelas editoras comerciais.

No caso dos editores de periódicos de acesso aberto, não há barreiras impositivas para a disponibilização dos artigos em repositórios institucionais, visto que esses repositórios representam um meio a mais de divulgação e disseminação dos artigos publicados no periódico.

4.4.5 Editores X barreira para o depósito da produção científica

Existe uma concepção de que os editores de periódicos representam a principal barreira para os repositórios institucionais, uma vez que limitam a disponibilização da produção científica em acesso aberto em razão dos direitos de uso e exploração das obras. Essa concepção está presente em estudos sobre o tema (ANTELMAN, 2006; KIM, 2008), que mostram que as questões relacionadas aos direitos autorais são uma preocupação para os pesquisadores no momento em que decidem depositar sua produção científica em repositórios institucionais de acesso aberto.

Os editores entrevistados foram indagados a que expusessem sua opinião a respeito da afirmação de que eles representariam uma barreira para o depósito da produção científica em repositórios institucionais. As respostas estão transcritas a seguir:

“Isso aí vai ser uma discussão que nós vamos ter a vida inteira. As editoras dependem do recurso. Elas precisam vender, elas precisam cobrar de alguma forma isso. Algumas cobram muito caro, eu já vi alguns

casos de muitas cobrarem mil dólares por ano a assinatura individual. Algumas são muito caras, mas outras nem tanto. Eu acho que e o recurso que é utilizado em pesquisa é também um recurso para isso, para que haja condições de você acessar a pesquisa. A Capes está fazendo um trabalho fantástico. Houve um tempo atrás que teve o Prêmio Inovação, do concurso inovação da Enap. Eu participei da comissão julgadora e eu voltei como a inovação mais importante para a Ciência e Tecnologia do Brasil, o Portal de Periódicos. Lá você tem acesso a tudo.” (Editor 1)

“Não, acho que não, acho que eu não penso que os editores são um impedimento, pelo menos não editores de periódico aberto, que é o meu caso. Agora, naqueles periódicos comerciais talvez isso seja uma barreira. Acho isso ruim pra ciência e pra democratizar o acesso à ciência”. (Editor 2)

“Eu acho que vai passar um bom tempo ainda para que se convença todo mundo. Somente virá se as agências de fomento, os financiadores, exigirem que a produção seja vinculada aos repositórios institucionais de acesso aberto. Você pode até divulgar, publicar o seu artigo numa revista comercial, numa revista tradicional. [...] O que vai acabar acontecendo é o seguinte: todos vão acabar encontrando modelos de publicação e de relacionamento com os autores que vão acabar facilitando isso. No caso, todos os editores de revistas comerciais são naturalmente restritivos, porque primeiro eles ganham dinheiro com isso, então não têm interesse nenhum em fazer com que os artigos de acesso pago estejam disponíveis de outra forma. Hoje alguns editores comerciais já começaram a transição para revistas de acesso aberto. Então já temos aí acesso aberto mantido por grandes publishers internacionais (Sage, Springer), já com essa filosofia. Então quer dizer, o autor paga a taxa de publicação e o trabalho torna-se acesso aberto”. (Editor 3)

É possível perceber, nas falas dos editores, que existe uma barreira daqueles periódicos que visam lucro, portanto esses editores não permitem disponibilizar as publicações de seus periódicos em repositórios de acesso aberto e, mesmo aqueles que permitem, utilizam meios alternativos de modo que não comprometam seus negócios, como, por exemplo, adotar um período de embargo, ou mesmo limitar a versão que poderá ser disponibilizada.

Nesse sentido, a principal questão é a de como é possível manter uma revista científica de acesso aberto, já que os custos de sua publicação não são cobrados dos leitores? Como resposta, modelos específicos por área foram propostos, nos quais se considera o uso de modelos de negócios na atividade de publicação de periódicos científicos eletrônicos de acesso aberto como uma das soluções possíveis para o problema (GUMIEIRO; COSTA, 2012).

Assim, a adoção desses modelos pode vir a ser benéfica para os repositórios institucionais, uma vez que os periódicos de acesso aberto tendem a ser permissivos para a disponibilização e divulgação de seus artigos no RIs.

4.5 Pesquisadores

O último grupo de atores entrevistados foi o dos pesquisadores. São esses atores que iniciam o fluxo da comunicação científica e são responsáveis pela produção do conhecimento.

A decisão de depositar sua produção científica, por parte dos pesquisadores, é influenciada positiva ou negativamente pelos demais atores do processo de comunicação científica.

A visão dos pesquisadores em relação à temática é analisada a seguir, bem como suas opiniões em relação ao modo como o papel desempenhado pelos demais atores pode interferir diretamente na decisão de depositar a produção científica em repositórios institucionais de acesso aberto.

4.5.1 Percepções a respeito do acesso aberto

Os pesquisadores entrevistados demonstraram conhecimento acerca de toda a problemática que envolve o movimento do acesso aberto, bem como se mostraram favoráveis a isso. Alguns pesquisadores entrevistados afirmaram ser um caminho sem volta e algo que tem se tornado cada vez mais natural conforme transcrito a seguir.

“Eu vejo o Acesso Aberto como uma decisão sem volta. Eu vou dizer sem volta no bom sentido do termo, na medida em que o acesso aberto à comunicação científica, especialmente para países em desenvolvimento, é uma alternativa, é o caminho para a expansão do conhecimento científico e, portanto, é o caminho para ampliar o próprio processo de desenvolvimento científico do país. Em linhas gerais, eu vejo dessa forma, ou seja, eu sou um defensor do acesso aberto”. (Pesquisador 3)

“Eu acho que atualmente vai ser o caminho natural para você expor os seus resultados de pesquisa, você acessar de maneira muito mais rápida essa comunidade científica e qualquer outra comunidade que tem interesse na área que você estuda. Então, eu acho que o acesso aberto é realmente uma forma de você democratizar a informação e ter muito mais resposta, o feedback, então aumenta sua abrangência. E eu acho que, nos pontos principais, facilita o acesso ao seu trabalho por diversas comunidades, ou países, ou

universidades, tendo assim o máximo de abrangência possível. E também eu acho que é uma forma de você mostrar a importância do seu trabalho e realmente ter a possibilidade de continuar o trabalho porque você pode, vamos dizer assim, vender o seu peixe muito melhor, porque você permite o acesso de pessoas à sua informação e à divulgação científica, que é um dos limitantes da área de pesquisa, a gente não sabe fazer essa informação chegar, talvez, de maneira mais perceptível e tal, a essas comunidades, as diversas comunidades que têm interesse. Então, eu acho que o futuro da informação científica está na permissão do livre acesso às pessoas.” (Pesquisador 7)

Outros pesquisadores deram ênfase à questão da democratização da ciência, entretanto ressaltaram que não é algo simples de ser estabelecido, pois existem discussões sociológicas e políticas em torno de toda a problemática que envolve a disponibilização de resultados de pesquisa em acesso aberto.

“Ele [acesso aberto] é um instrumento de democratização, ele permite a popularização do conhecimento da ciência, ele assume que a educação e a pesquisa são bens essenciais, mas ele traz uma série de desafios sobre concepções de conhecimento como propriedade, de conhecimento dentro de repositórios privados, então, na verdade, ao mesmo tempo em que eu entendo como extensão de um princípio no Brasil constitucional, do direito à educação e ao acesso à informação, eu consigo ver uma série de desafios”. (Pesquisador 5)

“Eu defendo o acesso aberto. Eu defendo radicalmente, ou seja, do meu ponto de vista, toda a produção intelectual no mundo deveria ser aberta. Defendo isso como um princípio, como uma possibilidade para a humanidade, claro que existem contrapontos do tipo: mas as pessoas trabalham, têm investimento, têm livros, autores, enfim, é uma discussão grande que vai além da esfera sociológica, vai para as esferas políticas. Então é a visão de mundo, reflete uma visão de mundo mesmo. Eu tenho uma perspectiva humanista do mundo, eu acho que um dos pontos centrais a serem tocados é a questão da produção, difusão e acesso ao saber. Então, o discurso de que existem as leis de patentes, de produção intelectual forçada, serve como elemento de dominação. E isso ajuda a manter a desigualdade de oportunidades. Então, as diferenças intrapaíses, em relação aos povos locais, isso é feito assim. Eu não gosto disso, sempre costumo dizer que, se quiser dar patente, que seja para quem inventou a roda, que é uma das maiores invenções da humanidade, mas as pessoas dizem: ‘já passou’. Já passou nada! Porque nem toda oferta é uma brincadeira, mas reflete uma maneira de olhar para o mundo, então essa questão da divulgação da produção cultural é central se você pensa na humanidade como um todo, na minha visão de mundo.” (Pesquisador 8)

As opiniões apresentadas pelos entrevistados seguem os princípios delineados pela necessidade de se remover as barreiras do modelo tradicional de comunicação científica, bem como desfazer as barreiras que impedem o acesso à literatura científica, a

fim de acelerar a pesquisa, fortalecer a educação e difundir o conhecimento de maneira geral (BOAI, 2002).

4.5.2 Produção depositada em repositórios institucionais de acesso aberto e motivação para o depósito

Os pesquisadores foram indagados se já haviam tido sua produção depositada em algum repositório digital e por qual motivo decidiram fazê-lo.

Todos os entrevistados, com exceção do Pesquisador 7, tinham algum documento de sua autoria em algum tipo de repositório. O motivo pelo qual esses pesquisadores decidiram depositar sua produção em um repositório de acesso aberto são os mais diversos, conforme mostram as transcrições das entrevistas a seguir:

“Sou totalmente a favor, tanto do acesso aberto quanto do depósito da produção científica. Tenho parte da minha produção depositada no repositório institucional da UnB e eu decidi depositar, pois é um meio de comprovar o que eu publiquei e uma forma de divulgar o que a gente tá fazendo. Porque se eu tiver uma informação e só for utilizada na UnB pra mim adianta muito pouco.” (Pesquisador 1)

“Eu acho que a instituição tem a obrigação, de divulgar tudo que é produzido. Os meus trabalhos de mestrado e doutorado estão no repositório da Unesp. Está lá porque é obrigatório.” (Pesquisador 2)

“Eu tenho textos que estão no repositório da Universidade de Brasília, na verdade eu não me preocupo muito em procurar o repositório para depositar algum texto, porque a maior parte, se não 100%, dos meus textos são artigos publicados em periódicos. Já que a minha tese é de 94, então já tem 21 anos. Naquela época não havia repositório como há hoje. Os repositórios eram de textos impressos, então os meus textos estão basicamente em periódicos e nós temos na minha área um repositório de periódicos de acesso aberto, porque o nosso entendimento, e o meu entendimento particular, é o seguinte: a comunicação científica é o final de um processo de pesquisa, e a pesquisa em si já foi paga de alguma forma, porque ela foi realizada, então foi custeada por alguém. Então, a comunicação tem que ser livre, tem que ser aberta pra poder divulgar o que foi feito, que foi pago por alguma fonte, seja uma fonte privada, uma fonte pública anteriormente.” (Pesquisador 3).

“Eu tenho as publicações que são de revistas on-line e estão nessas revistas de acesso aberto. Alguns estão no repositório da UnB.” (Pesquisador 4)

“Nesse caso, eu já tive na UnB, e no caso foi decidido não só pela vinculação institucional à Universidade de Brasília. Então acredito que é parte do meu trabalho, é parte de minha inserção, na minha configuração como funcionária pública, é parte do que eu tenho que fazer, é considerar que é parte de toda essa minha

inserção, do meu trabalho como cientista, pesquisadora, professora. Mas especialmente por causa do bibliotecário. Não teria como iniciativa individual se eu não tivesse uma agente me provocando. Parece-me que é muito importante também a figura desse administrador do repositório, seja ele bibliotecário quem venha a ser, cientista da informação, não sei quem é a figura especializada, provocando o cientista, o intelectual a dizer: “isso faz sentido, tá aqui o papel”. É claro que eu conhecia o que era um repositório, mas um pouco mais de tempo no passado eu não saberia. Eu precisaria de alguém me dizendo: ‘essas são as regras, é importante por isso’. Eu precisei tanto de paciência do lado do bibliotecário como eu precisei de um assistente organizando isso tudo”. (Pesquisador 5)

“Então, se a gente pensar, por exemplo, que o SciELO é aberto, meus artigos todos, devo ter oito ou nove artigos que estão no SciELO. Se a gente pensar que o Google Books é aberto, eu tenho dois livros no Google Books. E, assim, eu não tenho nenhum tipo de pudor em fazer isso. Já no repositório da UnB, eu acho que não. Eu também estou há 3 anos aqui na UnB. Eu vim da Federal de Santa Maria, no RS. Lá eles tinham um repositório de teses e dissertações. Onde eu defendi o mestrado, que foi no Rio de Janeiro, minha dissertação está disponível, e onde eu defendi o doutorado, no Rio Grande do Sul, a minha tese também está disponível.” (Pesquisador 6)

“Eu, especificamente, nunca fui demandado para isso e nunca pedi para os meus trabalhos aparecerem, justamente porque a gente é muito focado, talvez, na produção científica, em revistas científicas. A gente não sabe, talvez, nem os caminhos para atingir esses repositórios. Então, eu acho que se a gente for provocado, eu tenho o máximo prazer em divulgar as minhas informações nesse tipo de comunicação, vamos dizer assim, e até existem alguns aspectos interessantes em relação a isso. Hoje, por exemplo, nos programas de pós-graduação, um dos principais aspectos que está sendo muito cobrado é a inserção social dos programas de pós-graduação, então, por exemplo, eu participo muito do programa de pós-graduação em Biologia Molecular, então fui coordenador já duas vezes e já fui lá da coordenação da Capes das Ciências Biológicas 1, que é onde está inserido o programa de pós-graduação, e uma das formas de avaliar os programas é justamente a inserção social. E a inserção social significa a comunicação do seu trabalho, do programa de pós-graduação, dos orientadores com a comunidade, diversas formas. Então, se essa é uma forma de o repositório atingir um público muito maior e disponibilizar a informação, inclusive mostrando principalmente importância do seu trabalho, eu teria o máximo prazer em fazer isso, mas eu acho que a gente não conhece ainda. Porque eu não sei se é uma coisa que está iniciando ainda, a gente tem que se estruturar para isso, mas eu acho que também é uma forma de divulgação científica muito interessante.” (Pesquisador 7)

“Eu tenho bastante. Quase toda. Na realidade é uma prática da área. É uma prática usual da nossa área de Física, antes de fazer a publicação. Existem alguns repositórios no mundo que são abertos e existem acordos com a maioria das revistas, a maioria significa todas aqui, eu não conheço uma que se negue, ou seja, que exija que não seja colocado no repositório, aliás, as mais influentes exigem que passe pelo repositório primeiro, até porque é um elemento, uma espécie de crivo, de referendo pela comunidade. Então

você coloca, a responsabilidade é sua, mas o pessoal olha e aí faz observações. Então é quase que um processo de fazer a arbitragem dos artigos". (Pesquisador 8)

Como é possível notar na fala dos entrevistados, a decisão de disponibilizar sua produção em algum tipo de repositório passou por motivações diferentes. Dois pesquisadores (pesquisadores 2 e 6) citaram que seus trabalhos de mestrado e doutorado estão no repositório institucional da universidade em que foram defendidos, por conta da obrigatoriedade.

Os pesquisadores 1, 3, 4 e 5 possuem algo de sua produção disponível no repositório institucional da universidade em que trabalham. A decisão desses pesquisadores de disponibilizar sua produção foi motivada pelo conhecimento do pesquisador da importância de sua produção estar em acesso aberto (Pesquisador 1), bem como pelo papel do bibliotecário como um agente provocador (Pesquisador 5). Os pesquisadores 3 e 4, apesar de terem documentos disponíveis no RI da sua instituição, não foram motivados a tal. Provavelmente estão disponíveis aqueles documentos que são de acesso aberto e por iniciativa do bibliotecário.

O Pesquisador 7 afirmou nunca ter sido estimulado a depositar sua produção em um repositório institucional, e sua principal preocupação é com a publicação em periódicos, mas teria prazer em disponibilizar sua produção no RI caso fosse provocado a tal.

O Pesquisador 8, por pertencer a uma área que tem como cultura o depósito em repositórios temáticos, possui quase toda sua produção disponível em repositórios. Essa cultura se deu pelo fato de as áreas de ciências exatas necessitarem enfrentar os problemas que havia com o sistema tradicional de comunicação científica. Essas áreas necessitavam que seus resultados de pesquisa estivessem disponíveis o mais amplamente possível, portanto desenvolveram soluções como os repositórios temáticos (COSTA, 2005).

4.5.3 Fatores que estimulam e inibem o depósito da produção científica em repositórios institucionais de acesso aberto

Assim como descrito para os demais grupos de atores analisados, são muitos os fatores que podem estimular ou inibir o depósito em repositórios institucionais de acesso aberto.

A principal motivação abordada pelos pesquisadores é a divulgação do repositório e dos benefícios associados ao depósito, conforme comentários a seguir.

“Eu acho que poderia ser feito o seguinte. A cada início de semestre, principalmente para os coordenadores de especialização e para os programas de pós-graduação, teria uma mini apresentação do bibliotecário, explicando o que é o repositório, qual a importância, o que ele tem de fazer, deixar normalmente aquele folder com o FAQ das perguntas que a pessoa pode ter, para aquilo ali ficar no site mesmo de forma visível, que ela pode ter dúvida e para que serve o depósito lá. A maioria não faz porque não sabe. Nem que poderia ser feito esse depósito”. (Pesquisador 1)

“Acho que uma maior divulgação. Fazer um trabalho de divulgação mesmo pra quem está começando, na graduação, já a partir do primeiro semestre e dar continuidade. E reforçar isso na pós-graduação. Divulgar com os docentes também”. (Pesquisador 2)

“O fator de estímulo, eu diria que a visibilidade do pesquisador, por exemplo, se eu coloco os meus textos no repositório da Universidade de Brasília, eu me tornaria mais visível na comunidade, e os meus textos teriam mais acessos. No entanto, hoje já existem tantos mecanismos de acesso por bases como o Google e outros que fica complicado você dizer assim: ‘bom, os meus acessos na UnB estão em nível tal’. Porque outros como o Google Acadêmico, enfim, esses aí, eles superam. São muito mais potentes do que qualquer repositório, do que qualquer universidade.” (Pesquisador 3)

“Olha, eu acho que, provavelmente, outros pesquisadores se interessassem em fazer e, provavelmente, também acho que isso estimularia os próprios alunos a encaminharem os trabalhos deles, quer dizer, isso poderia ser, aliás, já é uma espécie de rede. Mas uma rede de conhecimento diário da Universidade de Brasília, eu vejo isso como algo positivo.” (Pesquisador 4)

“Acho que nós precisamos, de uma maneira muito mais ampla, como pesquisadores, estudantes, na graduação e pós-graduação, de uma informação sobre o papel do repositório nas bibliotecas virtuais, do que é o sentido de um periódico eletrônico, a comunicação de acesso livre e irrestrito, qual a importância disso. Porque ela não é só uma discussão tecnológica, instrumental, mas também política. E isso passa como se fosse só mais uma forma de divulgação, não, é uma questão política, sobre divulgação, sobre acesso”. (Pesquisador 5)

“A pressão dos grandes autores, dos mais citados, por exemplo, ao divulgar o seu trabalho abertamente. Por exemplo, eu já citei que na área da Física os pesquisadores preferem os colégios invisíveis aos grandes portais. Eu acho que isso tende a pressionar a motivação do cientista que vai atrás da informação, pra direcionar o seu esforço para aquilo que já tá aberto. Até porque a quantidade de informação hoje que é gerada pela ciência é absurda. Então, assim, às vezes compensa muito mais você ir atrás de um material aberto, que traz uma discussão que relativamente era aquilo que você precisava para corroborar o seu argumento ou pra negá-lo, e que vai está disponível em acesso aberto.” (Pesquisador 6)

“Eu acho que existem duas cobranças: uma agora interna da Capes, que a própria Capes está fazendo isso nos programas de avaliação da pós-graduação, dando um peso maior para inserção social. Então, os programas vão ter que procurar uma forma de divulgar, de ter um contato maior com a sociedade [...]. Na pós-graduação, há uma hora de debate, de discussão, justamente como a gente pode se inserir melhor na sociedade, divulgar melhor o nosso trabalho e ter uma inserção social maior. Acho que caberia justamente uma ação nesse ponto, então eu acho que o principal ponto é a biblioteca criar junto ao programa de pós-graduação, talvez um dia, ou simpósio, workshop, pode ser pra todos os programas, vamos dizer assim, vamos reunir todos os coordenadores e quem estiver interessado, então você monta um workshop (Repositório e sua integração com a sociedade, e sua inserção na sociedade, divulgação social da informação), para motivar os programas de pós-graduação para fazer isso e ao mesmo tempo mostrar que a instituição já tem um caminho pra fazer isso. Então, eu acho que esse seria o principal ponto, a divulgação e a motivação dos programas de pós-graduação de se inserir nessa área, porque eu tenho certeza que nenhum pesquisador vai ser contra divulgar os seus trabalhos para a comunidade. Então, eu acho que é uma forma de divulgar realmente o que a universidade faz e até convidar outros agentes externos de outras, não sei, da sociedade, não sei exatamente, do setor comercial, do setor industrial, setor agrícola. Colocar todo mundo junto para ver inclusive os tipos de trabalho e acho que cada coordenador poderia fazer um resumo dos principais trabalhos de impacto para a sociedade que o programa está produzindo e incentivar esse depósito no repositório. Eu acho que isso seria uma ação muito importante, eu acho que seria a mais eficiente que eu vejo no momento, de como você poderia motivar as pessoas, os pesquisadores, a divulgar.” (Pesquisador 7)

“Eu acho que a maneira de fazer o upload do artigo seria um fator de estímulo. Puxar dos repositórios temáticos. Tornar o mais simples possível, com legislação quase nula. A legislação por de trás. Para a ciência sempre tem que haver um modo de falar: ‘a responsabilidade é sua’. [...] Esse pra mim é um ponto central. Aí, montam-se os grupos para iniciar o processo. Tem que montar a equipe para trabalhar nisso, e essa equipe se ligar com as instituições pilotos envolvidas. Tem que começar com grupo piloto [puxando dos repositórios temáticos], assim não dá para começar com a universidade inteira de uma vez. Aí as áreas que já estão consagradas com isso deveriam ser as áreas convidadas, então a Física é uma, a Matemática essas outras áreas que eu já falei.” (Pesquisador 8)

Depreende-se da análise das entrevistas que os fatores relacionados aos benefícios dos repositórios institucionais são as principais influências na prática do

depósito da produção científica. Esse resultado está de acordo com os resultados obtidos por Kim (2008), que concluiu que benefícios extrínsecos, como a acessibilidade, publicidade e confiabilidade, são fatores determinantes na tomada de decisão do pesquisador em depositar sua produção científica no repositório da instituição.

Entretanto, subentende-se pelas respostas obtidas que os pesquisadores somente conhecerão os benefícios e vantagens de disponibilizar sua produção no repositório institucional se houver divulgação desse serviço.

Quando questionados sobre quais fatores poderiam inibir o depósito da produção científica em repositórios institucionais, as respostas não foram homogêneas. Alguns pesquisadores citaram a falta de conhecimento como o principal fator, enquanto outros acreditam serem todas as questões ligadas à propriedade intelectual e direitos autorais. E um dos pesquisadores afirmou ser a formatação do repositório, o modo como as submissões são feitas, pois sua maior preocupação é que seja algo simples e dinâmico. Os trechos abaixo confirmam:

“Eu acho que é falta de conhecimento mesmo. De divulgação. Por isso que o pessoal não faz.”
(Pesquisador 1)

“Acho que não tem nenhum impedimento não, somente a questão da falta de divulgação mesmo.”
(Pesquisador 2)

“Eu vejo apenas um fator que pode inibir, na verdade é o fator que independe de alguma ação do gestor de repositório ou do próprio pesquisador. Se algum conhecimento que foi produzido depende de alguma etapa prévia antes de ser divulgado, no sentido de proteger algum direito: direitos de propriedade, direito intelectual, direito de marca ou algo parecido.” (Pesquisador 3)

“O que me inibiria é o que me inibe em tudo, em qualquer lugar do mundo, a burocracia. Na medida em que eu tenho muitos formulários para preencher, na medida em que eu tenho que cumprir uma série de coisas, eu não tenho paciência.” (Pesquisador 4)

“Primeiro, a concepção de propriedade intelectual, da ideia de que a produção é uma propriedade e não é só do pesquisador. Esse é o primeiro. Estar publicada em plataformas, em bases, que digam não pode. E acontece com parte de minha produção internacional ou em editoras comerciais, ou seja, o oposto do que nós conversamos que era a razão do repositório. Do acesso universal, gratuito, amplo e irrestrito. Quando você transforma em uma propriedade, esse é o primeiro bloqueio. O segundo, eu não traduziria por mim, mas como uma sociologia do fenômeno no Brasil, uma má concepção de que estar no repositório seria um”

demérito. Não demérito, a palavra não é essa, mas a dificuldade de compreensão de que as redes virtuais são só um meio, mas que o repositório, ele é um espaço próprio de divulgação da informação, ou seja, a não compreensão do que é um repositório, poderia sugerir que o repositório é a mesma coisa que estar em sei lá, no Google Scholar, alguma coisa desse tipo. Então eu diria que o primeiro é a concepção de propriedade, o segundo uma desinformação sobre o que é o repositório". (Pesquisador 5)

"Eu acho que os grandes portais de ciência do mundo, [...] acho que eles agem contra isso. Porque afinal de contas, esses portais muitas vezes pagam pra avaliadores, eles pagam pra manter o site com uma excelência de interface, tem uma série de questões técnicas ligadas a esses portais que exige recursos recorrentes. Então uma forma é você pedir o pagamento desse material e, portanto, exigir um retorno daquele que vai usar esse material. Então eu acho que esses portais vão começar a agir, já estão começando a agir contra. Agora houve a discussão acerca da trash science, que alguns portais começaram, de alguma forma, a colocar numa lista negra dos portais científicos algumas revistas, alguns portais, inclusive o SciELO, que eu achei que foi uma jogada suja." (Pesquisador 6)

"Eu acho que principalmente é pela falta de conhecimento que existe. Então, eu te mostro a minha falta de conhecimento nesse ponto realmente, mas a gente também nunca foi instigado a fazer isso, porque a gente sempre foi cobrado pela produção científica, produção científica, produção científica." (Pesquisador 7)

"Então, uma coisa que inibe é a formatação dele. Ele tem que ter uma formatação, eu diria, vamos chamar assim genericamente de dinâmica, muito dinâmica, muito prática como o ArXiv". (Pesquisador 8)

É possível perceber, pelas respostas obtidas, que os pesquisadores estão preocupados com a publicação em periódicos, porque eles precisam produzir como parte de suas atribuições enquanto docentes de uma universidade, entretanto não existe nenhuma preocupação em divulgar essa produção em repositórios institucionais. Isso pode ser explicado pelo desconhecimento acerca do serviço em razão da falta de divulgação, que foi citada como um dos fatores que inibe o depósito.

Algumas questões levantadas pelos pesquisadores entrevistados estão em consonância com as conclusões obtidas por Kim (2008) em seu estudo. O fator tempo e as questões burocráticas que envolvem o depósito, bem como questões relacionadas aos direitos autorais são centrais para a tomada de decisão em relação ao depósito da produção científica em repositórios institucionais.

Outro aspecto levantado por um dos pesquisadores entrevistados (Pesquisador 8) é o relacionado ao modo como os repositórios institucionais são formatados. Por se tratar de pesquisador pertencente à disciplina que possui uma cultura de depositar em

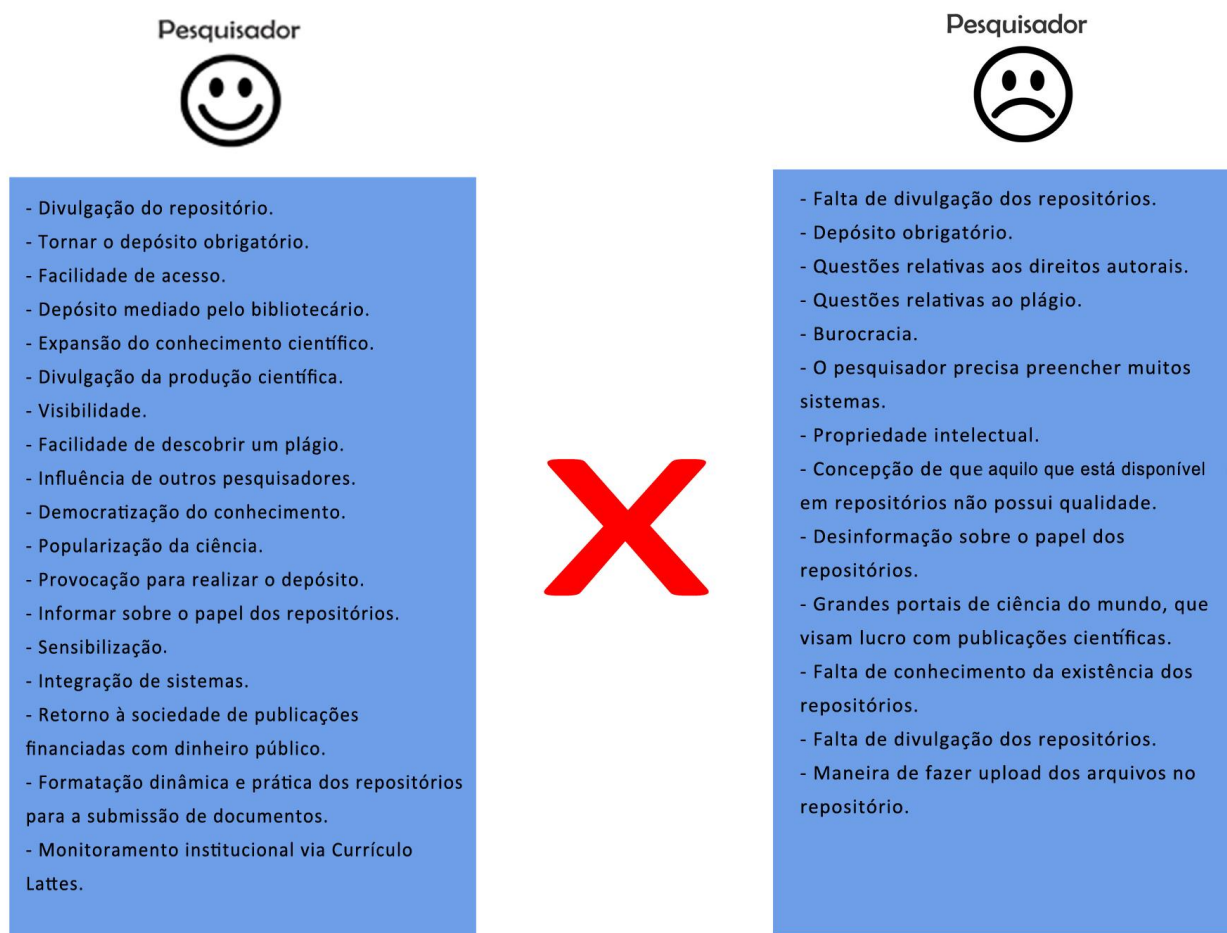
repositórios temáticos, sua concepção é a de que os repositórios institucionais precisam ser mais fáceis, a exemplo do ArXiv (repositório temático na área de física, matemática, ciência da computação, entre outras), no qual a área de física tem por tradição depositar sua produção.

Nesse sentido, ao identificar as diferentes práticas para o depósito da produção científica, os gestores de repositórios podem criar novas estratégias para a operação de seus repositórios e para o desenvolvimento de políticas de arquivamento (XIA; SUN, 2007). A abordagem dessas políticas precisam levar em consideração as diferenças disciplinares, as colaborações, prioridades dos departamentos, apoio disponível, idade, sexo, nível na carreira e conhecimento tecnológico, fatores esses que influenciam a prática do depósito (COVEY, 2008).

A avaliação desse conjunto de fatores, por parte dos gestores dos repositórios, poderá contribuir para a divulgação do repositório perante a comunidade acadêmica, bem como para a oferta de serviços que promovam o depósito da produção científica baseados nos traços individuais de cada pesquisador ou nas peculiaridades de cada área.

A Figura 15 representa, a partir das respostas obtidas nas entrevistas com os pesquisadores, os aspectos categorizados que estimulam e inibem o depósito.

Figura 15 - Representação gráfica dos fatores que motivam e fatores que inibem o depósito em repositórios institucionais do ponto de vista dos pesquisadores



Fonte: Elaboração própria.

4.5.4 Política de depósito compulsório em repositórios institucionais de acesso aberto

Os pesquisadores entrevistados foram indagados sobre como reagiriam caso fosse adotada uma política de depósito compulsório para os repositórios institucionais da universidade em que trabalham. Três pesquisadores entrevistados afirmaram que isso deveria ser feito, e um deles afirmou que reagiria de maneira natural, ou seja, não haveria problemas em fazer o depósito de sua produção no repositório institucional.

“Eu acho que, enquanto não se fizer isso, o pessoal não vai depositar não. Tem que fazer. Se não fizer isso aí, tem que falar: ‘oh, a partir de tal período, se você não fizer, não pode ter outra turma fazendo

monografia, você não pode ter outra turma fazendo especialização'. Aí, a partir desse momento, até o pessoal criar o hábito, depois é tranquilo, mas enquanto isso não." (Pesquisador 1)

"Eu reagiria de forma natural, muito tranquilo. Eu faria isso sem nenhum problema. É claro que sempre haverá algum empecilho no caso de haver texto de minha autoria que esteja vinculado a alguma base fechada, aí eu estaria infringindo um acordo feito. Eu não tenho muitos publicados em periódicos A1, mas eu tenho alguns e eu assinei, eu dei um de acordo eletrônico no termo de consentimento dizendo: 'Olha, este artigo passa a propriedade do sistema tal'. Então nesse sentido, eu não veria nenhum problema não." (Pesquisador 2)

"Eu acho que se você está dentro da universidade, você faz pesquisa usando a infraestrutura da universidade (apesar de que a infraestrutura, a universidade dá a parte física, o resto, todos os equipamentos, a gente que consegue com projetos nossos), de certa forma, você está usando o nome da universidade em tudo que foi construído para te facilitar isso, então eu acho que isso é uma cláusula que já deveria ser obrigatória, já implícita de você divulgar os seus resultados e a universidade poder usar os seus resultados. A não ser que exista uma cláusula; por exemplo, eu sei de alguns pesquisadores que têm projetos, que têm patentes envolvidas com empresas, então, talvez, no momento X não possam divulgar aquilo naquele momento. Existem algumas teses que são defendidas aqui no nosso programa que são teses fechadas." (Pesquisador 7)

Os demais pesquisadores afirmaram ou que reagiriam mal a uma política de depósito compulsório, ou que acreditam que essa não seria a melhor forma de viabilizar o depósito no âmbito da instituição.

"Quanto a ser imposto, acho que não vai funcionar. Acho que tem que deixar o pesquisador livre pra ele escolher onde ele quer divulgar os trabalhos dele". (Pesquisador 2)

"Eu reagiria muito mal, porque eu acho que numa democracia não se deve obrigar as pessoas a fazerem nada. Acho que você pode sugerir, insistir, iniciar uma campanha de sensibilização dos professores fazendo de vistas aos departamentos, mandando notícias pelos e-mails, solicitando isso de uma forma delicada, quem sabe até engraçada: 'Sai da toca, mostra o que você está fazendo'. Enfim, eu acho que tem uma série de coisas. Eu acho que vocês teriam mais êxito, porque, ainda que obrigasse, cadê o respaldo legal pra isso? Então acho que isso iria criar uma espécie de aversão à coisa, não seria bom". (Pesquisador 4)

"O meu exemplo é ruim, porque eu já me submeti a isso. Mas imaginando que eu não tivesse, imaginando que eu soubesse menos, eu talvez tivesse uma resistência pelo caráter compulsório. Eu teria que ser sensibilizada sobre o que é o repositório, como ele existe em outros países, qual o significado disso. Que não estão me tirando nada, que na verdade estão me ajudando a ficar mais conectada com o mundo. Eu precisaria ser educada pra isso. O fato de ser uma professora, doutora, pesquisadora; não necessariamente

eu tenho essas capacidades. No momento que fosse uma regra, eu poderia ficar incomodada, mas por desinformação, eu diria.” (Pesquisador 5)

“A expressão ‘obrigatório’ é muito pesada, principalmente tratando-se de universidade pública. Eu acho que isso é quase uma obrigação do pesquisador, já que ele foi financiado por aquela universidade, fez parte daquela universidade. Atentando para o fato dos conhecimentos que poderiam ser consequência de inovação tecnológica, e de recursos de empresas. Às vezes, esse tipo de informação poderia ser mais restrita. Eu até entendo que, na geopolítica do conhecimento, há conhecimentos que são estratégicos, pra determinados países. Mas, no caso da maioria do conhecimento produzido, o pesquisador teria obrigação, em termos de resposta ao financiamento que ele recebeu, público, de abrir esse conhecimento, de fato depositar nesse repositório.” (Pesquisador 6)

“Obrigatório eu não acho razoável. Os artigos, eu já acho meio complicado você exigir dos professores. Eu acho que tem que criar uma cultura do depósito, não como uma obrigação.” (Pesquisador 8)

As respostas obtidas estão em consonância com o que afirma Xia et al. (2012), de que, apesar do sucesso obtido com políticas de depósito obrigatório, tal efeito mandatório é imprevisível.

Essa imprevisibilidade pode se dar, sobretudo, pelos pesquisadores possuírem resistência à palavra “obrigatório”, conforme mostram as transcrições anteriores. Ainda de acordo com os pesquisadores entrevistados, caso haja a adoção de uma política compulsória de depósito, a reação da comunidade de pesquisadores tende a ser negativa. Embora possa haver maior sucesso nos depósitos quando há uma política que obriga, percebe-se pela análise dos dados obtidos que é importante, antes da institucionalização de uma política de depósito obrigatório, sensibilizar a comunidade acadêmica a respeito do papel dos repositórios institucionais, das vantagens e benefícios de disponibilizar a produção científica nesses repositórios.

Esta sensibilização é necessária para que se conheçam as demandas da comunidade acadêmica, visto que as necessidades das faculdades não são as mesmas, além de haver diferenças no comportamento de pesquisadores de diferentes disciplinas. As políticas precisam ser elaboradas de modo que reflitam essas necessidades. Além disso, os gestores dos repositórios institucionais precisam desenvolver estratégias para a aplicabilidade dessas políticas. A pesquisa elaborada por Xia et al. (2012) mostra que a proposição “uma vez que criá-lo, eles vão depositar” não é realista.

Sendo assim, entende-se pela fala dos pesquisadores, que o caminho mais viável para a efetivação do depósito em repositórios institucionais é a divulgação do serviço. Deve-se criar uma cultura de depósito para que os pesquisadores tenham isso como um hábito e, em paralelo ao trabalho de divulgação, criar mecanismos de discussão da adoção de políticas compulsórias, as quais devem ser implementadas no âmbito da instituição.

4.5.5 Autoarquivamento ou depósito mediado

Caso os pesquisadores tomassem a decisão de depositar sua produção científica em um repositório institucional, questionou-se se eles mesmos fariam o depósito ou delegariam a tarefa a terceiros. A maioria dos respondentes afirmou que delegariam. Muitos afirmaram que o bibliotecário possui a expertise para realizar tal tarefa, e outros acreditam que deveria ser algo automatizado, com monitoramento através do Currículo Lattes.

Somente um pesquisador afirmou que, apesar de preferir delegar, ele faria o autoarquivamento se o sistema de submissão fosse mais simplificado.

As transcrições a seguir trazem as respostas dos entrevistados em relação a essa pergunta.

“Eu acho melhor autorizar o bibliotecário. Porque aí facilita pra gente. Todas as vezes que tiver o bibliotecário já se sabe que ele está autorizado. Eu acho que fiz uma vez, assinei na biblioteca, que cada vez que tivesse, ela pergunta se pode disponibilizar, de qual forma, aí eu assino, é assim, assim e assim. Eu falei: ‘Olha, qual você acha que é o melhor?’ Ela orienta. Aí eu já assino e disponibilizo tudo.”
(Pesquisador 1)

“Delegaria ao bibliotecário, porque acho que dá trabalho. A não ser que tivesse um sistema de acesso, pra cada professor, com senha e login, daí a gente consegue. Se tivesse essa facilidade, aí seria mais fácil”.
(Pesquisador 2)

“Olha, eu entendo que isso aí poderia ser feito de forma instrucional. O que eu chamo de forma instrucional? A própria UnB poderia ter uma equipe que identificaria as publicações de seus professores e servidores de modo geral, enfim dos autores da universidade, e consultaria: ‘Olha, desses aí, quais são os que você está proibido de divulgar? Está proibido de colocar visível pra todo mundo’. Os demais, essa

própria equipe se encarregaria de fazer porque já tem... e seria uma equipe que já teria uma tecnologia, um how to do muito mais eficiente do que cada um fazer o seu.” (Pesquisador 3)

“Olha, sabe que no meu caso, mas veja bem, eu tenho 64 anos, então acredito que um jovem colega proceda de uma forma completamente diferente, então, por exemplo, no meu caso, que já tenho muitos anos de UnB, eu acho que eu iria requisitar a ajuda do bibliotecário para fazer comigo, se fosse possível um bibliotecário ou alguém com conhecimento semelhante. Alguém que tivesse, digamos, até estagiando, mas eu ia precisar de ajuda sim. E estaria aberta também a sugestões.” (Pesquisador 4)

“Eu prefiro autorizar. Mas o mais razoável pra mim seria um monitoramento institucional. Uma vez que eu atualizo meu Lattes, o Lattes informaria o repositório: ‘houve uma atualização’. E aquilo seria feito. Acho que nós podemos imaginar uma forma de comunicação. Senão eu ia me esquecer. A gente já tem tantas coisas.” (Pesquisador 5)

“Eu preferia autorizar, porque realmente o tempo é muito escasso.” (Pesquisador 6)

“Bem, eu vou ser sincero com você, eu preferia que tivesse alguém responsável por isso. Inclusive para homogeneizar tudo, porque, sei lá, é lógico que vai ter um campo que você vai preencher, vai colocar lá.” (Pesquisador 7)

“Se tivesse alguém para fazer isso para mim seria ótimo. Entretanto se você tem os mecanismos simplificados de acesso, eu não vejo problema nenhum. Eu faço no ArXiv, eu faço lá em 20 minutos e faço o upload do arquivo. Então não demora muito, então você vai fazendo isso paulatinamente. Os antigos, eu não acho que faria.” (Pesquisador 8)

As respostas mostram que, entre os pesquisadores entrevistados, dificilmente a cultura do autoarquivamento se estabeleceria. Por diversos motivos, os pesquisadores não querem, ou não podem fazer o autoarquivamento e preferem delegar essa tarefa. O depósito mediado é a preferência dos pesquisadores, apesar dos repositórios serem construídos para o autoarquivamento (COOKE, 2007).

Nesse sentido, como o depósito mediado é o mais usual e os bibliotecários são os mais requisitados para realizar a tarefa, é importante que haja investimentos na biblioteca para garantir que os bibliotecários tenham condições de assumir o depósito de toda a produção da universidade em que atuam. A fala do pesquisador 3 corrobora o que havia sido afirmado por Joint (2006), que bibliotecas e bibliotecários estão lá para serem acionados, mas precisam de investimentos para realizar um bom trabalho.

Além de investimentos na biblioteca para que elas possam assumir o depósito da produção científica na instituição, é necessário investimentos em melhorias nos repositórios, como citado pelos pesquisadores 5 e 8: monitoramento do Currículo Lattes, para que automaticamente os bibliotecários saibam as novas produções que foram publicadas, bem como o melhoramento da interface dos repositórios, a fim de facilitar o processo de submissão.

4.5.6 Influências positivas e negativas dos demais atores do sistema de comunicação científica

Os pesquisadores entrevistados foram questionados se poderiam perceber uma possível influência, positiva ou negativa, dos demais atores que compõem o sistema de comunicação científica (editores, agências de fomento, bibliotecários, gestores institucionais e pesquisadores), a respeito de sua decisão em depositar ou não sua produção científica no repositório de sua instituição.

As transcrições das respostas obtidas nas perguntas 7, 8, 9, 10 e 11 do roteiro de entrevistas dos pesquisadores (Apêndice A) estão representadas no Quadro 3.

Quadro 3 - Influências positivas e negativas dos demais atores do sistema de comunicação científica no depósito da produção científica em repositórios institucionais por parte dos pesquisadores

Ator que exerce a possível influência	Pesquisador entrevistado	Fatores que influenciam (positiva ou negativamente)
Editores	Pesquisador 1	“Teria problema quando o editor cobra pelo artigo. Quando for cobrar pelo artigo, aí vai ser problemático. <u>Acho que seria a questão dos direitos autorais a única barreira.</u> ”
	Pesquisador 2	“ <u>Eu acho que os editores dos periódicos têm que manter o nível da revista pra ter nota no Qualis da Capes. Então se começar a divulgar, a liberar, não ficar só ali naquela revista, então eu acho que a gente vai ter problemas.</u> ”
	Pesquisador 3	“ <u>Os editores poderiam estimular os autores que publicam nos periódicos, dos quais eles são responsáveis, a depositar, ou seja, disponibilizar os textos. Essa questão dos direitos autorais, que é uma influência negativa, porque se você pede os direitos de exploração da obra pra aquele editor e ele não permite, você não vai poder fazer o depósito.</u> ”
	Pesquisador 4	“ <u>Acho que é a questão dos direitos autorais que inibe. A minha área, por exemplo, é uma área tão restrita que, para nós até como área, seria muito bom disponibilizar em acesso aberto.</u> ”
	Pesquisador 5	“ <u>Eu acho que tem que ter uma conversa clara com os editores. Não no Brasil, porque o Brasil, o projeto SciELO é um projeto de resistência internacional, e ele serve muito nas humanidades, onde uma determinada concepção de ciência é uma, se você vai falar com a física é outra. Porque ele tem uma concepção de patente, de registro, de inovação, que a gente não tem nas humanidades. E onde a noção de mercado nas áreas biológicas, biomédicas, é muito maior do que pra gente.</u> ”
	Pesquisador 6	“ <u>A grande questão é que eles pedem artigos que são originais e que não foram depositados em nenhum repositório ainda.</u> ”
	Pesquisador 7	“ <u>O editor pode falar que isso você não pode depositar, pois está violando o direito autoral.</u> ”
	Pesquisador 8	“ <u>Os editores não estão preocupados na essência com a divulgação do saber, etc.</u> ”

		<i>Tem um forte componente de ganhar dinheiro violentamente. É claro que tem os editores que estão preocupados com a ciência, mas a essência tem aquela coisa do business por de trás.”</i>
Gestores institucionais	Pesquisador 1	<i>“Eu acho que eles podem influenciar positivamente. Dando orientação. Então se eles tivessem reuniões prévias com bibliotecários já ajudaria bastante. Poderiam criar meios de incentivo.”</i>
	Pesquisador 2	<i>“Acho que não. Acho que eles não têm tanta influência assim não. A não ser que venha, assim, uma norma de cima pra baixo, que impõe. Mas se deixar como está, acho que é indiferente.”</i>
	Pesquisador 3	<i>“De forma positiva, eu vejo que também é semelhante, é nas reuniões de coordenação de programa, nas reuniões entre decanatos e pesquisadores, estimular que as pessoas atentem para isso e adotem essa conduta de disponibilizar os textos como uma conduta regular e institucional, seja fórmula de estimular. De forma negativa, eles podem influenciar pelo simples fato de ficarem calados. Eu digo, assim, a possibilidade de estimular que não depositem.”</i>
	Pesquisador 4	<i>“Eu não percebo.”</i>
	Pesquisador 5	<i>“Eu acho que eles deveriam ter uma sensibilização igualzinha a nós. Não vejo nenhuma diferença entre eles e nós. Não é porque o cara virou reitor que ele vai entender desse universo tão sofisticado sobre o qual você está perguntando. Agora, a pergunta é: como fazer os especialistas, que são os bibliotecários, a biblioteca, serem ouvidos? Esse é um desafio de gestão. De entender que um repositório de uma biblioteca é memória, é um patrimônio de ideias e de tudo.”</i>
	Pesquisador 6	<i>“Eu nunca vi nenhum tipo de mobilização, porque talvez pudessem estar criando uma política de repositório, de obrigar, talvez, ou de exigir que a pessoa tenha uma contrapartida pelo financiamento recebido.”</i>
	Pesquisador 7	<i>“Influenciar na decisão, não. Mas, assim, se a universidade tem uma regra, tem uma norma, se o decanato cria uma norma que as publicações advindas do programa de pós-graduação precisam estar no repositório. Colocar isso no estatuto da pós-graduação. Acabou. Eu não posso contestar, se estou dentro do sistema e eu pertencço, eu uso o sistema, estou inserido no sistema de pós-graduação da universidade, eu tenho que seguir as regras. Agora é lógico que os dirigentes que estão lá têm que ser a favor desse repositório, se ele não for a favor, ele está no</i>

		<i>lugar errado. Não deveria estar lá na verdade. Então, eu acho assim: eu acho que a influência é mínima dele na nossa decisão pessoal, porque se você está dentro do sistema você também aceita as regras e eu acho que seria interessante que o decanato definisse isso como uma regra geral, que a divulgação científica dos programas de pós-graduação automaticamente estivesse disponibilizada no repositório da universidade. Para mim nada mais lógico do que isso.”</i>
	Pesquisador 8	<i>“Eu estava na coordenação da pós-graduação em 2011, então o que observei, e continuo observando, é falta de sensibilidade para esse tipo de problema. Mesmo pessoas de muito trabalho científico, assim com muita produção, não têm sensibilidade para esse tipo de problema.”</i>
Bibliotecários	Pesquisador 1	<i>“Se ele não souber vender o peixe dele, ninguém vai fazer o depósito. Nem tem por quê. Quando eu fui fazer o depósito lá, eu não lembro o nome da bibliotecária, ela mostrou tanta coisa positiva que eu resolvi depositar tudo. [...] Então é um produto que você está vendendo.”</i>
	Pesquisador 2	<i>“Acho que positivo, porque a biblioteca tem que fazer um trabalho a mais pra divulgar mesmo. De marketing. Principalmente pros professores mais novos, que estão entrando aqui na UnB.”</i>
	Pesquisador 3	<i>“Seria importante ter uma equipe na biblioteca que facilitasse essa comunicação, esse link entre o autor e o repositório, porque, muitas vezes, o indivíduo, especialmente quem já está na terceira idade, pode ter publicação de 20 anos atrás, de 15 anos atrás, aí tem dificuldade para localizar e tal, e se tiver alguma ajuda da biblioteca pra fazer esse link seria uma coisa muito importante, além do fato de que a equipe que tenha essa tarefa na biblioteca é uma equipe especializada que consegue, não só padronizar o modelo, mas também torná-lo mais ágil, fazer mais fácil.”</i>
	Pesquisador 4	<i>“Eu sou uma pessoa que adora biblioteca. Então, acho que, se a própria biblioteca se aproximasse mais do corpo docente, até, digamos assim, inicialmente em um evento, pudesse combinar umas mesas-redondas para debater isso, eu acho que é aquela coisa: é conversando que a gente se entende. Não é de outra forma.”</i>
	Pesquisador 5	<i>“Eu acredito que esse é um dos maiores desafios da profissão de bibliotecário nesse momento: conseguirmos com que ele seja parte de uma concepção de uma equipe de pesquisa ampliada. Não como pesquisador, mas como uma parte pulsante do que funciona. Desde registros da informação, arquivamento, socialização, tesouros, tudo</i>

		<p>passa por um bibliotecário. Mas esse é um campo inexplorado e desconhecido pela pesquisa acadêmica. Me parece que a profissionalização do bibliotecário, do cientista da informação, ele vai ser cada vez mais técnico, e sofisticado no que faz. E eu trabalho com bibliotecário, um de meus assistentes é um bibliotecário, desde cuidar da biblioteca até a parte de pesquisa junto comigo. Então eu tenho que, junto com ele, treiná-lo para os temas com os quais eu trabalho, ele tem que ler o que eu escrevo, ele tem que saber o que estou fazendo. Mas ele é um de meus pesquisadores integrais.”</p>
	Pesquisador 6	<p>“Eu acho que talvez eles pudessem ficar com medo da carga de trabalho que poderia recorrer sobre eles. <u>Então talvez fosse o caso de haver uma política para direcionar especificamente para a contratação de bibliotecários que seriam responsáveis por essa parte.</u> Porque isso é um projeto ambicioso, não é um projeto tão simples.”</p>
	Pesquisador 7	<p>“Se você considerar influenciar, motivar a publicar, divulgar e tal, eu acho que sim, <u>justamente nessa linha que eu te falei, de fazer uma campanha junto aos programas de pós-graduação da universidade, junto ao DPP, junto à comunidade científica da UnB.</u> Então seria um movimento. Agora um técnico pessoalmente, assim não. Seria um conjunto, uma forma de você divulgar a informação científica, cumprir o seu trabalho. <u>É um trabalho de marketing, que a gente não sabe fazer.</u> A gente sempre reclamou que a gente não atinge a sociedade, e a gente tem poder muito pequeno de pesquisa. Pesquisa é uma coisa a longo prazo. Pesquisa, o pessoal manipula, você manipula pesquisa do jeito que você quer, digo, assim, então a gente não tem os mecanismos para atingir o grande público, até para vender o peixe. <u>Eu acho que dessa forma técnicos poderiam influenciar: criando programas de incentivo à divulgação científica.</u> E aí eu acho que há diversos mecanismos pelos quais você pode fazer isso. Uma forma, eu acho que são os workshops entre os programas de pós-graduação para divulgar essas possibilidades. Eu posso te falar que grande parte dos pesquisadores sabe que existe, mas não sabe como.”</p>
	Pesquisador 8	<p>“Eu percebo, com relação ao contato com alguns bibliotecários, que é algo muito positivo. <u>Precisa haver intercâmbio, discutir o tipo de problema que vocês tratam lá na biblioteca.</u>”</p>
Agências de fomento	Pesquisador 1	<p>“<u>Eles podem incentivar tese, monografia, trabalho de conclusão de curso. Mas do artigo em si, se ele for de acesso restrito, acho que eles não vão incentivar não.</u>”</p>
	Pesquisador 2	<p>“Influencia, principalmente de verba pra pesquisa.”</p>

	Pesquisador 3	<i>“Tornar isso uma política pública, ou seja, tornar o acesso aberto em primeiro lugar e a manutenção e atualização de repositórios como uma política pública na área de Ciência e Tecnologia, de Ensino e de Educação.”</i>
	Pesquisador 4	<i>“Eu acho que vai ser difícil alguém colocar os seus originais disponíveis se isso não vai contar nada.”</i>
	Pesquisador 5	<i>“Nenhuma. A mim nunca foi requisitado nada, assim como são requisitadas mil outras coisas, nunca houve uma recomendação. Pode fazer parte do processo de integração, você entregou seu relatório, seu relatório tem que ser depositado na biblioteca à qual você está vinculado, seria tão simples. Simplesmente os sistemas serem comunicados, o Lattes automaticamente acusar, eu terminei minha bolsa, está aqui, biblioteca. Mas não.”</i>
	Pesquisador 6	<i>“As agências de fomento exigem que o artigo ou a consequência da pesquisa que ela financiou, tenha restrições à divulgação. Ou seja, às vezes as agências exigem que você faça uma assinatura de responsabilidade com aquela informação, manter privada a informação, sendo compartilhada somente pelo pesquisador e pela agência. Mas quanto a isso, vou ser sincero, acho que, no Brasil, isso não é a grande causa, vamos dizer assim, da limitação da informação. Só ocorre em algumas áreas muito específicas e isso não é algo que eu pudesse dizer, generalizado. Agora, de fato, as agências poderiam ter políticas, já que são públicas, de abrir tudo o que elas financiam. Então, assim, evitar os caminhos de privatização que às vezes ocorrem, com incentivo do próprio governo, do Estado, e que na verdade descumprem radicalmente o critério de publicidade de todo o financiamento público.”</i>
	Pesquisador 7	<i>“As agências de fomento podem. É justamente o que eu estou dizendo aqui. Por exemplo, eu acho que esse exemplo da Capes é um importante. Então, dentro, por exemplo, da CB1, da CB2, que são as áreas de Biologia das quais eu participo: CB1, CB2, CB3. Ciências Biológicas 1, 2 e 3 que agregam os programas de pós-graduação que têm afinidades similares, então justamente dentro da avaliação dos programas de pós-graduação, comparativamente entre os programas, existe esse item que é a inserção social. Que é justamente dentro da inserção social, uma das minhas é essa: divulgar para a sociedade os resultados.”</i>
	Pesquisador 8	<i>“Eu vejo positivamente. O CNPq e a Capes têm linhas de apoio institucional, apoio a publicações. Então, você tem linhas de fomento para publicação, isso significa sensibilidade. Se você abre um repositório e ele começa a funcionar, me parece que</i>

		esse canal do CNPq permite que você faça solicitações para buscar apoio financeiro para implementar a base de dados. Tem as iniciativas do tipo SciELO, que são os bancos de dados. Então você nota coisas nessa direção sim. Nos últimos anos, no país há de se falar um pouco da área de Física, que é quem mais sofreu, eu acho que existem alguns movimentos um pouco pra tentar reverter isso, criando revistas.”
Outros pesquisadores (pares)	Pesquisador 1	“ <u>Não. Eles não. O poder de influência aí seria do bibliotecário. Acho que o que falta é o marketing. É buscar o professor, conversar com o professor, explicar. Cada começo do semestre explicar. Se desse, assim, colocasse na semana de acolhimento das universidades, nos auditórios. Se tivesse uma aula sempre. Dar uma aula de 40 minutos explicando como é a biblioteca, onde que pega livro, como faz a reposição e tudo mais. Não tem isso. Se tivesse, ficava até mais fácil. E diminuiria o trabalho lá também.</u> ”
	Pesquisador 2	“Com os colegas que temos contato na reunião de colegiado, sim. De conversar no dia a dia sobre o tema, não. <u>Então com os colegas que temos mais afinidade na área, talvez sim.</u> ”
	Pesquisador 3	“ <u>Eu acho que eu não estou vendo assim alguma outra coisa diferente do que já foi mencionado. Porque ou ele seria autor, então entraria no mesmo esquema do papel do autor; se ele for alguém de alguma agência, também estaria numa agência de fomento ensino e pesquisa. Acho que não teria não.</u> ”
	Pesquisador 4	“ <u>Eu realmente não vejo os meus pares, sobretudo aqueles que estão comprometidos com a pós-graduação, estimularem algo que não vai render pontuação. E eu, pessoalmente, acho isso muito triste.</u> ”
	Pesquisador 5	“ <u>Só se for o bibliotecário os meus pares. Porque eu nunca ouvi de ninguém. Nunca, nunca! Isso é grego.</u> ”
	Pesquisador 6	“ <u>Não, acho que não. De fato, essa é uma questão que não é muito debatida entre os pares.</u> ”
	Pesquisador 7	“ <u>Sim, claro não tenha dúvida, principalmente igual a gente está tentando fazer agora. A gente está tentando criar aqui na pós-graduação um grupo para motivar os pesquisadores a fazerem isso, ir lá bater na sua porta falar: ‘Olha, nós temos isso, nós temos que cumprir essa meta e tal’. Então se você tiver isso também, porque às vezes a gente se sente desamparado, que você está sozinho, você não sabe como fazer e tal. Agora se você tiver um grupo motivado que te motiva a fazer isso, então</u>

		<i>não tenho dúvida que o resultado é muito maior.”</i>
	Pesquisador 8	<i>“Percebo também. <u>Alumas pessoas são muito receptivas e outras não são receptivas a essa ideia.</u> De certa maneira, isso reflete uma percepção de visão de mundo.”</i>

Quando questionados sobre a influência que os editores de periódicos exercem sobre a sua decisão em depositar nos repositórios institucionais, todos os pesquisadores entrevistados, com exceção do Pesquisador 3, somente apontaram influências negativas, as quais são causadas principalmente pelas questões relacionadas à propriedade intelectual e ao direito autoral. Como o autor, na maioria dos casos em que vai publicar um artigo ou um livro por uma editora, cede os direitos de exploração da obra, é o editor quem determina qual uso poderá ser feito daquela obra.

Em muitos casos em que o editor detém o direito de exploração da obra, não permite que ela seja disponibilizada em acesso aberto ou, se permite, coloca uma série de restrições como um período de embargo e limitação das versões que podem ser disponibilizadas. Além disso, os pesquisadores têm dúvidas do que pode ou não ser depositado em um repositório institucional. Isso ocorre porque muitos, se não a maioria dos contratos de direitos autorais, não mencionam ou são ambíguos em relação aos direitos de autoarquivamento e também sobre a questão da versão que pode ser autoarquivada (ANTELMAN, 2006).

Mesmo os periódicos de acesso aberto, em muitos casos, não indicam o que pode ser feito com o conteúdo disponibilizado no periódico. O fato do conteúdo do periódico ser de acesso gratuito, não quer dizer que o esse conteúdo possa ser disponibilizado em um repositório institucional. Uma forma de facilitar o depósito da produção científica publicada nesses periódicos é a adoção de licenças permissivas, como o Creative Commons⁸, que expressam claramente o que pode ser feito com o conteúdo publicado no periódico.

Os pesquisadores entrevistados enxergam pontos positivos na influência que os gestores institucionais exercem sobre sua decisão em depositar nos repositórios institucionais. Esses gestores podem influenciar positivamente no momento em que se envolvem com a divulgação do repositório institucional, assim como com a sensibilização do corpo docente a respeito da importância de disponibilizar sua produção científica em acesso aberto.

⁸ Creative Commons (CC) é uma entidade, sem fins lucrativos, criada para permitir maior flexibilidade na utilização de obras protegidas por direitos autorais. O objetivo é fazer com que o autor/criador possa permitir o uso mais amplo de seus materiais por terceiros, sem que esses infrinjam as leis de proteção à propriedade intelectual.

O Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica (Ibict, 2005) faz recomendações às instituições acadêmicas para que também se comprometam a encorajar seus pesquisadores a publicarem seus resultados de pesquisa em periódicos de acesso aberto, além de requerer que depositem seus trabalhos no repositório institucional de suas instituições.

Entretanto, os gestores institucionais que estão à frente da gestão das universidades, em nível de pró-reitoria (decanato), direção ou coordenação de cursos de pós-graduação, são também pesquisadores e docentes dessa instituição. Em muitos casos, nem esses gestores possuem conhecimento necessário para construir um trabalho de sensibilização. Assim como citado pela Pesquisadora 5 em sua resposta, esses gestores precisam ser sensibilizados tanto quanto os demais pesquisadores da universidade. Somente a partir do momento que houver um entendimento por parte dos gestores institucionais a respeito do papel dos repositórios institucionais e dos benefícios do acesso aberto para a comunidade acadêmica, haverá um trabalho de divulgação e sensibilização por parte desses gestores. Além disso, serão criadas políticas de estímulo ao depósito, criando mecanismos para que o pesquisador seja incentivado a depositar.

Sendo assim, a partir do momento em que nada é feito por parte das gestões superiores das universidades, o pesquisador sofre uma influência negativa, pois, se não existe divulgação, nem a provocação e tão pouco há algum tipo de política que estimule o depósito, dificilmente o pesquisador irá, sem a influência de outros agentes, tomar a decisão de depositar sua produção no repositório da instituição.

Nesse ponto, entra o papel fundamental dos bibliotecários. O bibliotecário precisa dialogar com os gestores institucionais e isso é um grande desafio. De acordo com os pesquisadores entrevistados, praticamente todos percebem a influência positiva do bibliotecário em sua decisão de depositar no repositório.

Nota-se nas respostas, que aqueles pesquisadores que têm parte de sua produção científica depositada no repositório de sua instituição tiveram um contato prévio com um bibliotecário. O papel do bibliotecário de divulgar e fazer marketing é crucial para o desenvolvimento dos repositórios institucionais.

Antelman (2004) afirma que

os bibliotecários que optarem por implementar repositórios institucionais devem ser capazes de convencer os professores, muitos dos quais são, por várias razões, muito relutantes a contribuir com a sua produção de pesquisa principal. Dados mostram, no entanto, que artigos disponíveis gratuitamente, pela maior facilidade de uso, são mais propensos a serem citados, o que é uma poderosa evidência do valor dos repositórios, bem como de outros canais de Acesso Aberto.

Esta visão continua a valer atualmente. Os bibliotecários ainda precisam ser capazes de convencer os pesquisadores por meio da divulgação do repositório, apresentando seus aspectos benéficos. Tal trabalho de divulgação é citado por praticamente todos os pesquisadores como um fator que motiva sua tomada de decisão para realizar o depósito.

Além dos fatores motivacionais ligados à divulgação dos repositórios, principalmente atrelados ao papel do gestor institucional e do bibliotecário, alguns pesquisadores afirmam que as agências de fomento poderiam influenciar positivamente se adotassem políticas de incentivo às publicações em acesso aberto. Atualmente, de acordo com alguns dos entrevistados, as agências de fomento não estimulam nada, nem positiva, nem negativamente, simplesmente pelo fato de não terem nenhum tipo de política voltada para os repositórios institucionais.

É importante ressaltar que, no Brasil, a Capes estipulou que as universidades públicas mantivessem uma versão em formato digital das teses e dissertações defendidas a partir de 2006. Essa foi a primeira iniciativa em termos de disponibilização de informação científica em acesso aberto no Brasil.

O Pesquisador 7 afirmou que os repositórios institucionais deveriam entrar como um dos aspectos de impacto para avaliação do quesito “inserção social” dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Esse quesito representa 10% da avaliação de cursos de mestrado e doutorado acadêmicos e tem como pressuposto o fato de a pós-graduação ter uma responsabilidade social para com a sociedade. A inserção social visa avaliar como a pesquisa realizada no âmbito desses cursos atua em relação aos desafios decisivos para a sociedade. De acordo com o Pesquisador 7, o repositório institucional é um mecanismo de retorno da academia para a sociedade, pois se aquelas pesquisas foram financiadas

com o dinheiro público, elas deveriam estar em acesso aberto para a comunidade local, no país e no mundo.

Nesse sentido, as agências de fomento, na opinião dos pesquisadores, poderiam criar mecanismos que não necessariamente obrigassem o pesquisador a realizar o depósito, mas criassem estímulos, na avaliação dos cursos de pós-graduação ou em editais de financiamento de pesquisas, que serviriam como fatores motivacionais para a tomada de decisão em depositar sua produção científica em repositórios institucionais.

Em relação à influência que pode ser exercida pelos pares, por outros pesquisadores da área, coautores, colaboradores, etc., apenas dois afirmaram perceber alguma possível influência. Os demais afirmaram que não percebem essa influência, nem positiva, nem negativa, pois esse assunto nem sequer é debatido entre os pesquisadores.

Entende-se desta análise que há um desconhecimento por parte dos pesquisadores do que constitui um repositório institucional. Tal desconhecimento se deve à falta de divulgação e de adoção de políticas por parte das universidades. É recorrente na fala de todos os atores entrevistados que a questão do marketing e da divulgação é crucial para o desenvolvimento de um repositório, além de influenciar o pesquisador a optar pela disponibilização de sua produção científica no repositório de acesso aberto de sua instituição.

4.6 Representação gráfica da análise de dados

O foco desta seção é representar graficamente as percepções dos atores do sistema de comunicação científica em relação aos fatores que estimulam ou inibem o pesquisador na realização do depósito de sua produção científica. Além disso, inclui na representação gráfica o modo das percepções do próprio pesquisador em relação à influência que os demais atores podem exercer sobre sua decisão a respeito do depósito.

O objetivo desta representação é definir a situação problemática, de acordo com os objetivos específicos desta tese e, a partir dessa definição, traçar diretrizes para incentivar o depósito da produção científica em repositórios institucionais.



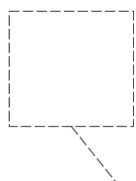
As entrevistas foram divididas em duas interações. A representação gráfica da interação I apresenta a opinião dos atores entrevistados sobre os fatores que podem estimular e inibir o depósito da produção científica em repositórios institucionais. A representação gráfica da interação II reproduz, do ponto de vista do pesquisador, as possíveis influências (positivas e negativas) que os outros atores exercem para sua tomada de decisão em depositar sua produção científica no repositório de sua instituição.



4.6.1 Interação I

Na interação I, foram analisadas as entrevistas dos cinco atores: bibliotecários, editores, agências de fomento, gestores institucionais e pesquisadores. Está representada, de acordo com as suas percepções a respeito desses atores, os principais fatores que estimulam ou inibem o depósito da produção científica em repositórios institucionais de acesso aberto. Esses fatores foram extraídos das respostas obtidas em todas as perguntas elaboradas seguindo o roteiro de entrevistas. Foram criadas categorias para cada resposta, das quais foram extraídos fatores que motivam e inibem o depósito. As setas representam as conexões entre os atores: a influência que os editores, agências de fomento, gestores institucionais e bibliotecários exercem sobre a decisão do pesquisador de realizar o depósito da produção científica no repositório institucional.

Os elementos foram apresentados dentro do cenário avaliado nas entrevistas. As interações estão representadas de acordo com o Quadro 4, a seguir.

Quadro 4 - Descrição dos elementos básicos que compõem as figuras da interação I e II

	Categoria	Elemento	Descrição	Notação
Elementos da representação gráfica	Agente	Papel	Um conjunto de características que representa uma função ou papel específico.	
	Conexão	Seta	Uma conexão entre agentes com o sentido definido.	
		Anotação	Uma conexão que liga um agente a uma explicação textual explícita.	

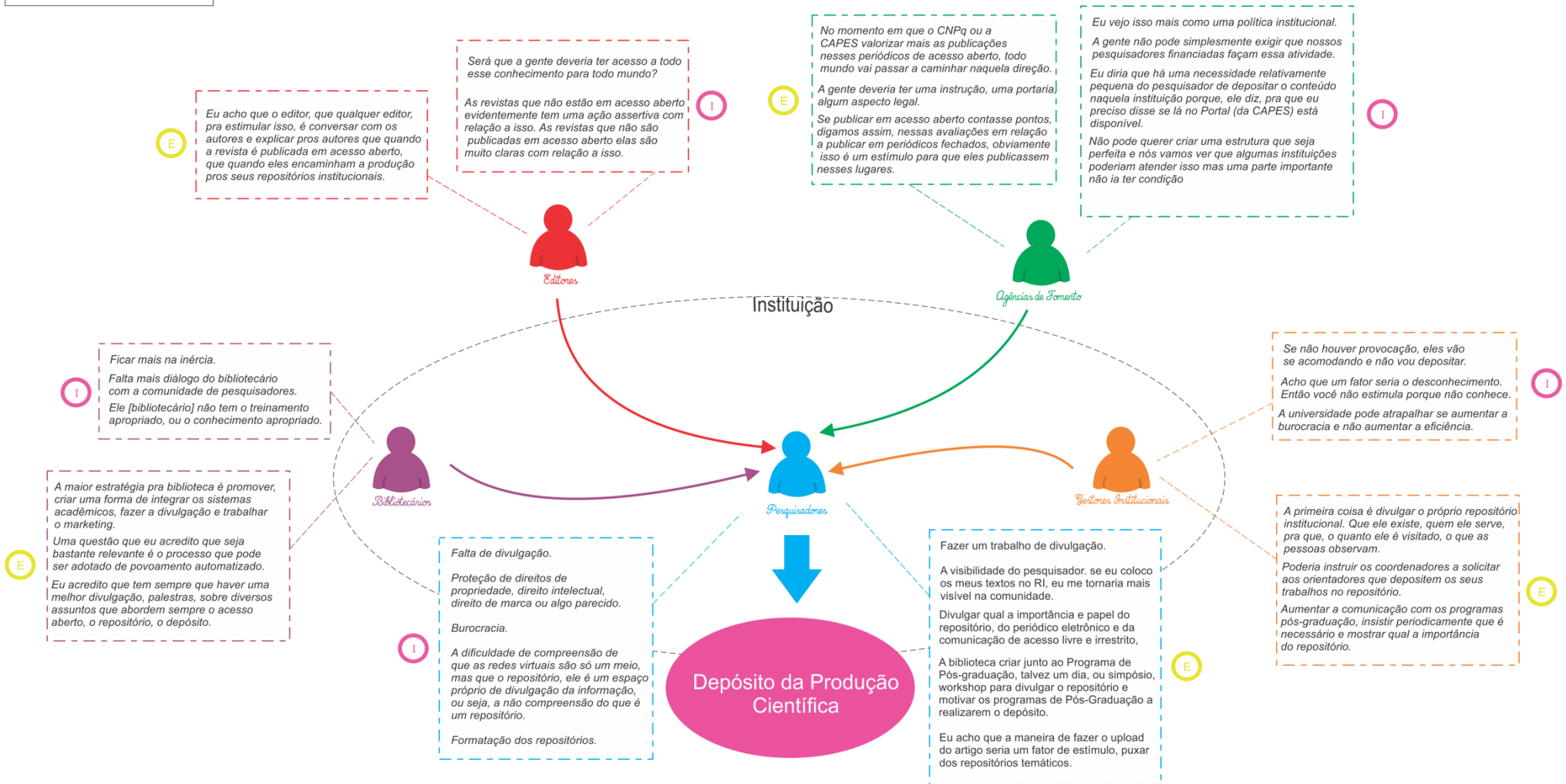
	Característica	Grupo	Uma característica utilizada para identificar um conjunto de elementos como um conjunto para fins de visualização.	
		Símbolo	Característica que identifica uma conexão, um agente ou objeto de uma forma qualitativa classificatória.	

A análise das entrevistas está representada na representação gráfica da Interação I, Figura 16.

Legenda:

- I Fatores que inibem
- E Fatores que estimulam

Figura 16 – Representação gráfica da interação I



Fonte: Elaboração própria.

Quando se analisa a situação de acordo com as citações apresentadas na representação gráfica da Interação I, nota-se uma concordância entre os atores de que a divulgação dos repositórios é um dos principais fatores de estímulo para o pesquisador em relação ao depósito da produção científica nos repositórios institucionais.

Outro aspecto apresentado é o de definição de políticas, principalmente por parte das agências de fomento. Entretanto, o que se percebe é que não há consenso entre essas agências sobre quem deveria definir essas políticas. O CNPq e a FAP-DF reconhecem que, se os editais pontuassem publicações em acesso aberto, poderia ser um ganho para os repositórios institucionais, uma vez que essas publicações, em sua maioria, não limitam a disponibilização em repositórios institucionais.

Entretanto, a Capes acredita que a decisão de “obrigar” o pesquisador a depositar sua produção em repositórios institucionais deve ser da instituição, pois cada instituição conhece sua realidade. De acordo com a Capes, eles não podem simplesmente criar uma política compulsória para todas as universidades, pois muitas não possuiriam condições de cumprir tal política.

Os gestores institucionais acreditam que, no momento em que os repositórios não são promovidos dentro da instituição, o desconhecimento e a falta de incentivo acomodam os pesquisadores, que não despertam interesse em depositar sua produção nos repositórios institucionais. De acordo com esses atores, o principal fator de estímulo por parte das instituições é o aumento da comunicação entre os gestores superiores (pró-reitorias ou decanatos e diretorias) e os cursos de pós-graduação, instruindo coordenadores a promover o repositório institucional.

Os bibliotecários afirmam que a principal forma de estimular o depósito é por meio do marketing dos repositórios. Entretanto, para que haja eficácia nessa atividade de marketing, os bibliotecários necessitam de apoio institucional. O trabalho precisa ser em conjunto com os gestores institucionais, pois a biblioteca não consegue se comunicar com os cursos de pós-graduação.

Além do fato de a comunicação não ser eficaz, a biblioteca precisa de investimentos, principalmente no que concerne à capacitação de seus bibliotecários. O

bibliotecário precisa entender e conhecer toda a problemática que envolve o movimento do acesso aberto e precisa estar apto a tirar dúvidas da comunidade acadêmica.

Outro aspecto relevante apresentado é a automatização do depósito, ou mesmo a integração com outros sistemas. Essa automatização facilitaria o trabalho, pois, no cenário analisado, são os bibliotecários os responsáveis pelo depósito da produção científica nos repositórios de suas instituições.

O Quadro 5 sintetiza os fatores que estimulam e inibem o depósito da produção científica em repositórios institucionais por meio do ponto de vista dos atores entrevistados.

Quadro 5 - Sintetização dos fatores que estimulam e inibem o depósito da produção científica em repositórios institucionais através do ponto de vista dos atores entrevistados

Ator	Descrição do propósito	Cor	Principais citações	Fatores que motivam	Fatores que inibem
Bibliotecário	Condução da gestão da informação, envolvendo os processos de reunião, organização, armazenamento, preservação, recuperação, disseminação e promoção do uso da informação; gestão de sistemas de informação.	Roxo	<p><i>“Ficar mais na inércia [...] é exatamente o contrário dessa divulgação. De não trabalhar no sentido de divulgar”.</i></p> <p><i>“Acho que a maior estratégia pra biblioteca é promover, criar uma forma de integrar os sistemas acadêmicos, fazer a divulgação e trabalhar o marketing”.</i></p> <p><i>“Eu acho que falta mais diálogo do profissional, do repositório, do bibliotecário, com a comunidade de pesquisadores. Falta esclarecer que isso tem um retorno que vai beneficiar o próprio pesquisador”.</i></p> <p><i>“[...] às vezes, ele [o bibliotecário] não tem o treinamento apropriado, ou o conhecimento apropriado para conseguir argumentar sobre isso [...]. Porque ele acabou de sair da faculdade, onde nem sempre recebe esse conhecimento, e também porque ele não teve tempo de estudar isso. No dia a dia, ele está sempre envolvido com atividades do momento, ‘apagando incêndios’. E também porque ele tem ‘n’ coisas a fazer. E, por fim, porque a instituição não dá muito apoio a isso”.</i></p> <p><i>“Uma questão que eu acredito que seja bastante relevante é o processo que pode ser adotado de povoamento automatizado. Eu acho que essas</i></p>	<p>Marketing do RI, utilizando indicadores estatísticos.</p> <p>Oferta de opções para o depósito da produção científica em RIs.</p> <p>Povoamento automatizado via Currículo Lattes ou utilizando outras ferramentas.</p> <p>Promoção do acesso aberto na instituição.</p>	<p>Inércia dos bibliotecários.</p> <p>Falta de marketing do RI.</p> <p>Falta de engajamento dos bibliotecários.</p> <p>Falta de capacitação dos bibliotecários gestores do RIs.</p> <p>Falta de diálogo entre bibliotecários e pesquisadores.</p>

			<p><i>discussões ainda são muito incipientes, mas acredito que toda a comunidade de bibliotecas, de repositórios, poderá ser beneficiada com isso. Então, talvez o melhor fosse desenvolver ferramentas que possibilitem a automação, via currículo Lattes, ou nas próprias bases, para que a gente tenha um trabalho menor de inserção, de depósito, seja com o autoarquivamento, seja com o arquivamento mediado”.</i></p> <p><i>“Eu acredito que tem sempre que haver uma melhor divulgação, palestras, sobre diversos assuntos que abordem sempre o acesso aberto, o repositório, o depósito”.</i></p>		
Gestores institucionais	Gestão das atividades de pesquisa; proposição e implementação de políticas institucionais.	Laranja	<p><i>“Hoje, não, como que democratizou-se o conhecimento e, assim, todo mundo ficou praticamente nivelado em termos de acesso ao conhecimento. Faltam só mais recursos para conseguir acompanhar o passo dos países desenvolvidos”.</i></p> <p><i>“Os que depositam só o fazem porque eles foram provocados a depositar. Se não houver provocação, eles vão se acomodando, não vão depositar. Os que não depositam, muitas vezes, não o fazem por desconhecimento....”</i></p> <p><i>“A primeira coisa é divulgar o próprio repositório institucional. Que ele existe, quem ele serve, pra quê, o quanto ele é</i></p>	<p>Criar provocações para a realização do depósito.</p> <p>Instruir coordenadores de pós-graduação para que solicitem aos orientadores que depositem seus trabalhos no repositório.</p> <p>Educar e incentivar os pesquisadores.</p> <p>Norma de depósito obrigatório que estabelece progressão funcional.</p> <p>Agilidade e eficiência nos processos e procedimentos nos cursos</p>	<p>Falta de recursos.</p> <p>Desconhecimento sobre o papel dos repositórios.</p> <p>Norma de depósito obrigatório que estabelece progressão funcional.</p> <p>Burocracia nas universidades.</p> <p>Falta de divulgação do papel do repositório institucional.</p>

		<p><i>visitado, o que as pessoas observam.”</i></p> <p><i>“Poderia instruir os coordenadores a solicitar aos orientadores que depositem os seus trabalhos no repositório, ou que preencham o Currículo Lattes corretamente, com todos os dados, identificadores eletrônicos e tudo mais.”</i></p> <p><i>“Acho que um fator seria o desconhecimento. Então você não estimula porque não conhece. Eu acho que quando a gente conhece um pouco melhor, a gente pode ajudar na divulgação [...]”</i></p> <p><i>“A universidade pode atrapalhar se aumentar a burocracia e não aumentar a eficiência com relação aos processos e procedimentos que ela trata junto às pós-graduações. Então, quanto mais eficiente é o órgão, melhor eu acho que será a resposta da comunidade.”</i></p> <p><i>“Aumentar a comunicação com os programas de pós-graduação, insistir periodicamente que é necessário, e mostrar qual a importância do repositório.”</i></p> <p><i>“[...] poderíamos até tentar fazer algo obrigatório, mas não sei se iria funcionar baixar uma norma: ‘é obrigatório senão você não passa, não tem progressão funcional’. Aí de repente isso poderia funcionar. Poderia até funcionar se fosse necessária a progressão funcional, mas, por exemplo, quem está no topo da carreira? Ele não precisa!”</i></p>	<p>de pós-graduação.</p> <p>Criar uma cultura de depósito.</p>	
--	--	--	--	--

<p>Agência de fomento</p>	<p>Financiamento da pesquisa científica; proposição e implementação de políticas científicas; avaliação da produção científica.</p>	<p>Verde</p>	<p><i>“Eu vejo isso mais como uma política institucional, quer dizer, a gente pode até estimular, fazer eventos em que se coloque isso. No caso, por exemplo, do Portal de Periódicos, estimular que os artigos sejam disponibilizados de maneira a ter uma base.”</i></p> <p><i>“Então as agências de fomento têm essa responsabilidade muito grande, porque realmente, no momento em que o CNPq ou a Capes valorizarem mais as publicações nesses periódicos de acesso aberto, todo mundo vai passar a caminhar naquela direção.”</i></p> <p><i>“Eu penso em primeiro lugar que a gente deveria ter uma instrução, uma portaria, algum aspecto legal por meio do qual a gente pudesse fazer esse tipo de solicitação.”</i></p> <p><i>“O pesquisador, em tese, estaria livre para fazer as publicações dele. Só que, na verdade, ele fica rendido por uma esquemática, por uma estrutura de publicações ou de uma lógica de mercado das revistas, que é um o negócio muito circunscrito”.</i></p> <p><i>“A gente não pode simplesmente exigir que nossos pesquisadores financiados façam essa atividade. E se existir alguma forma de tornar isso legal, eu acho que é muitíssimo de nosso interesse. Precisa ter alguma coisa que seja normatizada.”</i></p> <p><i>“Eu diria que há uma necessidade relativamente pequena do pesquisador de depositar o conteúdo naquela instituição. Ele diz: Pra que eu preciso</i></p>	<p>Realização de eventos sobre a temática do acesso aberto e repositórios institucionais.</p> <p>Valorização de publicações em periódicos de acesso aberto.</p> <p>Criação de uma instrução que solicite o depósito em repositórios institucionais como parte da pontuação para editais de financiamento.</p>	<p>Falta de qualquer tipo de normatização que estimule o depósito em repositórios institucionais.</p> <p>Falta de conhecimento, por parte dos gestores das agências de fomento, do papel do repositório institucional.</p> <p>Entendimento errôneo de que o Portal da Capes supre as necessidades do acesso aberto.</p> <p>Autonomia das universidades.</p> <p>Falta de estrutura nas universidades.</p>
----------------------------------	---	--------------	---	---	--

			<p><i>disso se lá no Portal (da CAPES) está disponível?"</i></p> <p><i>"Se publicar em acesso aberto contasse pontos, digamos assim, nessas avaliações em relação a publicar em periódicos fechados, obviamente isso seria um estímulo para que eles publicassem nesses lugares."</i></p> <p><i>"A gente pode obrigar até um tempo, porque estaríamos interferindo em uma coisa que a universidade tem, que a constituição dá pra elas, que é a autonomia. Não podemos falar pra UnB: 'você têm que guardar isso aí do pesquisador'. Se a UnB falar que não precisa, eles têm autonomia pra dizer. [...] não pode querer criar uma estrutura que seja perfeita e nós vamos ver que algumas instituições poderiam atender isso, mas uma parte importante não ia ter condição."</i></p>		
Editores	Condução do processo editorial; condução da avaliação por pares para certificar/validar resultados de pesquisa; distribuição de resultados de pesquisa certificados.	Vermelho	<p><i>"Foi debatida a questão do acesso aberto há uns 3 anos atrás, e a defesa que o editor fez é que não vale a pena, porque eles querem criar um certo status para o jornal."</i></p> <p><i>"Eu acho que o editor, que qualquer editor, pra estimular isso, deve conversar com os autores e explicar para eles que, quando a revista é publicada em acesso aberto, quando eles encaminham a produção pros seus repositórios institucionais, na verdade eles estão potencializando a exposição do trabalho deles."</i></p>	Estimular os autores a disponibilizarem, no repositório da sua instituição, sua produção publicada no periódico, por meio de recomendações pós-publicação no site da revista.	<p>Direitos autorais.</p> <p>Questões ligadas ao financiamento, fomento e assinaturas.</p> <p>Entendimento errôneo de que o Portal da Capes supre as necessidades do acesso aberto.</p> <p>Adoção de modelos de negócios que visem ao lucro.</p> <p>Entendimento errôneo</p>

		<p><i>“Eu acho que seria uma boa solução, porque, por exemplo, o caso da Capes, periódicos da Capes, na minha área, ele é muito bom. Ele me dá acesso a 95% dos melhores periódicos do mundo.”</i></p> <p><i>“Acho fundamental. As instituições deveriam ter políticas mais assertivas com relação a isso. Estipular de um modo muito claro, que professores, pesquisadores, bases de dados, compilações de imagens e tudo, tudo que fosse publicado na universidade, que fosse fruto dos grupos de pesquisa da universidade, fossem publicados no repositório institucional.”</i></p> <p><i>“A função do editor pode ser muita essa: ‘quer potencializar a exposição do seu artigo, quer que os seus leitores leiam e citem o seu trabalho, então encaminhe aí pro repositório institucional da sua universidade’.”</i></p> <p><i>“Será que a gente deveria ter acesso a todo esse conhecimento para todo mundo?”</i></p> <p><i>“Os publishers, as casas editoriais, limitam muito, por questões pragmáticas relacionadas ao financiamento, ao fomento ao pagamento de assinaturas. De como o modelo de negócio se estrutura.”</i></p> <p><i>“As revistas que não estão em acesso aberto evidentemente têm uma ação assertiva com relação a isso [depositar em RIs]. As revistas que não são publicadas em acesso aberto são muito claras com relação a isso [depositar em</i></p>		<p>de que os periódicos em acesso aberto possuem qualidade inferior aos periódicos comerciais.</p>
--	--	---	--	--

			<p><i>RIs].”</i></p> <p><i>“Se é um periódico comercial, que não deveria existir, mas existe, você poderia ter uma inibição comercial, ou seja, não vou disponibilizar ainda em acesso aberto, porque eu quero que as pessoas comprem a revista.”</i></p> <p><i>“As editoras dependem do recurso. Elas precisam vender, elas precisam cobrar de alguma forma isso. Algumas cobram muito caro, eu já vi alguns casos de muitas cobrarem mil dólares por ano a assinatura individual. Algumas são muito caras, mas outras nem tanto.”</i></p> <p><i>“No caso, todos os editores de revistas comerciais são naturalmente restritivos, porque primeiro eles ganham dinheiro com isso, então não têm interesse nenhum em fazer com que os artigos de acesso pago estejam disponíveis de outra forma.”</i></p> <p><i>“Alguns editores comerciais já começaram a transição para revistas de acesso aberto. Então já temos aí acesso aberto mantido por grandes publishers internacionais (Sage, Springer), já com essa filosofia. Então quer dizer, o autor paga a taxa de publicação e o trabalho torna-se acesso aberto.”</i></p>		
Pesquisadores	Condução da pesquisa científica e produção do conhecimento; decisão sobre onde e como disseminar resultados de pesquisa.	Azul	<p><i>“Acho que uma maior divulgação. Fazer um trabalho de divulgação mesmo pra quem está começando”.</i></p> <p><i>“O fator de estímulo, eu diria que a visibilidade do pesquisador, por</i></p>	Divulgação do RI entre a comunidade acadêmica. Visibilidade. Promoção do acesso aberto na instituição,	Falta de divulgação a respeito do RI. Questões ligadas à propriedade intelectual e direitos autorais.

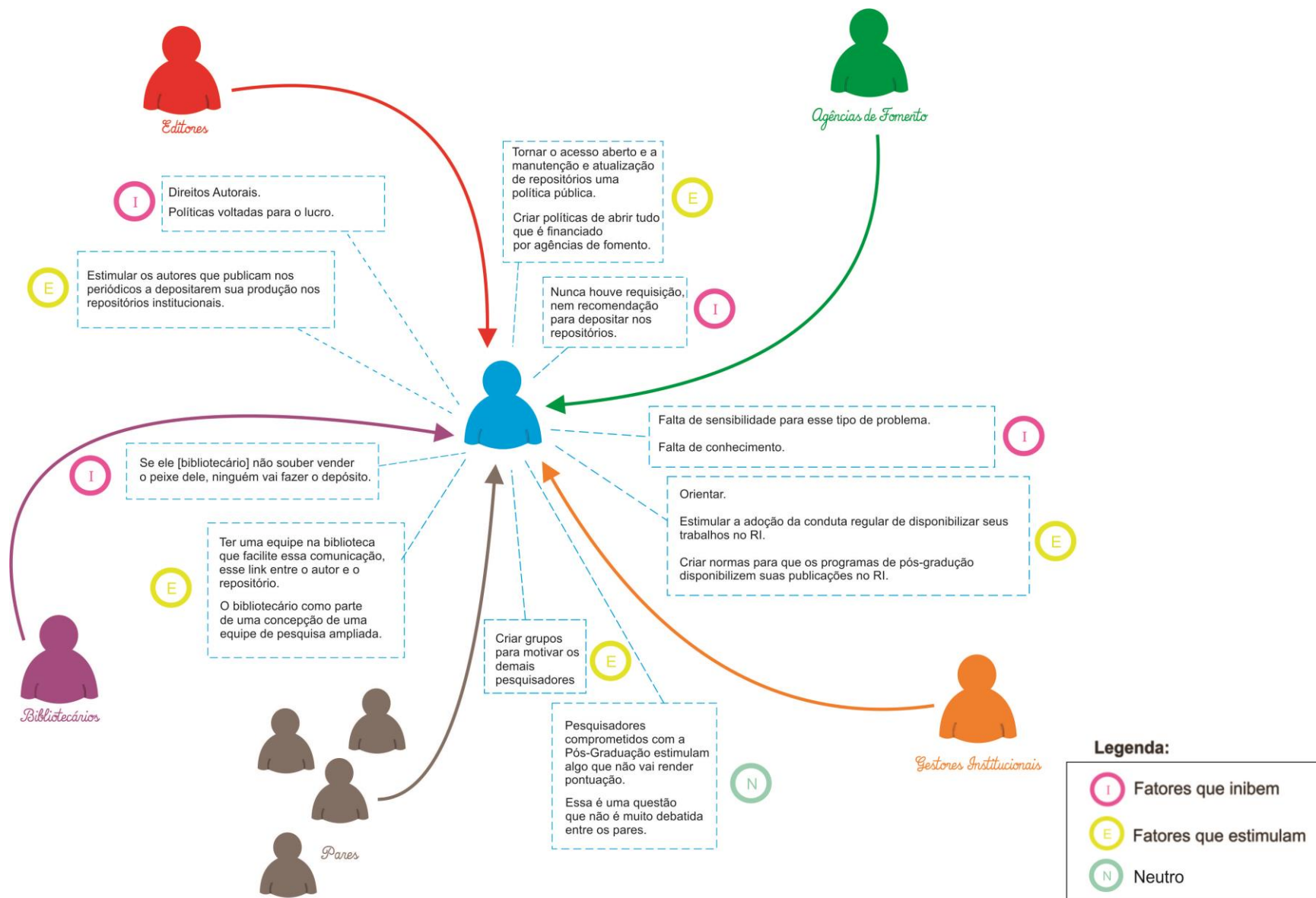
		<p><i>exemplo, se eu coloco os meus textos no repositório da Universidade de Brasília, eu me tornaria mais visível na comunidade, os meus textos teriam mais acessos.”</i></p> <p><i>“Acho que nós precisamos, de uma maneira muito mais ampla, como pesquisadores, estudantes, na graduação e pós-graduação, de uma informação sobre o papel do repositório nas bibliotecas virtuais, do que é o sentido de um periódico eletrônico, a comunicação de acesso livre e irrestrito, qual a importância disso.”</i></p> <p><i>“Eu acho que a maneira de fazer o upload do artigo seria um fator de estímulo. Puxar dos repositórios temáticos.”</i></p> <p><i>“Primeiro, a concepção de propriedade intelectual, da ideia de que a produção é uma propriedade e não é só do pesquisador [...] O segundo, eu não traduziria por mim, mas como uma sociologia do fenômeno no Brasil, uma má concepção de que estar no repositório seria um demérito. Não demérito, a palavra não é essa, mas a dificuldade de compreensão de que as redes virtuais são só um meio, mas que o repositório, ele é um espaço próprio de divulgação da informação, ou seja, a não compreensão do que é um repositório.”</i></p> <p><i>“Se algum conhecimento que foi produzido depende de alguma etapa prévia antes de ser divulgado, no sentido de proteger algum direito: direitos de propriedade, direito</i></p>	<p>explicando o papel dos repositórios institucionais e as diferenças entre os periódicos de acesso aberto.</p> <p>Integração de sistemas.</p> <p>Criar uma cultura de depósito.</p>	<p>Falta de conhecimento do papel dos repositórios institucionais.</p>
--	--	---	--	--

			<i>intelectual, direito de marca ou algo parecido.”</i>		
--	--	--	---	--	--

4.6.2 Interação II

Na Interação II, foram analisadas as entrevistas dos pesquisadores e suas percepções a respeito das possíveis influências de bibliotecários, gestores institucionais, agências de fomento, editores e seus pares em suas decisões de realizar o depósito de sua produção científica em repositórios institucionais de acesso aberto. Esta análise está representada na Figura 17.

Figura 17 – Representação gráfica da Interação II



Fonte: Elaboração própria.

As citações representadas na representação gráfica da Interação II foram extraídas da análise das respostas obtidas na entrevista com os pesquisadores (item 4.5.6).

Nessa representação, é possível notar que os pesquisadores se sentem influenciados positiva e negativamente pelos demais atores estudados. Entretanto, em relação aos seus pares, muitos pesquisadores afirmaram que não há estímulos, nem positivos, nem negativos, pois o tema “repositórios institucionais” sequer é debatido entre eles.

Nesse sentido, percebe-se que há desconhecimento por parte dos pesquisadores a respeito do papel dos repositórios, e tal desconhecimento é atribuído à falta de divulgação, bem como à falta de sensibilidade e orientação por parte de bibliotecários e gestores institucionais.

Limitações relacionadas às políticas editoriais que visam ao lucro, direitos autorais e falta de políticas públicas, por parte das agências de fomento, que visem à consolidação do acesso aberto, foram citadas como fatores que inibem o depósito em repositórios institucionais.

É necessário criar estímulos para que o pesquisador deposite sua produção nos repositórios institucionais. De acordo com a análise da imagem, nota-se que cada ator, de acordo com suas funções, pode estimular o depósito da produção científica.

5. PROPOSTAS DE DIRETRIZES

Uma vez identificados os fatores que inibem e estimulam o depósito da produção científica em repositórios institucionais de acesso aberto, de acordo com os dados obtidos nas entrevistas, elencaram-se elementos norteadores para a construção de diretrizes baseadas nas respostas obtidas por meio das entrevistas e nas representações gráficas da Interação I e II (Figuras 16 e 17).

Esses elementos foram divididos em dois grupos: elementos norteadores para proposição de diretrizes no âmbito das universidades e elementos norteadores para proposição de diretrizes em nível nacional (Quadro 6).

Quadro 6 - Elementos norteadores

Universidades	Nacional
Marketing	Realização de eventos
Opções alternativas de depósito	Integração de sistemas
Realização de eventos	Políticas de estímulo e valorização de publicações em acesso aberto
Capacitação de equipes	Adoção de modelos de negócios centrados no acesso aberto
Política de depósito compulsório	Política nacional de acesso aberto

Com base nos elementos identificados no Quadro 6, foram definidas ações necessárias para estimular o depósito de produção científica em repositórios institucionais de acesso aberto. As diretrizes propostas (Quadro 7) foram baseadas nas questões centrais identificadas a partir das respostas obtidas nas entrevistas e atribuídas a cada ator, de acordo com o papel desempenhado.

Quadro 7 - Diretrizes propostas

Diretrizes	Ator responsável
1. Elaborar um plano de marketing para o repositório institucional.	Bibliotecários e gestores institucionais
2. Oferecer opções alternativas de depósito da produção científica.	Bibliotecários e gestores institucionais
3. Realizar eventos periódicos para promoção do acesso aberto.	Agências de fomento e gestores institucionais
4. Instruir os coordenadores de pós-graduação sobre os repositórios institucionais e orientá-los a solicitar aos docentes do programa que depositem sua produção no repositório da instituição.	Gestores institucionais
5. Educar e incentivar pesquisadores a fim de criar uma cultura de depósito na instituição.	Bibliotecários e gestores institucionais
6. Associar avaliação da produção científica do pesquisador (para progressão funcional) à sua disponibilidade no repositório institucional.	Gestores institucionais
7. Integrar repositório institucional a outros sistemas.	Gestores institucionais, Bibliotecários e Agências de fomento
8. Criar mecanismos de valorizar publicações de acesso aberto no Brasil.	Agências de fomento
9. Adotar modelos de negócios centrados no acesso aberto e na democratização da ciência.	Editores
10. Capacitar equipes de bibliotecários para atuarem como mediadores entre o pesquisador e o repositório, com conhecimento de direitos autorais e licenças permissivas.	Gestores institucionais
11. Criar grupos motivacionais que possam agir como disseminadores do repositório.	Bibliotecários, gestores institucionais e pesquisadores
12. Desenvolver e implementar uma política institucional de depósito compulsório.	Gestores institucionais
13. Implementar uma política nacional de acesso aberto.	Agências de fomento

Foram propostas treze diretrizes baseadas nas respostas obtidas nas entrevistas com grupos de atores selecionados. As ações aqui propostas, se realizadas, poderão funcionar como estímulo ao depósito da produção científica em repositórios institucionais de acesso aberto.

5.1 Elaborar um plano de marketing para o repositório institucional

Um plano de marketing é essencial para a valorização de qualquer serviço oferecido por uma instituição. De acordo com Gomes (2005), “um plano de marketing é uma ferramenta de gestão que deve ser regularmente utilizada e atualizada, pois permite identificação de tendências e adaptação ao mercado e suas constantes mudanças. Por meio dele pode-se definir resultados a serem alcançados e formular ações para atingir competitividade”.

Embora os repositórios não tenham por finalidade o lucro ou não visem atingir competitividades, a elaboração de um plano de marketing é essencial para a estruturação e divulgação do repositório. Como se percebe na análise dos dados, um dos principais fatores que inibem o depósito da produção científica em repositórios institucionais é a falta de conhecimento dos pesquisadores, derivada da falta de divulgação dos repositórios.

5.2 Oferecer opções alternativas de depósito da produção científica

Como constatado nas entrevistas, os pesquisadores preferem delegar o depósito de sua produção científica a terceiros, em especial o bibliotecário. Nesse sentido, é importante que a instituição ofereça opções ao pesquisador, a fim de que ele possa definir qual é a forma mais viável para que sua produção seja depositada no repositório da instituição. Essas opções podem ser: autoarquivamento, com treinamento prévio do pesquisador; depósito mediado pelos bibliotecários; depósito mediado por terceiros (estagiários, bolsistas), com treinamento prévio pela equipe de bibliotecários; e depósito automatizado, por meio da integração com outros sistemas. Entretanto, na maioria dos casos, pesquisadores optam pelo depósito mediado por bibliotecários. É importante que a instituição mantenha um grupo de profissionais capacitados que consigam atender a demanda dos pesquisadores da instituição.

5.3 Realizar eventos periódicos para promoção do acesso aberto

A realização de eventos para debater temas relacionados ao acesso aberto, entre eles os repositórios institucionais, é fundamental para sua consolidação no país. Tal diretriz pode, em princípio, parecer inócua em razão do fato de que o acesso aberto não

constituir mais uma novidade na comunidade de profissionais da informação. Os inúmeros eventos e a sensibilização até então realizadas voltaram-se pesadamente a esta comunidade. A realização de eventos aqui proposta como diretriz é inteiramente voltada aos pesquisadores. Esses eventos podem ser promovidos em nível nacional, regional e institucional. As agências de fomento (Capes e CNPq) podem assumir esse papel, realizando eventos em nível nacional para discutir os temas ligados ao acesso aberto e também para ouvir da comunidade acadêmica o que se espera dessas agências no que se refere ao movimento do acesso aberto no Brasil. Tais eventos seriam especialmente oportunos também quando incluídos nas pautas das reuniões de acompanhamento de programas de pós-graduação realizadas pela Capes.

Em nível regional, as FAPs poderiam realizar eventos a fim de discutir e debater sobre o cenário do acesso aberto, os repositórios institucionais e os periódicos de acesso aberto em suas regiões.

Universidades podem realizar eventos internos para debater questões relacionadas ao acesso aberto. É uma forma de os gestores escutarem o que pensa a comunidade acadêmica a respeito do acesso aberto à informação científica e um meio de gestores, bibliotecários, bem como os editores de periódicos de acesso aberto, divulgarem os serviços que a instituição oferece nesse sentido.

5.4 Instruir os coordenadores de pós-graduação sobre os repositórios institucionais e orientá-los a solicitar aos docentes do programa que depositem sua produção no repositório de sua instituição

Os gestores institucionais, em parceria com os bibliotecários, devem criar treinamento para coordenadores de cursos de pós-graduação com a finalidade de instruí-los a respeito do papel dos repositórios institucionais e dos benefícios que se obtêm ao depositar a produção da instituição em acesso aberto. Além desse treinamento, os gestores poderiam solicitar aos coordenadores dos cursos de pós-graduação que cobrem dos docentes do programa, que depositem sua produção no repositório institucional.

Como forma de estimular os docentes vinculados aos programas de pós-graduação a depositarem no repositório institucional, os gestores institucionais poderiam criar

vantagens para esses programas, como prêmios ou destinação de verbas maiores para o programa.

5.5 Educar e incentivar pesquisadores a fim de criar uma cultura de depósito na instituição

Criar uma cultura de depósito na instituição é modificar os valores e processos para que o comportamento dos pesquisadores seja favorável ao depósito da produção científica em repositórios institucionais e para que se estabeleça uma prática corriqueira. Para se criar essa cultura, é importante que a universidade, além dos treinamentos com os coordenadores dos cursos de pós-graduação, ofereça meios de educar os docentes e discentes com relação ao acesso aberto.

Universidades podem oferecer cursos voltados para a temática do acesso aberto e dos repositórios institucionais nas modalidades de extensão ou capacitação, com benefícios como concessão de créditos ou utilização das horas para progressão funcional. Esses cursos devem ser ofertados em parceria com os bibliotecários.

A universidade pode ofertar, também, disciplinas na graduação e pós-graduação, voltadas para a capacitação informacional de seus discentes, as quais envolveriam todas as práticas voltadas para se criar uma cultura de utilização de bases de dados científicas e bibliotecas digitais oferecidas pela universidade.

Em relação ao corpo docente, periodicamente poderia haver uma oficina de reciclagem, da qual os docentes seriam obrigados a participar condicionados a algum tipo de penalidade. Nessa oficina, seriam apresentados os novos serviços e produtos ofertados pela universidade, bem como instruções para sua utilização.

5.6 Associar avaliação da produção científica do pesquisador (para progressão funcional) à sua disponibilidade no repositório institucional

A adoção de uma política institucional que atrele a progressão funcional na carreira à disponibilização da produção científica dos pesquisadores no repositório institucional é um mecanismo que pode ser utilizado para a efetivação do depósito da produção científica no repositório da instituição. O depósito no repositório institucional pode ser utilizado como um critério para a avaliação dos pesquisadores da universidade.

5.7 Integrar repositório institucional a outros sistemas

A integração do repositório institucional a outros sistemas como a plataforma Lattes do CNPQ, Plataforma Sucupira da CAPES e sistema de gestão institucional, pode funcionar tanto como um facilitador para a geração de metadados, quanto para o controle da produção científica, quanto a fornecer certificado de produção depositada.

5.8 Criar mecanismos de valorização das publicações de acesso aberto no Brasil

É importante que agências de fomento criem mecanismos para valorizar as publicações de acesso aberto no Brasil. A partir do momento em que os pesquisadores começarem a publicar em acesso aberto, a disponibilização dessa produção nos repositórios institucionais será facilitada.

A questão do acesso aberto é uma preocupação das agências, e a Capes tem trabalhado para financiar a publicação de pesquisadores em acesso aberto (em periódicos que cobram para publicar). O fato de publicar em periódicos de acesso aberto já significa um avanço, pois os artigos publicados nesses periódicos poderão ser disponibilizados no repositório da instituição. Nesse sentido, a CNPq e as FAPs podem, também, criar mecanismos de incentivo a publicações em acesso aberto, de acordo com a jurisdição e competência de cada uma das agências.

5.9 Adotar modelos de negócios centrados no acesso aberto e na democratização da ciência

A adoção de modelos de negócios centrados no acesso aberto, por parte dos editores de periódicos, pode ajudar na efetivação do depósito da produção científica em repositórios institucionais.

A Association of Learned and Professional Societies Publishers – ALPSP (2005) identificou vários modelos de negócios possíveis para a publicação de periódicos. Entre os modelos identificados pela ALPSP, muitos são favoráveis ao depósito em repositórios institucionais e alguns pressupõem que ainda assim haverá lucro por parte das editoras: acesso aberto total – apoiado por assinaturas das versões impressas e por taxas pagas pelos autores; acesso aberto total – apoiado por taxas pagas pelos autores, membros e assinaturas de outros títulos impressos; acesso aberto total – apoiado por taxas pagas pelos autores, membros institucionais, *grants* e indústria; acesso aberto total – apoiado por membros; acesso aberto total – apoiado por propaganda; acesso aberto total – anteriormente, migrando para acesso aberto postergado; e acesso aberto para *pre-prints* – assinatura para novos conteúdos e livre para conteúdos anteriores.

Qualquer um dos modelos citados beneficia os repositórios institucionais, uma vez que permitem o depósito da produção científica em acesso aberto.

5.10 Capacitar equipes de bibliotecários para atuarem como mediadores entre o pesquisador e o repositório, com conhecimento de direitos autorais e licenças permissivas

Bibliotecários que trabalham com repositórios institucionais precisam conhecer sobre direitos autorais e licenças permissivas, além de outros temas específicos do acesso aberto. É necessário que as instituições invistam na capacitação de seus bibliotecários com a finalidade de criar um canal de comunicação entre os repositórios institucionais e os pesquisadores. Os bibliotecários precisam estar aptos a sanar dúvidas e solucionar problemas.

5.11 Criar grupos motivacionais que possam agir como disseminadores do repositório

Universidades podem criar grupos de pesquisadores que conhecem e depositam sua produção no repositório institucional. Esses grupos irão funcionar como motivadores para os demais pesquisadores, apresentando os benefícios de terem sua produção no repositório de sua instituição.

5.12 Desenvolver e implantar uma política institucional de depósito compulsório

As universidades possuem autonomia para adotar uma política de depósito compulsório, criando estímulos e/ou penalidades para aqueles que não depositarem sua produção científica no repositório da instituição.

Um dos aspectos abordados nesse tipo de política é o que atrela o depósito à progressão funcional do pesquisador. Entretanto, esse tipo de medida pode não funcionar para os pesquisadores que estiverem no topo da carreira, pois eles não visam mais à progressão funcional.

Entretanto, embora polêmica, a implantação de uma política de depósito compulsório precisa ser debatida no âmbito da universidade. É importante que toda a comunidade acadêmica entenda os objetivos de um repositório institucional, absorva a importância de se disponibilizar a produção científica em um repositório institucional e tenha consciência dos benefícios de tal ação.

5.13 Implementar uma política nacional de acesso aberto

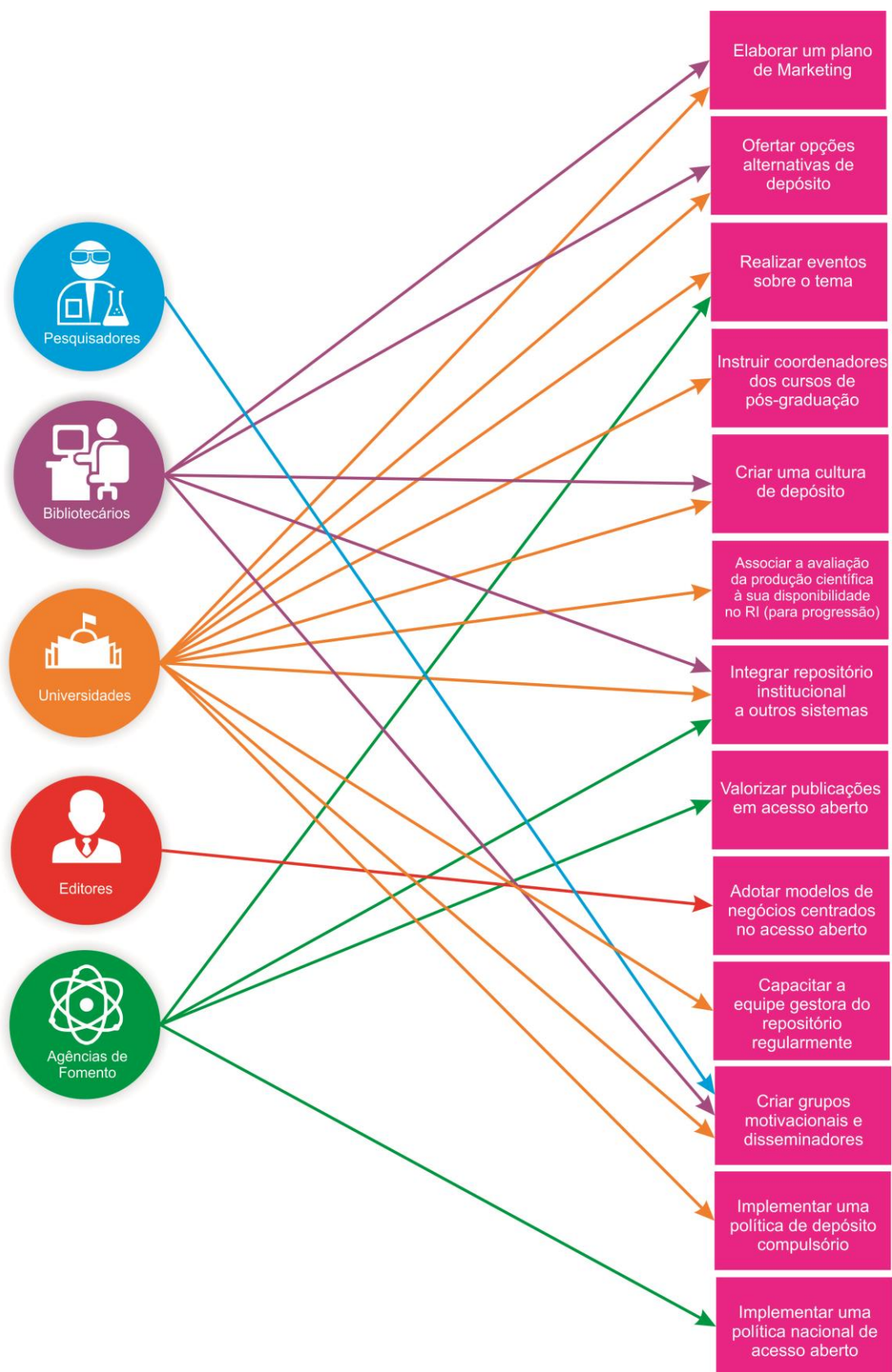
A implementação de uma política nacional de acesso aberto é algo muito visado pelos bibliotecários, que, de acordo com os dados obtidos nesta pesquisa, enxergam essa medida como o principal mecanismo de promoção do depósito da produção científica em repositórios institucionais.

A adoção de uma política nacional de acesso aberto pode ser um dos principais mecanismos para promover o depósito da produção científica em repositórios

institucionais, a exemplo da medida adotada pela Capes, que instituiu a divulgação digital das teses e dissertações produzidas pelos programas de doutorado e mestrado reconhecidos.

Assim como a política de depósito compulsório em nível institucional, é importante que haja um debate dentro da comunidade científica, com a finalidade de discutir a implementação de uma política nacional. Muitos aspectos precisam ser discutidos, assim como questões referentes a financiamentos de pesquisas, direitos autorais, recursos humanos e financeiros que possam viabilizar o cumprimento das exigências de uma política nacional de depósito em repositórios institucionais. . No entanto, em razão de constituir a autoridade responsável pela avaliação e reconhecimento de todos os programas de pós-graduação no Brasil, onde, por sinal, é o ambiente principal de produção de maior parte da ciência da brasileira, cabe a Capes a prerrogativa de requerer que toda a produção científica dos programas, já controlada em nível referencial por meio da Plataforma Sucupira, seja depositada em repositórios institucionais. Para tanto, a integração entre os dois sistemas é uma condição.

Figura 18 - Diretrizes propostas



Fonte: Elaboração própria.

6. CONCLUSÕES

A presente pesquisa teve como objetivo geral propor diretrizes para o depósito da produção científica em repositórios institucionais com base em fatores que influenciam essa prática. Para atingi-lo, quatro objetivos específicos foram estabelecidos: identificar aspectos que estimulam o depósito da produção científica em repositórios institucionais; identificar aspectos que inibem o depósito da produção científica em repositórios institucionais; identificar questões centrais nas percepções dos diferentes atores do sistema de comunicação científica a respeito do depósito da produção científica em repositórios institucionais; identificar elementos que norteiem a elaboração de diretrizes para povoamento de repositórios institucionais de acesso aberto. As conclusões para cada objetivo são apresentadas a seguir.

6.1 Identificar aspectos que estimulam o depósito da produção científica em repositórios institucionais

O objetivo foi alcançado e pode ser verificado a partir de resultados obtidos por meio de entrevistas com os grupos de cinco atores que participam do sistema de comunicação científica. Foi possível identificar, do ponto de vista dos atores entrevistados, os aspectos que podem estimular o depósito da produção científica em repositórios institucionais. Com base nos aspectos identificados, é possível concluir que:

- A divulgação do repositório institucional de modo que os pesquisadores possam ter conhecimento e estarem mais suscetíveis à ações de sensibilização é uma ação imprescindível. Para tanto, faz-se necessário a elaboração e execução de plano de marketing.
- A promoção do acesso aberto na própria instituição é uma ação que necessária para estimular o depósito. Isso significa tornar a comunidade consciente dos benefícios e estratégias de acesso aberto.
- O depósito da produção científica deve poder ser realizado a partir de diferentes estratégias: autoarquivamento, depósito mediado pelo bibliotecário, depósito automatizado, depósito mediado por terceiros treinados.

- A integração com outros sistemas é fundamental para o povoamento do repositório institucional;
- Coordenadores de programas de pós-graduação devem atuar taticamente, posicionados entre o RI e os docentes.
- Em nível institucional, as ações entre bibliotecários e gestores institucionais precisam ser consoantes, visto que as bibliotecas precisam de apoio institucional para que consigam eficácia no trabalho com os repositórios institucionais. Além de apoiarem o trabalho dos bibliotecários, os gestores institucionais precisam potencializar a comunicação entre os gestores superiores (pró-reitorias ou decanatos e diretorias) e os cursos de pós-graduação, instruindo coordenadores a promover o repositório institucional.
- Em nível nacional, as agências de fomento podem fazer um trabalho de estímulo ao acesso aberto, adotando uma política nacional direcionada a esse tema. O estímulo para publicar em acesso aberto pode ser um caminho para incentivar o depósito nos repositórios institucionais.

6.2 Identificar aspectos que inibem o depósito da produção científica em repositórios institucionais

O objetivo foi alcançado e pode ser verificado a partir de resultados obtidos por meio de entrevistas com os grupos de cinco atores que participam do sistema de comunicação científica. Foi possível identificar, do ponto de vista dos atores entrevistados, os aspectos que podem inibir o depósito da produção científica em repositórios institucionais. Com base nos aspectos identificados, é possível concluir que o depósito é inibido pelo (a):

- Inércia e falta de engajamento dos bibliotecários gestores dos repositórios institucionais.
- Falta de recursos e investimentos nos repositórios institucionais, bem como a falta de investimentos na capacitação dos bibliotecários gestores dos RIs.

- Desconhecimento do papel dos repositórios institucionais por parte dos atores que compõe o sistema de comunicação científica, decorrente da falta de divulgação e marketing destes repositórios.
- Dificuldade de diálogo entre bibliotecários e pesquisadores no âmbito das universidades.
- Ausência de qualquer tipo de norma com a finalidade de criar estímulos para o depósito da produção científica em repositórios institucionais.
- Entendimento errôneo de que o Portal da Capes supre as necessidades do acesso aberto no âmbito das universidades.
- Carência de estrutura física e operacional nas universidades, bem como a existência de burocracia para o estabelecimento de normas e tomadas de decisões.

6.3 Identificar elementos que norteiem a elaboração de diretrizes para povoamento de repositórios institucionais de acesso

A partir da identificação dos fatores que estimulam e inibem o depósito da produção científica em repositórios institucionais, foi possível chegar a alguns elementos que nortearam a proposição de diretrizes para estimular esse depósito. Tais elementos são derivados das entrevistas com os atores.

Foi possível identificar elementos que foram divididos em nível institucional (universidades, no escopo desta pesquisa) e nacional. Esses elementos podem ser atribuídos a atores específicos, de acordo com o papel que desempenham no sistema de comunicação científica.

Neste trabalho, chegou-se à definição de nove elementos norteadores de acordo com os fatores identificados nos objetivos específicos 1 e 2:

- Marketing do repositório institucional.
- Oferta de opções alternativas de depósito da produção científica no RI.

- Realização de eventos com a temática dos repositórios de acesso aberto.
- Capacitação da equipe de bibliotecários, que precisam estar aptos para lidar com todas as questões que permeiam o acesso aberto.
- Desenvolvimento e implementação de uma política de depósito compulsório.
- Integração de sistemas.
- Adoção de políticas de estímulo e valorização de publicações em acesso aberto.
- Adoção de modelos de negócios centrados no acesso aberto.
- Implementação de uma política nacional de acesso aberto.

Com base nesses elementos norteadores elencados, foram traçadas diretrizes que podem estimular o depósito da produção científica em repositórios institucionais de acesso aberto.

6.4 Sugestões para estudos futuros

Como sugestões para estudos futuros, recomenda-se:

- Investigar estratégias de marketing adotadas por repositórios institucionais.
- Avaliar o impacto da adoção de política institucional de depósito compulsório na perspectiva da comunidade acadêmica.
- Investigar estratégias de povoamento adotadas por repositórios institucionais de acesso aberto.
- Investigar a influência das disciplinares sobre a decisão de depósito da produção científica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTELMAN, Kristin. Do open-access articles have a greater research impact? **College & Research Libraries**, Chicago, v. 65, n. 5, 2004, p. 372-382.

_____. Self-archiving practice and the influence of publisher policies in the social sciences. **Learned Publishing**, n. 19, 2006, p. 85-95. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/7420/1/antelman_self-archiving.pdf>. Acesso em: 13 out. 2015.

ARAÚJO, Vânia M. R. Hermes de.; FREIRE, Isa Maria. A rede internet como canal de comunicação, na perspectiva da Ciência da Informação. **Temas em Debate**, v. 8, n. 2, maio/ago. 1996. Disponível em: <<http://www.isafreire.pro.br/ArtigoAREDEINTERNET.htm>>. Acesso em: 08 dez. 2015.

ASSOCIATION OF LEARNED AND PROFESSIONAL SOCIETIES PUBLISHERS. The facts about open access: a study on financial and non-financial effects of alternative business models for scholarly journals. 2005. Disponível em: <<http://www.alpsp.org/write/MediaUploads/FAOOverviewREV.pdf> >. Acesso em: 13 out. 2015.

BABBIE, Earl. **Métodos de Pesquisa de Survey**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

BARTON, Mary R.; WATERS, Margareth M. **Creating an institutional repository: LEADIRS Workbook**. MIT Libraries, 2004. Disponível em: <http://dspace.mit.edu/bitstream/handle/1721.1/26698/Barton_2004_Creating.pdf >. Acesso em: 10 ago. 2014.

BAUCHSPIES, Wenda K.; CROISSANT, Jennifer; RESTIVO, Sal P. **Science, technology, and society: a social approach**. Malden, MA: Blackwell, 2006.

BAILEY, Charles W. **What is open Access?** 2006. Disponível em: <<http://digital-scholarship.org/cwb/WhatIsOA.htm>>. Acesso em: 28 jun. 2013.

BAPTISTA, Ana Alice et al. Comunicação científica: o papel da Open Archives Initiative no contexto do Acesso Livre. **Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, n. esp., 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/viewFile/1518-2924.2007v12nesp1p1/435>>. Acesso em: 08 dez. 2015.

BELL, Jeffrey. Predatory publishers are corrupting open access. **Nature**, v. 489, set. 2012. Disponível em: <http://www.nature.com/polopoly_fs/1.11385!/menu/main/topColumns/topLeftColumn/pdf/489179a.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2015.

BJÖRK, Bo-Christer. A model of scientific communication of a global distributed information system. **Information Research**, v. 12, n. 2, jan. 2007. Disponível em: <<http://www.informationr.net/ir/12-2/paper307.html>>. Acesso em: 07 dez. 2015.

_____. Open Access: are the barriers to change receding? **Publications**, v. 1, n.1, p. 5-15, abr. 2013. Disponível em: <[10.3390/publications1010005](https://doi.org/10.3390/publications1010005)>. Acesso em: 01 dez. 2015

BJÖRK, Bo-Christer; SOLOMON, David. **Developing an effective market for open access Articles Processing Charges**. Wellcome Trust: Londres, 2014. 69 p. Disponível em: <http://www.wellcome.ac.uk/stellent/groups/corporatesite/@policy_communications/documents/welb_document/wtp055910.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2015.

BJÖRK, Bo-Christer *et al.* Anatomy of Green Open Access. **Journal of the Association for Information Science and Technology**, v. 65, n. 2, fev. 2014, p. 237-250. Disponível em: <<http://www.openaccesspublishing.org/apc8/Personal%20VersionGreenOa.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2015.

BETHESDA Statement on Open Access Publishing. 2003. Disponível em:

<<http://legacy.earlham.edu/~peters/fos/bethesda.htm>>. Acesso em: 11 fev. 2013.

BORGMAN, C.L. Editor's introduction. In: BORGMAN, C.L. **Scholarly communication and bibliometrics**. Newbury Park, CA: Sage, 1990.

BRODY, Tim. *et al.* The Effect of Open Access on Citation Impact. **Iam**, 2004. Disponível em: <<http://opcit.eprints.org/feb19oa/brody-impact.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2014.

BRODY; Tim; HARNAD, Stevan. **The research impact cycle**. 2004. Disponível em: <<http://opcit.eprints.org/feb19oa/harnad-cycle.ppt>>. Acesso em: 28 mar. 2014.

BUDAPEST Open Access Initiative. 2002. Disponível em: <<http://www.budapestopenaccessinitiative.org/>>. Acesso em: 11 fev. 2013.

BUDD, John. CHRISTENSEN, Corrie. Social Sciences Literature and Electronic Information. **Libraries and the Academy**, v. 3, n. 4, out. 2003. Disponível em: <<http://muse.jhu.edu/journals/pla/summary/v003/3.4budd.html>>. Acesso: 02 maio 2013.

CAFÉ, Ligia; LAGE, Márcia Basílio. Autoarquivamento: uma opção inovadora para a produção científica. **DataGramZero: Revista de Ciência da Informação**, v. 3, n. 3, jun. 2002.

CAFÉ, Ligia et al. Repositórios institucionais: nova estratégia para publicação científica na Rede. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 26., 2003, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte: INTERCOM, 2003. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/133031748743561923574505019461348858722.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2013.

CHAN, Leslie. Supporting and enhancing scholarship in the digital age: the role of open-access institutional repositories. **Canadian Journal of Communication**, v. 29, p. 277-300, 2004.

CHAMPESWAR, Mishra; DORA, Mallikarjun. Driving on the green road of open access: the green factors for successful institutional repository. In: INTERNATIONAL Symposium on Emerging Trends and Technologies in Libraries and Information Services, 2., Kalka. **Anais Eletrônicos...** Kalka: ETTLIS, 2010. Disponível em: <
<http://eprints.rclis.org/16340/1/Driving%20on%20the%20green%20road%20Mishra%20and%20Dora.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2013.

CHECKLAND, Peter. **Systems thinking, systems practice**. Baffins Lane: J. Wiley & Sons, 1999.

COLEMAN, Anita; ROBACK, Joseph. Open Access Federation for Library and Information Science. **D-Lib Magazine**, v. 11, n.12, dez. 2005. Disponível em: <
<http://dlib.org/dlib/december05/coleman/12coleman.html>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

COOKE, Jacqueline. A visual arts perspective on open access institutional repositories. In: Computers and History of Art Annual Conference, 23., 2007, Londres. **Anais eletrônicos...** Londres: Goldsmiths Research Online, 2007. Disponível em: <<http://research.gold.ac.uk/140/>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

COSTA, Michelli Pereira da. **Características e contribuições da via verde para o Acesso Aberto à informação científica na América Latina**. 2014. 226 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

COSTA, Sely M. S. **The impact of computer usage on scholarly communication amongst academic social scientists**. 1999. 318 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)- Loughborough University, Inglaterra, 1999.

_____. **Impactos de uma “filosofia aberta” na comunicação científica hoje: as mudanças que o Acesso Aberto/livre (open access) provocam**. 2005. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/57401842144896058178207885140952006049.pdf>> Acesso em: 08 jul. 2013.

_____. **A comunicação científica nos dias atuais: impactos de uma filosofia aberta.**

Palestra realizada durante a 57ª Reunião Anual da SBPC. 2005. Disponível

em: <http://www.sbpnet.org.br/livro/57ra/programas/CONF_SIMP/textos/selycosta.htm>. Acesso

em: 08 jul. 2013.

_____. Filosofia aberta, modelos de negócios e agências de fomento: elementos essenciais

a uma discussão sobre o Acesso Aberto à informação científica. **Ciência da Informação**, Brasília,

v. 35, n. 2, p. 39-50, maio/ago. 2006.

_____. Abordagens, estratégias e ferramentas para o Acesso Aberto via periódicos e

repositórios institucionais em instituições acadêmicas brasileiras. **Liinc em Revista**, Rio de

Janeiro, v. 4, n. 2, set. 2008. Disponível em:

<<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/view/281/172>>. Acesso em: 08 jul. 2013.

COVEY, Denise Troll. Faculty self-archiving practice: a case study. **Selected works**, jul. 2008.

Disponível em: <http://works.bepress.com/denise_troll_covey/35/>. Acesso em> 15 jan. 2015.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto

Alegre: Artmed, 2010.

CROW, Raym. **The Case for Institutional Repositories: a SPARC Position Paper**. Washington:

SPARC, 2002. Disponível em:

<http://www.uts.utoronto.ca/~chan/oaindia/pdf_files/SPARC_positionpaper_IR.pdf>. Acesso em:

08 jul. 2013.

CUNHA, Murilo Bastos da. Construindo o futuro: a biblioteca universitária brasileira em 2010.

Ciência da Informação, Brasília, v. 29, n. 1, p. 71-89, jan./abr. 2000.

DECLARAÇÃO de Berlim sobre Acesso Livre ao Conhecimento nas Ciências e

Humanidades. 2003. Disponível em:

<<http://repositorium.sdum.uminho.pt/about/DeclaracaoBerlim.htm>>. Acesso em: 11 fev. 2013.

DIRECTORY OF OPEN ACCESS REPOSITORIES. University of Nottingham, UK. **The directory of open access repositories**. 23 apr. 2014. Disponível em: <<http://www.openoar.org/>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2010.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **As universidades públicas e a pesquisa no Brasil**. NUPES, São Paulo, 1998. Disponível em: <<http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt9809.pdf>>. Acesso em: 08 dez. 2015

EBRAHIM, Nader Ale, *et al.* Visibility and Citation Impact. **International Education Studies**; v. 7, n. 4, 2014, p. 120-125. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2419315 >. Acesso em: 26 nov. 2015.

FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

_____. **Qualidade na pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOSTER, Nancy Fried; GIBBONS, Susan. Understanding faculty to improve content recruitment for institutional repositories. **D-Lib Magazine**, v. 11, n.1, 2005. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1802/1292>>. Acesso em: 03 maio 2013.

FOUREZ, Gérard. **A construção das ciências**: introdução à filosofia e à ética das ciências. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

FOWLER, F. J. **Pesquisa de levantamento**. Porto Alegre: Penso, 2011. 232p.

GADD, E.; OPPENHEIM, C.; PROBETS, S. RoMEO studies 1: The impact of copyright ownership on academic author self-archiving. **Journal of Documentation**, v. 59, n.3, 2003, p. 243-277.

GARGOURI, Y. *et al.* Green and Gold Open Access Percentages and Growth, by Discipline. In, International Conference on Science and Technology Indicators (STI), 17, 2012, Montreal, CA. **Anais eletrônicos...** Montreal: Science and Technology Indicators, 2012. Disponível em: <<http://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0013636>>. Acesso em: 01 dez. 2015.

GARVEY, W. D. **Communication**: the essence of Science. Oxford: Pergamon Press, 1979.

GARVEY, W. D.; GRIFFITH, B. C. Scientific communication as a social system. In: **COMMUNICATION**: the essence of science. London: Pergamon Press, 1979. p. 148-164.

GRANT, M.; BOOTH, A. A typology of reviews: a analysis of 14 review types and associated methodologies. **Health Information and Libraries Journal**, v. 26, n. 2, p. 91-108, 2009. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1471-1842.2009.00848.x/pdf>>. Acesso em: 27 out. 2014.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE**, São Paulo, v. 35, n. 2, mar./abr. 1995. Disponível em: <http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_S0034-75901995000200008.pdf>. Acesso em: 09 set. 2013.

GOMES, Isabela Motta. **Como elaborar um plano de marketing**. Belo Horizonte: SEBRAE, 2005. Disponível em: <http://www.caprilvirtual.com.br/Artigos/marketing_sebraeMG.pdf>. Acesso em: 13 out. 2015.

GONÇALVES, Paula Maria. Metodologia de Sistemas Flexíveis. In: MARTINELLI, Dante P.; VENTURA, Carla A. A. (Org.). **Visão sistêmica e administração**: conceitos, metodologias e

aplicações. São Paulo: Saraiva, 2006.

GUMIEIRO, Katiúcia Araújo; COSTA, Sely M. S. O uso de modelos de negócios por editoras de periódicos científicos eletrônicos de acesso aberto. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 17, n. 4, out./dez. 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-99362012000400007>>. Acesso em: 15 set. 2015.

HARNAD, S. The Self-Archiving Initiative. **Nature**, n. 410, p. 1024-1025, 2001a. Disponível em: <<http://www.cogsci.soton.ac.uk/~harnad/Tp/nature4.htm>>. Acesso em: 27 jun. 2013

_____. **For Whom the Gate Tolls?** How and Why to Free the Refereed Research Literature Online Through Author/Institution Self-Archiving, Now. 2001b. Disponível em: <<http://users.ecs.soton.ac.uk/harnad/Tp/resolution.htm>>. Acesso em: 27 jun. 2013

_____. **Why the UK should not heed the finch report.** [S.l.], Londres, 2012. Disponível em: <<http://blogs.lse.ac.uk/impactofsocialsciences/2012/07/04/why-the-uk-should-not-heed-the-finch-report/>>. Acesso em: 23 abr. 2013.

HARNAD, Stevan; BRODY, Tim. Comparing the Impact of Open Access (OA) vs. Non-OA Articles in the Same Journals. **D-Lib magazine**, v. 10, n. 6, jun. 2004. Disponível em: <<http://www.dlib.org/dlib/june04/harnad/06harnad.html>>. Acesso em: 12 fev. 2014.

HARNAD, Stevan *et al.* The access/impact problem and the green and gold roads to open access. **Serials Review**, v. 30, n. 4, 2004. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.serrev.2004.09.013>>. Acesso em: 27 jun. 2013.

HOFFMAN, G. **The technology payoff:** how to profit with empowered workers in the information age. Burr Ridge: Irwin, 1994.

HURD, Julie M. Models of scientific communications systems. In: CRAWFORD, Susan Y.; HURD, Julie M.; WELLER, Ann C. **From print to electronic:** the transformation of scientific

communication. Medford: Information Today, 1996.

_____. The transformation of scientific communication: a model for 2020. **Journal of the American Society for Information Science**, New York, v. 51, n. 14, 2000, p. 1279–1283.

_____. Scientific communication: new roles and new players. **Science & Technology Libraries**, v. 25, n. 1, 2004, p. 5-22.

INSTITUTO Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict). **Manifesto brasileiro de apoio ao acesso livre à informação científica**. 2005. Disponível em: <<http://livroaberto.ibict.br/docs/Manifesto.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2013.

JOHNSON, Richard K. Partnering with faculty to enhance scholarly communication. **D-Lib Magazine**, v.8, n. 11, nov. 2002. Disponível em: <http://www.dlib.org/dlib/november02/johnson/11johnson.html>>. Acesso em: 27 de abril de 2013.

JOINT, Nicholas. Institutional repositories, self-archiving and the role of the library. **Library Review**, Vol. 55, 2006. Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com/journals.htm?issn=0024-2535&volume=55&issue=2&articleid=1545768&show=html&PHPSESSID=c4cq4t4mrrerl9p3kshq71q0g57>>. Acesso em: 27 mar. 2014.

KANKANHALLI, Atreyi; TAN, Bernard C.Y.; KWOK-KEE WEI. **Contributing knowledge to electronic knowledge repositories: an empirical investigation**. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/summary?doi=10.1.1.123.3555>>. Acesso em: 03 maio 2013.

KIM, JI-HYUN. **Faculty self-archiving behavior: factors affecting the decision to self-archive**. 2008. 275 f. Tese (Doutorado em Filosofia)—Universidade de Michigan, Michigan, 2008. Disponível em: <<http://deepblue.lib.umich.edu/handle/2027.42/61564>>. Acesso em: 03 maio 2013.

KLEINMAN, Molly. **Faculty self-archiving attitudes and behavior at research universities: a literature review**. Disponível em: <<http://mollykleinman.com/wp->

<content/uploads/2012/02/Kleinman-self-archiving-literature-review-web.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2013.

KLING, Rob. The internet and Unrefereed Scholarly Publishing. **Annual Review of Information Science and Technology**, v. 38. Disponível em:

<[https://scholarworks.iu.edu/dspace/bitstream/handle/2022/166/WP03-](https://scholarworks.iu.edu/dspace/bitstream/handle/2022/166/WP03-01B.html;jsessionid=6338CB2B3F4E0B41744E0924CFEEEE344)

[01B.html;jsessionid=6338CB2B3F4E0B41744E0924CFEEEE344](https://scholarworks.iu.edu/dspace/bitstream/handle/2022/166/WP03-01B.html;jsessionid=6338CB2B3F4E0B41744E0924CFEEEE344)>. Acesso em 03 jul. 2013.

KLING, R.; MCKIM, G. Scholarly communication and the continuum of electronic publishing. **Journal of the American Society for Information Science**, New York, v. 50, n.10, 1999.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005. 260 p.

KURAMOTO, Hélio. Informação científica: proposta de um novo modelo para o Brasil. **Ciência da Informação**, v. 35, n. 2, p. 91-102, maio/ago. 2006. Disponível em:

<<http://www.SciELO.br/pdf/ci/v35n2/a10v35n2.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2013.

KURTZ, Michael J. *et al.* Worldwide Use and Impact of the NASA Astrophysics Data System Digital Library. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, jan. 2004. Disponível em: < <https://www.cfa.harvard.edu/~kurtz/jasist1.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2014.

KVALE, Steinar. **Interviews**: an introduction to qualitative research interviewing. Londres: Sage, 1996. 326 p.

LAWRENCE, Steve. Free online availability substantially increases a paper's impact. **Nature**, v. 411, maio 2001. Disponível em: < http://www.hydrology-and-earth-system-sciences.net/pr_nature_free_online_availability.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2014.

LE COADIC, Yves-Françoise. **A ciência da Informação**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004.

LEITE, Fernando César Lima. **Gestão do conhecimento científico no contexto acadêmico:** proposta de um modelo conceitual. 2006. xiii, 240 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)-Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/3975>>. Acesso em: 08 dez. 2015.

_____. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira:** repositórios institucionais de Acesso Aberto. Brasília: IBICT, 2009. 124 p. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/4841>>. Acesso em: 10 abr. 2013.

_____. **Modelo genérico de gestão da informação científica para instituições de pesquisa na perspectiva da comunicação científica e do Acesso Aberto.** 2011. 262 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

_____. **Acesso aberto e repositórios institucionais:** repensando a comunicação e a gestão da informação científica. Belém, 2014. 51 slides, cor. Disponível em: <<http://bc.ufpa.br/evento/apresentacoes/fernandoLeite.pdf>>. Acesso em: 08 dez. 2015.

LEITE, Fernando César Lima; COSTA, Sely. Gestão do conhecimento científico: proposta de um modelo conceitual com base em processos de comunicação científica. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 36, n. 1, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.SciELO.br/SciELO.php?pid=S0100-19652007000100007&script=sci_arttext>. Acesso em: 26 fev. 2013.

LUCE, Richard E. E-prints Intersect the Digital Library: Inside the Los Alamos arXiv. **Issues in Science and Technology Librarianship**, n. 29, 2001. Disponível em: <<http://webdoc.sub.gwdg.de/edoc/aw/ucsb/istl/01-winter/article3.html>>. Acesso em: 17 out. 2014.

LYNCH, C. **Institutional repositories:** essential infrastructure for scholarship in the digital age. ARL, 2003. Disponível em: <<http://www.arl.org/storage/documents/publications/arl-br-226.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2013.

MARTINS, Ana Bela; NOLASCO, Bella; SILVA, Diana. Integração de informação e

interoperabilidade: o repositório institucional como suporte à gestão da investigação na Universidade de Aveiro. **R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 2, Ed. esp., p. 202-211, jul./dez. 2013.

MARZIALE, Maria Helena Palucci. O papel do pesquisador como produtor e avaliador de artigos científicos. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, v. 20, n.2, mar./abr. 2012. Disponível em: <http://www.SciELO.br/pdf/rlae/v20n2/pt_01.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2013.

MEADOWS, A.J. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

_____. Avaliando o desenvolvimento da comunicação eletrônica. In: MUELLER, Suzana Pinheiro Machado; PASSO, E.J.L. (Org.). **Comunicação científica**. Brasília: Universidade de Brasília, 2000.

MIKHAILOV, A. I, et al. **Scientific communications and informatics**. Arlington: Information Resources, 1984. 402 p.

MOVIMENTO Acesso Aberto Brasil. 2005. Disponível em: <<http://www.acessoaberto.org/>>. Acesso em: 08 fev. 2013.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. A ciência, o sistema de comunicação científica e a literatura científica. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannete Marguerite. (Org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

_____. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 27-38, maio/ago. 2006.

MUTHU, Madhan; YS, Rao; SHIPRA, Awasthi. Institutional repository enhances visibility and prestige of the institute: the case of National Institute of Technology, Rourkela. In: National Conference on Information Management in Digital Libraries (NCIMDiL), Kharagpur. **Anais**

Eletrônicos... Kharagpur : Indian Institute of Technology, 2006. Disponível em:<
<http://eprints.rclis.org/7779/1/nitr-ir-experience.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2013.

NASSI-CALÓ, Lilian. Acesso Aberto na América Latina livre de periódicos predatórios. **Scielo em perspectiva**, nov. 2015. Disponível em: <<http://blog.scielo.org/blog/2015/11/13/periodicos-predatorios-o-lado-obsкуро-do-acesso-aberto/>>. Acesso em: 01 dez. 2015.

NURCAN et al. Change process modelling using the ekd-change management method. Disponível em: <crinfo.univ-paris1.fr/users/nurcan/pdf/CPM99.pdf >. Acesso em: 09 set. 2015.

OHIRA, Maria Lourdes Blatt. Porque fazer pesquisa na universidade? **Revista ABC**, v. 3, n.3, 1998. Disponível em: <<http://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/329/388>>. Acesso em: 08 dez. 2015.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

PELIZZARI, Eugenio. (2003). **Academic staff use, perception and expectations about open-access archives**: a survey of Social Science Sector at Brescia University. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/archive/00000737/>>. Acesso em: 03 maio 2013.

PINFIELD, Stephen; GARDNER, Mike; MACCOLL, John. Setting up an institutional e-print archive. **Ariadne**, n. 31, abr. 2002. Disponível em: < <http://www.ariadne.ac.uk/issue31/eprint-archives>>. Acesso em: 17 set. 2013.

PINFIELD, Stephen. Self-archiving publications. In: GORMAN, G.E.; ROWLAND, Fytton (org.). **International Yearbook of Library and Information Management 2004-2005**: scholarly publishing in an electronic era. Londres: Facet, 2004, p. 118-145.

_____. Paying for open access? Institutional funding streams and OA publication charges. **Learned Publishing**, v. 23, n. 1, jan. 2010, p. 39-52.

_____. **Towards open access:** managerial, technical, economic and cultural aspects of improving access to research outputs from the perspective of a library and information services provider in a research university. 2011. 108 f. Tese (Doutorado em Filosofia)—Universidade de Nottingham, Nottingham, 2011. Disponível em: <http://etheses.nottingham.ac.uk/2090/1/Abstract_corrected_final_thesis.pdf>. Acesso em: 17 set. 2013.

PROSSER, David. Institutional repositories and Open Access: the future of scholarly communication. **Information Services & Use**, v. 23, n. 2/3, 2003, p. 167.

RESEARCH INFORMATION NETWORK. **Open to All? Case studies of openness in research:** a joint RIN/NESTA report. 2010. Disponível em: <http://www.rin.ac.uk/system/files/attachments/NESTA-RIN_Open_Science_V01_0.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2013.

ROARMAP. 2013. Disponível em: <<http://roarmap.eprints.org/>>. Acesso em: 11 nov. 2013.

SCHIMMER, R., GESCHUHN, K.K. e VOGLER, A. Disrupting the subscription journals' business model for the necessary large-scale transformation to open access. **Max Planck digital library**, Munique, abr. 2015, 11 p. Disponível em: <<http://pubman.mpdl.mpg.de/pubman/faces/viewItemOverviewPage.jsp?itemId=escidoc:2148961>> Acesso em: 25 nov. 2015.

SCHWARTZMAN, Simon. **Um espaço para a ciência: formação da comunidade científica no Brasil**. Ministério da Ciência e Tecnologia: Brasília, 2001.

SEKARAN, Uma. **Research method for business:** a skill building approach. Baffins Lane: J. Wiley & Sons, 2000.

SCHIMMER, Ralf; GESCHUHN, Kai Karin; VOGLER, Andreas. Disrupting the subscription journals' business model for the necessary large-scale transformation to open access. **Max Planck**

Digital Library, 2015. Disponível em: <10.17617/1.3>. Acesso em: 03 dez. 2015.

SILVA, Samara Maria Viana da.; FERRO, Maria do Amparo Borges. CAPES e CNPq: agências de fomento e desenvolvimento para a pós-graduação brasileira. In: VI ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 2010, TERESINA. O PENSAMENTO PEDAGÓGICO NA CONTEMPORANEIDADE, 2010. Disponível em: <http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/VI.encontro.2010/GT.10/GT_10_06_2010.pdf>. Acesso em: 14 set. 2013.

SOLOMON, David J.; BJÖRK, Bo-Christer. A Study of Open Access Journals Using Article Processing Charges. **JASIST**, v. 8, n. 63, p. 1485-1495, 2012.

SØNDERGAARD, Trine Fjordback; ANDERSEN, Andersen; Hjørland, Birger. Documents and the communication of scientific and scholarly information: revising and updating the UNISIST model, **Journal of Documentation**, v. 59, n. 3, p. 278 – 320, 2003. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1108/00220410310472509>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

SOUZA, Maria Bernadete Carvalho Pires de. **A difusão científica em agências governamentais de fomento à pesquisa**: contribuição para uma estratégia de gestão da difusão para o CNPq. 2013. 161 f., il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável)—Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

SOUTO, Leonardo Fernandes. O leitor universitário e sua formação quanto ao uso de recursos informacionais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE LEITURA, 14., 2003, Campinas. **Anais...** Campinas, 2003. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/5456/1/2004_003.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2015.

STRASSMANN, Paul A. **The politics of information management**: policy guidelines. Connecticut: Information Economics Press, 1994.

STORER, Norman W. **The social system of science**. Nova York: Holt, Rinehart & Winston,

c1966. 180 p.

SUBER, Peter. **A very brief introduction to open access**. [S.l., s.n.], 2004. Disponível em: <<http://legacy.earlham.edu/~peters/fos/brief.htm>>. Acesso em: 23 abr. 2013.

SWAN, Alma; BROWN, Sheridan. **Open access self-archiving: an author study**. Key Perspectives Limited, 2005. Disponível em: <<http://cogprints.org/4385/1/jisc2.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2013.

SWAN, Alma. Open Access self-archiving: an introduction. **Key Perspectives Limited**, 2005. Disponível em: <<http://eprints.soton.ac.uk/261006/1/jiscsum.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2013.

_____. Acesso livre. **JISC**, set. 2006. Disponível em: <http://eprints.soton.ac.uk/265870/1/Portuguese_version_revised.pdf>. Acesso em: 17 out. 2014.

_____. **Directrices para políticas de desarrollo y promoción del acceso abierto**. Paris: UNESCO, 2013. Disponível em: <<http://unesdoc.UNESCO.org/images/0022/002225/222536S.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2013.

THE WELLCOME TRUST. **Costs and business models in scientific research publishing: a report commissioned by the Wellcome Trust**. London: SQW, 2004. Disponível em: <http://www.wellcome.ac.uk/stellent/groups/corporatesite/@policy_communications/documents/web_document/wtd003184.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2015.

TRIGUEIRO, Michelangelo Giotto Santoro. A comunidade científica, o Estado e as universidades, no atual estágio de desenvolvimento científico tecnológico. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 3, n. 6, p. 30-50, jul./dez. 2001.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1994.

UNESCO. **Relatório UNESCO sobre ciência 2010**: o atual status da ciência em torno do mundo. UNESCO, 2010. Disponível em:
<<http://unesdoc.UNESCO.org/images/0018/001898/189883por.pdf>>. Acesso em: 08 fev. 2013.

WEITZEL, Simone da Rocha. O papel dos repositórios institucionais e temáticos na estrutura da produção científica. **Em questão**: Porto Alegre, v. 12, n. 1, jan./jul. 2006. Disponível em:
<<http://revistas.univerciencia.org/index.php/revistaemquestao/article/viewFile/3709/3497>>. Acesso em: 06 jul. 2013.

WEITZEL, Simone da Rocha; MACHADO, Elisa Campos. Estratégias para implementação de repositórios da UNIRIO. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 16., 2010, Rio de Janeiro. **Anais Eletrônicos...** Rio de Janeiro: UFRJ, 2010. Disponível em:
<http://www.sibi.ufrj.br/snbu2010/pdfs/orais/final_197.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2015.

XIA, Jingfeng. A comparison of subject and institutional repositories in self-archiving practices. **Journal of Academic Librarianship**, v. 34, n. 6, p. 489–495, 2008. Disponível em:
<<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0099133308001572>>. Acesso em: 04 nov. 2015.

_____. An anthropological emic-etic perspective on open access practices. **Journal of Documentation**, v. 67, n. 1, 2011. Disponível em: <<http://www-emeraldinsight-com.ez54.periodicos.capes.gov.br/doi/pdfplus/10.1108/00220411111105461>>. Acesso em: 04 nov. 2015.

XIA, Jingfeng; SUN, Li. Factors to Assess Self-Archiving in Institutional Repositories. **Serials Review**, v. 33, n. 2, jun. 2007, p. 73-80. Disponível em:
<<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0098791306001365>>. Acesso em: 04 nov. 2015.

_____. Assessment of Self-archiving in Institutional Repositories: across disciplines. **The Journal of Academic Librarianship**, v. 33, n. 6, nov. 2007, p. 14-21. Disponível em:

<<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0098791306001729>>. Acesso em: 04 nov. 2015.

XIA, Jingfeng et al. A Review of Open Access Self-Archiving Mandate Policies. **Libraries and the Academy**, v. 12, n. 1, 2012, p. 85–102. Disponível em: <https://www.press.jhu.edu/journals/portal_libraries_and_the_academy/portal_pre_print/current/articles/12.1xia.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2015.

APÊNDICE A – Roteiro das Entrevistas

Roteiro de Entrevista – Bibliotecário

Esta pesquisa tem como objetivo identificar fatores que influenciam o depósito da produção científica em repositórios institucionais brasileiros a partir da perspectiva de diferentes atores do sistema de comunicação científica.

- 1. Qual sua opinião/percepção a respeito do Acesso Aberto à informação**
- 2. Qual sua opinião acerca do depósito da produção científica em repositório institucional?**
- 3. Quais fatores relacionados com as funções/atividades das bibliotecas e bibliotecários poderiam estimular depósito da produção científica em repositórios institucionais por parte dos pesquisadores?**
- 4. Quais fatores relacionados com as funções/atividades das bibliotecas e bibliotecários poderiam inibir o depósito da produção científica em repositórios institucionais por parte dos pesquisadores?**
- 5. Quais estratégias as bibliotecas poderiam adotar para promover o depósito da produção científica em repositórios institucionais?**

Roteiro de Entrevista – Gestores Institucionais

Esta pesquisa tem como objetivo identificar fatores que influenciam o depósito da produção científica em repositórios institucionais brasileiros a partir da perspectiva de diferentes atores do sistema de comunicação científica.

- 1. Qual sua opinião/percepção a respeito do Acesso Aberto à informação científica?**
- 2. Qual sua percepção acerca do depósito da produção científica em repositório institucional?**
- 3. A postura da instituição, representada por seus gestores, influencia o comportamento dos pesquisadores em relação à prática do depósito da produção científica. Qual a sua**

opinião sobre o comportamento dos pesquisadores que depositam ou pretendem depositar sua produção no repositório institucional? E a respeito daqueles que não depositam?

4. Em sua opinião, quais fatores relacionados com suas funções/atividades e com a instituição, poderiam estimular o depósito da produção científica em repositórios institucionais por parte dos pesquisadores?

5. Em sua opinião, quais fatores relacionados com as funções/atividades, e com a instituição, poderiam inibir o depósito da produção científica em repositórios institucionais por parte dos pesquisadores?

6. Quais estratégias a universidade poderia adotar para promover o depósito da produção científica em repositórios institucionais?

Roteiro de Entrevista – Agências de Fomento

Esta pesquisa tem como objetivo identificar fatores que influenciam o depósito da produção científica em repositórios institucionais brasileiros a partir da perspectiva de diferentes atores do sistema de comunicação científica.

1. Você está ciente de quem vem a ser o Acesso Aberto à informação científica?

2. Qual sua opinião acerca do depósito da produção científica em repositório institucional de Acesso Aberto?

3. Considerando que boa parte do financiamento da pesquisa científica é feito que recursos públicos, qual sua opinião acerca do alto custo das assinaturas de periódicos científicos?

4. Quais fatores relacionados com as funções/atividades das agências de fomento poderiam estimular depósito da produção científica em repositórios institucionais por parte dos pesquisadores?

5. Quais fatores relacionados com as funções/atividades das agências de fomento poderiam inibir depósito da produção científica em repositórios institucionais por parte dos pesquisadores?

6. A postura da agência de fomento influencia o comportamento dos pesquisadores em relação à prática do depósito da produção científica. Qual a sua opinião sobre o

comportamento dos pesquisadores que depositam ou pretendem depositar sua produção no repositório institucional? E a respeito daqueles que não depositam?

7. Qual sua opinião acerca da afirmativa de que agências de fomento podem tornar obrigatório o depósito da produção científica dos pesquisadores em repositórios institucionais Acesso Aberto?

Roteiro de Entrevista – Editor

Esta pesquisa tem como objetivo identificar fatores que influenciam o depósito da produção científica de pesquisadores em repositórios institucionais brasileiros a partir da perspectiva de diferentes atores do sistema de comunicação científica.

1. Qual sua opinião/percepção a respeito do Acesso Aberto à informação científica?

2. Qual sua opinião acerca do depósito da produção científica em repositório institucional de Acesso Aberto?

3. Quais fatores relacionados com as funções/atividades editor/editora poderiam estimular depósito da produção científica em repositórios institucionais por parte dos pesquisadores?

4. Quais fatores relacionados com as funções/atividades editor/editora poderiam inibir depósito da produção científica em repositórios institucionais por parte dos pesquisadores?

5. Por quais razões você permitiria ou negaria a solicitação de autores para o depósito dos trabalhos publicados por sua revista em repositórios institucionais de Acesso Aberto?

6. A postura do editor/editora influencia o comportamento dos pesquisadores em relação à prática do depósito da produção científica. Qual a sua opinião sobre o comportamento dos pesquisadores que depositam ou pretendem depositar sua produção no repositório institucional? E a respeito daqueles que não depositam?

7. Qual sua opinião acerca da afirmativa de que editores científicos representam uma barreira para o depósito da produção científica dos pesquisadores em repositórios institucionais?

Roteiro de Entrevista – Pesquisador

Esta pesquisa tem como objetivo identificar fatores que influenciam o depósito da produção científica em repositórios institucionais brasileiros a partir da perspectiva de diferentes atores do sistema de comunicação científica.

- 1. Qual sua opinião/percepção a respeito do Acesso Aberto à informação científica?**
- 2. Você já teve alguma produção científica depositada no repositório digital? Se sim, o que lhe levou a decidir pelo depósito? Se não, por quais razões?**
- 3. Em sua opinião, quais fatores contribuem para inibir o depósito de sua produção científica no repositório de sua universidade?**
- 4. Em sua opinião, quais fatores contribuem para estimular o depósito de sua produção científica no repositório de sua universidade?**
- 5. Como você reagiria caso sua universidade adotasse uma política de depósito obrigatório da produção científica no repositório institucional? Por que? ,**
- 6. Caso decidisse depositar sua produção científica no repositório da universidade sua preferência seria por você mesmo fazê-lo ou autorizar que terceiros o façam? Por que?**
- 7. Você percebe alguma possível influência (positiva ou negativa) dos editores das revistas onde você publica os resultados de suas pesquisas sobre sua decisão de depositar ou não a produção científica no repositório de sua instituição?**
- 8. Você percebe alguma possível influência (positiva ou negativa) dos gestores de sua universidade (exemplo: reitor, decano de pesquisa e pós-graduação, diretores, coordenador de programa, decano de gestão de pessoas) sobre sua decisão de depositar ou não a produção científica no repositório de sua instituição?**
- 9. Você percebe alguma possível influência (positiva ou negativa) dos bibliotecários (ou da biblioteca) da universidade sobre sua decisão de depositar ou não a produção científica no repositório de sua instituição?**

10. Você percebe alguma possível influência (positiva ou negativa) das agências de fomento (exemplo: CNPQ, CAPES, FINEP, FAPs) sobre sua decisão de depositar ou não a produção científica no repositório de sua instituição?

11. Você percebe alguma possível influência (positiva ou negativa) de outros pesquisadores (pesquisadores de sua área ou tópico, coautores, colaboradores) sobre sua decisão de depositar ou não a produção científica no repositório de sua instituição?

ANEXO A – Dez anos da Iniciativa de Budapeste em Acesso Aberto: a abertura como caminho a seguir

Prólogo: A Iniciativa de Acesso Aberto de Budapeste 10 anos depois

Há dez anos, a Iniciativa de Acesso Aberto de Budapeste (BOAI - Budapest Open Access Initiative) desencadeou uma campanha mundial em prol do Acesso Aberto (Open Access/OA/AA) a todas as novas publicações científicas revisadas por pares. Esta iniciativa, não criou a ideia do AA. Pelo contrário, procurou deliberadamente reunir projetos já existentes para explorar como poderiam “trabalhar em conjunto para conseguir o mais amplo, profundo e rápido sucesso”. Mas a BAAI foi a primeira iniciativa a usar o termo “open access” para este propósito, a primeira a articular uma definição pública, a primeira a propor estratégias complementares para atingir o AA, a primeira a generalizar o apelo ao AA a todas as disciplinas e países e a primeira a ser acompanhada por financiamento significativo.

Hoje já não estamos nos primórdios desta campanha mundial, e ainda não atingimos o seu final. Estamos firmemente no meio do percurso e podemos basear-nos numa década de experiência para fazermos novas recomendações para os próximos dez anos.

Reafirmamos a “declaração de princípios, ...declaração de estratégia, e...declaração de compromisso” da BOAI. Reafirmamos a aspiração de atingir este “bem público sem precedentes” e “a acelerar a pesquisa, enriquecer a educação, partilhar a aprendizagem dos ricos com os pobres e os dos pobres com os ricos, fazer desta literatura o mais útil possível e lançar os fundamentos para unir a humanidade num comum diálogo intelectual e demanda pelo conhecimento”.

Reafirmamos nossa confiança que “o objetivo é atingível e não apenas desejável ou utópico”. Nada nos últimos dez anos tornou o objetivo menos atingível. Pelo contrário, o AA está bem estabelecido e em crescimento em todos os domínios. Possuímos mais de uma década de sabedoria prática sobre como implementar AA. A viabilidade técnica, económica e legal do AA está bem testada e documentada.

Nada nos últimos dez anos torna o AA menos necessário e menos oportuno. Pelo contrário, continua a ser verdade que os “ pesquisadores e acadêmicos publicam os resultados da sua pesquisa em revistas científicas, sem qualquer remuneração” e “sem expectativa de pagamento”.

Além disso, normalmente os acadêmicos participam no processo de revisão por pares, como avaliadores e editores científicos sem expectativa de pagamento. Entretanto e com muita frequência, as barreiras ao acesso a essa literatura revisada por pares ainda estão firmemente presente – beneficiando os intermediários e não os autores, avaliadores ou editores científicos e à custa da pesquisa, dos pesquisadores e das instituições de pesquisa.

Finalmente, os últimos dez anos em nada sugerem que o objetivo tem menor importância ou não merece ser atingido. Pelo contrário, o imperativo de tornar o conhecimento disponível para todos, para que o possam usar, aplicar e construir sobre ele é mais urgente do que nunca.

Reafirmamos as duas principais estratégias apresentadas na BOAI: AA através de repositórios (também designado “green OA”/“AA verde”) e AA através de revistas (também designado “Gold OA”/“AA dourado”). Dez anos de experiência leva-nos a reafirmar que o AA verde e dourado “não são apenas meios diretos e efetivos para este propósito, como estão ao alcance dos próprios acadêmicos, imediatamente, sem a necessidade de aguardar por mudanças operadas pelos mercados ou pela legislação”.

Dez anos de experiência levam-nos a reafirmar a definição de AA apresentada na BOAI original:

“Acesso Aberto” à literatura científica revisada por pares significa a disponibilidade livre na internet, permitindo a qualquer usuário ler, fazer download, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou referenciar o texto integral desses artigos, recolhe-los para indexação, introduzi-los como dados em software, ou usá-los para outro qualquer fim legal, sem barreiras financeiras, legais ou técnicas que não sejam inseparáveis ao próprio acesso a uma conexão à internet. As únicas restrições de reprodução ou distribuição e o único papel para o direito autoral neste domínio é dar aos autores o controle sobre a integridade do seu trabalho e o direito de ser devidamente reconhecido e citado.

Os problemas que anteriormente atrasaram a adoção e implementação do AA estão resolvidos e as soluções já estão sendo disseminadas. Mas, até que o AA se generalize mais, os problemas para os quais o AA é a solução permanecerão em grande medida sem solução. Nesta declaração, reafirmamos os fins e os meios da BOAI original, e voltamos a comprometer-nos a realizar progressos. Mas, adicionalmente, definimos especificamente a nova meta de, durante os próximos dez anos, o AA passar a ser o método normal e padrão para distribuir os novos resultados de pesquisa com revisão por pares, em todos os domínios científicos e em todos os países.

Recomendações para os próximos 10 anos

1 . Sobre políticas

1.1. Todas as instituições de ensino superior devem ter uma política que assegure que versões revisadas por pares, de todos os futuros artigos científicos da autoria dos seus membros, sejam depositadas no repositório designado pela instituição. (Ver recomendação 3.1 sobre repositórios institucionais.

- Os depósitos devem ser realizados tão cedo quanto possível, de preferência no momento de aceite para publicação, e não após a data da publicação formal.
- As políticas universitárias devem respeitar a liberdade dos académicos de submeter os seus trabalhos às revistas da sua preferência.
- As políticas universitárias devem encorajar, mas não requerer, a publicação em revistas AA, e devem ajudar os académicos a compreender a diferença entre depositar num repositório AA e publicar numa revista AA.
- Quando possível, as políticas universitárias devem ser adotadas por meio do voto dos académicos, devem requerer AA imediato e devem aceitar o depósito de outros materiais nos repositórios, mesmo quando não exigidos (por exemplo, conjuntos de dados, apresentações em conferências, livros ou capítulos de livros, trabalhos publicados antes da adoção da política, e assim por diante).
- Quando os editores das revistas não autorizarem o AA nas condições preferenciais da universidade, recomendamos um de dois caminhos: A política poderá requerer o depósito em acesso restrito no repositório institucional até que a permissão para o AA possa ser obtida; ou a política pode atribuir à instituição um direito não exclusivo de disponibilizar os futuros artigos dos académicos em AA através do repositório institucional (com ou sem a opção dos académicos cancelarem esta atribuição de direitos para qualquer publicação individual).

1.2. Todas as instituições de ensino superior que oferecem pós-graduações devem possuir uma política que assegure que as futuras teses e dissertações sejam depositadas, depois de aprovadas, no repositório AA da instituição. A pedido dos estudantes que desejem publicar o seu trabalho, ou obter uma patente relativa a uma descoberta patenteável, as políticas devem conceder períodos de embargo razoáveis, em vez de isenções permanentes.

1.3. Todas as agências financiadoras de pesquisa, públicas ou privadas, devem ter uma política assegurando que versões com revisão por pares de todos os futuros artigos resultados de

pesquisa financiada sejam depositados num repositório adequado e disponibilizados em AA logo que possível.

- Os depósitos devem ser realizados tão cedo quanto possível, de preferência no momento de aceite para publicação, e não após a data da publicação formal.
- Quando os editores não permitirem o AA nos termos do financiador, as políticas dos financiadores devem exigir que beneficiários procurem outro editor.
- Se as políticas dos financiadores permitirem períodos de embargo antes de um novo trabalho passar a AA, os embargos não devem exceder seis meses. As políticas não devem permitir quaisquer embargos para materiais aos quais não se aplica os direitos de autor.
- Os financiadores devem considerar os custos de publicação como custos de pesquisa, e devem apoiar os beneficiários a pagar taxas de publicação razoáveis, nas revistas AA que cobrem taxas.
- Quando possível, as políticas dos financiadores devem requerer AA livre (libre AA), preferencialmente nos termos de uma licença CC-BY ou equivalente.
- Um repositório é adequado para este propósito quando proporciona AA, permite interoperabilidade com outros repositórios e toma medidas tendentes à preservação a longo prazo. A escolha do financiador deve ser determinada por pesquisa corrente sobre questões como qual a escolha que melhor promove o depósito dos artigos abrangidos, a utilidade dos depósitos, a conveniência dos financiadores e dos autores, e incentiva o maior crescimento futuro do AA.

1.4. Todas as políticas AA de universidades e de financiadores devem requerer o depósito num repositório adequado entre a data de aceite para publicação e a data de publicação. Os metadados devem ser depositados logo que estejam disponíveis e devem ser AA a partir do momento do depósito. O texto integral deve ser publicado em AA logo que o repositório tenha permissão para o fazer.

1.5. Desencorajamos o uso dos fatores de impacto das revistas como indicadores da qualidade das revistas, artigos ou autores. Encorajamos o desenvolvimento de métricas alternativas de impacto e qualidade que sejam menos simplistas, mais confiáveis e inteiramente abertas para uso e reutilização.

- Na medida em que universidades, agências de financiamento e programas de avaliação de pesquisa necessitem medir o impacto de artigos individuais, estas instituições devem usar métricas baseadas nos artigos per se, e não métricas baseadas na revista como um todo.
- Encorajamos a realização de pesquisa sobre a precisão e exatidão das novas métricas. A medida que a pesquisa demonstre a sua utilidade e confiabilidade, encorajamos o seu uso por universidades (na avaliação para progresso acadêmico), agências de financiamento (na avaliação dos candidatos a financiamento), programas de avaliação de pesquisa (na avaliação do impacto da pesquisa) e editores (na promoção das suas revistas).
- Encorajamos o desenvolvimento de materiais para explicar como os fatores de impacto das revistas têm sido mal utilizados, e como métricas alternativas podem servir melhor aos fins para os quais a maioria das instituições tem usado os fatores de impacto.
- A medida que as métricas de impacto forem melhorando, encorajamos o aprofundamento do estudo sobre se o AA e as políticas AA aumentam o impacto da pesquisa.

1.6. As universidades que possuam um repositório institucional devem exigir o depósito no repositório de todos os artigos científicos que devam ser considerados na promoção daquele acadêmico, no seu curso profissional ou em quaisquer outras formas avaliação interna.

- Da mesma forma, os governos que realizem avaliação de pesquisa devem requerer o depósito em repositórios AA de todos os artigos científicos sujeitos a análise para efeitos de avaliação institucional e nacional.
- Nenhuma política deve ser interpretada no sentido de limitar outros tipos de evidência, ou de alterar os padrões de análise.

1.7. Os editores que não disponibilizem AA devem pelo menos permiti-lo através dos seus acordos formais de publicação.

- Os editores devem abster-se de fazer lobby contra os governos que atuam no interesse público, e abster-se de fazer lobby contra as instituições de pesquisa que atuam de acordo com os interesses dos pesquisadores e da pesquisa. Os editores devem repudiar campanhas de lobbying realizadas em seu nome pelas suas associações profissionais ou comerciais contra o interesse público e o interesse dos pesquisadores e da pesquisa.

- A minoria dos editores de revistas baseadas em assinaturas que ainda não permitem o AA verde, por meio do depósito pelos autores, sem pagamento ou embargo, devem adotar a posição da maioria.
- Relembramos que pesquisadores não necessitam trabalhar como autores, editores científicos ou revisores para editores que agem contra os seus interesses.

2. Sobre o licenciamento e reutilização

2.1. Recomendamos a licença do Creative Commons atribuição (CC-BY) ou uma licença equivalente, como a licença ideal para a publicação, distribuição, uso e reutilização de trabalho acadêmico.

- Os repositórios AA dependem geralmente de permissões de terceiros, como autores ou editores, e raramente estão em posição de requerer licenças abertas. No entanto, os decisores políticos que estejam em posição de direcionar depósitos nos repositórios devem exigir, sempre que possível, licenças abertas, preferencialmente CC-BY.
- As revistas AA podem exigir sempre licenças abertas, e no entanto a maioria ainda não aproveita essa oportunidade. Recomendamos CC-BY para todas as revistas.
- No desenvolvimento da estratégia e estabelecimento de prioridades, reconhecemos que o acesso grátis (grátis AA) é melhor que o acesso pago, que o acesso livre é melhor que o acesso grátis, e que livre de acordo com CC-BY ou equivalente é melhor que livre sob licenças abertas mais restritivas. Devemos atingir o que for possível quando for possível. Não devemos adiar a obtenção de grátis para conseguir o livre, e não nos devemos deter no grátis quando podemos obter o livre.

3. Sobre a infraestrutura e sustentabilidade

3.1. Todas as instituições de ensino superior devem ter um repositório AA, participar em um consórcio de repositórios, ou providenciar serviços externos de repositório AA.

3.2. Todos os pesquisadores e acadêmicos, em qualquer disciplina ou país, incluindo os que não pertençam a instituições de ensino superior, devem ter permissões de depósito num repositório AA.

- Isto irá requerer mais repositórios institucionais ou mais repositórios disciplinares, ou ambos. Poderá também requerer, pelo menos no curto prazo, mais repositórios universais ou de último recurso para os pesquisadores que não tenham um repositório AA na sua

instituição ou disciplina. O texto da interface nestes repositórios universais deve estar disponível em vários idiomas.

3.3. Os repositórios AA devem possuir meios para e permitir a colheita dos artigos e re-depósito em outros repositórios AA.

- Funcionalidades de múltiplos depósitos por meio de um único repositório por aqueles pesquisadores que tenham razões para depositar seus artigos em mais de um repositório devem ser oferecidas. Assim, quando possível, os repositórios institucionais devem oferecer serviços para re-depositar artigos em repositórios disciplinares solicitados pelos autores (por exemplo, arXiv, PubMed Central, SSRN), e devem permitir a colheita e o download de cópias das publicações dos acadêmicos depositadas em repositórios disciplinares.

3.4. Os repositórios AA devem disponibilizar aos seus autores dados de downloads, uso e citações, e tornar esses dados disponíveis para as ferramentas que calculem as métricas de impacto alternativas. Os editores de revistas devem fazer o mesmo, independentemente das suas revistas serem ou não AA.

- Os repositórios devem partilhar estes dados entre si em formatos normalizados, tornando possível (por exemplo) que os autores conheçam o número total de downloads de um artigo depositado em múltiplos repositórios. Nenhum autor e nenhum repositório deverá ter interesse em bloquear o depósito em repositórios adicionais simplesmente para preservar uma medida exata do tráfego.

3.5. As universidades e agências de financiamento devem apoiar os autores a pagar taxas de publicação razoáveis nas revistas AA que cobrem taxas, e encontrar formas comparáveis de apoiar ou subsidiar revistas AA que não cobram taxas.

- Em ambos os casos, devem requerer AA livre de acordo com licenças abertas, preferencialmente licenças CC-BY ou equivalentes, como condição para o seu apoio financeiro.
- apoio, pelas vias referidas, a revistas AA com revisão por pares deve ser a principal prioridade de qualquer dinheiro poupado no cancelamento ou conversão de revistas com assinatura.
- apoio a revistas AA com revisão por pares pode ser particularmente importante para as revistas com audiência mais limitada, como revistas com foco no direito nacional em

países menores ou revistas publicadas num idioma local, e para revistas as quais as taxas de publicação sejam inapropriadas, como as revistas de que solicitam revisão de artigos por autores.

3.6. As revistas baseadas em assinaturas ou não AA que permitam qualquer tipo de auto-arquivo ou depósito em repositórios AA, devem descrever o que autorizam de uma forma precisa em termos legíveis por pessoas e por máquinas, de acordo com um padrão aberto. Estas descrições devem incluir pelo menos a versão que pode ser depositada, o prazo de depósito, e as licenças que podem ser associadas às versões depositadas.

3.7. Os repositórios AA devem proporcionar ferramentas, já existentes de forma gratuita, para converter os depósitos realizados em PDF em formatos legíveis por máquina como o XML.

3.8. As instituições de pesquisa, incluindo os financiadores, devem apoiar o desenvolvimento de manutenção das ferramentas, diretórios e recursos essenciais para o progresso e sustentabilidade do AA.

- A lista das ferramentas essenciais evoluirá ao longo do tempo, mas inclui repositórios e revistas AA, software livre e de código aberto para repositórios, software livre e de código aberto para gestão de revistas, ferramentas para mineração de dados e texto, diretórios de revistas e repositórios AA, diretórios de políticas de instituições e financiadores, fornecedores de licenças abertas, serviços de preservação digital, serviços de alerta, serviços de referência cruzada e URLs persistentes, e motores de busca.
- As instituições de pesquisa devem também apoiar o estabelecimento de padrões mundiais abertos para metadados e pesquisa que os editores e repositórios possam implementar para tornar as publicações AA mais visíveis, recuperáveis e úteis.

3.9. Devemos melhorar e aplicar as ferramentas necessárias para recolher as referências ou citações da literatura publicada. Os fatos acerca de quem citou quem estão no domínio público e devem ser publicados em AA e em formatos normalizados para uso, reutilização e análise. Isto ajudará os pesquisadores e instituições de pesquisa a conhecer a literatura existente, mesmo que não tenham acesso a ela, e a desenvolver novas métricas para o acesso e impacto.

- Apelamos a todos os editores a cooperar neste esforço.
- Recomendamos o desenvolvimento de infraestruturas onde os dados das referências bibliográficas possam ser depositados por editores, autores, voluntários, outros

empreendedores, ou software e onde esses dados possam ser recolhidos e trabalhados para distribuição em AA.

3.10. Devemos ajudar na recolha, organização e disseminação de metadados de AA em formatos normalizados para todas as publicações, novas ou antigas, incluindo as publicações não AA.

3.11. Os editores de publicações científicas necessitam de infraestruturas para referência cruzada e URLs persistentes baseadas em padrões abertos, disponíveis gratuitamente, e permitindo ligações e atribuição a níveis arbitrários de granularidade, como parágrafo, imagem e verificação da identidade da fonte.

3.12. Encorajamos a continuação do desenvolvimento de normas abertas para a interoperabilidade e ferramentas para implementar essas normas em revistas e repositórios AA.

3.13. Encorajamos a experimentação com diferentes métodos de revisão pós-publicação e pesquisa relativamente à sua eficácia.

- AA através de repositórios, AA através de revistas e AA através de livros são todos compatíveis com qualquer tipo de tradicional revisão por pares pré-publicação e o AA não pressupõe qualquer forma particular de revisão por pares. Recomendamos experiências com revisão por pares pós-publicação não porque será superior, embora o possa ser, mas porque reduzirá o prazo para que os novos trabalhos se tornem AA e poderá reduzir o custo da cópia inicial.

3.14. Encorajamos a experimentação com novas formas de “artigo” e “livro” científicos, nos quais os textos estão integrados de formas úteis com os dados em que se baseiam, elementos multimédia, código executável, literatura relacionada e comentários dos utilizadores.

- Encorajamos a experimentação no sentido de aproveitar melhor o meio digital, e as redes digitais, para benefício da pesquisa.
- Encorajamos a experimentação no sentido de aproveitar melhor as formas através das quais o AA remove as barreiras de acesso a máquinas e não apenas a leitores humanos.
- Encorajamos o uso de normas e formatos abertos para promover esses usos e a pesquisa sobre a sua eficácia.

4. Sobre promoção e coordenação

4.1. Devemos fazer mais para consciencializar os editores de revistas, os editores científicos, revisores e pesquisadores dos padrões de conduta profissional para publicação em AA, por exemplo, quanto ao licenciamento, processo editorial, apelo à submissão de artigos em AA, identificação de propriedade e gestão de taxas de publicação. Os editores científicos, revisores e pesquisadores devem avaliar as oportunidades de envolvimento com editores de revistas na base destes padrões de conduta profissional. Quando os editores não agirem de acordo com esses padrões devemos ajudá-los a melhorar, como um primeiro passo.

- Como forma de avaliar um editor ou revistas AA, novas ou desconhecidas, recomendamos que os pesquisadores consultem a associação de editores de Acesso Aberto (OASPA - Open Access Scholarly Publishers Association) e o seu código de conduta. Queixas sobre editores membros da OASPA ou sugestões de melhoria do código de conduta devem ser enviados para a OASPA.
- Encorajamos todos os editores de AA e as revistas de AA a aplicar as boas práticas recomendadas pela OASPA ou a procurar tornar-se membro da associação, o que implicará uma análise das suas práticas e oferecerá uma oportunidade para corrigi-las se necessário.

4.2. Devemos desenvolver diretrizes para universidades e agências de financiamento que estejam considerando a definição de políticas de AA, incluindo os termos recomendados para as políticas, boas práticas e respostas a perguntas a questões frequentes.

4.3. Encorajamos o desenvolvimento de recursos consolidados que facilitem o acompanhamento do progresso do AA por meio dos números e gráficos mais relevantes. Cada unidade de informação deve ser atualizada regularmente e a sua proveniência ou método de cálculo claramente indicada.

4.4. A comunidade de AA deve agir mais frequentemente de modo conjunto. Sempre que possível, as organizações e ativistas de AA devem procurar formas de coordenar as suas atividades e comunicações no sentido de utilizar melhor os seus recursos, minimizar a duplicação de esforços, reforçar a mensagem e demonstrar coesão.

- Devemos criar melhores mecanismos para comunicarmos e coordenarmos uns com os outros.
- Devemos comunicar com os nossos colegas académicos, a imprensa académica e imprensa não académica mainstream. A mídia académica e não-académica estão mais

informadas e mais interessadas em AA do que nunca. Isto é uma oportunidade para ajudar a educar todas as partes interessadas acerca do AA e das novas propostas para o desenvolvimento do AA.

4.5. A campanha mundial pelo AA aos artigos científicos deve trabalhar em maior proximidade com a campanha mundial pelo AA aos livros, teses e dissertações, dados científicos, dados governamentais, recursos educativos e código-fonte.

- Devemos coordenar com esforços afins menos diretamente relacionados com o acesso aos resultados da pesquisa, como a reforma dos direitos de autor, obras órfãs, preservação digital, digitalização de literatura impressa, decisão política baseada em evidências, a liberdade de expressão e a evolução de bibliotecas, publicação, revisão por pares e medias sociais.
- Devemos procurar formas de amplificar as nossas diferentes vozes quando defendemos princípios comuns.

4.6. Precisamos afirmar mais claramente, com mais evidências e a mais grupos de interessados, as seguintes verdades sobre o AA:

- AA beneficia a pesquisa e os pesquisadores, e sua falta prejudica-os.
- AA à pesquisa financiada com recursos públicos beneficia os contribuintes e aumenta o retorno do seu investimento na pesquisa. Existem benefícios económicos bem como benefícios académicos e científicos.
- AA amplifica o valor social da pesquisa, e as políticas AA amplificam o valor social das agências de financiamento e das instituições de pesquisa.
- Os custos do AA podem ser suportados sem adicionar mais dinheiro ao atual sistema de comunicação científica.
- AA é consistente com as leis de direitos de autor em qualquer parte do mundo, e concede quer aos autores quer aos leitores mais diretos do que os que possuem no âmbito dos acordos de publicação convencionais.
- AA é consistente com os mais elevados padrões de qualidade.

Tradução adaptada por Carolina Rossini, diretora para propriedade intelectual internacional da Eletronic Frontier Foundation. Translation adapted by Carolina Rossini, International Intellectual Property Director at Electronic Frontier Foundation.

Fonte: <http://www.budapestopenaccessinitiative.org/boai-10-translations/portuguese-brazilian-translation>